



**Ana Clara Telles Cavalcante de Souza**

**Violência na cidade pós-colonial:  
Imaginações, materialidades e experiências da violência na  
cidade do Rio de Janeiro**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Relações Internacionais da PUC-Rio como  
requisito parcial para a obtenção do grau de  
Doutora em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Monica Herz

Co-orientador: Prof. Matt Davies

Rio de Janeiro  
Abril de 2020



**Ana Clara Telles Cavalcante de Souza**

**Violência na cidade pós-colonial:  
Imaginações, materialidades e experiências da violência na  
cidade do Rio de Janeiro**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora pelo Programa de  
Pós-Graduação em Relações Internacionais da  
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora  
abaixo.

**Profa. Monica Herz**

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof. Matt Davies**

Co-orientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio & Newcastle University

**Profa. Paula Sandrin**

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Profa. Thula Pires**

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Victor Coutinho Lage**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Prof. Marcos de Jesus Oliveira**

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Rio de Janeiro, 17 de Abril de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Ana Clara Telles Cavalcante de Souza**

É Mestra em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) e Especialista em Análise de Políticas Públicas pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

#### Ficha Catalográfica

Souza, Ana Clara Telles Cavalcante de

Violência na cidade pós-colonial : imaginações, materialidades e experiências da violência na cidade do Rio de Janeiro / Ana Clara Telles Cavalcante de Souza ; orientadora: Monica Herz ; co-orientador: Matt Davies. – 2020.

187 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2020.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais - Teses. 2. Violência. 3. Espaço urbano. 4. (Pós-)colonialidade. 5. Racismo. 6. Antinegitude. I. Herz, Monica. II. Davies, Matt. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD: 327

## Agradecimentos

A escrita da tese, às vezes, foi mar violento; em outras, foi deserto escaldante. Duas pessoas foram imprescindíveis para que eu conseguisse atravessá-los. Agradeço à minha companheira, Jéssica Souto, por ter tantas vezes me levantado do chão e segurado a caneta na minha mão. E agradeço à minha mãe, Hilka Telles, por me ajudar a pegar o touro pelo chifre antes que o touro me pegasse.

Além disso, agradeço a grandes amigos que tão generosamente emprestaram a mim seu afeto e sua atenção. Manuela Trindade Viana, Pedro Paulo da Silva, Gelson Henrique e Paula Napolião, obrigada por todas as vezes em que tão pacientemente me ouviram e me acolheram nos momentos mais difíceis dessa travessia. Agradeço, também, a Marcelle Decothé e a Fransérgio Goulart, duas grandes referências desse trabalho por quem nutro admiração e carinho, ainda que à distância. Todos vocês me fazem acreditar que uma academia justa e insurgente é possível.

Aos meus colegas de doutorado, agradeço, sobretudo, pela cumplicidade. Chico, Bia, Sebas, Lara e Tatá: sem vocês, não teria conseguido dar os primeiros passos.

Agradeço o acompanhamento generoso e o apoio incondicional dos meus orientadores, Monica Herz e Matt Davies. Obrigada por tudo o que fizeram por mim. E estendo meus agradecimentos, também, aos professores, funcionários e colegas do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, por tanto terem engrandecido a minha trajetória acadêmica.

Não posso deixar de mencionar o apoio financeiro e institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), sem o qual não teria sido possível conduzir essa pesquisa.

Agradeço, ainda, aos meus ex-colegas do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e, especialmente, a Julita Lemgruber, Ana Paula Andrade, Silvia Ramos, Leonarda Musumesci, Pablo Nunes, Dorian Borges, Rachel Machado e Mariana Siracusa. Foi uma honra dividir tantos anos de trabalho com vocês.

Agradeço, também, a Rosiane Seixas, por ter me acolhido com tanta paciência e amorosidade quando eu a busquei desesperada para curar minhas feridas.

Agradeço, por fim, à minha família: o Movimentos. Especialmente, a Ari, André, Karina, Thay, Raull, Ricardo e Sabrina, e também aos nossos membros infiltrados, Suzane e Manu. Sem vocês, sou sozinha no mundo. A vocês devo tudo.

## Resumo

Souza, Ana Clara Telles Cavalcante de; Herz, Monica; Davis, Matt. **Violência na cidade pós-colonial: imaginações, materialidades e experiências da violência na cidade do Rio de Janeiro.** 2020. 187 p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese apresenta uma leitura decolonial das formas através das quais a violência atravessa imaginações, materialidades e experiências na e sobre a cidade do Rio de Janeiro. Argumenta-se que é a violência produtora e reprodutora das representações, das formas de gestão urbana e das vivências cotidianas que coexistem e se cruzam no Rio de Janeiro, como cidade que busca se construir como “pós-colonial”. Para tal, discute-se a relação entre violência e a cidade a partir de quatro pontos de contato. Em primeiro lugar, a tese apresenta o conceito de “cidade-violência”, a partir da qual é construída uma interpretação sobre a relação entre a formação material e imaterial da cidade do Rio de Janeiro e as dinâmicas violentas de racialização do espaço urbano no contexto histórico-político de uma forjada “pós-colonização”. Em seguida, trabalha-se com a ideia da “cidade sensível”, em que se discute em que medida determinados processos de racialização do espaço urbano, em suas muitas formas e manifestações, forjaram regimes estético-urbanos que distribuem lugares e espaços para a existência e circulação de corpos, percepções, sensações, objetos e sujeitos na cidade. Na terceira parte da tese, analisam-se as “interpretações da violência” que circulam, produzem e informam a gestão do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, a partir de um mapeamento crítico do campo de saberes e práticas que constroem entendimentos e imaginários correntes sobre violência na cidade. Em todos esses casos, serão abordadas as formas através das quais essas interpretações produzem limites, apagamentos e silêncios sobre a relação entre raça, racismo, colonialidade e violência na cidade do Rio de Janeiro. No capítulo seguinte, a tese se debruça sobre as imaginações, materialidades e experiências da “guerra na cidade”, discutindo como o conceito de militarização atravessa representações e vivências da cidade pós-colonial, e quais

são os contra-saberes a partir dos quais é possível vislumbrar intelectualidades e contra-estéticas insurgentes, capazes de apontar novos sentidos e interpretações para as relações entre a violência e as configurações da colonialidade no espaço urbano. Pretende-se, com esta tese, oferecer uma contribuição teórica original ao campo de estudos das Relações Internacionais que se debruce sobre as dinâmicas de violência no âmbito das cidades em contextos de “pós-colonização”, evidenciando a necessidade de articular novas possibilidades epistêmicas radicais e decoloniais para estudar a relação entre violência, cidade e (pós-)colonialidade.

### **Palavras-chave**

Violência; espaço urbano; (pós-)colonialidade; racismo; antinegitude.

## Abstract

Souza, Ana Clara Telles Cavalcante de Souza; Herz, Monica; Davis, Matt. **Violence in the postcolonial city: imaginations, materialities and experiences of violence in the city of Rio de Janeiro.** 2020. 187 p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis presents a decolonial interpretation on the ways in which violence crosses imaginations, materialities and experiences in the city of Rio de Janeiro. It argues that violence produces and reproduces representations, forms of urban management and everyday experiences that coexist and intersect in Rio de Janeiro, as a city that seeks to build itself as “post-colonial” in the everyday. To this end, the thesis addresses the relationship between violence and the city through four points of contact. First, the thesis presents the concept of “city-violence”, from which an interpretation is built on the relationship between the material and immaterial formation of the city of Rio de Janeiro and the violent dynamics of racialization of the urban space in the historical-political context of a forged “post-colonization”. Then, it works with the idea of the “sensible city”, in which it discusses the extent to which certain processes of racialization of urban space, in their many forms and manifestations, forged urban-aesthetic regimes that distribute places and spaces for existence and circulation of bodies, perceptions, sensations, objects and subjects in the city. In the third part of the thesis, it analyzes the “interpretations of violence” that circulate, produce and inform the management of urban space in the city of Rio de Janeiro, based on a critical mapping of the field of knowledge and practices that forge meanings, representations and imaginations about violence in/and the city. Specifically, the thesis addresses the ways in which these interpretations produce limits, margins and silences on the relationship between race, racism, coloniality and violence in the city of Rio de Janeiro. The final chapter focuses on the imaginations, materialities and experiences of the “war in the city”, discussing how the concept of militarization crosses representations and experiences of the post-colonial city. This part also includes an interpretation

on the “counter-knowledge about war in/and the city” that is produced daily and from which it is possible to glimpse insurgent intellectualities and counter-aesthetics, capable of pointing out new meanings and interpretations for the relations between violence and the configurations of coloniality in the urban space. By exploring the multiple connections between violence and the city of Rio de Janeiro, this thesis aims at offering an original theoretical contribution to the field of International Relations that studies the dynamics of violence within cities in contexts of “post-colonization”, arguing for the necessity of building new epistemic and decolonial possibilities to study the relations between violence, the city and (post-)coloniality.

## **Keywords**

Violence; urban space; (post)coloniality; racism; antiblackness.



## Sumário

1. Introdução: investigar a cidade .....	13
1.1 Sobre a violência .....	18
1.2 Pulando o muro .....	20
1.3 “Pelo acostamento” .....	23
1.4 Notas sobre uma contra-metodologia .....	26
1.5 O percurso da tese, a tese como percurso .....	30
2. A cidade-violência .....	35
2.1 <i>State making</i> à brasileira .....	37
2.2 Percursos da cidade .....	42
2.3 Violência e a cidade .....	51
2.4 Conclusão .....	66
3. A cidade sensível .....	68
3.1 Estética, ordem e política .....	72
3.2 Provincializando a estética .....	78
3.3 Olhares sobre a cidade (I): periferia e/é centro .....	88
3.4 Olhares sobre a cidade (II): cidade-maravilha .....	96
3.5 Olhares sobre a cidade (III): corpos que circulam .....	100
3.6 Conclusão .....	103
4. Interpretações da violência .....	104
4.1 Dimensões temporais da violência na cidade .....	108
4.2 Das fronteiras da interpretação .....	119
4.3 Escritos da cidade antinegra .....	124
4.4 Conclusão .....	132
5. Guerra na cidade .....	134

5.1 Guerra, a cidade e o internacional .....	136
5.2 Guerra na cidade, cidade em guerra.....	144
5.3 Militarização como experiência .....	151
5.3.1 Cartografias da militarização .....	153
5.3.2 Composições sensoriais da “guerra”.....	158
5.3.3 “Somos fotógrafos de guerra” .....	164
5.4 Conclusão .....	170
 6. Conclusão: refundar a cidade .....	 171
 7. Referências bibliográficas .....	 174

## Lista de figuras

Figura 1 – Foto de Gabriela Lino	151
Figura 2 – Banner da Redes da Maré	162
Figura 3 – Banner da Redes da Maré	162
Figura 4 – Foto de Fábio Bento	162
Figura 5 – Foto de Vivi Salles	163
Figura 6 – Foto de Carlos Coutinho	163
Figura 7 – Foto de Ratão Diniz	167
Figura 8 – Foto de Fábio Bento	167
Figura 9 – Foto de autoria desconhecida	168
Figura 10 – Foto de Fábio Bento	168
Figura 11 – Foto de Bruno Itan	169
Figura 12 – Foto de Bruno Itan	169

*Man, sometimes it takes you a long time to sound like yourself.*

Miles Davis

*Sometimes, I fear writing.*

Grada Kilomba

## Introdução: investigar a cidade

O objetivo da presente tese é dar à autora o título de Doutora em Relações Internacionais. Cabe subverter, aqui, o bom protocolo acadêmico, a partir do qual se ensina que se deve começar uma obra anunciando sua finalidade de pesquisa, para fazer emergir aquilo que não está dito. A escrita dessa tese conclui cinco anos de um processo de doutoramento, que, por sua vez, certifica – de acordo com as convenções acadêmicas vigentes – a capacidade da candidata ou do candidato ao título de conduzir pesquisa dentro de determinado campo de conhecimento com profundidade e rigor científico. Uma vez aprovada, é a autora considerada detentora de um tipo de conhecimento específico e qualificado, e passa então a ser autorizada a proclamá-lo em diferentes contextos. Para que tudo isso seja possível, opera um regime de certezas e de verdades sobre o que é “ciência” e o que é “pesquisa”, sobre o que se “pesquisa” e sobre quem é autorizada ou autorizado a “pesquisar” que sustenta e, ao mesmo tempo, é sustentado por entroncadas dinâmicas de poder. Para que se dê conta do próprio objeto de pesquisa desta tese, há que se enunciar o que insiste em permanecer escondido entre as linhas e por trás das palavras: que a tese que aqui se anuncia produz e é produzida por um conjunto de relações de poder que distribui lugares, autorizações e possibilidades para a (in)existência; e que é a autora que a escreve parte integrante e inevitável das mesmas engrenagens que pretende estudar.

As engrenagens já podem, então, ser anunciadas: tratam-se das imaginações, materialidades e experiências da violência na cidade do Rio de Janeiro e sua relação com as configurações contemporâneas da (pós-)colonialidade no espaço urbano. Por materialidade, entende-se ser aquilo que se pretende físico, palpável e próprio da ideia de urbanização: o mobiliário urbano, os prédios, as ruas e os viadutos, os monumentos. Imaginação, por sua vez, fala sobre tudo de ideal e de simbólico que envolve uma cidade, sendo a própria ideia do que é *cidade* parte fundamental dessa categoria. Por fim, experiência se refere ao subjetivo, ao sentido e ao sensível; às

emoções, aos sentimentos, às percepções de se experimentar o cotidiano da cidade, de existir e de circular por ela. Ao fim e ao cabo, são três categorias impossíveis de serem totalmente isoladas uma da outra – e, por isso mesma, são entendidas como tipos ideais –, uma vez que se interpenetram, confundem-se, operam sempre juntas. Separá-las é uma forma de evidenciar que a urbanidade é fluida e multifacetada. E relacioná-las à violência é o primeiro passo para investigar os múltiplos pontos de contato e de atravessamento entre violência e a cidade. Argumenta-se, aqui, que é a violência constitutiva da cidade do Rio de Janeiro e vice-versa, como imaginação, como materialidade ou como experiência.

Para estudar, então, a relação entre violência e a cidade, essa tese se apoia em um conceito-chave: o de (pós-)colonialidade, elaborado a partir da obra de Achille Mbembe (2001) sobre a “pós-colônia”. Sugere Mbembe que a “pós-colônia” é um entroncamento de temporalidades a partir do qual se constrói um emaranhado de “presentes, passados e futuros” (2001: 16), de “descontinuidades, reversos, inércias e oscilações” (2001: 14), relacionados à experiência da colonização. Nesta tese, converte-se o termo “pós-colônia” em (pós-)colonialidade com o objetivo de fazê-lo conversar com os escritos sobre colonialidade desenvolvidos por autores como Aníbal Quijano (1999). Diz Quijano que é a colonialidade um atributo de poder baseado na racialização e na diferença forjadas pelo colonialismo, mas que ultrapassa sua configuração histórica, permeando os novos modos de dominação elaborados sob o capitalismo globalizado. Fazendo essas duas interpretações conversarem, a tese entende a (pós-)colonialidade como um fenômeno catalisador de diferentes temporalidades forjadas pela colonização que informa e atravessa as subjetividades, as sensibilidades e as experiências de se viver em uma cidade pós-colonial, e também a materialidade da vida urbana, na forma como se (des)organiza espacialmente a cidade.

As *permanências* das imaginações, das materialidades e das experiências da colonização na vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro são frequentemente convocadas por interpretações acadêmicas para oferecer sentido às manifestações contemporâneas da violência na cidade, das leituras que enfocam as “heranças da escravidão” manifestas no sistema de justiça criminal brasileiro às denúncias do racismo impregnado no fazer policial cotidiano. No entanto, também coexiste um arcabouço de entendimentos que vê raça e racismo como fenômenos secundários à violência, como manifestações residuais de uma ordem das coisas que nunca foi

adequadamente desmantelada. É o que possibilita, por exemplo, que se argumente sobre os resquícios coloniais no funcionamento do sistema jurídico-penal ao mesmo tempo em que se nega o racismo como princípio orientador desse mesmo sistema; ou, ainda, que se privilegie uma explicação centrada na classe sobre em detrimento da raça, tratando a seletividade racial das mortes e do cárcere como consequenciais de uma ordem colonial antiga que “condenou” a população negra à pobreza. Como explicam João H. Costa Vargas e Jaime Amparo Alves (2009), é a própria negação da raça dado primordial para se entender sua predominância como princípio que organiza as relações sociais. Acredita-se que uma interpretação sobre a relação entre violência e a cidade do Rio de Janeiro centrada na (pós-)colonialidade pode ajudar a fazer emergir o óbvio indizível: que o racismo e as hierarquias raciais que o informam estão sempre se reatualizando, reconfigurando, reacomodando, no balançar das muitas transições, rupturas e continuidades que fabricam a trajetória histórica da cidade. É nesse contexto que se busca investigar o papel da violência na construção cotidiana da cidade pós-colonial do Rio de Janeiro.

As múltiplas temporalidades que constituem a (pós-)colonialidade, como diz Mbembe (2001) e indica Quijano (1999), são aqui essenciais para entender a relação entre violência e a cidade. Comporta uma temporalidade pretensamente histórica, de uma suposta *transição* entre mundos entendidos como antagônicos – o colonial e o moderno, o escravista e o do trabalho livre –, anunciada por pensadores sociais e por políticos profissionais; mas abarca também o próprio ato de *fabricação* de temporalidades e o que ele produz em termos de imaginações, de materialidades e de experiências relacionadas à violência na/e a cidade. São as próprias noções de “passado”, “presente” e “futuro” constantemente mobilizadas e reconfiguradas para tecer diferentes entendimentos, representações, narrativas e sensibilidades sobre o que é a cidade, como ela deve parecer, de que formas ela deve operar. Não existe linearidade temporal na ideia de “(pós-)colonialidade” – pelo menos, não como ela é aqui mobilizada – porque é a própria noção de linearidade parte constitutiva da cidade “pós-colonial”. É por isso que o conceito de (pós-)colonialidade se mostra, aqui, imprescindível: ele cumpre o duplo objetivo de, por um lado, articular a crítica pós-colonial e decolonial ao pensamento político ocidental, que ignora as marcas indeléveis do colonialismo que atravessam a experiência cotidiana de existir no tempo presente; e, por outro, de tornar evidente o regime de temporalidades que

sustenta esse processo de invisibilidade, a criação de “passados” e de “futuros”, de “antes” e “pós”, e tudo o que isso produz.

Argumenta-se, então, que é o Rio de Janeiro uma cidade pós-colonial porque se constitui a partir das imaginações, materialidades e experiências relacionadas à (pós-)colonialidade ao mesmo tempo em que busca negá-las, extirpá-las, escondê-las na tentativa de se tornar *cidade*. Para tal, aciona um conjunto de temporalidades já bem mapeado pela literatura histórica e historiográfica sobre a cidade do Rio de Janeiro relacionado à construção de ideais de modernidade e civilização, que seriam capazes de expurgar seu passado colonial. Por isso, o principal momento histórico a partir do qual será lida a trajetória da relação entre violência e a cidade é o que se propõe ser *transição* entre esses dois mundos – o colonial e o pós-colonial –, posto que se entende que é justamente a tentativa permanente de concretizar a cidade pós-colonial que a constrói no seu cotidiano. O papel da violência, nesse contexto, é o de buscar tornar essa cidade possível: ela ajuda a fabricar a cidade no seu cotidiano, sendo fiadora, mediadora e produtora do repertório de imaginações, materialidades e experiências que constituem a cidade como tal. Ela não é, portanto, “resquício” de um período longínquo da colonização, ou ainda um sintoma de relações coloniais que insistem em operar no momento contemporâneo, mas produto e produtora da própria ideia de transformação, mudança, transição entre o que era colonial e o que se pretende pós-colonial. Cabe dizer que é essa interpretação diretamente inspirada pela obra de Wlamyra de Albuquerque, *O Jogo da Dissimulação* (2009). Ainda que seja outro o objeto de estudo de Albuquerque – o momento imediatamente posterior à abolição da escravidão na cidade de Salvador, na Bahia –, seu livro é crucial para que se entenda como as relações raciais forjadas na/pela colonização se readaptam e se reagrupam sob outros desígnios, sejam eles o racismo científico (como afirma Albuquerque) ou as novas configurações do espaço urbano, como é argumentado, por exemplo, no próximo capítulo dessa tese.

A interpretação aqui oferecida vai ao encontro do que propõem trabalhos de orientação pós-colonial dentro dos estudos urbanos, como o é o caso de Brenda S. Yeoh (2001), que olha para as cidades pós-coloniais como espaços que preservam, adaptam e rearticulam as relações racializadas de violência fundadas na/pela colonização. Insere-se, também, no conjunto de perspectivas que busca entender as reconfigurações contemporâneas da violência e, em específico, das desigualdades raciais, em um momento histórico em que a colonização não é mais a grande fiadora



simbólica e material dessas hierarquias. Nesse último arcabouço estão incluídos, por exemplo, trabalhos como o de Kojo Koram (2019), que olha para a chamada “guerra às drogas” como arena contemporânea a partir da qual subjetividades e desigualdades racializadas se rearticulam para a produção de opressão e violência em diferentes partes do mundo; e o de Michelle Alexander (2010), que traz à superfície o processo que conecta, em um mesmo fio histórico, as experiências da colonização, da segregação racial e do encarceramento em massa no contexto dos Estados Unidos. Ainda que não necessariamente tratem de maneira direta do tema da (pós-)colonialidade, são essas obras essenciais para que se entenda de que forma a violência racializada se rearticula em um momento histórico pretensamente pós-colonial e pós-racial.

Como argumenta Koram (2019), ao longo do século vinte, a raça foi-se apagando como princípio organizador dentro do pensamento político ocidental para ser entendida como atributo de um “passado” distante. Sublinhar, então, o papel desempenhado pela raça e pelo racismo na organização das relações sociais é forma de questionar as temporalidades que são fabricadas para sustentar e reacomodar hierarquias raciais relacionadas à (pós-)colonialidade em um contexto histórico em que elas supostamente já foram superadas. E aqui se chega a outro ponto fulcral da tese: argumentar pela necessidade de se transformar a raça e o racismo em lentes prioritárias para interpretar a relação entre violência e a cidade pós-colonial. Posto que é um dos principais efeitos da busca incessante e incompleta por uma existência “pós-colonial”, justamente, o apagamento ontológico da raça e do racismo como princípios organizadores das relações sociais, e entendendo, ao mesmo tempo, que são eles produzidos e reproduzidos na vida cotidiana pela própria experiência da (pós-)colonialidade, é imprescindível dar a eles o papel que lhes é cabido: o de categorias estruturantes das relações de poder e de violência que fabricam a cidade pós-colonial no seu cotidiano. É assim, então, que se atam os três fios dessa tese: a (pós-)colonialidade; a violência; e a cidade. A cidade pós-colonial se constrói através da violência da mesma forma que é a violência constituída por imaginações, materialidades e experiências da cidade pós-colonial. A cidade serve de arena para a operação cotidiana das manifestações violentas da (pós-)colonialidade da mesma forma que é constituída por elas. Produzem-se mutuamente; forjam-se; alimentam-se uns aos outros. Cada um deles torna os outros possíveis.

## 1.1.

### Sobre a violência

Permeando todo o percurso de escrita da tese esteve latente a indagação sobre como se definiria “violência”. Admite-se aqui que, em um primeiro momento, esse conceito foi tomado como dado. Olhando em retrospecto, pode-se argumentar que a tese trabalhou com uma ideia alargada e abrangente sobre o que é “violência”, relacionada a “uma pletora de ações negativas que parecem ter em comum o que vem sendo chamado, atualmente, de desumanização do outro, mas cujo sentido nuclear é a de um atentado à integridade física ou à dignidade de um ser, e não apenas o humano” (Misse, 2016: 47-48). A aplicação desse conceito, porém, não foi necessariamente consciente, mas articulada a partir de certa combinação entre o hábito e a intuição, ambos informados, ainda, por experiências pessoais dentro dos movimentos sociais. Entendendo-a como um fenômeno que deveria ser estudado, foi preciso se apoiar em uma conceituação exógena à tese para que esse movimento fizesse sentido. Foi assim, então, que se começou a trabalhar com um conceito-base a partir do qual seria possível identificar sua existência para, então, estudá-la. Além disso, desde o início da pesquisa, havia sido decidido que a tese olharia, sobretudo, para a violência empreendida por agentes estatais, forças policiais e atores privados que operavam para fazer valer determinada ordem urbana no Rio de Janeiro. Ainda assim, uma vez mais, faz-se necessário frisar: o conceito de “violência” não havia sido propriamente definido antes que se começasse a escrever a tese, o que acabou por abrir caminho para que se redefinisse e se rearticulasse na medida em que a tese ia sendo construída.

Há, então, dois conceitos de “violência” que coexistem ao longo da pesquisa. O primeiro, como citado logo acima, diz respeito à ideia ou noção intuitiva e pouco elaborada que se tinha sobre o que se pretendia estudar. Já o segundo diz respeito a qual entendimento sobre o que é a “violência” se produziu a partir da própria escrita da tese. O conceito de “violência” a partir do qual a tese começou a se construir não permaneceu intocado depois de findado o processo de pesquisa. Ao contrário, foi a partir desse percurso que se tornou possível forjar uma conceituação aprofundada da violência na cidade pós-colonial. Fazendo, uma vez mais, o exercício de analisar o caminho já percorrido, é possível identificar cinco principais dimensões da “violência” como articulada na tese. Em primeiro lugar, entende-se que a violência

é, mais que instrumento de opressão das “classes dominantes” ou, ainda, produto de relações sociais hierárquicas, produtora de determinada ordem política, urbana, social. O papel produtor e criativo da violência já foi analisado em profundidade por Michel Foucault (2003) e se contrapõe a uma interpretação utilitarista, negativa, que a entende como ferramenta para que o poder esteja em operação. Investigou-se, nessa tese, justamente as formas através das quais a violência produz, em termos materiais e imateriais, a cidade pós-colonial e as relações raciais que nela operam. Relacionada a essa característica, é a violência, também, multifacetada, tentacular e capaz de se materializar em estruturas de poder e de dominação. Sendo assim, é possível alargar o conceito da violência para além do atentado à integridade física em direção a um entendimento da violência como estrutural, i.e., impregnada nas formas de organização do mundo social, político e econômico. Uma interpretação estrutural clássica sobre a violência foi articulada por Johan Galtung (1969), no âmbito dos Estudos de Paz.

Em terceiro lugar, decorre das duas primeiras dimensões o entendimento de que é a violência produto e, ao mesmo tempo, produtora de imagens, significados, representações, experiências e práticas relacionados à constituição de parâmetros de humanidade e desumanidade. Baseando-se em um denso arcabouço de leituras sobre violência e colonialidade, é possível afirmar que a violência media, informa e é informada por entendimentos sobre quem é humano e quem não é, quem pode ser sujeito e quem não pode. Para João H. Costa Vargas (2020), é a régua utilizada para traçar a linha divisória entre ambas as categorias a “antinegritude”, como um princípio ontológico e estrutural que organiza quem pode e deve viver e quem pode e deve morrer. Chega-se, então, à quarta dimensão da violência tratada nessa tese, a de que são os saberes e as práticas da violência fundados pela (pós-)colonialidade. Fala-se em fundação porque foi, por um lado, a experiência do colonialismo e, por outro, as tentativas de negá-lo que demarcaram os parâmetros contemporâneos da violência, contra quem ela deve ser mobilizada, e a partir de que estruturas ela deve ser operada. E está aqui, finalmente, sua última dimensão: em vez de inerte, é a violência readaptável, passível de se reacomodar a novas configurações e estruturas de poder, acompanhando os reveses, as transições e as continuidades históricas.

Por fim, reconhece-se que o entendimento articulado aqui sobre a violência carrega consigo uma dimensão, senão moral, certamente orientada para a mudança política. Diz Michel Misse que são as acepções contemporâneas sobre a violência

dotadas de uma dimensão “performática, normativa e acusatorial” (Misse, 2016: 47), de modo a sempre buscar provocar a uma ação contraposta, seja ela a solução ou a condenação. Longe de querer se prevenir contra esse argumento, objetiva-se, aqui, reforçar, por um lado, que todo uso da ideia de “violência” é performático, e, por outro, assumir que subjaz à escrita da tese um compromisso ético-político com a desconstrução dos mecanismos que a fazem operar. Entendendo que o objeto prioritário de estudo da tese são as engrenagens políticas e sociais de repressão, de criminalização, de segregação e de extermínio que produzem, a partir de diferentes atores, públicos ou privados, determinada ordem estético-urbana na cidade pós-colonial, não se pretende construir nenhum tipo de olhar distanciado, pretensamente “sociológico”, sobre a violência. Escolheu-se um lado: devem ser tais mecanismos desmantelados. E, por isso mesmo, admite-se, também, que é essa tese igualmente produtora do vasto e complexo repertório de significados, representações, imagens, experiências e práticas sobre o que é a “violência” que pretende, em alguma medida, estudar.

## 1.2.

### Pulando o muro

Ao longo da trajetória de escrita dessa tese, ficou evidente que os principais aportes teóricos que davam sustentação aos argumentos se encontravam fora das Relações Internacionais. Para entender a relação entre violência e a cidade pós-colonial do Rio de Janeiro, foi necessário, então pular o muro da disciplina. Tornou-se lugar comum, dentro das Relações Internacionais, apontar seus limites teóricos e metodológicos para a abordagem das mais diversas questões, e parte da trajetória meta-teórica crítica da disciplina se baseia no ritual de revisar incansavelmente suas fronteiras, na busca interminável por alcançar o que *ainda está fora*. Em parte, essa tese mimetiza o mesmo processo, já que parte de premissas parecidas sobre o que as Relações Internacionais não dizem e não ouvem. Seu objetivo, no entanto, não é oferecer uma correção de rota, uma solução, uma “virada”. Ao contrário, propõe entender de que forma são as próprias Relações Internacionais constituídas por esses mesmos limites. A saída, nesse caso, é a *saída*. Foi preciso sair dos domínios

(ontológicos, epistemológicos e metodológicos) da disciplina para compreender as manifestações da violência na cidade pós-colonial do Rio de Janeiro.

Há que se sublinhar, primeiramente, a incapacidade histórica da disciplina de Relações Internacionais em abordar os temas da raça e do racismo. Como argumentam Alexander Anievas, Nivi Machanda & Robbie Shilliam no importante *Race and Racism in International Relations* (2015), raça e racismo são partes constituintes da disciplina na medida em que informam mitos fundantes, léxicos, narrativas e imaginações sobre do que se tratam as relações internacionais. Ao mesmo tempo em que se pretende neutra em termos de raça<sup>1</sup>, a disciplina constrói e sustenta hierarquias raciais através da forma como interpreta ontologicamente o mundo e, também, pelas epistemologias que forja para tentar estudá-lo. A pretensão de estudar um sistema internacional “anárquico”; a ideia subjacente de um contrato social internacional que permite a esse sistema existir; suas dicotomias fundantes e que colocam em operação a prática cotidiana da disciplina; a história global oficial que ajuda a forjar e a prática historiográfica que a sustenta; são todos elementos atravessados por entendimentos sobre raça. Igualmente, perspectivas pós-coloniais forjadas dentro e a partir da disciplina há muito apontam sua incapacidade em dar conta do papel que desempenhou a colonização para a formação do “internacional” (Chowdhry & Nair, 2002; Krishna, 2009). As Relações Internacionais, então, são menos ciência que estuda um *problema* e mais um *problema* que precisa, também, ser estudado. A disciplina de Relações Internacionais é, antes de tudo, eurocêntrica, desenvolvida de forma pretensamente despolitizada, a-histórica e neutra em termos de raça para articular um modo de ver o mundo que endossa projetos de poder essencialmente (pós-)coloniais (Krishna, 2018).

Ainda assim, são as Relações Internacionais uma disciplina em disputa. Por isso, é importante mencionar a existência de um sólido arcabouço de perspectivas críticas que questionam justamente o silêncio da disciplina sobre raça, racismo e colonialidade. Nas últimas décadas, emergiu dentro das Relações Internacionais um conjunto de estudos de orientação pós-colonial e/ou decolonial dedicado a discutir os atravessamentos da colonização nas relações internacionais. Situam-se dentro desse arcabouço importantes estudos sobre a construção da diferença nas Relações Internacionais (Inayatullah & Blaney, 2004); a orientação eurocêntrica da disciplina

---

<sup>1</sup> No original em inglês, “race-neutral” (Henderson, 2015).

e as possibilidades de construção de saberes e práticas acadêmicas não-ocidentais (Shilliam, 2010); e a necessidade de descolonizar as práticas e as normas que forjam as relações internacionais (Jones, 2016; Epstein, 2017). Ainda assim, é menos esse conjunto de perspectivas uma versão “pós-colonial” ou “decolonial” da teoria de Relações Internacionais e mais uma orientação teórico-epistemológica dedicada a olhar para o atravessamento da (pós-)colonialidade dentro da disciplina, de forma a questionar seus fundamentos eurocêtricos, coloniais, racistas.

O estudo das cidades, dentro da disciplina, é diretamente impactado por essa forma de ver as coisas, especialmente no caso das cidades do que se convencionou chamar de “Sul Global”, i.e., onde esteve em operação, por décadas ou séculos, saberes e práticas coloniais de violência e exploração. Sobre elas, são duas as principais interpretações que circulam pela disciplina: (1) a que as vê como versões menos eficientes e desenvolvidas de suas contrapartes europeias; e (2) a que as entende como “problemas” da globalização que precisam ser estudados e/ou resolvidos. Quando se descrevem essas cidades, em geral se mobilizam conceitos, linguagem e imaginários fundamentados em hierarquias (pós-)coloniais, como os de “megacidades”, de “cidades frágeis” ou, ainda, de “favelas globais” (Roy, 2011; Muggah & Savage, 2012; Davis, 2015). Mas são também as cidades entendidas pela disciplina das Relações Internacionais como um novo espaço para a operação e consequente apreensão da política contemporânea pretensamente globalizada. Nesse caso, utilizam-se, em geral, ferramentas teórico-epistemológicas de natureza eurocêntrica, situadas na experiência das cidades consideradas “desenvolvidas”, para dar conta das múltiplas realidades que operam nas cidades do “Sul Global”. Muito raramente são elas estudadas em seus próprios termos, a partir de uma leitura crítica sobre as próprias condições de possibilidade para sua existência simbólica, material e estético-afetiva como *cidade*.

É nesse sentido que se pulou o muro das Relações Internacionais também em busca de referências intelectuais que pudessem ajudar a construir uma interpretação trans-histórica da cidade do Rio de Janeiro e de sua constituição a partir da (pós-)colonialidade. Mobilizou-se, para isso, um arcabouço de leituras historiográficas sobre a formação da cidade; diferentes interpretações desenvolvidas em âmbito local, especialmente dentro da Sociologia e da Antropologia, sobre dinâmicas de violência na/e a cidade; e, sobretudo, um conjunto de escritos orientados por uma epistemologia pós-colonial e/ou decolonial e dedicados a entender a violência e/ou

a cidade a partir de interpretações centradas na raça, no racismo e nas configurações contemporâneas da (pós-)colonialidade. Mais ainda, pulou-se também o muro da própria universidade, na busca por intelectualidades construídas fora dos domínios acadêmicos tradicionais que fossem capazes de romper com os silêncios, os limites e as marginalizações produzidos pela disciplina de Relações Internacionais.

### 1.3.

#### **“Pelo acostamento”**

Apontados alguns dos problemas que impediam que se avançasse uma leitura centrada na raça e no racismo dentro e a partir das Relações Internacionais, cabe apresentar, também, as dificuldades de fazer esse mesmo movimento na própria escrita da tese. Pede-se licença, então, para que daqui em diante seja feito um relato em primeira pessoa. Uma interpretação centrada na raça e no racismo não me veio naturalmente; não era objetivo inicial da pesquisa; e eu sequer tinha acúmulo teórico, construído dentro ou fora da disciplina de Relações Internacionais, para arranhar a superfície dessa questão. Meu ponto de contato inicial com o tema da violência na cidade do Rio de Janeiro veio da experiência de viver na/pela cidade e, depois, de ser inserida em um circuito de saberes e práticas sobre a chamada “segurança pública” a partir da minha trajetória profissional. Dentro do doutorado, meu primeiro impulso – e, eu diria, a da maior parte das alunas e dos alunos da disciplina – foi o de abordar a violência e a cidade a partir do prisma da “guerra urbana” e do conceito que se popularizava à época da “militarização”. Não se pode dizer que raça e racismo não estavam no meu radar, mas eram considerados de forma tangencial e consequencial, como o faz a maior parte das interpretações acadêmicas dentro das Ciências Sociais e das Relações Internacionais.

É nesse sentido que pego emprestado a expressão utilizada por Ana Luiza Flauzina em sua tese *Corpo Negro Caído no Chão* (2006) para confidenciar que minha abordagem à raça e ao racismo durante o processo de pesquisa dessa tese se deu, inicialmente, “pelo acostamento”. Flauzina usa essa expressão para descrever o padrão de quase-silenciamento sobre raça e racismo que caracteriza a produção acadêmica sobre o sistema de justiça criminal, a partir do qual se torna evidente, por um lado, a seletividade racial de seu funcionamento, mas, por outro, exime-se

de lançar qualquer “acusação categórica” sobre as fundações desse mesmo sistema (Flauzina, 2006: 40). Em muitos sentidos, repliquei essa lógica nos estágios iniciais da minha pesquisa, entendendo que eram os corpos negros os mais impactados pela violência que operava na cidade, mas hesitando em aplicar uma leitura epistêmica radical, crítica e centrada na raça para abordar o que era flagrante. Essa hesitação se manifestou, por exemplo, ainda durante a escrita do projeto de tese, quando optei por utilizar termos generalizantes e circulares como “alteridade violenta” para dar conta do que poderia ser simplesmente chamado de “racismo”. Na medida em que fui provocada por diferentes pessoas<sup>2</sup>, leitoras atentas e críticas, a dar centralidade à raça e ao racismo na construção do meu argumento, fui percebendo que andar “pelo acostamento” me era quase um hábito, um ato produzido e reproduzido no consciente e no subconsciente, construído como resposta a um conjunto de questões relacionadas às próprias fundações racistas e racializadas do fazer acadêmico. Entre elas, incluíam-se os fatos de que as Ciências Sociais e as Relações Internacionais me oferecem poucas ferramentas para pensar raça e racismo a partir de uma leitura epistêmica crítica e radical e de que raras foram as vezes, durante meus onze anos de formação acadêmica, em que raça e racismo tomaram a dianteira nas discussões dentro de sala de aula. Mas também foi determinante o fato de existir um regime de entendimentos, subjetividades e práticas informadas por hierarquias racializadas de poder que reforçam, implícita ou explicitamente, a visão de que leituras centradas na raça e no racismo são menos acadêmicas, pouco científicas ou “muito ativistas”, deslegitimando-as e as diminuindo como subalternas, clandestinas, simplistas. Juntos, esses elementos compõem um emaranhado de pressupostos epistêmicos a partir do qual é não apenas cômodo, mas desejável que se mantenha o debate sobre raça e racismo na superfície.

No entanto, para além das provocações colocadas por interlocutoras dentro da academia que me fizeram transformar meu olhar sobre a centralidade da raça e do racismo para o que estava querendo dizer, foi determinante que, fora dos círculos acadêmicos, eu estivesse cada vez mais inserida em uma rede de pessoas, ativistas, intelectuais, movimentos que pautavam essas questões no seu cotidiano de luta e de

---

<sup>2</sup> Foram fundamentais, aqui, as críticas colocadas por Thula Pires, professora do Departamento de Direito da PUC-Rio, durante sua participação como avaliadora na minha banca de defesa do projeto; e por Andréa Gill, professora do Instituto de Relações Internacionais da mesma universidade e atenta leitora durante meu processo de escrita para a disciplina de Seminário de Tese.



transformação política. Ao mesmo tempo em que cursava o doutorado, trabalhei como pesquisadora e, depois, coordenadora em um grande centro de estudos no campo da segurança pública e da justiça criminal e como pesquisadora para uma importante organização não-governamental fundada e baseada no Complexo da Maré. Mas também ajudei a construir o coletivo Movimentos, formado por jovens de diferentes favelas da cidade do Rio de Janeiro para pautar questões relacionadas à violência dirigida contra jovens negras e negras moradores de favelas em nome da chamada “guerra às drogas”. Trabalhando para o Movimentos, e em contato direto com outros coletivos de favelas e movimentos sociais de base como parte do meu trabalho para as duas outras organizações, fui lentamente abrindo meus olhos e ouvidos para tudo aquilo que insistia em não ver e ouvir.

Não foi essa experiência um campo de pesquisa, a partir do qual pude investigar como “eles” pensam, vivem, agem. Menos ainda foi porta de entrada para que eu pudesse conhecer e investigar a “realidade das favelas”, reforçando sua posição como objeto de estudo fetichizado dentro das Ciências Sociais e das Relações Internacionais. Ao contrário, foi o Movimentos, assim como outros coletivos, movimentos e ativistas de favelas da cidade do Rio de Janeiro, antes e acima de tudo, meus formadores intelectuais, meus professores e orientadores, para que eu construísse um entendimento centrado na raça e no racismo (e em conceitos diretamente relacionados, como os de “branquitude”) sobre a violência na cidade do Rio de Janeiro. E foi por isso que decidi abrir a introdução anunciando que o objetivo dessa tese é me tornar Doutora em Relações Internacionais. Porque foi a partir da experiência de trabalhar para o Movimentos que passei a colocar em xeque os entendimentos que estavam sedimentados dentro de mim sobre o que são “pesquisa”, “ciência” e “conhecimento”; que comecei a questionar as hierarquias que são produzidas pela forma como se organiza a academia e, em específico, a produção acadêmica sobre violência na/e a cidade; que passei a entender minha própria tese como peça em uma engrenagem que perpetua hierarquias raciais e sociais de poder, produz e reproduz violências e deslegitima intelectualidades dissonantes. Foi por causa do Movimentos que racializei a mim mesma e provincializei a minha pesquisa. E foi também por causa deles que decidi desenvolver uma pesquisa orientada para tornar visível, investigar e questionar essas mesmas estruturas.

#### 1.4.

#### Notas sobre uma contra-metodologia

De muitas formas diferentes, essa é uma tese construída por fracassos. Muitos de natureza pessoal – as dificuldades de escrita, as inseguranças, a incapacidade de responder aos prazos, as noites mal dormidas e os dias mal vividos –, mas outros relacionados diretamente ao que e a como se pretendia fazer a pesquisa. Dois anos atrás, apresentei um projeto de tese que tinha como objetivo estudar o fenômeno da “militarização” da vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro a partir da forma como três grupos interpretavam essa realidade: os fotógrafos moradores de favelas que documentavam operações policiais; os poetas que participavam dos circuitos de *slams* pela região metropolitana da cidade; e os grafiteiros que desenhavam muros em tributo a vítimas da violência nas favelas e periferias do Rio de Janeiro. Até então, eu tinha conseguido me distanciar de uma leitura propriamente tradicional sobre a “guerra” no Rio de Janeiro, como promovida por muitas outras interpretações dentro do campo das Relações Internacionais, para entender a “militarização” como um fenômeno que atravessava o cotidiano da vida urbana da cidade. Havia, ainda, começado a investigar como a “militarização” organizava e desorganizava a vida da cidade e, em específico, das favelas e das periferias a partir de uma abordagem centrada na estética, apoiando-me no conceito de “distribuição do sensível” como formulado por Jacques Rancière (2001). Também tinha começado a me interessar pelos atores e lugares que enunciavam intelectualidades subalternizadas pela academia. Com todos esses “novos” entendimentos em mãos, decidi que a melhor forma de abordar o tema era conduzir uma pesquisa de inspiração etnográfica com os três grupos escolhidos.

O que se seguiu a essa decisão foi uma sucessão de fiascos. Não apenas porque eu não tinha formação alguma nas áreas da antropologia e da etnografia, mas, especialmente, porque eu não *queria* fazer essa pesquisa. Sentia um incômodo e uma angústia profundos toda vez que tinha de falar sobre a minha própria tese para as outras pessoas e, especialmente, para aquelas e aqueles com quem queria estabelecer uma relação de pesquisa. Posterguei todos os prazos possíveis. Tive seguidas crises de ansiedade. Achava, inicialmente, que minha dificuldade estava na minha incapacidade de conduzir pesquisa com pessoas tão próximas, muitas das quais haviam se tornado minhas amigas e meus amigos mais íntimos. Com o tempo,

fui entendendo que não queria construir com eles uma relação de pesquisa em que progressivamente desacreditava, e que sabia que os colocava em uma situação de permanente subalternidade em relação à produção acadêmica e intelectual entendida como “legítima”. Não queria ser eu o instrumento para perpetuar essas hierarquias. Mais ainda, não estava disposta a utilizar as relações pessoais e afetivas que havia estabelecido para fazer essa pesquisa acontecer. Por meses a fio, deixei a tese em último plano na minha vida. Ao mesmo tempo, comecei a questionar cada vez mais o porquê de ter escolhido empreender uma pesquisa de inspiração etnográfica para falar sobre a relação entre violência e a cidade.

Numa das minhas muitas tentativas de desviar totalmente do foco dessa tese, esbarrei em uma leitura que acabou acidentalmente dando sentido ao incômodo que vinha sentindo nas minhas tentativas de fazer a tese acontecer. O texto, um capítulo do livro *Representing Reality* (1991), de Bill Nichols, sobre a cinegrafia documental e etnográfica, comparava a etnografia à pornografia. Nas palavras de seus autores, “a etnografia é um tipo de pornografia legitimada, uma pornografia do conhecimento, dando-nos o prazer de conhecer o que parece incompreensível” (Hansen, Needham & Nichols, 1991: 210). Argumentava-se, no texto, que eram as duas um jogo negociado de representações que articulavam a ideia de “realidade” para a construção de relevância e legitimidade. O argumento, provocador por jogar com um conjunto de incômodos morais estabelecidos socialmente sobre a própria pornografia, abriu a possibilidade para que eu questionasse o que estava por trás das minhas escolhas por uma metodologia de inspiração etnográfica. Cabe salientar que essa não é uma metodologia comum às Relações Internacionais, mas tem se tornado uma prática de pesquisa em expansão dentro dos domínios mais críticos da disciplina, justamente por se apoiar no pressuposto de que é capaz de acessar o “mundo real” de uma maneira que as práticas metodológicas mais tradicionais da disciplina, confinadas às salas das universidades e aos escritórios onde se desenrola a política “dura”, não seriam aptas a fazer. Igualmente, confere à etnógrafa e ao etnógrafo o status de intelectual arrojado por ser capaz de navegar uma “realidade” que se entende como perturbadora ou perigosa por ser, justamente, desconhecida. Nesse sentido, complementa-se aqui que etnografia e pornografia têm em comum não apenas a capacidade de produzir a satisfação em quem lê e em quem olha, como se ambas conseguissem mostrar aquilo que está “escondido” ou é “proibido”, mas também produzem e são produzidas por relações hierárquicas e potencialmente

violentas de poder sobre quem “mostra”, como se “mostra” e quem é “mostrada” ou “mostrado”.

A decisão de conduzir uma pesquisa de inspiração etnográfica era baseada, ainda que subliminarmente, na expectativa de corresponder a esses pressupostos, de torná-la original e respeitada por acessar uma “realidade” desconhecida por grande parte dos círculos acadêmicos com os quais conversava. Na medida em que me aprofundava nas contradições de um fazer acadêmico elitizado, que reproduz hierarquias de poder racializadas justamente ao fazer operar entendimentos como esses, fui questionando os próprios parâmetros metodológicos que forjei para minha tese. Eram muitas as referências intelectuais ao meu redor que questionavam as hierarquias estabelecidas pela academia na produção de conhecimentos sobre a violência na/e a cidade do Rio de Janeiro: o trabalho de *hackeamento*<sup>3</sup> do debate sobre “segurança pública” que coletivos como o Movimentos e o Papo Reto faziam todos os dias; o ciclo aberto de debates “Pra que e pra quem servem as pesquisas em favelas?”, organizado pelos acadêmicos-ativistas Fransérgio Goulart e Rodrigo Calvet; as conversas com colegas e amigos intelectuais e ativistas, como Marcelle Decothé, Manuela Trindade Viana e Pedro Paulo da Silva, sobre suas experiências de trânsito pela academia e suas tentativas de construir formas outras de produzir conhecimento. Depois de um longo processo, abracei finalmente o fracasso, e foi então que abandonei toda e qualquer pretensão de fazer uma pesquisa de inspiração etnográfica.

Foi assim que recorri à teoria como forma de sarar as feridas e processar os incômodos. Assim como descreve bell hooks em *Ensinando a Transgredir* (2017), “cheguei à teoria desesperada, querendo compreender – apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, à época, um local de cura” (hooks, 2017: 83). O mergulho nas leituras decoloniais, nas teorias críticas da raça e nos escritos sobre branquitude me proveu o bote salva-vidas para que eu fizesse da angústia fonte de inspiração para articular uma interpretação teórico-epistemológica sobre a relação entre violência e a cidade do Rio de Janeiro capaz de questionar as mesmas estruturas racializadas e hierárquicas de poder que informaram minhas primeiras expectativas sobre essa tese. Foi no processo de desconstrução de uma metodologia de pesquisa que não

---

<sup>3</sup> Uma espécie de jargão do ativismo de base que busca descrever a estratégia de se incluir em determinada estrutura de poder com o objetivo de desmantelá-la *por dentro*.

me cabia que encontrei o método para fazer essa tese acontecer. Por isso, falo, aqui, em uma contra-metodologia ou, ainda, em uma metodologia do fracasso. Ao longo da escrita da tese, fui adicionando outros elementos e camadas a ela com o objetivo de dar sentido a todos os movimentos improvisados, pouco planejados e intuitivos a que acabei lançando mão para construir a pesquisa. Metodologicamente, essa é uma tese baseada em extensa análise de interpretações, imagens, narrativas e representações com o objetivo de oferecer uma contribuição teórico-epistemológica ao debate sobre violência na/e a cidade do Rio de Janeiro. Mas ela também se tornou possível na medida em que, deixando-me atravessar por visões de mundo críticas, radicais e decoloniais articuladas pelas muitas intelectualidades que me rodeavam, usei-as para questionar os próprios fundamentos metodológicos que inicialmente a sustentavam.

Por fim, em vez de usar meu papel como membro de um coletivo de base favelada para produzir conhecimento sobre uma “realidade” inalcançável à minha suposta audiência, escolhi lançar mão dos três lugares que ocupei ao longo desses últimos cinco anos de pesquisa para o doutorado – como colaboradora de duas organizações tradicionais do terceiro setor; como participante dos movimentos sociais de base; e como doutoranda, inserida nos círculos acadêmicos tradicionais da cidade – para articular uma interpretação teórico-epistemológica capaz de olhar *por dentro* para algumas das engrenagens racializadas de poder que produzem as imaginações, interpretações, materialidades e experiências sobre violência na/e a cidade do Rio de Janeiro. Em outras palavras, informam igualmente meus argumentos as experiências que geralmente não são consideradas objetos de estudo próprios do tema: as conferências acadêmicas, os debates, as reuniões, os projetos, as ações, as narrativas e as interpretações desenvolvidas por aquelas e aqueles que se veem apenas no papel de “pesquisadoras” e “pesquisadores”. Não são elas e eles os meus objetos prioritários de pesquisa, mas foi também a partir do meu contato profissional e acadêmico com esse campo que fui construindo entendimentos sobre a relação entre violência, produção intelectual, branquitude e a própria construção da cidade. Por outro lado, as pessoas e os espaços que são geralmente tratados como objetos de estudo ou, ainda, como informantes de uma “realidade” distante e desconhecida passam a ser entendidos, aqui, como produtores de intelectualidades legítimas, radicais e insurgentes, que trazem à superfície diferentes hierarquias de

poder que são normalmente tornadas invisíveis, negligenciadas ou subalternizadas pela prática acadêmica tradicional.

### 1.5.

#### **O percurso da tese, a tese como percurso**

Por fim, entende-se, aqui, que uma tese não é um produto, mas uma trajetória. Sobrepoem-se, dentro e a partir dela, diferentes temporalidades, frutos dos muitos reveses, inconsistências e contradições causados pelo percurso da pesquisa. Ainda que a introdução seja o capítulo de abertura de uma tese, sabe-se que ela é, em geral, uma das últimas partes a serem escritas. Sendo assim, o que aqui se apresenta como ponto pacífico não estava dado quando os demais capítulos foram desenvolvidos. Em vez de apostar na tentativa de tornar a tese uniforme, constante, circular, foi uma escolha consciente deixar algumas das principais contradições evidentes, com o objetivo de tornar visível o processo de investigação, de maturação de ideias e de escavação constante do que permanecia inacessível, escondido. É importante que se veja cada capítulo como vestígio de uma trajetória não-linear em direção a um entendimento mais complexo e aprofundado sobre a relação entre violência, (pós-) colonialidade e a cidade. Sendo assim, oferece-se brevemente, nessa última seção da introdução, uma espécie de visita guiada pela tese, apresentando não apenas os principais argumentos e pontos de discussão levantados capítulo a capítulo, mas também como eles foram sendo forjados e como se relacionam ou se contradizem.

No próximo capítulo, “Cidade-violência”, começa-se a construir o argumento central dessa tese: o de que é a violência mediadora e (re)produtora de um amplo repertório de significados, experiências e materialidades que constituem o Rio de Janeiro como *cidade*, tornando-a possível de existir e operar no cotidiano. Para tal, recupera-se uma discussão de natureza histórica e historiográfica sobre a formação material e imaterial da cidade do Rio de Janeiro, com foco na produção de ideais, narrativas e representações sobre a cidade no período de pretensa *transição* entre o Brasil colonial e escravocrata e o Brasil republicano e burguês-capitalista, ainda no século dezenove. A partir do momento em que se aceitou não ser possível investigar a violência na/e a cidade sem articular uma interpretação sobre as perpetuações da colonialidade no contemporâneo, tornou-se imperioso indagar suas manifestações

trans-históricas à procura das continuidades. Foi nesse percurso que se entendeu que a chave para interpretar a relação entre violência na/e a cidade é, mais do que a permanência de imaginários, de subjetividades e de materialidades da colonização, a própria constituição da ideia de mudança, transformação, transição em direção a um futuro não colonial. Argumenta-se nesse capítulo que, no momento histórico de pretensa superação da colonização, em que a escravidão já não era mais a fiadora moral, simbólica e material das hierarquias raciais, a violência se reconfigurou no e através do espaço urbano para reacomodar privilégios baseados na raça e relações racializadas de exploração. É nesse sentido, então, que foi dado ao Rio de Janeiro, nesse capítulo, o atributo de “cidade pós-colonial”, reforçando o argumento de que é a (pós-)colonialidade, ao mesmo tempo, produto e produtora das imaginações, materialidades e experiências que constituem a cidade.

No terceiro capítulo, “A cidade sensível”, desenha-se uma interpretação sobre o regime estético-urbano que opera na cidade pós-colonial do Rio de Janeiro a partir da violência. Esse foi, em realidade, o primeiro capítulo a ser esboçado, ainda em uma tentativa de construir uma interpretação estético-afetiva sobre as imaginações, materialidades e experiências que constituíam a cidade. Para tal, utilizou-se, em um primeiro momento, o conceito de “distribuição do sensível” de Jacques Rancière (2001) como lente prioritária a partir do qual seriam lidas as manifestações estéticas da violência na cidade. No entanto, depois que se estruturou uma interpretação sobre a relação entre violência na/e a cidade centrada na raça e no racismo como princípios organizadores das relações sociais, tornou-se necessário provincializar a própria leitura sobre estética oferecida por Rancière e por outras autoras e autores mobilizados inicialmente na primeira versão do capítulo. Mais ainda, optou-se por sustentar o eixo argumentativo do capítulo em um conjunto de interpretações de natureza decolonial sobre a relação entre raça, racialização e estética no espaço urbano, com foco nos conceitos de *zona do ser* e de *zona do não-ser* de Frantz Fanon. Argumenta-se, aqui, que os processos de reconfiguração da violência na cidade pós-colonial, em suas muitas formas e manifestações, forjaram um regime estético-urbano racializado que distribui (im)possibilidades para a existência e circulação de corpos, de sensações, de representações e de subjetividades na cidade, condicionando quem e o que é permitido ser visto e ouvido, e a quem e ao que não é. Para ilustrar o argumento, abordam-se, a partir de um conjunto de referências intelectuais e estéticas forjadas, em sua maioria, fora dos domínios acadêmicos, três

dimensões do regime estético-urbano que opera na cidade do Rio de Janeiro: a relação centro-periferia, suas contestações e contradições; a construção material e imaterial da zona sul como catalizadora da imagem da “cidade europeia”; e as experiências estético-corporais de se existir e circular pela cidade pós-colonial.

Na medida em que se aprofundaram os estudos sobre as manifestações contemporâneas da violência na/e a cidade, ficou evidente o conjunto de silêncios, limites e marginalizações produzido pelas literaturas ditas especializadas no campo da “segurança pública” sobre o papel desempenhado pela raça e pelo racismo. Sendo assim, o quarto capítulo da tese, “Interpretações da violência”, emergiu da necessidade de tornar esse arcabouço de leituras objeto de estudo para entender as formas pelas quais ele também produz a cidade e suas muitas violências. O capítulo enfocou, em específico, o regime de temporalidades e as fronteiras cartográficas em que esse conjunto de interpretações se baseia e, ao mesmo tempo, produz e reforça. Utilizou-se, nesse caso, o conceito de branquitude metodológica, como articulado por Gurinder Bhambra (2017a e 2017b), para descrever a forma como o campo falha em reconhecer raça e racismo como princípios estruturantes do mundo que busca estudar. Em contraposição a esse arcabouço de pesquisas e entendimentos, apresenta-se, na parte final do capítulo, o que se optou por chamar de “escritos da cidade antinegra”, para designar um conjunto de leituras elaboradas, em sua grande maioria, por intelectuais negras e negros que privilegiam a relação entre violência, racismo e (pós-)colonialidade. Se as interpretações comumente forjadas dentro do campo da “segurança pública” são incapazes de ir além da superfície de uma discussão sobre como raça e racismo produzem e são produzidos pela violência na cidade pós-colonial, esses escritos, ao contrário, constroem gramática específica para dar conta dessa dimensão.

Nesse capítulo, apresenta-se, também, o conceito de “antinegritude”, como mobilizado por João H. Costa Vargas (2020), para dar sentido à opressão e à violência a que as populações negras são submetidas em contexto diaspórico. Opta Vargas por enunciar o conceito da “antinegritude” em contraposição à própria ideia de “racismo”, que, segundo ele, é incapaz de capturar a forma como a negritude se tornou parte constituinte de uma ideia universalizante de não-humanidade. Apesar de a argumentação central da tese se aproximar da ideia de “antinegritude” como proposta por esse autor, optou-se por não descartar o uso dos conceitos de raça e de racismo, em grande parte, porque são esses termos mobilizados por outras muitas



referências intelectuais importantes para o percurso da pesquisa. Coexistem, então, ao longo da tese, ambas as gramáticas, o que parece ser uma de suas principais contradições. Acontece que é essa inconsistência, ao mesmo tempo, um importante vestígio do percurso realizado em direção a um entendimento mais aprofundado sobre a relação entre violência e (pós-)colonialidade. Da mesma forma, também é nesse capítulo que a tese, finalmente, aumenta o tom de sua radicalidade, discutindo a violência na cidade como projeto de genocídio e extermínio. Escolheu-se, aqui, deixar transparecer que essa reflexão só aparece no quarto capítulo justamente para deixar evidente o percurso teórico-conceitual que ela realiza. Se foi o primeiro capítulo fio condutor a partir do qual os demais argumentos sobre a cidade pós-colonial serão desenvolvidos e trabalhados, o quarto capítulo constitui o clímax de um entendimento sobre no que consiste a violência, seus fundamentos racializados e suas formas de operação genocidas.

Por fim, o quinto capítulo, “Guerra na cidade”, encerra o percurso da tese ao voltar ao tema que deu início a tudo. Como já foi mencionado, foi para dar conta do fenômeno da “militarização” da vida urbana no Rio de Janeiro que deu início a essa pesquisa, em primeiro lugar. Ao mesmo tempo, foi a partir dos silêncios, das insuficiências e das fronteiras encontradas durante essa trajetória que se começou a costurar todos os outros capítulos. De certa forma, tudo o que se construiu antes do quinto capítulo tinha como objetivo criar as bases teórico-conceituais para que essa última parte se tornasse possível. No fim, tornou-se justamente esse percurso – a tentativa de preencher os muitos vazios encontrados – a própria tese. O capítulo cinco, então, alimenta-se de tudo o que foi escrito antes para olhar para a “guerra” e para a “militarização” não como fenômenos dados que atravessam a cidade, mas como partes integrantes das mesmas engrenagens racializadas que foram analisadas nos capítulos anteriores. Argumenta-se aqui que é a “guerra” um guarda-chuva político-conceitual que ativa imaginários, narrativas, representações e práticas da violência destinados a produzir a cidade pós-colonial e antinegra no seu dia a dia ao mesmo tempo em que opera de forma a tornar invisíveis a raça e o racismo como princípios estruturantes desse mesmo projeto. Nesse sentido, a “guerra” que eu queria estudar há cinco anos, quando comecei minha trajetória no doutorado, nada tem a ver com a “guerra” sobre a qual escrevo, agora, nessa tese. Tudo mudou.

Encerra-se a tese com um capítulo conclusivo a partir do qual se ensaia uma discussão sobre as possibilidades de reinventar a cidade (no sentido de construir

novo fundamento) a partir de imaginações, materialidades e experiências não-violentas e decoloniais. Toma-se a provocação de Vargas (2020) sobre a necessidade de se forjarem novos parâmetros de humanidade a partir dos quais a “antinegitude” não mais será a régua definidora de sujeitos e não-sujeitos, lugares e não-lugares, como orientação para que se defenda a articulação de saberes e práticas críticas dedicados a repensar a própria cidade do Rio de Janeiro. A tese tem como objetivo não tanto contribuir para o alargamento das agendas de pesquisa ou para o aprofundamento de uma reflexão teórico-epistemológica dentro das Relações Internacionais, mas evidenciar necessidade de se articular novas possibilidades epistêmicas radicais e decoloniais para estudar a relação entre violência, cidade e (pós-)colonialidade. Sendo assim, apresenta-se brevemente, no capítulo de conclusão, alguns elementos para que se possa pensar, justamente, a construção de novos percursos para a disciplina, para a academia e para a cidade.

## 2

### A cidade-violência

Se o Rio de Janeiro convive, há muitas décadas, com a reputação de “cidade violenta”, é porque em algum momento ele se desenvolveu como “cidade-violência”. A escolha de chamar o segundo capítulo por esse nome é, por si só, uma tentativa de dar sentido ao papel desempenhado pela violência na constituição do Rio de Janeiro como cidade. Argumenta-se, aqui, que é a violência mediadora, produtora e reprodutora do repertório de significados, experiências e materialidades que constroem a *urbanidade*<sup>1</sup> do Rio de Janeiro, fazendo-a operar no cotidiano. Historicamente, ela assume muitas formas, a começar pela violência empregada para manter o modo de produção colonial escravagista, a partir do qual se desenvolvem os embriões, ainda coloniais, da ideia de “cidade do Rio de Janeiro”. O processo de *state making* à brasileira – como o conjunto das transformações políticas, econômicas e sociais que constroem, ao longo do século dezenove, as condições simbólicas e materiais para a existência do que se entende por Estado brasileiro – foi forjado, em grande parte, a partir da difusão de ideais bastante específicos sobre sua capital-metrópole. Vista como uma cidade em transformação, o Rio de Janeiro foi cenário para a reconfiguração das relações raciais hierárquicas que outrora sustentaram a empreitada colonial, mas que, no momento de transição para a *pós-colonização*, precisavam ser reacomodadas para abarcar novas ideias de país.

A violência, nesse contexto, também se reconfigura. É amplamente conhecido que operava, durante a colonização, um farto repertório de violências desenhado para manter a sociedade colonial funcionando: o extermínio das populações nativas encontradas no território; o sequestro de africanos trazidos à força para a colônia, bem como os castigos físicos, o regime de trabalho inumano e

---

<sup>1</sup> Entendida, aqui, como manifestação espaço-temporal recente que determina possibilidades para a imbricação e a intervenção do poder estatal no cotidiano através de imaginações, materialidades e experiências relacionadas à cidade.

a violência simbólica a que eram submetidos; a violência sexual sistemática contra mulheres negras e indígenas. Se é a violência uma ferramenta primordial para a implantação, a manutenção e a organização de um projeto colonial, sendo ela mesmo produto e produtora das relações de submissão e dominação que o sustentam (Fanon, 1979; Césaire, 1972), ela também está presente nos complicados processos de transição para um momento pretensamente pós-colonial<sup>2</sup>. A construção simbólica, discursiva e material de um Rio de Janeiro pós-colonial, que abdica de sua colonialidade em nome dos novos ventos da modernização, dependeu, em grande medida, da violência como gestora das relações sociais no espaço urbano, que por sua vez também passaria a ser submetido a seguidos processos de remodelação.

Recuperar o papel histórico desempenhado pela violência, em suas distintas facetas, na construção simbólica e material do Rio de Janeiro como “cidade” é passo fundamental para compreender suas manifestações contemporâneas no espaço urbano. A reputação de “cidade violenta” que o Rio de Janeiro passa a carregar a partir das últimas décadas do século vinte é, ao mesmo tempo, causa e consequência de práticas históricas de gestão violenta da cidade. Gere-se violentamente a cidade na medida em que se utiliza da violência como instrumento<sup>3</sup> primordial para garantir que determinados imaginários sobre a cidade (e também sobre o espaço urbano) sejam operacionalizados cotidianamente. Nos últimos quarenta anos, a produção acadêmica sobre a relação entre violência e a cidade documentou em detalhes essas diferentes expressões – entre elas, as operações policiais nas favelas e nos bairros periféricos, a violência policial contra seus moradores e o fortalecimento, com anuência e participação ativa de atores estatais, de iniciativas ditas “paraestatais” ou “paramilitares” de controle violento sobre determinados territórios da cidade (ex. Zaluar, 1985; Leeds, 1996; Cano, 1997; Machado da Silva, 2008). Houve, ainda, considerável esforço em investigar a produção e a circulação de narrativas que sustentam, dão sentido e fortalecem as práticas de violência empregadas para garantir a existência simbólica e material de determinada “cidade

---

<sup>2</sup> Fala-se em “pretensamente” porque são essas fronteiras temporais também artificialmente forjadas para dar conta de processos históricos. Aqui está em análise justamente a construção dessa divisão temporal, movimento que pretende ficar mais claro no decorrer do capítulo. Joga-se com o imaginário temporal que atravessa o conceito de “pós-colonial”, entendendo, obviamente, que as literaturas pós-coloniais não o interpretam como uma demarcação temporal ou histórica.

<sup>3</sup> Entendendo que as palavras “instrumento” e “ferramenta” não dão conta do caráter produtor da violência. Isso será mais bem desenvolvido ao longo do capítulo.

do Rio de Janeiro” (ex. Malaguti, 2003; Valladares, 2005; Amaral, 2010; Leite, 2012 & 2014). Mais recentemente, o termo “militarização”<sup>4</sup> se popularizou como um catalizador conceitual para dar conta do emprego crescente e sistemático de práticas, tecnologias e narrativas militares na gestão violenta da cidade (ex. Instituto PACS, 2017; Leite et al., 2018).

Recuperando a provocação de Milton Santos (1977) sobre a necessidade de dar historicidade ao espaço humano – e, nesse caso, ao espaço *urbano* como catalizador de distintos processos econômicos, políticos e sociais que o informam e que por ele são informados –, o objetivo deste capítulo é mobilizar perspectivas e narrativas históricas sobre a formação material e imaterial da cidade do Rio de Janeiro para embasar uma interpretação sobre a relação entre violência e a cidade de perspectiva pós-colonial, que privilegie as relações raciais e suas múltiplas desigualdades como variáveis-chave para se pensar a violência no espaço urbano em perspectiva histórica. Para cumprir tal objetivo, o capítulo começará, em “*State making* à brasileira” com uma discussão sobre o processo de formação do Estado brasileiro e sua relação com a construção de imaginários *pós-coloniais* associados à modernidade e à civilização. Em seguida, em “Percursos da cidade”, será apresentada uma interpretação sobre como essas ideias de país informaram a construção material e imaterial da cidade do Rio de Janeiro – i.e., como cidade imaginada e sempre à procura de ser concretizada, mas também como cidade modelada e remodelada, cujo espaço urbano foi submetido a seguidas reformas e intervenções. Por fim, em “Violência e a cidade”, será costurada uma análise sobre o papel da violência como principal mediadora, produtora e reprodutora de significados, experiências e materialidades da/sobre a cidade que opera para manter hierarquias raciais em um momento pós-colonização.

## 2.1.

### ***State making* à brasileira**

“A guerra faz Estados” é, possivelmente, a frase mais conhecida do historiador Charles Tilly. No ensaio *War Making and State Making as Organized*

---

<sup>4</sup> O conceito de “militarização” será retomado e trabalhado de forma mais detalhada no quinto capítulo dessa tese, “Guerra na cidade”.

*Crime* (1985), Tilly argumenta que a história da formação dos Estados europeus foi fenômeno análogo ao que hoje se entende pelo processo de monopolização dos meios organizados da violência praticado por organizações criminosas, grupos paraestatais e outros tipos de atores privados. Os governos se constituíram, diz Tilly, através da competição violenta entre grupos dominantes pelo monopólio da coerção e pela venda de serviços de proteção às pessoas comuns. Vendia-se proteção, naturalmente, contra ameaças exógenas – concretas ou fabricadas. Em suas palavras, “uma vez que os próprios governos normalmente simulam, estimulam ou mesmo fabricam ameaças de guerra externa, e uma vez que as atividades de repressão e extração dos governos frequentemente constituem as principais ameaças à vida de seus próprios cidadãos, muitos governos operam essencialmente da mesma forma que extorsionários” (Tilly, 1985: 171 – tradução livre). A legitimidade desse monopólio, afirma o historiador, é consequencial, resultado da capacidade de convencimento de outras fontes de autoridade – obtida lentamente e, inclusive, através do uso da força. Interpreta-se, a partir do argumento do autor, que a violência organizada é elemento primordial para o processo de *state making*<sup>5</sup> europeu – entendimento que desestabiliza a elaboração teórica predominante sobre o processo de formação estatal europeu, de caráter contratualista, de que a criação dos Estados nacionais serve à pacificação da violência presente nas relações sociais.

No caso do processo de formação do Estado brasileiro, os parâmetros de *state making* já estavam parcialmente forjados. A historiografia brasileira costuma apontar o século dezenove como o momento em que transformações políticas, econômicas e sociais colidiram para construir um ideal de Brasil independente, não-escravocrata e republicano. Não obstante, a ideia de *Estado nacional* a partir do qual esse processo foi construído é fundamentalmente europeia, resultado de lentos processos históricos de monopolização dos meios organizados de violência como os que Charles Tilly descreve. É preciso considerar, ainda, que processos de *state making* são contínuos, apesar de passíveis de serem estudados a partir de uma perspectiva histórica. Sendo assim, se houve, no século dezenove, a construção e a operacionalização de determinados ideais de um Estado brasileiro (ou à brasileira),

---

<sup>5</sup> Aqui, entende-se *state making* como um processo contínuo de afirmação simbólica e material da existência de um “Estado”. Para uma análise crítica da ideia de “Estado” no pensamento político contemporâneo, ver Jens Bartelson (2001).

forjados e perseguidos pelas elites políticas, econômicas e intelectuais, esse é um processo, por definição, inconcluso – posto que necessita sempre ser assegurado, produzido. O que estava em jogo, naquele período histórico, eram as condições simbólicas e materiais a partir das quais seria posto em prática tal ideal de Estado, parcialmente inspirado por suas contrapartes europeias.

É senso comum afirmar que, na história brasileira, as transições políticas foram, em geral, pactuadas pelas elites, ainda que não necessariamente não-violentas. A produção historiográfica brasileira é consensual ao apontar as construções simbólicas que permearam a constituição do Estado brasileiro no século dezenove. Talvez a mais conhecida delas tenha sido o desejo de construir uma *civilização nos trópicos*, “ideal político, intelectual e econômico [que] contribuiu para acontecimentos como a Abolição da escravidão, a Proclamação da República e, sobretudo, a consolidação de uma espécie de projeto nacional tão modernizante quanto autoritário” (Miskolci, 2012: 21). O modelo de Estado nacional que emergia se confundia com os ideais de modernidade, civilização e progresso ainda importados do “século das luzes” europeu, incompatíveis com o modo de produção e de vida colonial, que começava a ser descrito por certas elites intelectuais como arcaico, atrasado, incivilizado. Como nos conta José Murilo de Carvalho (1998: 109), “o Brasil estava na fase teológico-metafísica e devia avançar para a fase positiva do regime industrial republicano”. Concomitantemente, operavam, como pano de fundo, transformações conjunturais de natureza política e econômica que impunham às elites coloniais a necessidade de repensar o modelo de produção escravista – entre elas, a crescente pressão internacional pela proibição da prática da escravidão (Azevedo, 1987). A “tese da mudança” era parte integrante da nova visão de mundo que os modernizadores pretendiam criar (Carvalho, 1998: 112).

Nas palavras de Afonso Carlos Marques dos Santos (1979),

“Entre os homens brancos, desde o século XVIII que uma elite letrada havia estudado na Europa tentando superar os limites de sua própria geografia cultural. Homens do Novo Mundo, ao presenciarem a revolução da velha Europa passavam a reinterpretar as colônias de origem, o que significava, então, pensar a autonomia nacional e o fim do pacto colonial” (Santos, 1979: 27 *apud* Benchimol, 1990: 23).

Baseado na construção de dicotomias entre ‘tradicional’ e ‘moderno’, ‘colonial’ e ‘civilizado’, este imaginário é reproduzido também pelo cânone do pensamento social brasileiro. Em *Raízes do Brasil*, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda apresenta a Abolição da Escravidão, em 1888, como “o marco divisório entre duas épocas” (1995: 73). Diz o historiador que, ao longo do século dezenove, importantes transformações destituíram a velha herança rural e colonial em favor de um imaginário racional, citadino (em outras palavras, urbano) e cosmopolita de país. Alçado à posição de “intérprete do Brasil” junto a outros intelectuais de referência para a sociologia brasileira como Gilberto Freyre, Raymundo Faoro e Florestan Fernandes, Buarque de Holanda endossa o imaginário de que a formação do Estado brasileiro é fundamentalmente calcada na rejeição do seu passado colonial em direção à modernidade. O autor indica, ainda, que a transformação pela qual o país teria passado nesse período também se refletiu em mudanças no lugar a partir do qual a estrutura da sociedade operava: do ambiente rural para o espaço das cidades. O colonial a ser expurgado se referia, por um lado, ao modo de produção escravista – tomado, por Buarque de Holanda, como aspecto central para diferenciar a sociedade colonial “arcaica” da sociedade republicana “moderna” –, mas também aos símbolos e às representações das velhas estruturas coloniais que já não se encaixavam na estética<sup>6</sup> da modernidade e da urbanização.

Como toda dicotomia, as ideias supostamente opostas de modernidade e tradição se imbricam de formas contraditórias na trajetória do pensamento político e social brasileiro. Enquanto, por um lado, disputam espaço no contexto da formação do Estado-nação republicano no limiar do século dezenove, a partir do qual se convencionou entender o processo de “transição” do Brasil em direção à modernidade, por outro, coexistem, protegem-se, alimentam-se mutualmente. A interpretação de que coexistiam *dois Brasís*, um tradicional e um moderno, circulava também entre os viajantes estrangeiros, como descreve Eunice Durham em *A Caminho da Cidade* (1973),

“Afirmava-se a existência de uma dualidade fundamental, através da qual se costumava opor, de um lado, a tecnologia rudimentar e a organização patrimonial do sistema tradicional, retrógrado e pobre, baseado nas relações pessoais de dominação, lealdade e obrigações mútuas; de outro, um sistema capitalista

<sup>6</sup> O debate sobre estética será abordado detalhadamente no próximo capítulo.



industrial em expansão, progressista e rico, fundado na concepção do lucro, na racionalização do processo produtivo, na burocratização das instituições, na impessoalidade das relações interpessoais” (Durham, 1973: 8-9 *apud* Zaluar & Alvito, 2006: 12).

O anseio das elites por um Estado-nação brasileiro seria, ao longo das décadas seguintes à Proclamação da Independência, mediado por ideais de modernidade e civilização inspirados na experiência dos Estados europeus e de suas metrópoles urbanizadas. As contradições que cercavam o processo europeu de modernização industrial não pareciam encontrar eco na formação simbólica do Estado brasileiro a partir de ideais de modernidade. Enquanto determinada parcela da intelectualidade europeia olhava para a sociedade industrial e urbana também como fonte dos males modernos da pobreza e da degradação de costumes, “aqui nós a desejávamos, pois nosso inimigo era nosso passado, associado ao atraso, à natureza e aos instintos”<sup>7</sup> (Miskolci, 2012: 23). Parte desse atraso se refletia, na interpretação dos “missionários da modernização” brasileira, na própria estética da velha cidade colonial e nos hábitos de seus moradores (Carvalho, 1998). O ideal de Estado brasileiro que pouco a pouco se difundia entre as elites intelectuais estava diretamente relacionado à construção simbólica de uma nação independente, moderna e urbana, capaz de expurgar e pacificar seu passado colonial escravista. A cidade do Rio de Janeiro, como antiga capital do império colonial português e, depois, do recém-nascido Estado brasileiro independente, mantinha lugar especial nesse imaginário, uma “ponta estratégica do processo de modernização” (Rezende de Carvalho, 1994: 16).

Como descreve o geógrafo e historiador Maurício de A. Abreu (1987),

“Era preciso [...] criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais. Nesse sentido, o rápido crescimento da

<sup>7</sup> Algumas décadas depois, a visão do espaço urbano como lugar da miséria moral e do perigo se tornaria corrente entre alguns cronistas da cidade. Um exemplo são as crônicas escritas pelo jornalista Benjamim Costallat para o Jornal do Brasil, editadas em 1924 no livro *Mistérios do Rio*. Inspiradas nos populares *Mistérios* de Paris, de Londres e de Nova York, as crônicas de Costallat descreviam os pecados, vícios e crimes cotidianos da sociedade carioca, que tanto se sustentava em imagens fabricadas de polidez e requinte. O livro se tornou rapidamente um sucesso de vendas – vendendo acima dos 75 mil exemplares –, mas não sem consequências: foi alvo de proibição e repressão por parte do governo a pedidos da Liga da Moralidade (ver O’Donnel, 2012).

cidade em direção à zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia às áreas urbanas (o bonde elétrico), e a importância cada vez mais da cidade no contexto internacional não condiziam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços” (Abreu, 1987: 60).

Esse capítulo é, em parte, uma investigação sobre as formas a partir das quais o espaço urbano de uma cidade como o Rio de Janeiro manifesta, reflete, materializa, produz e reproduz hierarquias raciais e sociais que, por sua vez, reacomodam-se e se adaptam a novos futuros. No caso do Rio de Janeiro, é esse movimento constitutivo da própria ideia de Estado que se estava a construir. A invenção de um Estado republicano e civilizado se apoiava na construção material e imaterial de uma metrópole-capital moderna e cosmopolita, capaz de pacificar as entranhas do passado colonial. Havia muitas dúvidas, no entanto, se o Rio de Janeiro conseguiria alcançar esse feito, dadas tantas “resistências do passado” (Rezende de Carvalho, 1994: 31). A história da formação urbana do Rio de Janeiro é a história das sucessivas tentativas de fazer concretizar o *novo* no âmago de uma cidade que continha em si a dualidade entre o tradicional e o moderno, entre o colonial e republicano.

## 2.2.

### Percursos da cidade

O processo de formação da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século dezenove já foi vastamente estudado nos campos da História, da Geografia e das Ciências Sociais: seu gradual espraiamento para o interior e para o litoral, impulsionado pelo desenvolvimento dos meios de transporte e de outros serviços públicos; as empreitadas de remodelação de avenidas, de construção de parques e de demolição de cortiços; as campanhas de saneamento e de higienização social que as acompanharam (Abreu, 1987; Benchimol, 1990; Carvalho, 1995; Chalhoub, 1996). Pode-se concluir, a partir da leitura dessa densa bibliografia, que as intervenções físicas no espaço urbano da cidade foram expressões materiais da própria construção da ideia de uma cidade do Rio de Janeiro; imaginário que, por

sua vez, se relacionava diretamente ao processo de formação do Estado brasileiro no imaginado momento *pós-colonização*. Não é objetivo do capítulo repetir o que já foi escrito sobre esse tema. Ao contrário, ao recuperar parte dessa bibliografia, pretende-se adicionar duas leituras complementares: [1] a de que a remodelação do espaço urbano do Rio de Janeiro espelhou a necessidade de reacomodar as velhas hierarquias raciais e sociais no momento “posterior” à emergência de um Estado moderno, “pós-colonial”; e [2] a de que a violência cumpriu um papel essencial nesse processo.

A cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu organizada para a manutenção e a expansão do projeto colonial português: como forte; como porto; e, depois, como capital (Benchimol 1990). A construção de hierarquias raciais está na base de tal empreitada. Fundada a partir de relações de produção centradas no modelo escravista, as relações sociais do Rio de Janeiro do período colonial<sup>8</sup> foram forjadas em torno da diferenciação entre as classes dominantes<sup>9</sup> da colônia, o clero e os *senhores*, de um lado, e as pessoas escravizadas e os trabalhadores livres, de outro (Abreu, 1987). A dicotomia senhor-escravo<sup>10</sup> constituía a base das relações sociais da cidade colonial (Benchimol, 1990; Albuquerque, 2009), um traço que se veria refletido, por sua vez, na organização física do espaço urbano. Como se deu essa correspondência é discutível. De acordo com Abreu (1987), “a falta de meios de transporte coletivo e as necessidades de defesa faziam com que todos morassem relativamente próximos uns aos outros, a elite local diferenciando-se do restante da população mais pela forma-aparência de suas residências do que pela localização das mesmas” (Abreu, 1987: 35). Essa é talvez a história mais contada sobre a formação espacial da cidade: cercado por mangues e morros, o Rio teria nascido onde hoje existe o “centro da cidade” como um amontoado de habitações,

<sup>8</sup> Aqui, usa-se o termo “período colonial” para dar conta de um período histórico, mas entendendo, como exposto no comentário sobre o conceito de “colonialidade” de Quijano, que a ideia de *colonial* extrapola demarcações históricas (que por si mesmas são também discutíveis e passíveis de serem desconstruídas).

<sup>9</sup> Para os fins desta tese, as “classes dominantes” serão entendidas como aquelas associadas ao exercício do poder colonial.

<sup>10</sup> Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974) complexifica essa análise ao analisar o papel relevante que os trabalhadores livres desempenharam na ordem escravocrata, rejeitando uma visão historicista simplista que lê a história da formação econômica do Brasil como composta por “fases” rumo a um modelo capitalista não-escravista que encarnaria a modernidade e o progresso. No entanto, entende-se que a perspectiva de Carvalho Franco não se contrapõe à argumentação em questão, que diz respeito à penetração do binômio senhor-escravo nas relações sociais, sobretudo, a partir do lugar do simbólico e do subjetivo. Sobre isso, a autora concorda, “[o escravo] existiu como ‘presença ausente’, mas constante e pesada, no mundo de homens livres que procurei reconstruir” (1974: 7).

instalações e pessoas misturadas e espacialmente indiferenciadas em termos de classe e status social, e apenas no século dezanove se espalhou de acordo com padrões dicotômicos e segregados para o sul (como nova morada das elites locais) e para o norte (formada como abrigo para as classes trabalhadoras).

Já para a historiadora Fania Fridman (1999), a história é sutilmente diferente. De acordo com a autora, capitaneada pelas ordens e confraria católicas, mesmo durante o período colonial, a ocupação territorial da cidade do Rio de Janeiro avançou de acordo com categorias raciais e sociais correspondentes às diferentes posições de poder. Portanto, ainda que dentro do espaço limitado em que a cidade foi primeiramente formada, dois padrões de ocupação determinados a partir das instituições religiosas poderiam ser vistos: por um lado, as congregações católicas da elite colonial branca e abastada que habitavam o coração da cidade, servidas por escolas e hospitais, pelo porto e pelos incipientes serviços urbanos da época, como o sistema de drenagem de água; por outro, as fraternidades mais pobres, divididas entre pardos, negros e *mulatos*<sup>11</sup>, estabelecidas nas áreas menos privilegiadas, mais distantes do centro da cidade e próximas aos manguezais e alagados (Fridman, 1999). Tais arranjos urbanos de ocupação na cidade colonial eram manifestações materiais (entre muitas) das hierarquias raciais criadas para a preservação do modo de produção colonial, baseado na escravização de pessoas negras, assim como para a manutenção comércio colonial de pessoas escravizadas trazidas do continente africano (Alencastro, 2000). Ou, como diz Fridman, eram reflexo e ao mesmo tempo condição para as relações sociais racializadas que sustentavam o projeto colonial.

Ao mencionar as inúmeras crônicas escritas por europeus sobre a cidade durante os séculos dezoito e dezanove, o historiador Jaime Benchimol descreve: “o Rio de Janeiro é comparado a uma cidade árabe, com seu comércio ruidoso e fervilhante, suas casas baixas, suas ruas atravancadas e sujas, destituídas de simetria, ou então a uma cidade africana, devido à multidão de negros que por ela circulavam, movimentando todas as engrenagens do universo do trabalho urbano” (Benchimol, 1990: 27). O olhar colonial – i.e., o regime estético<sup>12</sup> que se estabelece

<sup>11</sup> Termo aqui usado para designar a expressão corrente da época, mas entendendo sua conotação altamente racista.

<sup>12</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre a construção de regimes estéticos forjados pela (pós-) colonialidade será feita no próximo capítulo.

a partir das imaginações, materialidades e experiências forjadas na/pela colonização – tem caráter essencialmente orientalista e é totalizante em termos de imaginação espacial: ele unifica a *diferença* e a *alteridade* em oposição direta a seu próprio projeto universalizante de dominação. Mas o olhar colonial era igualmente fabricado e reproduzido pelas elites brasileiras. “Sublinhando o imaginário da época, é possível dizer que, por causa da sua população, predominantemente negra e mestiça em um território tropical com vastas florestas, o Brasil era – no imaginário eurocêntrico dominante – a África da América” (Miskolci, 2012: 38). Com sua atenção direcionada ao florescimento industrial das cidades europeias, as elites políticas, intelectuais e econômicas locais do século dezenove diagnosticaram na cidade do Rio de Janeiro diferentes doenças sociais decorrentes do seu “passado colonial”. No fim daquele século, a transição urbana do *colonial* para o *moderno* se deu tendo como pano de fundo essa imagem: era preciso higienizar, sufocar e expurgar do espaço urbano os traços econômicos, políticos, sociais e estéticos remanescentes da colonização.

As principais reorganizações do espaço urbano do Rio de Janeiro levadas a cabo a partir de finais do século dezenove refletem esse movimento. São dois os temas-chave abordados pela extensa literatura produzida sobre a formação da cidade: [1] o remodelamento do centro da cidade, acompanhado pela remoção e destruição dos cortiços; e [2] os padrões desiguais de crescimento da cidade em direção às regiões sul, norte e oeste. No primeiro caso, a bibliografia identifica um arco de intervenções urbanas que começa ainda na década de 1890, acompanhada pela “guerra aos cortiços” promovida pelo prefeito Barata Ribeiro (1892-1893), e se estende até o final da década de 1920, quando o Plano Agache, idealização máxima do prefeito Prado Junior (1926-1930) que nunca foi colocada em prática, é concluído (Benchimol, 1990; Chalhoub, 1996). Como se sabe, pretendia-se remodelar a cidade do Rio de Janeiro de acordo com os padrões urbanos das grandes metrópoles europeias, com suas ruas largas e arborizadas. Não à toa, sobrou a Pereira Passos a reputação de “Haussman tropical”, em referência ao “artista demolidor” responsável pelo processo de reurbanização de Paris. As vielas estreitas do centro da cidade do Rio de Janeiro, que remetiam ao colonial e ao atravancado, deveriam dar lugar à modernidade. Essa história já foi exaustivamente contada: abriram-se avenidas e praças arborizadas por cima dos cortiços, destruídos pelo poder público, e das vidas daqueles e daquelas que os habitavam (Chalhoub, 1996).

Durante quatro décadas de invenções e reinvenções do espaço urbano, a cidade cresceu de acordo com padrões dicotômicos de investimento público. A expansão da cidade para a zona sul foi impulsionada pelo Estado e pelas concessionárias de serviço público, geralmente estrangeiras<sup>13</sup>, que levaram de bonde a classe abastada que antes vivia no centro da cidade ao litoral e às chácaras do Grande Andaraí. Por outro lado, a ocupação suburbana adentrava a zona norte sem qualquer suporte do Estado para além da provisão de trens, que ligavam o centro às freguesias rurais. Formava-se, assim, “um núcleo bem servido de infraestrutura, onde a ação pública se fazia presente com grande intensidade e onde residiam as classes mais favorecidas, e uma periferia carente dessa mesma infraestrutura, que servia de local de moradia às populações mais pobres, e onde a ação do Estado era praticamente nula” (Abreu, 1987: 82). Os trens e bondes tiveram papel fundamental nesse processo, ao “coisificar”, nas palavras do urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos, um modelo preexistente de organização do espaço urbano (Santos, N., 1977: 25). Dava-se início a um padrão dicotômico de ocupação espacial da cidade impulsionada por interesses públicos e privados que, muitas décadas depois, estaria cristalizado no cotidiano da cidade.

O processo de construção de uma cidade, assim como o de um Estado, também é contínuo, inacabado. Cria-se uma cidade não a partir de sua fundação, ou de seu adensamento demográfico, ou de seu crescimento e de sua expansão, mas pelo caminhar cotidiano, pelas representações e imaginários, e também pelas empreitadas materiais que organizam e desorganizam sua *existência*. Olhar para o espaço urbano é uma forma de reconstruir o trajeto material e imaterial de constituição de uma ou de muitas ideias de cidade. No caso da cidade do Rio de Janeiro, predominaram os impulsos de constituição de uma cidade moderna, nos moldes das grandes metrópoles europeias, capaz de abrigar em si os ideais de

---

<sup>13</sup> Abreu detalha, ainda, o papel desempenhado pelo capital estrangeiro na expansão geográfica da cidade do Rio de Janeiro. “É importante ressaltar que os bondes não só vieram a atender uma demanda já existente como, em atendendo a essa demanda, passaram a ter influência direta, não apenas sobre o padrão de ocupação de grande parte da cidade, como também sobre o padrão de acumulação do capital que aí circulava, tanto nacional como estrangeiro. O capital nacional, proveniente de grande parte dos lucros da aristocracia cafeeira, dos comerciantes e financistas, passou cada vez mais a ser aplicado em propriedades imóveis nas áreas servidas pelas linhas de bonde. O capital estrangeiro, por sua vez, teve condições de se multiplicar, pois controlava as decisões sobre as áreas que seriam servidas por bondes, além de ser responsável pela provisão de infraestrutura urbana. Os dois, entretanto, nem sempre atuavam separadamente, aliando seus esforços em muitas instâncias, quando esta associação era desejada, ou mesmo inevitável, como no caso da criação de novos bairros” (Abreu, 1987: 43-44).

Estado e de nação gestados no interior das elites políticas, econômicas e intelectuais. Construir uma ideia de cidade nesses termos era caminho necessário para reacomodar hierarquias raciais e sociais antes pavimentadas pelo cotidiano da colonização. Pretendia-se adentrar o momento histórico da pretensa pós-colonização, em que o passado urbano colonial deveria ser expurgado e superado para dar lugar a novas invenções sobre a cidade. A questão, aqui, não diz respeito apenas aos anseios de construção de uma metrópole urbanizada e moderna, mas, mais precisamente, ao processo de reacomodação das desigualdades raciais em um momento em que a colonização não é mais o fiador político, econômico, social e moral dessas hierarquias.

Como argumenta a historiadora Wlamyra de Albuquerque (2009), como reação à decadência do sistema escravocrata, a racialização<sup>14</sup> foi-se tornando pouco a pouco um aparato central na reorganização das hierarquias sociais de base colonial. Antes forjadas a partir do direito à propriedade – que, por sua vez, advinha da dicotomia-ideal senhor-escravo prevalecente nas relações sociais e raciais no Brasil –, as hierarquias sociais tiveram de se readaptar em um mundo em que a escravidão não era mais aceitável como princípio. A racialização foi a tecnologia social que, de acordo com Albuquerque, tornou a adaptação possível, posto que gerenciava e pacificava a diferença com dissimulação e sutileza. Para tal, utilizava como base um conjunto de imaginários raciais que já estavam presentes durante a colonização, mas que foram, naquele momento, rearticulados ao redor do conceito de *raça* como categoria fundamental. Reivindicando ser, ao mesmo tempo, científica e histórica, a racialização permitia, por um lado, explicar as relações desiguais de poder entre a antiga elite colonial branca e a população negra que fora escravizada e, por outro, prescrever a subalternidade como único futuro possível “sem que isso comprometesse o edifício liberal do abolicionismo e da república” (Albuquerque, 2009: 19).

Aqui, argumenta-se que a história da reinvenção da cidade do Rio de Janeiro se confunde com o processo de rearticulação das relações raciais tornada possível através da racialização no/do jovem Brasil republicano. De certa forma, ambos os

---

<sup>14</sup> Wlamyra Albuquerque utiliza o conceito de racialização como forma dar “historicidade à ideia de raça” (2009: 35). Embora muitas vezes seja tomado como questão trans-histórica, o conceito de raça é, de acordo com Albuquerque, progressivamente construído por práticas e narrativas localizadas historicamente no tempo e no espaço.

movimentos – a reconfiguração das relações raciais no Brasil “pós-colonial” e a reorganização espacial da cidade do Rio de Janeiro – responderam às ansiedades sociais que vieram com a desestabilização de antigas hierarquias sociais fabricadas durante (e para sustentar) o empreendimento colonial. Em outras palavras, racializou-se também o espaço urbano, que deveria dar conta de reacomodar desigualdades a partir de novas ideias de cidade. Mesmo Gilberto Freyre, uma vez alçado à categoria de cânone do pensamento social brasileiro, mas cuja obra é hoje criticamente escrutinada por sedimentar o mito da “democracia racial”<sup>15</sup>, pareceu chegar às mesmas conclusões, como descreve José Murilo de Carvalho (1998),

“Quando se dizia que o Rio se civilizava, a expressão indicava antes uma aristocratização da vida urbana do que sua democratização. Indicava a criação de um espaço urbano para as elites, afastando a presença deselegante da pobreza. Gilberto Freyre sugere, com a perspicácia de sempre, que a sofisticação do comportamento e da moda, a mania de imitar Paris, teria sido uma reação à abolição da escravidão, um modo de marcar a distância entre pobres e ricos, entre pretos e brancos, agora que a escravidão não mais os separava” (Carvalho, 1998: 121).

A racialização do espaço urbano do Rio de Janeiro se deu de formas conhecidas e muito bem documentadas: a remodelação do centro da cidade, expulsando todos aqueles considerados “indesejáveis” – entre eles, um contingente massivo de pessoas negras, cujos antepassados haviam sido escravizados em solo brasileiro; a segregação socioespacial aprofundada pela expansão dos meios de transporte, que possibilitou que um grande contingente da população negra e empobrecida da cidade pudesse ocupar áreas mais extensas (e rurais) da Zona Norte e da Zona Oeste; o espraiamento das elites políticas, econômicas e intelectuais para perto das praias, na região da Zona Sul da cidade, ou ainda, em menor proporção, para as antigas chácaras do Grande Andaraí, que passam a concentrar as riquezas da cidade e a gozar de abundantes serviços públicos; e, por fim, a formação das favelas, em sua maioria nos morros e encostas da cidade, ocupados por uma massa de trabalhadores e trabalhadoras, em sua maioria negros e negras, expulsos de suas casas e/ou que precisavam se manter perto dos postos de trabalho para assegurar seu sustento cotidiano. Nesse quadro, o Estado atuava para dar conta das

<sup>15</sup> Sobre isso, ver, por exemplo, Jessé Souza (2000).



contradições e dualidades de um Rio de Janeiro urbano, segregado e desigual. De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho,

“Visto de hoje, o problema é figurado na oposição entre o ‘mundo do asfalto’ – moderno e capitalista – e os bolsões de miséria representados pelas favelas, ou, sinteticamente, entre a ‘sociedade’ e as ‘comunidades’, estas últimas situadas aquém ou além do capitalismo moderno e da cultura de massas. Assim, por essa imagem dicotômica da cidade, *produz-se uma estranha superposição de tempos*, em que o mercado real, empírico, ganhou foros organizativos e homogeneizadores das ideias e das práticas dos indivíduos, mas as figurações hegemônicas do Rio de Janeiro trazem, ainda, a caracterização da impotência do moderno em face à heterogeneidade e à fragmentação sociais – solo em que costuma florescer uma cultura política que tem no Estado uma instância capaz de organizar, “por cima”, a convivência entre esses dois mundos” (Rezende de Carvalho, 1994: 27 – grifos adicionados).

O lugar de protagonismo a que as favelas foram alçadas na construção simbólica e material da cidade a partir do início do século vinte é, talvez, o indicador mais visível desse processo. Licia Valladares (2005) faz um estudo cuidadoso do percurso feito pelas favelas cariocas desde que adentraram o imaginário da elite intelectual brasileira como uma questão urbana. “Numa época em que conhecimento e ação eram inseparáveis, e as preocupações da intelectualidade – tanto carioca quanto nacional – estavam centradas no futuro da jovem República” (Valladares, 2005: 22), as favelas se tornaram tema central das reflexões sobre a capital e o país, tomando o lugar que antes havia sido dos cortiços. Os discursos higienistas que embasaram, em grande medida, a remoção das “classes perigosas” que viviam nas habitações populares<sup>16</sup> do centro da cidade (Chalhoub, 1996) foram também mobilizados contra as favelas. Como explica Valladares (2005), o próprio mito de origem das favelas, de que haviam nascido da migração dos soldados que lutaram a Guerra de Canudos à capital da República, revela seu lugar no arcabouço de imaginários sobre a cidade. Em muitos sentidos, as favelas materializavam o “sertão” que ainda habitava as entranhas da metrópole pós-colonial de um país que

<sup>16</sup> Diz Valladares (2005: 36), que, no início do século vinte, “o hábitat popular tornou-se um tema central sobre o devir da capital da República”. Cabe aqui uma observação sobre o próprio processo a partir do qual a ideia de cidade atravessa a *casa* como dispositivo organizador ou de governo sobre o pessoal e o cotidiano. Ainda que tangencialmente, Richard Miskolci (2012) toca em uma questão parecida: como determinada imaginação de futuro para o Estado brasileiro – e, em específico, para sua metrópole – impregna o âmbito do privado. Esse tema será retomado em outras partes da tese.

se pretendia moderno. Tendo sido a Guerra de Canudos catalizadora de discursos e de esforços para extirpar o que ainda havia de “tradicional” no Brasil republicano – e, como argumenta Carvalho (1998), sendo a própria Canudos local de resistência<sup>17</sup> aos ventos da modernidade que a tudo transformavam –, a equiparação das favelas aos sertões dava indicações do arcabouço de simbolismos que alimentaria, ao longo das décadas seguintes, as seguidas investidas do Estado no sentido de destruir, combater ou solucionar o “problema” das favelas cariocas.

Nas palavras dos antropólogos Alba Zaluar e Marcos Alvito, organizadores de *Um Século de Favela* (2006),

“Falar de favela é falar da história do Brasil desde a virada do século passado. É falar particularmente da cidade do Rio de Janeiro na República, entrecortada por interesses e conflitos regionais profundos. Pode-se dizer que as favelas tornaram-se uma marca da capital federal, em decorrência (não intencional) das tentativas dos republicanos radicais e dos teóricos do embranquecimento – incluindo-se aí os membros de várias oligarquias regionais – para torná-la uma cidade europeia” (Zaluar & Alvito, 2006: 7).

Ao longo do século vinte, as favelas se tornaram temática central na construção de imaginários e representações sobre a cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente retratadas pelos cronistas da cidade que transitavam, como *flâuners*, os mundos desconhecidos ou ignorados pela elite carioca; depois, alvo dos discursos oficiais de médicos higienistas, engenheiros e políticos, que as viam como problema social, moral e estético; as favelas adentraram, gradualmente, o espaço das Ciências Sociais como fenômeno que deveria ser, antes de qualquer coisa, desvendado (Valladares, 2005). Desde então, formou-se um sólido campo de pesquisas sobre as favelas cariocas dedicado a estudá-las em suas mais distintas dimensões: a “questão” das habitações populares e do saneamento urbano; as sociabilidades e as relações interpessoais construídas nos “territórios favelados”; as dinâmicas de informalidade que as atravessavam; e, particularmente nos últimos quarenta anos, o atravessamento da violência urbana e da criminalidade na vida

<sup>17</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, “os sertanejos defendiam sua prática religiosa tradicional, que incluía o casamento religioso, as procissões, os beatos e penitentes; defendiam sua ética da fraternidade, seu espírito comunitário e a imagem paternal do governo encarnada na figura do Imperador. Contra eles se desencadeou a ira do governo e do jacobinismo republicanos em nome da civilização e do progresso” (1998: 114).

cotidiana dos moradores das favelas e de sua relação com o restante da cidade. Esse último escopo de produções acadêmicas acompanhou a popularização de discursos e representações sobre as favelas como “covil de bandidos, zona franca do crime, habitat natural das ‘classes perigosas’” (Zaluar & Alvito, 2006: 15), reforçada pelo surgimento do mercado da cocaína na cidade do Rio de Janeiro durante a década de 1970 (Leeds, 1996). A reputação das favelas como *locus* de propagação do crime e da violência, presente desde que se construíram os primeiros relatos sobre sua existência em finais do século dezenove, ajudou a construir a imagem do Rio de Janeiro como “cidade violenta” e serviu como embasamento para justificar a violência através da qual o Estado lidou historicamente com esses espaços.

### 2.3.

#### **Violência e a cidade**

Tentar mapear as linhas que entrelaçam a violência à constituição da cidade do Rio de Janeiro é tarefa difícil. O que se propõe, nesta tese, não é oferecer uma resposta definitiva a essa questão. Em parte, porque são muitas as camadas: a cidade se constitui através da violência de tantas maneiras diferentes e sutis e cotidianas que oferecer uma leitura exaustiva sobre esse tema é impossível. Mas também porque não há uma só pergunta a ser feita. O cotidiano da violência na cidade do Rio de Janeiro abre espaço para múltiplas – ou até mesmo infinitas – indagações. O que se pretende desenvolver, nesta parte do capítulo, é apenas uma delas: qual é o papel da violência na constituição da cidade do Rio de Janeiro no contexto histórico de formação de um Estado independente, republicano e pós-colonial brasileiro? Ou, em outras palavras: que tipo de cidade a violência produz?

Se, como abordado na seção anterior, a sociedade brasileira do século dezenove convivia, em seu âmago, com a contradição entre tradição e modernidade, essa contradição deveria de ser pacificada, entre outras coisas, pela criação das instituições policiais. É o que nos conta Thomas H. Holloway em seu livro seminal *Policing Rio* (1993). O processo de colocar em prática os anseios elitistas por um Estado-nação independente do controle colonial – e, mais do que isso, capaz de expurgar o que havia de colonial dentro de si – está ligado à formação de instituições policiais que fossem capazes de preservar a estabilidade e a calma

social. A polícia do Rio de Janeiro é moldada institucionalmente para dar conta de realizar a modernidade em meio aos resquícios do que havia de “tradicional”. É nesse sentido que Holloway fala que a prática policial, na cidade do Rio de Janeiro, foi forjada a partir de uma dialética entre repressão e resistência<sup>18</sup>, espécie de dança violenta a tecer a relação das instituições policiais, modernizadoras, com o povo. É nesse sentido que afirma que a formação das instituições policiais “selou um esmalte de modernidade por cima das atitudes e relações tradicionais, protegendo-as e as fortalecendo” (Holloway, 1993: 1 – tradução livre). As mesmas instituições, no entanto, cumpriam a função de reprimir as manifestações sociais e culturais do “tradicional”, sobretudo quando emanavam do povo – as festas, as crenças e demais expressões de resistência ao projeto “modernizador” manifestadas (e diluídas) na vida cotidiana.

De fato, parece ser a dicotomia entre modernidade e tradição um eixo central para se interpretar tanto a construção do imaginário a partir do qual é forjada a ideia de Estado-nação brasileiro, quanto as práticas cotidianas de repressão, uma vez constituídas as instituições policiais. A interpretação oferecida por Holloway dá margem, em um primeiro momento, para se pensar a modernização da capital da República como um processo supostamente incompleto, apenas parcialmente estabelecido. Isto porque, de acordo com o autor, “rejeitando o passado colonial, mas com poucos modelos estabelecidos para combater o que viam como um sério problema de desordem nas ruas”, a elite brasileira criou estruturas e princípios operacionais “por tentativa e erro a partir de recursos e tradições locais” (Holloway, 1993: 5 – tradução livre). Adiante, Holloway complementa, “a hostilidade entre as forças de repressão e as fontes de resistência no Brasil está relacionada à imposição de instituições burocráticas de controle aparentemente modernas a uma sociedade que não possuía outros atributos fundamentais do modernismo” (Holloway, 1993: 6 – tradução livre). Aqui talvez resida o principal ponto de discordância entre a presente tese e o argumento apresentado por Holloway. É que não nos interessa em absoluto interpretar o que o autor entende, nessa citação, por “modernismo” – espécie de constelação de atributos que supostamente diagnosticariam a existência

---

<sup>18</sup> Nessa frase, emprega-se o conceito de “resistência” como utilizado por Holloway. Diz o autor que “resistência não necessariamente implica a ação consciente contra o estado de seus representantes, nem um desafio deliberado, coletivo e permanente ao sistema de dominação. Para as pessoas ela na maioria das vezes significava apenas ir vivendo, tentando evitar ser pego na rede cuja criação elas não fizeram parte ativamente” (1993: 277).

da *modernidade*. Em vez disso, aborda-se, aqui, a modernização como projeto estético-político, como contínuo na produção de determinados ideais e imaginários sobre a cidade e, em específico, sobre o espaço urbano. Nesse sentido, por um lado, é, sim, a modernização da cidade do Rio de Janeiro um processo inconcluso, que nunca se alcança de fato; mas assim o é precisamente porque a modernização da cidade é horizonte que sempre se persegue, é ambição que nunca se concretiza. Nesse processo, a cidade é dia após dia produzida.

A violência, segundo Holloway, é peça-chave para entender esse processo. Diz o autor que “a polícia do Rio de Janeiro, estabelecida em uma nova era de crescente racionalidade burocrática, reconheceu explicitamente o *terror* como uma das muitas armas à sua disposição em seu esforço contínuo para forçar a submissão das pessoas que por suas ações declaravam as estruturas de poder como ilegítimas” (Holloway, 1993: 12 – tradução livre). A repressão policial era, nas palavras do autor, ostensiva, preventiva e, sobretudo, física, baseada na intimidação, em castigos corporais e no cárcere. Mais do que um instrumento ocasional das instituições policiais para o exercício do controle físico sobre as populações – como é comumente interpretado por aqueles que entendem a prática policial a partir de um prisma da profissionalização ou do tecnicismo<sup>19</sup> –, a violência é incorporada como método primordial nas estruturas regulares de repressão. “A brutalidade policial”, argumenta ele, “não é o resultado não-intencional da atração de sadistas amorais ao braço repugnante do serviço público” (Holloway, 1993: 283 – tradução livre). Era esperado que a polícia desempenhasse o papel de violento repressor contra as menores transgressões e, especialmente, contra todos aqueles que precisavam ser “controlados”.

O surgimento das instituições policiais no contexto colonial brasileiro se encaixou em um processo já conhecido de concentração da violência em torno do recém-criado aparato estatal. Antes diluída no âmbito do projeto colonial nas práticas de senhores de terras, traficantes de seres humanos escravizados ou outros sujeitos que pessoalmente se encarregavam de manter a ordem escravagista vigente, a violência se torna gradualmente “impessoal”<sup>20</sup>, burocrática, estabelecida pelos

<sup>19</sup> Mais sobre isso será apresentado no quarto capítulo.

<sup>20</sup> É preciso chamar atenção, aqui, para a palavra “impessoal”. Se, por um lado, é desse jeito que Holloway (1993) descreve o aparato estatal de repressão, falando não apenas do processo brasileiro de formação das instituições policiais, mas do fenômeno mais amplo de criação das instituições disciplinadoras no contexto da modernidade europeia ocidental, por outro, sabe-se que as relações

mecanismos estatais de repressão. Enfatiza-se, aqui, o advérbio *gradualmente*. No caso da colonização à brasileira, o processo através do qual o Estado passa a assumir os poderes de repressão e disciplina antes dissolutos nas relações de propriedade que determinados seres humanos estabeleciam – à força – sobre outros não é linear, nem livre de conflitos e resistências. Ao pesquisar a trajetória de consolidação do sistema punitivo brasileiro durante o século dezenove, Nilo Batista apresenta com detalhes a forma turbulenta com que o “poder punitivo privado senhorial” se comunicava como o “poder punitivo público régio” (2006: 291). Por outro lado, o mesmo autor também descreve como a pena pública e o poder punitivo privado se articulavam, cooperavam, apoiavam-se. Talvez o exemplo que melhor ilustre essa característica seja a existência do “calabouço”, casa pública estabelecida em 1693 na cidade do Rio de Janeiro para o castigo de pessoas escravizadas, muitas delas fugidas, enviadas pelos seus senhores (Thomson-Devaux, 2018). Ainda no século dezessete, foram criados alguns dos mecanismos através dos quais os senhores de engenho delegavam o castigo físico das pessoas escravizadas sob sua posse à coisa pública – ainda que fossem obrigados a pagar por tais “serviços”. No caso do “calabouço”, as motivações pareciam ser em grande medida econômicas: para fins de preservação da empreitada colonial, era preciso prevenir que as agressões físicas contra as pessoas escravizadas fossem incapacitantes ou letais. O que não significava, obviamente, que as condições de aprisionamento do “calabouço” não fossem indignas, inumanas, degradantes. Complementa Holloway que

“O açoite servia à manutenção do sistema. Ele põe claramente em relevo o Estado como instrumento da classe dominante, servindo a sua necessidade de controlar, através da violência física, aqueles que forneciam a força muscular da qual dependia a economia comercial” (Holloway, 1993: 54).

A gestão pública da violência no contexto da cidade do Rio de Janeiro culmina na criação das instituições policiais, que passam a exercer a autoridade que

---

de violência, sobretudo quando olhadas pelo prisma das relações raciais no contexto da “pós-colonização”, são marcadas pela *pessoalização* de ódios. Ainda assim os sujeitos que as empregam – os policiais que perseguem jovens negros, ou ainda os governantes que os convocam a “mirar na cabecinha” – operacionalizam o discurso e a performance racistas através e em nome do Estado, produzindo-o. Quando se usa a palavra “impessoal” nessa frase, fala-se, então, desse sentido – o de violência que passa a ser enunciada, produzida, performada não primordialmente pelo sujeito que defende seus interesses pessoais – a proteção da propriedade, por exemplo –, mas por aqueles que se entendem imbuídos da tarefa de fazer existir o Estado.

antes era desempenhada pelas “hierarquias personalistas” (Holloway, 1993: 4) e pelo uso ocasional de unidades militares e guardas armadas privadas (Holloway, 1989). Ponto-chave desse processo foi a chegada da Corte Real Portuguesa em 1808, que desembarca na cidade do Rio de Janeiro com seu *entourage* de 15 mil cortesãos, entre ministros, militares, religiosos e serviçais. Como Thomas Holloway, o também historiador Marcos Luiz Bretas (1997a) endossa a tese de que, nos anos seguintes, a grande circulação de pessoas negras pela cidade (a maior parte ainda em condição de escravidão) se tornou uma preocupação central dos aparatos de controle que estavam à serviço da família real. No entanto, a natureza da relação entre as instituições de repressão e as chamadas “classes dominantes” é ponto de divergência entre os dois pesquisadores. Bretas afirma expressamente discordar da interpretação apresentada por Holloway de que as instituições policiais eram instrumentos à mão das classes dominantes para implementar o controle social das classes inferiores. Para embasar tal discordância, oferece algumas justificativas: por um lado, pelo fato de serem as instituições policiais constituídas, em sua maior parte, por membros das mesmas camadas sociais “perigosas” que deveriam controlar; por outro, por serem regularmente desautorizadas e depreciadas pelas elites, que as tinham por violentas e incontroláveis. A partir de sua pesquisa, o autor conclui que as práticas abusivas e violentas que conhecidamente marcaram a história das instituições policiais na cidade do Rio de Janeiro devem ser atribuídas, então, ao desenvolvimento independente e autônomo das instituições policiais, que recebiam “carta branca” das elites para manter a ordem social sem que elas de fato se envolvessem em algum tipo de controle externo. Segundo Bretas, a violência e a corrupção passavam às seguintes gerações de policiais pela experiência cotidiana e eram toleradas socialmente desde que suas manifestações fossem confinadas às classes mais baixas.

Embora não seja objetivo desta tese endossar um ou outro ponto – tarefa que requereria investigação documental densa e que certamente fugiria do escopo da pesquisa proposta –, fato é que as interpretações de Holloway e Bretas não soam irreconciliáveis. Ao contrário, ambas sustentam um dos argumentos centrais deste capítulo: o de que a violência e a repressão historicamente empregadas pelas instituições policiais opera de forma a tornar possível determinados imaginários, materialidades e experiências sobre a cidade pós-colonial como elaboradas pelas elites econômicas, políticas e intelectuais do Rio de Janeiro. Nesse quadro, a

“expansão de um sistema policial muito independente, praticamente sem controle ou prestação de contas”, como afirma Bretas (1997a: 207), não contradiz o papel desempenhado pela violência na constituição simbólica e material da cidade. Em vez disso, ela parece ser o mecanismo fundamental através do qual as classes dominantes conseguiam fazer valer seus imaginários de cidade ao mesmo tempo em que não se sentiam diretamente responsáveis pela gestão urbana violenta que operava para alcançá-los. Descreve Bretas que, “se a polícia abusasse de seus poderes, não se esperasse que as classes dominantes se sentissem responsáveis por esse comportamento, afinal era do conhecimento geral que a polícia era integrada por tipos de baixa categoria, mais do que descontrolados – incontroláveis” (Bretas, 1997a: 209). O que o historiador parece deixar escapar é que, se a relação entre as elites e as instituições policiais é historicamente ambígua – e se as últimas, como diz Bretas<sup>21</sup>, queixam-se há mais de um século de que são desprezadas pelas primeiras –, é porque essa é uma condição de possibilidade para que a violência pudesse ser usada pelas instituições policiais para fazer operar determinados ideais de cidade.

Assim como outros historiadores que se debruçam sobre a história recente da cidade, Bretas se ocupa, sobretudo, das décadas posteriores à transição da monarquia para a república, em que os ideais de cidade moderna e pós-colonial se materializaram em ambiciosas reformas urbanas. Não é à toa que o autor escolhe esse período para investigar as práticas policiais no Rio de Janeiro: a construção de imaginários urbanos baseados em ideias como “modernidade” e “civilização” foi acompanhada, por um lado, por transformações radicais do espaço urbano e, por outro, pelo emprego da violência como forma de fazer essa cidade imaginada existir. Ao mesmo tempo em que as instituições policiais eram negligenciadas pelas elites que se ocupavam de imaginar a cidade, a prática policial era direcionada a responder às “imagens de desordem” (Bretas, 1997a: 86) que destoavam da

---

<sup>21</sup> Essa interpretação é possível a partir de uma leitura de *Ordem na Cidade* (1997). No entanto, em *Guerra das Ruas* (1997), Bretas deixa claro que interpreta as práticas policiais corriqueiras de abuso e violência como uma espécie de disfunção essencial da polícia, causada por múltiplos fatores – entre eles, a “conjugação de precariedade e poder que marcava o serviço policial”, que fazia com que operasse uma “administração informal da Justiça realizada pela polícia” (Bretas, 1997b: 114). As ideias de “informal” e de “irregular” parecem carregar em si justamente essa noção de “desvio”, de algo que não funciona de forma adequada ou correta – entendimento bastante distinto daquele que se pretende avançar nesta tese.



metrópole modernizada e cosmopolita em que o Rio de Janeiro deveria se transformar. Nas palavras de Bretas,

“A nova cidade europeizada fazia jus a algo melhor do que seus velhos habitantes. Expulsá-los de suas moradias não era o suficiente: urgia livrar o centro da capital do espetáculo da sua miséria. Mas eles não podiam ser eliminados pura e simplesmente, pois forneciam mão-de-obra barata indispensável à elite. Nesses primeiros anos de reforma urbana, o papel da polícia cresceu consideravelmente, a fim de controlar essa massa de trabalhadores pobres” (Bretas, 1997a: 21).

Diz ainda o autor que o processo de transformação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro foi acompanhado por tentativas de modernização das próprias forças policiais. Se antes, como descrevia Holloway, o aparato estatal gradualmente tomava para si a tarefa de gerir o emprego da violência contra a massa de pessoas escravizadas que sustentavam a empreitada colonial, agora o Estado brasileiro deveria garantir que os ideais de Rio de Janeiro que as elites forjavam para dar conta de uma pretensa pós-colonialidade urbana e cosmopolita operassem no cotidiano. Era preciso, portanto, criar “uma imagem policial mais adequada à renovação em curso da cidade” (Bretas, 1997a: 54). Bretas afirma que esses movimentos eram, no entanto, contraditórios, uma vez que não envolviam mudanças significativas nos baixos salários dos policiais ou no equipamento antiquado que normalmente utilizavam. Em vez disso, a modernização das instituições policiais vinha, sobretudo, pela construção de grandes quartéis. A polícia militar era alvo prioritário dessas iniciativas, uma vez que já gozavam de péssima reputação entre as elites urbanas do Rio de Janeiro. Ainda assim, a violência permanecia como forma primordial de gestão urbana para fazer valer determinado projeto de cidade. E, mais do que garantir que as reformas urbanas seguissem seu curso – através, por exemplo, da repressão a atos populares ou da expulsão das populações que viviam nos cortiços –, era preciso, ainda, assegurar a operação do padrão segregado de expansão da cidade. Retomando Holloway,

“Os trabalhadores não-escravizados que não podiam pagar nem uma casa no subúrbio nem os custos de transporte acabaram se concentrando na área central, e o aparato estatal de repressão se fez presente para substituir funcionalmente o controle a que os membros da antiga classe de senhores de escravos gradualmente abdicaram na medida em que se mudaram com seus serviços

domésticos aos subúrbios” (Holloway, 1993: 24 – tradução livre).

Exemplos de como a violência operava na cidade em finais do século dezenove e início do século vinte são abundantes. Há significativa literatura, por exemplo, sobre a repressão política e criminal à capoeira nesse período (Holloway, 1989; Bretas, 1991; Sousa Reis, 1994; Neder, 1994), que chegou a se transformar, durante o século dezenove, em termo genérico para se referir “aos grupos e gangues que as autoridades de polícia no Rio de Janeiro consideravam a escória da cidade” (Holloway, 1989: 637 – tradução livre). Ainda que Holloway (1989: 637) afirme que a capoeira, no século dezenove, era “notória entre jovens homens escravizados e as classes libertas mais baixas” (tradução livre) – citação cuja configuração torna invisível, em um primeiro momento, a cor dos que a praticavam –, ele também deixa explícito que a prática da capoeira era comum, sobretudo, entre os africanos e seus descendentes, vistos como “bárbaros”, “insolentes” e violentos<sup>22</sup>. Mesmo Bretas (1991), em tentativa de relativizar a proporção de pessoas negras entre aqueles que praticavam a capoeira, acaba mostrando que, nos registros de prisões por capoeiragem no início do período republicano, a participação de homens brancos e europeus não chegava a um terço. Ainda durante a monarquia, a repressão policial contra a capoeira tinha características de um absurdo “saudável terror”, como descreveu o juiz de paz Luís da Costa Franco e Almeida em ofício do início do século dezenove, contra homens negros, sobretudo em situação de aglomeração (Holloway, 1989). Diz Holloway que aqueles que eram presos por capoeiragem recebiam punição severa, na forma de castigos físicos e encarceramento, muitas

<sup>22</sup> Ainda assim, vale mencionar que Holloway mantém um posicionamento ambíguo quanto ao lugar das hierarquias raciais na criminalização e perseguição da capoeira nesse período. Em diferentes passagens, o autor parece minimizar o papel do racismo em informar a perseguição aos capoeiras. Em determinado momento, por exemplo, afirma que “ainda que religiões afro-brasileiras também fossem praticadas no Rio de Janeiro, há pouca evidência de que no século dezenove as autoridades do Rio estivessem muito preocupadas com o que é hoje referido como a “cultura afro-brasileira”, exceto quando suas manifestações se intrometiam no que a elite branca considerava um nível necessário de paz social e calma pública” (Holloway, 1989: 645 – tradução livre). Contradizem essa informação muitos estudos sobre a repressão estatal contra a prática religiosa do candomblé em diferentes partes do Brasil, que incluía incursões policiais aos terreiros e sua classificação como misticismo ou “magia negra” (Braga, 1993; Serra, 2006). No Rio de Janeiro, ainda é possível ver artefatos religiosos apreendidos pela polícia em terreiros de candomblé no início do século vinte no Museu da Polícia Civil, no centro da cidade. Uma leitura dos trabalhos de Holloway que esteja especialmente atenta às questões raciais vai encontrar muitos outros exemplos da ambiguidade com que o autor trata o tema, ora admitindo o racismo e as hierarquias raciais como forças motrizes da violência e da repressão estatais no Rio de Janeiro do século dezenove; ora minimizando-os em favor de explicações mais gerais sobre “classes dominantes” e “dominadas”.

vezes no mencionado Calabouço, em que a prática de capoeira chegou a representar, em meados do século dezenove, a principal motivação para a prisão. Já nos primeiros anos após o fim da monarquia, a República passou a realizar “vigorosa campanha de extermínio” da prática da capoeira na cidade, que incluía a repressão violenta, o encarceramento e a deportação daqueles que praticavam capoeira (Bretas, 1991: 239). Nas palavras de Bretas,

“Passados os primeiros instantes de incerteza gerados pelo 15 de novembro, a cidade logo retornou a seu ritmo ordinário. Nesse momento, a polícia é uma das presenças mais visíveis do Estado, capaz de denotar se mudou alguma coisa ou não. E, aparentemente, a ideia era mostrar uma República muito diferente do velho Império. As primeiras vítimas da paz republicana são os capoeiras” (Bretas, 1991: 249).

A criminalização formal da capoeira veio em 1890, momento descrito por Thomas Holloway como “o ápice do processo de expansão da autoridade estatal” (1989: 672-3 – tradução livre), quando foi promulgado novo Código Penal. No mesmo capítulo XII em que criminalizava a prática da capoeira, o Código Penal de 1890 penalizava, também, o que se passou a entender por “vadiagem” ou “ociosidade”. Nos anos posteriores à abolição da escravidão, a criminalização da vadiagem permitia ao Estado brasileiro reprimir os homens e as mulheres livres, invariavelmente pobres e, em sua grande maioria, negros e negras, que não conseguiam ocupação ou que se recusavam a aceitar trabalhos de baixíssima remuneração e em péssimas condições (Vasconcelos & Oliveira, 2011). Na mesma época, foi criada a Seção de Entorpecentes, Tóxicos e Mistificações, que tinha como objetivo combater cultos de “espiritismo” e “magia negra”, em geral associados às religiões afro-brasileiras, bem como o uso de substâncias psicoativas nesses rituais<sup>23</sup>. As forças policiais, cujo trabalho assumia caráter cada vez mais repressivo, ocupavam de forma ostensiva espaços públicos de encontro, como praças, parques e vias, mas também faziam incursões violentas em casas e terreiros (Holloway, 1989; Braga, 1993; Chalhoub, 1996).

O medo é fator-chave nesse cenário. Como mostra Celia Marinho Maria de Azevedo, em seu crucial *Onda Negra, Medo Branco* (1987), o medo que

<sup>23</sup> Começa a florescer, nas últimas décadas, uma bibliografia dedicada a investigar as relações entre o racismo e a criminalização do uso e do comércio da maconha no Brasil pós-abolição. Sobre isso, ver Saad (2013).

atravessa as relações sociais no momento entendido como o da “transição” entre o Brasil colonial e o Brasil republicano dá a tônica das configurações de Estado que serão levadas adiante. Se, por um lado, é o próprio movimento abolicionista parcialmente informado pelo medo que acometia as elites econômicas, políticas e sociais das revoltas, das insurreições e da violência negras, por outro, também foi o medo da participação política, social e econômica da população negra fator de incidência sobre as condições políticas e sociais a partir das quais um *novo país* – moderno, abolicionista, pós-colonial, porém branco, higienizado, europeizado – seria forjado. As experiências estrangeiras ao Rio de Janeiro de insubmissão e insurreição negras, como o processo de independência do Haiti – que deu origem ao *haitianismo*, termo para designar, justamente, o medo de que movimento parecido ocorresse no Brasil (Azevedo, 1987)<sup>24</sup> – ou as revoltas de pessoas escravizadas que se alastravam por todo o país – sendo o exemplo mais paradigmático o caso da Revolta dos Malês, 1835 (Reis, 2003) – ajudaram a construir o medo que contaminava as elites brancas brasileiras. Da mesma forma, no espaço urbano do Rio de Janeiro, as manifestações diversas e ambíguas (aos olhos das elites) da cultura africana, como a capoeira e o candomblé também suscitavam medo, ansiedade, suspeição, ao resistirem aos ideais de cidade que se pretendia construir (Holloway, 1989). Como diz Vera Malaguti, “a hegemonia conservadora na nossa formação social trabalha a difusão do medo como mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social. O medo torna-se fator de tomadas de posição estratégicas seja no campo econômico, político ou social” (2003: 23). A resposta a ele vinha na forma da repressão estatal e da violência policial.

É nesse sentido, também, que emerge a ideia das “classes perigosas”. Diz Sidney Chalhoub (1996) que a expressão se difundiu no Brasil ainda no final do século dezenove, no mesmo ano em que se concretizou a abolição da escravidão, quando se fomentava o debate político em torno das possíveis consequências dessa medida na Câmara dos Deputados do Império do Brasil. Eram entendidas como as “classes perigosas” os grupos sociais que não contribuíam para a construção dessa nova ideia de país (e de cidade): os pobres, os ociosos, os viciosos, os malfeitores, os criminosos. Segundo Chalhoub, o termo “classes perigosas” surgiu para

---

<sup>24</sup> Ver também Torres-Saillant (2012) para saber mais sobre o *haitianismo* como ideologia do medo de alcance por todo o hemisfério ocidental.

acalantar as ansiedades em torno de como manter operável o modelo de produção em um mundo não-escravocrata. Ele oferecia, assim, os recursos retóricos e os instrumentos práticos para que se reacomodasse a “nova” ordem das coisas a partir de reconfigurações da violência, agora dirigida àquelas e àqueles que poderiam colocar em risco a produção econômica, social e simbólica do país. Em suas palavras,

“Nesse momento de incerteza em relação ao que poderia acontecer, a primeira invenção que permitiu pensar a organização das relações de trabalho em novos termos foi a “teoria” da suspeição generalizada – que é, de fato, a essência da expressão “classes perigosas”. Já que não era mais possível manter a produção por meio da propriedade da própria pessoa do trabalhador, a “teoria” da suspeição generalizada passou a fundamentar a invenção de uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. Se não era mais viável acorrentar o produtor ao local de trabalho, ainda restava amputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar. Daí o porquê, em nosso século, de a manutenção da “ordem” ser percebida como algo pertencente à esfera do poder público e suas instituições específicas de controle – polícia, carteira de identidade, carteira de trabalho etc. Nenhum desses elementos estava no cerne da política de domínio dos trabalhadores na escravidão; na verdade, até 1871, não existia sequer algum registro geral de trabalhadores” (Chalhoub, 1996: 24).

Mas a ideia das “classes perigosas” veio, também, para mascarar as relações raciais hierárquicas que informavam os medos, as ansiedades e as expectativas em relação a um futuro “pós-abolição”. Como diz Chalhoub, eram as pessoas negras os suspeitos preferenciais e os alvos prioritários das políticas de repressão. Ao mesmo tempo em que o racismo científico informava, através de mecanismos de dissimulação, as narrativas, os símbolos e as práticas orientados contra a população negra no Brasil, reacomodando, como conta Wlamyra de Albuquerque (2009), as hierarquias raciais de um país que se pretendia “pós-colonial”, a emergência das “classes perigosas” diluía o discurso antinegro<sup>25</sup> em um conjunto de imaginários relacionados à pobreza e à ociosidade, fazendo operar a violência contra as pessoas negras sem precisar pronunciá-la. É a própria negação da raça, afinal, manifestação

<sup>25</sup> A partir da conceituação elaborada por João H. Costa Vargas (2020), “antinegitude” é entendida, aqui, como princípio ontológico e estrutural a partir do qual opera a desumanização das pessoas negras. A “antinegitude”, de acordo com esse autor, organiza a vida e a morte, fazendo operar a violência e o extermínio contra aquelas e aqueles a quem considera não-sujeitos. O conceito de “antinegitude” de Vargas será retomado com profundidade no quarto capítulo da tese.

de sua operação como princípio que organiza as relações sociais (Vargas & Alves, 2008). Cabe registrar, aqui, que esse movimento tem impactos, também, na própria historiografia sobre o trato público para com as ditas “classes perigosas”, que passa a ignorar ou minimizar, em muitos casos, o componente racial a orientar a violência que operava na cidade em favorecimento de uma leitura centrada prioritariamente na classe. De muitas maneiras, esse movimento mimetiza a tensão constante que subjaz o pensamento social brasileiro, a partir da qual o mito da “democracia racial” é utilizado como verniz epistêmico para tornar inacessível a operação do racismo e da eugenia na construção do país. No caso das “classes perigosas”, é a ideia usada para rearticular a violência contra os corpos e os espaços negros – os “bota-abaixo” dos cortiços, a perseguição aos capoeiras, a repressão contra as pessoas negras sob a justificativa do combate à ociosidade – sem que seja necessário explicitar seu componente racial. Mecanismos outros passaram a operar de forma parecida, entre eles a “ideologia da higiene” e as teorias da degeneração social, a partir das quais se identificavam as “classes perigosas” como ameaças à saúde pública e à sanidade urbana (Chalhoub, 1996; Borges, 2005); e a ascensão de discursos e práticas de disciplinamento e intervenção dirigidos contra as favelas, que darão a tônica das dinâmicas de repressão e violência na cidade do Rio de Janeiro ao longo do século vinte (Valladares, 2005).

E como a história da construção da cidade-violência se articula às dinâmicas contemporâneas da violência na cidade? Ao longo do século vinte, a cidade do Rio de Janeiro passou a carregar a reputação de “cidade violenta”. São numerosos os motivos alegados para tal: as elevadas taxas de “criminalidade”, justificativa para o crescimento do que se entende pela “sensação de insegurança” entre a população; a ascensão do mercado varejista de drogas ilícitas e sua operação através do controle territorial de determinados espaços; o número crescente de homicídios, incluindo aqueles cometidos pelas forças policiais; a circulação cada vez maior de armas de fogo, a frequência de tiroteios e a ocorrência do que se conhece popularmente por “bala perdida”. Há quem diga que o Rio de Janeiro vive a “acumulação social da violência” desde a década de 1950<sup>26</sup>, momento em que apareceram os primeiros “esquadrões da morte” na cidade, inaugurando um complexo enredamento entre

---

<sup>26</sup> Uma discussão crítica e detalhada sobre os regimes temporais estabelecidos pelas interpretações acadêmicas sobre violência na cidade do Rio de Janeiro será apresentada no quarto capítulo dessa tese.

práticas entendidas como “criminosas” e suas respostas “incriminadoras”, isto é, de busca e punição do sujeito “criminoso” (Misse, 2008). É nesse momento, também, que a própria ideia da “violência urbana” passa a se associar à cidade do Rio de Janeiro, aglutinando, de forma generalizante, as “ameaças à integridade físico-pessoal e ao patrimônio material representadas pela expansão de ações violentas em todas as áreas da cidade” (Machado da Silva, 2008: 20). A “violência urbana” é produtora, ela mesma, de muitos outros imaginários sociais sobre a cidade e sobre quem a habita, forjando cartografias que definem os lugares “seguros” da cidade, que precisam ser protegidos, e os espaços “perigosos”, onde se encontram os tais sujeitos “violentos”. Já na década de 1990, sedimentava-se interpretação dominante sobre a cidade a partir da qual se entendia a existência de “dois Rios”: é o período da popularização da ideia de que há uma “cidade partida” pela violência e pela desigualdade (Ventura, 1994).

Uma investigação mais bem detalhada sobre as muitas interpretações da relação entre violência e a cidade será apresentada mais adiante, no quarto capítulo. Por ora, é importante destacar de que forma as manifestações contemporâneas do da violência no Rio de Janeiro ajudam a produzir a própria cidade no seu cotidiano. São duas as principais dimensões da violência na cidade que ajudam a entender esse processo: por um lado, a gestão violenta da vida e da morte produzida pelas forças estatais – autorizada pelas instâncias burocráticas de governo e operada, sobretudo, pelas instituições da justiça criminal – que tem nas populações negra e favelada seu principal público-alvo; e, por outro, a gestão violenta da própria espacialidade da cidade, que produz as fronteiras e as margens a partir das quais a cidade se faz possível em termos materiais, simbólicos e cotidianos. Em ambos os casos, o que está em jogo é a sistemática reencenação da cidade pós-colonial, que busca capturar e extirpar os elementos que colocam em xeque determinada ordem urbana a ser conquistada. Nesse sentido, tem sido a literatura acadêmica sobre a cidade do Rio de Janeiro relativamente profícua em apontar as diferentes facetas da violência na cidade que produz mortes, segregação, injustiças, sofrimento. Juntando essas peças, é possível formar o quebra-cabeças do projeto de cidade que se busca colocar em operação na vida urbana cotidiana.

Pode-se começar pelo que se entende por “violência policial” ou, ainda, por “letalidade policial”. É narrativa corrente, dentro da literatura que se pretende “especializada”, recorrer às curvas ascendentes das estatísticas oficiais para

demonstrar que os assassinatos cometidos em nome da lei – pegando emprestado, aqui, o termo de Sérgio Verani (1996) para falar dos homicídios cometidos por agentes estatais com o alegado objetivo de cumprir suas funções – têm se tornado um dos grandes problemas a ser enfrentados pelo campo da “segurança pública”. Os nomes técnicos criados para dar (e prestar) conta desses assassinatos são muitos, sendo dois os mais utilizados: os autos de resistência e os homicídios decorrentes de intervenção policial. Os números absolutos, de fato, são espantosos: segundo dados oficiais do Instituto de Segurança Pública (ISP), as forças policiais mataram quase duas pessoas por dia durante o ano de 2019 somente na cidade do Rio de Janeiro. Sabe-se, também pelas estatísticas oficiais, que a maior parte dessas mortes é de pessoas negras, pobres e moradoras de favelas e periferias. São os assassinatos produzidos pelos tentáculos armados do Estado autorizados em diferentes níveis: no nível do jogo político, por políticas como a da gratificação “faroeste”, implementada na década de 1990 e que premiava os policiais por “atos de bravura” durante operações policiais – o que, na prática, significava a produção de mortes dos que estavam “fora da lei”; no nível do simbólico, pelas representações, imagens e narrativas racializadas que criam cotidianamente as pessoas matáveis, os “traficantes”, os “criminosos”, os “inimigos” que devem ser exterminados; e, por fim, no nível das burocracias, pelo aparato jurídico que engole as investigações desses assassinatos e torna a busca por “justiça” virtualmente impossível (Ramos, 2016; Leite, 2012; Misse, 2011; Cano, 1998).

Por outro lado, são as mortes produzidas pelo Estado em seu próprio nome desigualmente distribuídas pela cidade, forjando cartografias urbanas que por sua vez produzem fronteiras e margens a partir das quais determinada ideia de cidade se torna possível. Nas últimas décadas, as violentas e sufocantes operações policiais em favelas se tornaram a face mais visível do empreendimento estatal que direciona a violência a determinadas partes da cidade. As favelas, habitadas majoritariamente por pessoas negras e cuja história está diretamente relacionada à operação da cidade pós-colonial, são o alvo prioritário da violência estatal organizada e desorganizada, criando uma rotina de violações, temores, mortes, sofrimentos e também de extorsões, barganhas e negociatas em torno de quem morre e quem vive na cidade. As operações policiais nas favelas, as *blitz* nos principais pontos de contato entre



*centro e periferia*<sup>27</sup>, as abordagens policiais nas ruas, todas essas práticas cotidianas da violência estatal constroem uma rotina de segregação e confinamento imposta, sobretudo, à população negra da cidade, mediando suas experiências de circulação e operando fronteiras. Mais recentemente, projetos como o das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) acirraram a ocupação violenta dos espaços favelados por parte das forças estatais ao mesmo tempo em que mascararam, uma vez mais, as relações raciais que a informam e dão sentido. Nos espaços urbanos em que se espera que esse ideal de cidade se concretize – nos bairros brancos e ricos, nos cartões-postais, na zona sul litorânea e solar –, a violência opera de modo a fazer valer a proteção física, simbólica e patrimonial de seus habitantes, por via do policiamento ostensivo amigável, da performance do policial-servidor-público, da gestão técnica eficiente, das operações “bairro presente”.

As muitas manifestações contemporâneas da violência na cidade do Rio de Janeiro serão abordadas de forma diluída nos capítulos seguintes. No capítulo seguinte, será dada atenção à forma como a “cidade-violência” pós-colonial se sustenta em regimes estético-urbanos racializados que distribuem lugares para a existência e a circulação de sujeitos e não-sujeitos. Em seguida, serão analisadas as diversas interpretações que buscam dar sentido a relação entre violência e a cidade, olhando, sobretudo, para os silêncios e marginalizações que produzem. Por fim, será dada especial atenção às representações, narrativas e práticas que relacionam a violência na cidade do Rio de Janeiro à ideia de “guerra”, investigando o que a ela sustenta e o que ela produz. Por enquanto, vale sublinhar que se opera, a partir das muitas manifestações da violência estatal contemporânea na cidade, uma máquina de moer gente, utilizando a expressão cunhada por Darcy Ribeiro (1995), que tem como finalidade tornar possíveis determinados ideais pós-coloniais de país e também de cidade. Objetivou-se, nesse capítulo, argumentar, acima de tudo, que não é possível entender as manifestações trans-históricas da violência na cidade do Rio de Janeiro – incluindo, aí, suas dinâmicas contemporâneas – sem entender de que formas a cidade pós-colonial se constrói e se mantém a partir dessa mesma violência.

---

<sup>27</sup> Reflexão mais aprofundada sobre a relação entre *centro e periferia* será apresentada no próximo capítulo.

## 2.4.

### Conclusão

Violência e cidade se interligam desde os primórdios da formação do Estado brasileiro ao dar liga às aspirações das elites sobre como a vida urbana pós-colonial deveria parecer. Fiadora do projeto colonial, a violência reconfigura seu papel de mediadora das relações sociais no momento de “transição” para a pós-colonialidade, mas mantém seu caráter de instrumento fundamental para fazer operar a cidade no seu cotidiano. Talvez, aqui, a palavra “instrumento” não seja sequer o termo ideal, uma vez que não é a violência mera ferramenta na mão das elites econômicas, políticas e intelectuais do Rio de Janeiro, ou ainda dos homens – e, mais tarde, das mulheres – que tomavam as fileiras das instituições policiais. A violência é, ao contrário, produtora<sup>28</sup> desse ideal de cidade – uma vez que era também através dela que os imaginários urbanos sobre o Rio de Janeiro eram buscados, e porque é sua operação cotidiana capaz de produzir a cidade como a vemos e experimentamos cotidianamente. Mas ela é também recurso através do qual se tentava manter hierarquias raciais quando a colonização não era mais seu suporte: a *racialização* do espaço urbano materializada a partir das radicais reformas ou do padrão segregado de crescimento da cidade, como argumentado na seção anterior a partir do argumento de Wlamyra Albuquerque (2009), precisava ser cotidianamente colocada em prática. A violência empregada pelo aparato estatal – e, em específico, pelas instituições policiais – cumpria esse papel. Em outras palavras, a segregação do espaço urbano e a violência empregada para mantê-la são parte coincidente de um mesmo projeto de redistribuição de hierarquias raciais em um momento pós-colonial.

É talvez aqui que a presente tese se distancie de forma mais significativa da interpretação oferecida por Holloway e por Bretas. O daltonismo<sup>29</sup> característico do pensamento social brasileiro – em que as relações raciais violentas são tornadas invisíveis em favor de interpretações culturalistas<sup>30</sup> sobre a sociedade brasileira ou

<sup>28</sup> Sobre o caráter produtor da violência, ver, por exemplo, Jabri (2007).

<sup>29</sup> Aqui, usada como tradução literal do termo *color blindness*, usado por teóricas e teóricos críticos sobre raça que escrevem em inglês para descrever aquelas opiniões ou interpretações sobre o mundo social que *não conseguem* ver a cor – seja porque não aceitam que essa seja uma realidade, seja porque ela lhes foge completamente à percepção. Sobre teoria crítica da raça, ver Fleming (2018).

<sup>30</sup> Ver Souza (2017).

ainda centradas na luta de classes como principal motor de desigualdades – se reflete, também, na forma como ambos os historiadores subestimam as relações raciais (e, em específico, o racismo) como fenômenos fundamentais para se entender a vida urbana do Rio de Janeiro. Considerado fenômeno adicional ao cardápio de desigualdades produzido cotidianamente pelo aparato estatal, o racismo é raramente colocado no centro das interpretações tradicionais sobre a criação e o funcionamento das instituições estatais de repressão, ou ainda sobre a formação da cidade e dos imaginários urbanos que a atravessam. Aqui, pretende-se justamente dar visibilidade e contribuir às interpretações e narrativas que, em sentido oposto, dão ao racismo e às hierarquias raciais espaço privilegiado para se pensar a relação entre violência e a cidade. E, mais uma vez, a ideia de pós-colonialidade é imprescindível para entender o urbano em uma cidade como o Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, porque é marcador temporal de uma pretensa transição entre um *antes* colonial e um *depois* moderno, cosmopolita, urbano e universal que molda imaginários e conduz intervenções materiais e imateriais na vida urbana. Mas também porque a pós-colonialidade contém em si as cicatrizes definitivas da experiência colonial, que risca a história da cidade com suas violências, hierarquias e desigualdades que, por sua vez, reconfiguram-se justamente a partir do marco fictício da transição e da negação do passado colonial. Nesse sentido, a cidade pós-colonial nunca se materializa definitivamente: é a busca pela pós-colonialidade que produz os imaginários e as concretudes cotidianas que todos aqueles que passam pelo Rio de Janeiro experimentam cotidianamente.

## A cidade sensível

A cidade do Rio de Janeiro tem vida própria. Não apenas porque os sujeitos e os objetos que a habitam, as pessoas que circulam pelo espaço urbano, os carros e ônibus que movem o trânsito, os prédios, viadutos e monumentos, todos eles tornam a cidade uma criatura viva que respira de forma independente com regras e lógica próprias; mas também porque a ideia do Rio de Janeiro foi forjada com base em imaginações e percepções que atravessam e vão além da estrutura material da cidade. Nos últimos duzentos anos, o Rio de Janeiro ganhou as capas das revistas internacionais; estreou filmes do Cinema Novo e inspirou canções da Bossa Nova ao funk carioca; foi retratado em crônicas, livros, fotografias; e foi interpretado e reinterpretado por diferentes acadêmicos, intelectuais, pensadores, formadores de opinião. Ao mesmo tempo, foi sistematicamente modelado, realinhado, reformado e ajustado pela fértil imaginação de seus governantes e também pelas intervenções intencionais, espontâneas ou distraídas de seus habitantes e visitantes.

A cidade do Rio de Janeiro foi construída a partir de signos estéticos que conjugam imaginação, materialidade e experiência na fabricação da *cidade sensível*. Essas três categorias de análise – que, antes e acima de tudo, constituem-se como tipos ideais na construção de interpretações sobre o urbano – ajudam a entender como a cidade se arquiteta a partir de diferentes formas de construção política que incluem, conformam e vão além da urbanização propriamente dita. As visões estéticas sobre as formas e as funções da cidade se juntam às intervenções oficiais e não-oficiais na arquitetura, na espacialidade e na paisagem urbanas, assim como às experiências de viver (n)a cidade, de circular através dela, de senti-la no dia a dia. Não há cidade – e, por consequência, não há Rio – antes da imaginação, da materialidade e da experiência. E se, no “século urbano”<sup>1</sup>, a cidade é *locus* de

---

<sup>1</sup> Expressão que se tornou relativamente popular entre acadêmicos, intelectuais, organizações internacionais e atores da sociedade civil global para descrever o período histórico em que há maior concentração de pessoas vivendo em cidades. Sobre isso, conferir, por exemplo, [humansecuritycities.org](http://humansecuritycities.org), “Human security for an urban century”, 2006. A tese trata a existência dessa expressão

elaboração e enunciação política, então ela também pode ser entendida como uma *categoria de atravessamento*, uma lente através da qual é possível se perceber em relação ao mundo e, por conseguinte, dar sentido a afetos, emoções, (sobre)vivências, existências e resistências. Estética, política e a cidade se fundem umas às outras para permitir aos sujeitos a construção de mundos políticos – sejam eles o mundo da “ordem”, a ser aplicada; ou, ainda, o mundo da “resistência”, cotidianamente construída.

Na cidade do Rio de Janeiro, imaginação, materialidade e experiência atravessam e são ao mesmo tempo atravessadas pela (pós-)colonialidade. O Rio é, em todos os sentidos possíveis, uma *cidade pós-colonial*. Por força do hábito colonial, as cidades que passaram por processos de colonização são consideradas desenvolvimentos naturais de suas correspondentes europeias, que, por sua vez, são entendidas dentro de uma interpretação teleológica da história como a linha de chegada da modernização. Elas também são vistas como evidências “do que deu errado” com a urbanização, como resíduos malquistos da versão sulista, incontrollável, selvagem do capitalismo global (Roy, 2011). No entanto, sua invenção e constituição (tanto em termos materiais quanto imateriais) revelam-se inseparáveis das relações sociais, econômicas e políticas que mantiveram o empreendimento colonial. Historicamente, as cidades foram importantes componentes na espacialização do colonialismo, locus da ocupação colonial e também de conexões intermarítimas (Jacobs, 1996). Em um mundo pós-colonial, essas cidades preservam, adaptam e rearticulam os arranjos hierárquicos, violentos e conflituosos da colonização (Yeoh, 2001).

Pretende-se, no presente capítulo, explorar os limites da literatura de Relações Internacionais, e também da bibliografia de outras disciplinas que ela tradicionalmente mobiliza, em tratar da cidade pós-colonial. Argumenta-se, em específico, que a falta de centralidade das hierarquias raciais, do racismo e da racialização nas interpretações correntes sobre a cidade pós-colonial limita a capacidade de entender a relação entre colonialidade, violência e espaço urbano na contemporaneidade. Além disso, também mantém invisíveis e/ou inaudíveis outras narrativas e interpretações, muitas de caráter decolonial, que fogem ao padrão de intelectualidade que a disciplina produz e reproduz cotidianamente. Perde-se, desse

---

como um fenômeno a ser analisado dentro do arcabouço teórico-prático que trata da “questão das cidades” em âmbito global, dentro e fora da disciplina de Relações Internacionais.

jeito, a capacidade de ver, ouvir e sentir algumas das dinâmicas cotidianas mais viscerais que atravessam uma cidade pós-colonial como o Rio de Janeiro, reproduzindo modos de ver, de narrar e de experimentar a cidade que perpetuam a exclusão, a invisibilidade e a marginalização de vozes e olhares outros.

O argumento central da tese é o de que a (pós-)colonialidade – e as hierarquias raciais que mobiliza, constrói e perpetua – é fator-chave para entender as relações de poder e violência em uma cidade pós-colonial como é o caso do Rio de Janeiro. No capítulo anterior, “Cidade-violência”, foi apresentada em detalhes uma interpretação sobre a relação entre a formação material e imaterial da cidade e as dinâmicas violentas de racialização do espaço urbano. Para fins desse capítulo, o que interessa é discutir em que medida determinados processos de *racialização* da cidade – em suas muitas formas e manifestações – forjaram regime estético-urbanos que distribuem lugares e espaços para a existência e circulação de corpos, percepções, sensações, objetivos, sujeitos na cidade; e que condiciona a quem é permitido ser visto e ouvido, e a quem não é. Em específico, argumenta-se que as hierarquias raciais rearticuladas através dos anos de *transição*<sup>2</sup> entre a monarquia e a república lançaram as bases para a fabricação de uma ordem urbana centrada em uma *distribuição do sensível*, como conceituado por Jacques Rancière (2010), profundamente racializada. Tal ordem se manifesta na organização cotidiana da cidade: no padrão claramente demarcado de segregação territorial entre corpos brancos-ricos<sup>3</sup> e negros-pobres; nas experiências cotidianas de seus moradores, especialmente daqueles que são considerados os alvos da ou as ameaças à “ordem urbana”; e, como será mais detalhadamente desenvolvido nos capítulos seguintes, na aplicação violenta de narrativas, práticas, técnicas e tecnologias militarizadas de segurança.

O conceito rancieriano de *distribuição do sensível* aponta caminhos férteis para explorar as imbricações entre racialização e colonialidade manifestadas na

<sup>2</sup> *Transição* é outro termo amplamente utilizado pela historiografia brasileira para dar conta do período histórico em questão, mas que não consegue dar conta de todas as contradições e dinâmicas de poder envolvidas.

<sup>3</sup> Aqui, conjuga-se raça e classe para oferecer uma interpretação ampla e interseccional das hierarquias sociais que forjam a colonialidade no Brasil – e, em específico, explicitar a impossibilidade de se falar sobre classes sociais no contexto brasileiro sem *racializar o debate*. Opta-se, ainda, pela categoria “ricos” como forma de questionar o uso do termo “classe média” como atenuante de privilégios sociais e raciais, mas sem deixar de entender que as classes que não ocupam o topo da pirâmide socioeconômica cumprem também papel crucial para a construção e manutenção de hierarquias raciais e sociais.

formação estético-urbana da cidade do Rio de Janeiro. É particularmente relevante para o tema dessa tese sua discussão sobre estética e política, e, em específico, a diferenciação feita pelo autor entre *polícia* (entendida, por Rancière, não em termos institucionais, mas como a ordem estética que determina quem é percebido e ouvido) e *política* (interpretada como fenômeno em que o regime estético que sustenta a ordem estabelecida é perturbado). Não obstante, para além da literatura dedicada à tarefa de explorar os silêncios da obra do autor no que tange a questões de gênero e raça (Sparks, 2016), o próprio exercício de usar as lentes teóricas de Rancière para tentar ler a formação estético-urbana da cidade do Rio de Janeiro mostrou a necessidade de olhar criticamente para sua produção. É nesse sentido que esse capítulo busca oferecer uma contribuição para a discussão sobre estética e política dentro das Ciências Sociais e, em específico, das Relações Internacionais a partir dos debates levantados pelas múltiplas literaturas, intelectualidades e narrativas decoloniais.

Sendo assim, na primeira seção, o capítulo entra em uma discussão de natureza teórica sobre a relação entre estética e política com base na obra de Jacques Rancière e em outros trabalhos de referência para as Ciências Sociais e as Relações Internacionais. Nessa seção, serão delineados os aspectos gerais desse escopo de literatura, que pretende dar conta dos limites das perspectivas tradicionais em olhar para a estética, a sensibilidade, a corporalidade e a percepção como fenômenos importantes para se teorizar sobre política. Não obstante, também essa literatura produz silêncios e reproduz limites, especialmente quando se olha criticamente para a colonialidade do conhecimento como fenômeno penetrante da teoria política moderna. Dessa forma, a segunda seção engaja criticamente com o arcabouço teórico apresentado na seção anterior com base em autores e autoras das literaturas pós-coloniais e decoloniais, buscando mostrar, a partir da discussão sobre estética e racialização, e também sobre descolonização do saber e do conhecimento, como os silêncios e limites produzidos pelas perspectivas críticas sobre estética e política podem ser superados a partir de uma epistemologia decolonial.

Em seguida, volta-se o olhar à cidade do Rio de Janeiro, que é, de fato, o lugar de onde essa tese parte. Dessa forma, a terceira seção do capítulo passará a limpo determinadas dimensões do regime estético-urbano que opera na cidade do Rio de Janeiro a partir de três pontos de contato: a relação centro-periferia que se articula na cidade e suas implicações político-estéticas; a construção material e imaterial da

zona sul como manifestação dos ideais de “cidade europeia” e de “cidade maravilhosa”; e as experiências estético-corporais de se existir e circular pela cidade pós-colonial. Em todos esses casos, serão mobilizados escritos, narrativas e interpretações que fogem à intelectualidade reconhecida como legítima pelos círculos acadêmicos convencionais, de forma a tentar captar aquilo que é justamente deixado de fora. Por fim, a última seção retoma a discussão feita anteriormente para reconstruir e dar coerência ao argumento central do capítulo, conectando os pontos de discussão sobre formação estético-urbana da cidade do Rio de Janeiro à teorização sobre estética, política, racialização e colonialidade.

### 3.1.

#### Estética, ordem e política

“A política é, antes de tudo, uma intervenção no visível e no dizível” (Rancière 2010: 37 – tradução livre). No ensaio *Ten Thesis on Politics* (em português, “dez teses sobre política”), Jacques Rancière (2010) entende a política como uma atividade que desestabiliza a distribuição do sensível. *Distribuição* diz respeito à alocação de lugares e espaços de existência e circulação (de significado tanto físico quanto simbólico); *do sensível* fala sobre o que pode e o que não pode ser visto, ouvido e percebido. Uma distribuição “apropriada” do sensível é aplicada pela *polícia*, interpretada como uma construção simbólica do social que define o que há para ser entendido, reconhecido, sentido. De acordo com Rancière, a política, em vez de ser mero exercício do poder ou mesmo o campo de disputas entre opiniões divergentes, consiste em uma atividade que perturba o arranjo de lugares, espaços e temporalidades da visibilidade e da expressão: uma ruptura com a ordem “natural” das coisas. Política é *dissenso*.

A distribuição do sensível implica “uma delimitação de espaços e tempos, do visível e do invisível, do discurso e do barulho que simultaneamente determina o lugar e os termos da política como uma forma de experiência” (Rancière, 2004: 13 – tradução livre). Por isso, para Rancière, a estética está na base da política. Tal “estética primária”, nos termos do autor, é de alguma forma anterior às “práticas estéticas”, as formas de visibilidade das atividades artísticas. Por um lado, a estética



da política diz respeito ao que e a quem pode ser percebido como *locus*, parte ou sujeito da política. Por outro, a política da estética se relaciona à desestabilização de regimes de percepção que confinam práticas estéticas a suas funções éticas ou miméticas. A política, assim como a polícia, está baseada em signos estéticos que determinam distribuições de visibilidade e invisibilidade, de capacidades e incapacidades de expressão, de ser ouvido ou percebido no mundo como sujeito político.

Ordens sociais são fundadas a partir de regimes estéticos que definem o que ou quem pode ser visto, ouvido, percebido, imaginado, sentido no mundo. Essa ordem é aplicada pelo que Rancière chama de *polícia*, tanto uma categoria simbólica de significado, quanto expressão literal de poder. “A essência da polícia não está nem na repressão nem no controle sobre os vivos. Sua essência está em uma determinada forma de divisão do sensível” (Rancière 2010: 36 – tradução livre). A polícia também determina o espaço em que a política pode ser capturada e exercida. Em espaços urbanos, a ordem estabelecida e aplicada se manifesta através da designação de lugares e espaços para circulação e existência. Da mesma forma, a distribuição do sensível também se relaciona a configurações espaciais de visibilidade e expressão que informam como as cidades são construídas, organizadas, sustentadas, reformuladas e experimentadas. Uma vez mais, nas palavras de Rancière,

“A polícia é o que diz que aqui, nessa rua, não há nada para ser visto e, portanto, nada a se fazer a não ser seguir adiante. Ela afirma que o espaço para circular não é nada mais do que um espaço para circulação. A política, em contraste, consiste em transformar esse espaço do ‘seguir adiante’, da circulação, em um espaço para o aparecimento do sujeito: as pessoas, os trabalhadores, os cidadãos. Consiste em re-figurar o espaço, isto é, o que existe para ser feito, visto e nomeado nele” (Rancière 2010: 37 – tradução livre).

Dois elementos são centrais a essa discussão. O primeiro se relaciona à consideração sobre o corpo como categoria relevante para se interpretar a estética da ordem política. Nas Relações Internacionais, os corpos têm sido tradicionalmente negligenciados pela literatura teórica, determinados de maneira exógena e situados fora do âmbito político (Wilcox, 2015). Entretanto, se a busca é por interpretar as (im)possibilidades políticas de visibilidade e expressão, é

imperativo olhar para como os corpos são “formados, reformados, generizados e racializados” no processo de construção e aplicação da ordem política (Wilcox, 2015: 3 – tradução livre). A ação de designar quem pode ser visto, e ouvido, e percebido no mundo está ligada intimamente às possibilidades de reconhecimento<sup>4</sup> dos diferentes corpos e seus efeitos políticos percebidos, imaginados, antecipados, desejados e/ou temidos. Da mesma forma, para investigar como determinada ordem social e política é aplicada esteticamente no cotidiano, é preciso considerar como ela invade, disciplina, regula, viola e/ou conforma corpos para esse fim.

O conceito de biopolítica é fundamental nessa discussão. Enquanto o poder soberano diz respeito à prerrogativa de um governante de *matar* ou *deixar viver*, o poder biopolítico é sobre *fazer viver* ou *deixar morrer* (Foucault, 2003). Para Lauren B. Wilcox (2015), as perspectivas tradicionais das Relações Internacionais focaram a maior parte de sua atenção no primeiro, entendendo o poder quase que exclusivamente como um atributo da soberania. Da mesma forma, o campo convencionalmente teorizou sobre violência política dentro de um quadro estadocêntrico e orientado para a resolução dos problemas do Estado nacional, em que o corpo é apenas um instrumento para e um alvo da violência, mas nunca uma categoria produtiva para sua operação. No entanto, quando o centro da análise são as relações biopolíticas de poder, o corpo ganha proeminência tanto como categoria de análise quanto como objeto de estudo. “A violência biopolítica toma os corpos não apenas como objetos de proteção, mas objetos de intervenção ativa; corpos são constituídos como indivíduos e como populações que devem ser mortos, ou devem se fazer viver” (Wilcox 2015: 17 – tradução livre). Wilcox prossegue,

“Teorizar o sujeito como corporificado demonstra os termos de se repensar a abordagem das RI à violência e ao sujeito. Ao entender as práticas contemporâneas de segurança como constituídas em relação ao biopoder assim como aos termos mais familiares do poder soberano, eu chamo atenção para as formas em que o corpo deve ser interrogado em suas manifestações contingentes como um meio crucial para se apreender a política contemporânea global” (Wilcox 2015: 17 – tradução livre).

<sup>4</sup> Em inglês, o uso dessa palavra estaria mais perto do sentido de “acknowledgement” do que de “recognition”, no sentido de que compreende mais do que a racionalidade implicada no ato de reconhecer para abarcar também aquilo que é percebido, sentido ou captado para além do racional; ou ainda, como define Butler (2006), de “apreension” (em português, apreensão), termo que é justamente utilizado pela autora para dar sentido à percepção sobre o outro que vai além da racionalidade, do conhecimento e da cognição.

Os corpos são, portanto, socialmente demarcados e situados em um número infinito de formas. Pensadoras feministas há muito teorizam sobre o complexo processo de generização a que os corpos humanos (e também não-humanos) são cultural, social e politicamente submetidos – dos ideais violentos de aparência e comportamento femininos (Beauvoir, 1980) às performances cotidianas de gênero e às construções de fronteiras artificiais de (a)normalidade sexual (Butler, 2011) –, e também sobre como ele legitima, normaliza, torna invisível e/ou justifica a violência contra certos corpos (enquanto protegem outros). Da mesma forma, perspectivas pós-coloniais e decoloniais colocam em evidência a relação entre corporalidade, racialização, biopolítica e violência. Ao investigar as “condições práticas” que lançam as bases para o exercício do poder (soberano e biopolítico) na política ocidental moderna, Achille Mbembe conclui que “a raça tem sido a sombra sempre presente no pensamento e na prática política ocidental, especialmente no que tange a imaginar a desumanidade das, ou a dominação sobre, pessoas estrangeiras” (2003: 17 – tradução livre). Como tecnologia que informa e permite o exercício do biopoder, o racismo (e a racialização, como sua condição de possibilidade) define os limites entre os corpos que podem ser mortos (pelo poder soberano) ou serem postos para morrer (pelo poder biopolítico), e os corpos que não podem. De acordo com o autor, a instituição colonial da escravidão “foi uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica” (2003: 21 – tradução livre), quando os corpos negros foram violentamente racializados e gerenciados para que vivessem ou morressem de acordo com os interesses e as vontades de quem os coloniza. “Aqui [na escravidão] nós vemos a primeira síntese entre massacre e burocracia, a encarnação da racionalidade ocidental” (2003: 23 – tradução livre), ele complementa.

Mas, seguramente, uma das contribuições mais influentes nas Ciências Sociais sobre a relação entre o corpo e o poder biopolítico vem de Giorgio Agamben (2007) e de sua discussão sobre a *vida nua* (no original em italiano, “la nuda vita”, e em inglês, “bare life”). De acordo com o autor, a *vida nua* diz respeito à vida daquele que não deve necessariamente ser morto, mas que é matável. A modernidade se constitui a partir do conceito de existência política (que deve ser preservada) coligada à ideia da vida nua (que se pode matar), como uma “dupla categorial fundamental da política ocidental” (Agamben, 2007: 16). A vida nua é

tornada possível dentro da existência política sob a forma da exceção – que, por sua vez, não diz respeito àquilo que está completamente alheio à norma, mas ao que, estando fora da ordem estabelecida, está também dentro. “O estado de exceção, no qual a vida nua era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía, na verdade, em seu apartamento, o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político”, diz o autor (Agamben 2007: 16-17). E complementa, “quando as suas fronteiras se esfumam e se indeterminam, a vida nua que o habitava libera-se na cidade e torna-se simultaneamente a sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos, o ponto comum tanto da organização do poder estatal quanta da emancipação dele” (Agamben 2007: 17). Também segundo o autor, na política ocidental contemporânea, o estado de exceção se desloca “de medida provisória e excepcional para uma técnica de governo”, um “paradigma de governo dominante” (2007: 13).

O segundo elemento diz respeito à possibilidade de teorizar emoções e sensações como categorias para ter acesso ao político. Assim como com os corpos, as emoções foram largamente negligenciadas pelo campo até que acadêmicas feministas e pós-coloniais começassem a questionar as fundações arbitrárias do pensamento político moderno baseadas na dicotomia entre razão e emoção, mente e corpo (Bleiker & Hutchison, 2014). Argumenta-se, de acordo com essas perspectivas, que a dualidade corpo-mente está na base do pensamento político ocidental, em que a racionalidade (do masculino e da branquitude) tem preponderância sobre os sentimentos e as emoções (do feminino e dos sujeitos não-brancos). Nas Relações Internacionais, considerações sobre emoção, sensibilidade e afetividade vieram a reboque das “viradas”<sup>5</sup> estética e afetiva – a primeira, impulsionadora de um outro olhar sobre a disciplina para considerar a arte, a visualidade, a sensibilidade e a percepção como categorias importantes para se pensar o internacional (Bleiker, 2001); a segunda como exercício para se pensar a diferença entre *emoção* e *afetividade* dentro de um marco mais específico que

---

<sup>5</sup> É “virada” (no original em inglês, “turn”) um termo comumente utilizado dentro das Ciências Sociais e, mais especificamente, das Relações Internacionais para dar sentido a determinadas inflexões teórico-metodológicas em direção a temas, objetos de estudo e/ou categorias de análise que de alguma forma se propõem inovadores ou desestabilizadores das normas tradicionais do fazer acadêmico até então estabelecido. A ideia de “virada” também impõe à disciplina determinadas temporalidades e uma narrativa oficial ao campo que muitas vezes produzem silêncios e marginalizações.

dialoga diretamente com a psicanálise<sup>6</sup> (Ahäll, 2018). Em ambos os casos, entende-se que as dimensões estéticas da política só poderão ser adequadamente compreendidas se consideradas em conexão direta com emoções e sensações, como os meios primários pelos quais os sujeitos dão sentido ao que está ao seu redor. “O primeiro ato político é também um ato estético, uma repartição da sensação que divide o corpo e seus órgãos de percepção de sentido e designa a eles capacidades correspondentes para que produzam sentido” (Panagia, 2009: 9 – tradução livre). Os atos de ver e não ver, de ouvir e de não ouvir – assim como as tentativas de perturbar regimes de visibilidade e expressão –, estão diretamente relacionados aos sentimentos e à percepção: medo, revolta, raiva, ressentimento, melancolia, tranquilidade, prazer, contentamento; e também a uma distribuição entre sentimentos e emoções que importam, e sentimentos e emoções que podem ser descartadas.

Judith Butler avança nessa análise tanto em *Precarious Life* (2006) quanto em *Frames of War* (2016) ao investigar as condições por meio das quais a morte ou o sofrimento de certos corpos é percebido, sentido e velado, enquanto o de outros é ignorado ou descartado. Para a autora, a vida é produzida por mecanismos de poder através de meios seletivos, de forma que não há o “ser” ou o “estar” da vida antes de sua operação (Butler, 2016). Por consequência, o ato de apreender a vida é também submetido à arbitrariedade das relações de poder que define que vidas são valoradas como tal, enquanto outras podem ser perdidas. Em Butler, apreender (no original em inglês, “aprehend”) a vida de alguém é também um empreendimento estético: é mais do que apenas reconhecer (seja no sentido de “acknowledgement” ou de “recognition”), e inclui “sentir e perceber” a vida de alguém mesmo que não haja completa cognição ou entendimento. Sendo assim, o termo fala de uma “fecundidade do indiscutível” (2006: 19 – tradução livre), de um fenômeno ou experiência que vai além da racionalidade e do conhecimento para entrar no âmbito da sensação, da emoção, do sentimento. A autora também conecta os pontos entre

---

<sup>6</sup> Como reação à popularização dos estudos sobre a “política das emoções” nas Ciências Sociais e nas Relações Internacionais – que, na esteira da “virada estética”, acabam por fundar, inclusive, a categoria “acadêmico das emoções” (em inglês, “emotion scholar”) –, a “virada afetiva” surge para diferenciar o afeto como fenômeno inconsciente, não-subjetivo e pré-pessoal, em contraposição ao que seriam os sentimentos ou as emoções (pessoais, conscientes e *quasi* racionalizadas). Sobre esse tema, indica-se a leitura de Linda Ahäll (2018), que oferece uma crítica feminista à “virada afetiva” entendendo-a como uma forma de restabelecer nova dualidade de gênero, dessa vez refletida no binômio criado entre *emoção* (expressa pelo feminino) e *afeto* (expresso pela masculinidade).

uma política de apreensão da vida e a necessidade de construir novas compreensões sobre as relações de poder entre os corpos e a política. Em suas palavras,

“Se vamos ampliar as demandas sociais e políticas sobre os direitos de proteção e à persistência e ao florescimento, devemos primeiro nos apoiar em uma nova ontologia corporal, uma que implica repensar precariedade, vulnerabilidade, injurabilidade, interdependência, exposição, persistência corporal, desejo, trabalho e as reivindicações de linguagem e pertencimento social” (Butler 2016: 2 – tradução livre).

A precariedade do corpo é central ao argumento de Butler, uma vez que indica a situação de vulnerabilidade em cima da qual a constituição da “vida humana” é forjada e exercida. Defende a autora que os corpos humanos são inevitavelmente suscetíveis à morte e à violência, assim como ao toque, à afeição, ao carinho. Por se mostrar precário e vulnerável aos outros, “o corpo tem uma dimensão invariavelmente pública” (Butler 2006: 26 – tradução livre). Para Butler, o luto e a tristeza são os momentos em que a apreensão da precariedade do corpo humano está em radical operação – e, por isso mesmo, a corporalidade da política fica inescapavelmente em evidência. Mas a vulnerabilidade corporal é geopoliticamente (e desigualmente) distribuída, uma vez que alguns corpos estão mais vulneráveis à morte e à violência (assim como à indiferença e à desconsideração quando a morte ou a violência acontece) que outros (e pensadores como Mbembe dão especial atenção às condições de possibilidade para que tal diferenciação surja e opere em termos intrinsecamente raciais). Sendo assim, estar atenta e sensível à vulnerabilidade e à precariedade, bem como à forma como são desigualmente distribuídas, é um meio de reivindicar alternativas políticas à violência, nos termos de Butler.

### 3.2.

#### **Provincializando a estética**

Se há, de fato, incontáveis ganhos em se mobilizar a literatura acima mencionada para pensar estética, corporalidade, emoções e sensibilidade como categorias-chave para interpretar o mundo social e político, é também necessário entender quais são os limites apresentados por essas perspectivas. Uma forma de

começar seria, então, por *provincializá-las*. Em *Provincializing Europe* (em tradução livre para o português, “provincializando a Europa”), Dipesh Chakrabarty propõe o exercício de entender criticamente a construção de interpretações sobre a modernidade como “um processo de tradução de diversas formas, práticas e entendimentos da vida em categorias político-teóricas universais de natureza profundamente europeia” (2007: 17). Na base desse processo, argumenta o autor, está a prática do historicismo, como fenômeno de fabricação de narrativas de autoridade pretensamente históricas para dar conta dos processos de surgimento e difusão dessas categorias. Chakrabarty cita as ideias de cidadania, de Estado, de distinção entre público e privado, de direitos humanos, de racionalidade científica, de democracia, entre outras, como ilustrações de conceitos que surgem da tradição intelectual europeia ao mesmo tempo em que a sustentam como projeto histórico de referência universal. Nesse sentido, provincializar essas categorias significa localizá-las como fenômeno demarcado no tempo e no espaço, em constante relação (de poder, obviamente) com outras formas de interpretar historicamente o mundo. Sobre isso, o autor complementa,

“No que se refere ao discurso acadêmico de história – isto é, ‘história’ como um discurso produzido no lugar institucional da universidade –, a ‘Europa’ permanece o sujeito soberano e teórico de todas as histórias, incluindo aquelas a que chamamos de ‘indianas’, ‘chinesas’, ‘quenianas’, e por aí vai. Há uma forma peculiar em que todas essas histórias tendem a se tornar variações de uma narrativa mestra que pode ser chamada de ‘a história da Europa’” (Chakrabarty 2007: 27 – tradução livre).

O processo de provincializar as Ciências Sociais e as Relações Internacionais, como um modo de desconstruir as afirmações universais que residem no centro do pensamento político moderno europeu, tornou-se movimento caro às perspectivas pós-coloniais, que ganharam alcance e popularidade, sobretudo, nas últimas décadas (Gunew, 2009; Vasilaki, 2012). Autoras e autores pós-coloniais, em conversa com as teorias críticas, com o pós-modernismo e com o pós-estruturalismo, buscaram lançar luz não apenas sobre os processos históricos de formação do sistema internacional informados pela prática colonial, mas também sobre a própria fabricação da ideia do internacional como possibilidade histórica dentro do pensamento político moderno ocidental – e, por conseguinte, o próprio surgimento das Relações Internacionais como campo de estudos e, posteriormente,

como disciplina acadêmica – de forma entrelaçada à colonialidade (Loomba, 1998). As Relações Internacionais são construídas por meio de elaborações teórico-epistemológicas que se constituem a partir do historicismo euro-centrado e se colocam em relação ao *mundo* (seja como categoria ou conceito, seja como fenômeno que se pretende ontologicamente verificável) como clímax de um processo histórico colonial – que, por sua vez, reafirma a posição de dominação epistêmica da produção intelectual europeia sobre outras formas de manifestação do conhecimento e de interpretação sobre ele.

Da mesma forma, provincializar a produção intelectual e acadêmica sobre estética, corporalidade, emoções, afetos e sensibilidades significa estar atenta a seus limites teórico-epistemológicos, que muitas vezes invisibilizam, subestimam ou colocam em segundo plano o lugar que a colonialidade ocupa na política contemporânea. Em específico, para a finalidade dessa tese, a contribuição principal que esse movimento pode trazer para uma elaboração teórico-abstrata sobre a estética da política (usando os termos de Rancière) é impedir que se estabeleça uma leitura a-histórica desses processos, sem que se recorra, por outro lado, ao historicismo como forma de construção de um argumento de autoridade. O que autores como Rancière, Butler e Agamben, assim como movimentos teórico-epistemológicos como as viradas “estética” e “afetiva”, trazem para a disciplina é a perspectiva do abstrato sobre as hierarquias, as desigualdades e as violências que constituem a relação do político com o humano, com o corpo, com as subjetividades, com a vida. Mas é possível entender também que, não raramente, a ideia de abstrato no pensamento político moderno – euro-centrado, elitizado e racialmente demarcado – se funde à noção de universalizável, daquilo que, uma vez atingido em sua mais sofisticada elaboração, é capaz de se encaixar em diferentes realidades espaço-temporais. Questionar perspectivas universalizáveis sobre o campo da estética e das emoções não é tarefa exclusiva de autores comprometidos com um projeto ético-político de caráter decolonial, como nos mostra, por exemplo, o trabalho de Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990). Ainda assim, resistir à tentação de usar essas interpretações como lentes multiuso para se entender o mundo, em que as discussões sobre raça, racialização, racismo e colonialidade as margeiam apenas para adicionar camadas, mas não como eixo central da reflexão, é proposta cara às perspectivas pós-coloniais e decoloniais. A exceção entre os autores referenciados na seção anterior é, claro, Achille Mbembe, que teoriza sobre



a necropolítica a partir dos conceitos da *racialização* e da *colonialidade*. No entanto, o que se pretende argumentar aqui é que simplesmente adicionar a análise de Mbembe ao restante do arcabouço mobilizado seria, de certa forma, instrumentalizar sua obra para possibilitar a aplicação de um quadro teórico-epistemológico não-racializado às relações raciais. Por isso, faz-se necessário dar o passo adiante, mobilizando as literaturas decoloniais, para então retomar Mbembe como um dos expoentes da reflexão crítica proposta, e não como “escada conceitual” ou “tapa-buracos” para os possíveis espaços vazios produzidos pelas outras interpretações.

É aqui que se propõe a entrada da contribuição inestimável de Frantz Fanon à discussão anteriormente elaborada sobre estética, ordem e política. Considerado atualmente uma das grandes referências do pensamento decolonial do século vinte, Fanon reflete sobre estética e corporalidade a partir de sua consideração sobre o *olhar do branco*<sup>7</sup> em direção ao sujeito negro. Pode-se dar início a essa reflexão a partir do que Fanon apresenta já na introdução de *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), fazendo referência a dois conceitos que se tornarão centrais, décadas depois, à fértil produção decolonial e afrodiaspórica que em sua obra encontrará inspiração: a *zona do ser* e a *zona do não-ser*. Entende Fanon que a zona do não-ser, como “região extraordinariamente estéril e árida” (2008: 26), é onde se encontram os sujeitos negros que, diante do olhar do colonizador, são destituídos de sua humanidade. A elaboração conceitual de Fanon adiciona uma dimensão espacial a um movimento que é, também, do âmbito da estética, da visibilidade e da percepção. É a partir do olhar do branco que o sujeito negro é alocado na zona do não-ser. “Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica” (2008: 104), afirma o autor. A existência do sujeito negro é delimitada a partir dos parâmetros definidos pelo olhar daquele que se beneficia das relações de poder, de privilégio e de violência estabelecidas, “pois o negro não tem mais que ser negro, mas sê-lo diante do branco” (2008: 104). Ser negro, para Fanon, é, portanto, uma “maldição

<sup>7</sup> Aqui cabe uma nota sobre os dois porquês de se utilizar a expressão “olhar do branco” em vez do termo “olhar colonial”. Em primeiro lugar, entende-se que o primeiro engloba e vai além do último, que em muitos sentidos pode ser interpretado exclusivamente como o regime de visibilidade criado e mantido pelo empreendimento da colonização. Em relação a isso, o próprio autor salienta, nessa mesma obra, como a desumanização do sujeito negro promovida e possibilitada pelo racismo ultrapassa os limites históricos (se for possível defini-los) do que se entende pelo “período colonial”. Em segundo lugar, acredita-se, também, que a expressão “olhar colonial” tira do campo de visão o sujeito que operacionaliza o regime de visibilidade (e que dele se beneficia) de que trata Fanon, o que não parece ser, de modo algum, o objetivo do autor.

corporal” (2008: 104): a hierarquia de poder é constituída a partir da estética e da corporalidade, da “epidermização dessa inferioridade” (2008: 28). Em outras palavras, estabelece-se um regime estético que determina que corpos cujas peles são negras são mais que inferiores e inumanos: são incapazes de existir para além do *olhar do branco*. O que Fanon descreve é o movimento de se perceber “objeto em meio a outros objetos” (2008: 103), havendo, nesse caso, implicação direta e objetiva daquele que lança o olhar, capaz de produzir existências e inexistências.

Na narrativa poética de Fanon,

“Chego lentamente ao mundo, habituado a não aparecer de repente. Caminho rastejando. Desde já os olhares brancos, os únicos verdadeiros, me dissecam. Estou fixado. Tendo ajustado o microscópio, eles realizam, objetivamente, cortes na minha realidade. Sou traído. Sinto, vejo esses olhares brancos que não é um homem novo que está entrando, mas um novo tipo de homem, um novo gênero. Um preto!” (2008: 108).

Integralmente comprometida com o projeto decolonial, a obra de Fanon coloca no centro da análise a colonialidade, e em termos parecidos aos que embasam a conceituação proposta por Aníbal Quijano (1999). O regime racial de visibilidade que decreta zonas do ser e do não-ser, a serem habitadas respectivamente por sujeitos brancos e negros, ultrapassa a colonização como manifestação histórica e se perpetua no cotidiano do autor em temporalidades e espacialidades pretensamente *pós-coloniais*. Fanon descreve como se deu conta de que, mesmo no mundo contemporâneo, em que a colonização foi pretensamente superada e esquecida pela “esclerose afetiva do branco” (2008: 113), os termos da distribuição das zonas do ser e do não-ser já estavam estabelecidos. São termos definidos exteriormente ao sujeito negro; que se perpetuam no tempo para além do historicismo ocorrido sobre a superação da colonização promovido, sobretudo, pelas pessoas brancas; e que se manifestam na “irracionalidade”, no que não pode ser desconstruído pelo discurso científico da absoluta igualdade entre as “raças”.

A dimensão espacial da racialização promovida pelo projeto colonial será mais uma vez explorada por Fanon, desta vez em *Os Condenados da Terra* (1979). Já no primeiro capítulo, o autor descreve o empreendimento colonial como um movimento que se estabelece de forma espacial e territorialmente segregada, definindo espaços de existência e de circulação, e através do qual o poder racista da

colonização pode ser aplicado e assegurado. “O mundo colonizado é um mundo cindido em dois”, diz Fanon, em que “a linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia” (Fanon, 1979: 28). Dividem-se entre as zonas habitadas pelo “colonizador” e as zonas habitadas pelo “colonizado”, impossibilitadas de coexistirem pelo princípio da exclusão recíproca, tornada possível, por sua vez, pela racialização. “Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça” (Fanon, 1979: 29). A divisão característica ao mundo colonizado é mediada pela violência das instituições coloniais, como a polícia, e se vê refletida na construção simbólica e material do espaço, tornado urbano pela própria representação que o autor faz dessas zonas como “cidades”. Cabe, aqui, reproduzir trecho mais longo da obra de Fanon em que o autor descreve, de forma detalhada e sensível, os atributos físicos e imateriais desses dois lugares:

“A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas. Os pés do colono nunca estão à mostra, salvo talvez no mar, mas nunca ninguém está bastante próximo deles. Pés protegidos por calçados fortes, enquanto que as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem seixos. A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.

“A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *Medina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes” (Fanon, 1979: 28-29).

A descrição do mundo colonial cindido confere atributos palpáveis à elaboração sobre as *zonas do ser* e do *não-ser* previamente estabelecida em *Peles Negras, Máscaras Brancas* (2008). Em muitos sentidos, confere materialidade à construção espacial de hierarquias raciais que, até então, pareciam habitar,

sobretudo, o mundo do simbólico. Além disso, coloca no centro da interpretação a violência empregada pelo colonizador em nome da manutenção do projeto colonial e fiadora de um mundo dual cujas partes são, na perspectiva de Fanon, irreconciliáveis. O projeto colonial, como descreve o autor, é insensível à dor e à morte produzidas por ela. Na *zona do não-ser*, não se existe como sujeito cujo sofrimento é reconhecido e acolhido; ao contrário, o colonizado é desumanizado, animalizado. E, mais do que isso, criam-se as condições estruturais – a fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz – para que a dor e a morte sejam continuamente produzidas, como condições de possibilidade para que o empreendimento colonial se mantenha em funcionamento. A “cidade do colonizado”, como a manifestação material da *zona do não-ser*, é produzida pela colonialidade, pela racialização, pelas desigualdades e pelas hierarquias, ao mesmo tempo em que é operacionalizada cotidianamente pela violência.

Mas a reflexão proposta por Fanon também se centraliza na figura *daquele que olha*, do branco, do colonizador, entendendo que os lugares de existência e inexistência são determinados e operacionalizados cotidianamente a partir da prática colonial racista de sujeitos que olham, que falam, que apontam e riem. “Os elementos que utilizei não me foram fornecidos pelos ‘resíduos de sensações e percepções de ordem sobretudo tátil, espacial, sinestésica e visual’, mas pelo outro, o branco, que os teceu para mim através de mil detalhes, anedotas, relatos”, diz, em determinado momento, o autor (2008: 105). Há aqui, provavelmente, a principal diferença entre o que Fanon propõe e as abstrações teórico-epistemológicas sobre estética e poder exploradas anteriormente, entre elas o próprio conceito de “distribuição do sensível” elaborado por Jacques Rancière (2010). Ao colocar a colonialidade no centro de sua reflexão, Fanon lança luz sobre *quem* constrói os regimes estéticos e de visibilidade, sobre *quem* determina e enuncia como o sensível será distribuído (e para o benefício de *quem*), sobre *quem* colhe os privilégios de determinada ordem de sensibilidade estabelecida. Esse ponto cego já foi apontado na obra de Rancière<sup>8</sup> e pode ser também identificado nas

<sup>8</sup> Holloway Sparks (2016) analisa a ausência de um debate explícito sobre raça e gênero na obra de Rancière, assim como os limites que esse vazio impõe a sua conceituação sobre política como *dissenso* (e, especificamente, como a desestabilização na distribuição do sensível). A autora sugere que, ao não explorar as desigualdades de raça e de gênero que informam a distribuição do sensível, bem como sua sustentação através da operação da *polícia*, Rancière acaba privilegiando as definições sobre estética e política impostas pelos grupos dominantes, com quem fica sempre a prerrogativa de identificar o que é realmente “ruptura” na distribuição do sensível.

reflexões de Butler e Agamben. Apesar da valiosa contribuição que esses autores dão à discussão sobre estética e corporalidade, fixar os olhos unicamente em suas lentes pode ter como consequência primordial o apagamento do racismo, da racialização e da colonialidade como elementos centrais (e não como variáveis intervenientes) para a construção de regimes estéticos e de visibilidade no mundo pós-colonial.

As literaturas decoloniais, ao contrário, entendem colonialidade e modernidade como dois projetos umbilicalmente conectados, em que raça, racismo e racialização operam como princípios organizadores da política contemporânea baseada na acumulação de capital e na exploração de corpos através de violento processo de desumanização; e o eurocentrismo figura como imaginário dominante que permite que esse fenômeno esteja sempre em funcionamento (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016). Nas palavras de Walter D. Mignolo, são “dois lados da mesma moeda, e não dois quadros mentais separados: você não pode ser moderno sem ser colonial” (2009: 6-7 – tradução livre). Sua operação se baseia no funcionamento de uma intrincada matriz colonial de poder, que tem como um de seus eixos fundamentais “a classificação social da população mundial sobre a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial” (Quijano 2000: 201 – tradução livre, grifo original). Em outras palavras, a construção ideológica do racismo atua como condição de possibilidade para o projeto colonial baseado na apropriação de terras e na exploração de corpos para o trabalho (Mignolo, 2009). Sustentando todas essas relações está o eurocentrismo como “racionalidade específica” da colonialidade, a partir do qual todo o resto do mundo se inventa e se define (Quijano, 2000; Mignolo, 2009).

Em *Memórias da Plantação* (2008), de Grada Kilomba (2008), a simbologia da máscara de que se utiliza Fanon ganha literalidade através da correlação que a autora faz entre as máscaras coloniais usadas para a subjugação e a punição de pessoas negras escravizadas durante o período colonial e os atos de silenciamento produzidos pelo racismo cotidiano na contemporaneidade. Para além da estética da percepção visual, Kilomba discute como o colonialismo trabalhava para silenciar os sujeitos negros, tirar-lhes a capacidade de serem ouvidos. O ato de falar – e, portanto, de ser ouvido – está relacionado, para a autora, à capacidade de “pertencer” (2008: 43). Em um regime colonial, o poder de falar e a decisão de

ouvir são atributos exclusivos da branquitude. Estabelece-se, assim, uma relação entre sujeitos brancos e sujeitos negros baseada na construção de uma *outridade* racista e violenta, incapaz de fazer o *outro*, sujeito colonizado, ser percebido como igual. A reflexão que Grada Kilomba apresenta sobre a *máscara de silenciamento* do colonialismo se inspira, sobretudo, no seminal debate inaugurado por Gayatri C. Spivak a partir do ensaio *Pode a subalterna falar?* (1988)<sup>9</sup>, em que a autora discute as dificuldades de os sujeitos subalternizados falarem e de se fazerem ouvir dentro de regimes coloniais e racistas que tapam propositalmente os ouvidos. A provocação colocada por Spivak, de repercussão mundial e capaz de instigar fervorosos debates em diferentes campos do conhecimento nas décadas seguintes<sup>10</sup>, questiona, sobretudo, os limites de representação de sujeitos subalternizados dentro do arcabouço teórico-político moderno, cujas raízes são, antes de tudo, coloniais. Mas ela também abre caminho para se pensar os regimes estéticos da colonialidade para além da visualidade, incorporando, especialmente, a capacidade de se expressar e de ser ouvido no centro da reflexão.

Sobre a relação específica entre estética e racialização, Monique Roelofs (2005) propõe o conceito de “relacionalidade estética”, constituído, por sua vez, por dois fenômenos interconectados: a *estetização racializada* e a *racialização estética*. Enquanto a primeira diz respeito às formas através das quais relações raciais sustentam construções estéticas sobre o mundo, a última se relaciona ao movimento contrário: como a estética opera de forma a alimentar hierarquias raciais. A partir da imbricação entre esses dois fenômenos, é possível pensar em *branquitude* e *negritude*<sup>11</sup> como categorias para se interpretar a estética. Olhar em especial para a branquitude tem sido prática cada vez mais presente entre autoras e autores decoloniais e afrodiaspóricos, uma vez que se constitui exercício contra-hegemônico em relação à colonialidade do saber que entende o *ser branco* e *europeu* como categoria-base para se interpretar a experiência humana. Como

<sup>9</sup> Sabemos que as traduções mais conhecidas desse texto para o português escolhem utilizar o termo “subalterno” no masculino, de caráter pretensamente generalizante. No entanto, como o título original em inglês não possui demarcação de gênero, escolheu-se utilizar, nessa tradução, o termo “subalterna” em sua versão feminina, seguindo prática da própria Kilomba (2008). Afinal, é sobre mulheres indianas subalternizadas de que fala Spivak (1988) nesse texto em específico.

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, Parry (1987), Loomba (1998) e Chatterjee (2010).

<sup>11</sup> No original em inglês, “whiteness” e “blackness”. Roelofs observa que centralizar a análise apenas na dicotomia entre “branquitude” e “negritude” contribui para tornar invisíveis outras formas de manifestação estética da racialização (e também de manifestação racializada da estética) refletidas na relação do colonial com outras etnias. Nesse sentido, a escolha da autora por analisar unicamente essas duas categorias se faz de forma plenamente consciente em relação a suas limitações.

dispositivo analítico, a branquitude “é ferramenta capaz de fazer emergir o pensamento racial, mais especificamente a subjetividade do branco, em contextos aparentemente não racializados” (Silva, P. 2017: 20). Roelofs (2005) salienta, por exemplo, como filósofos clássicos do Iluminismo como David Hume e Immanuel Kant teorizavam também sobre uma estética que é racializada, mas a partir perspectiva da branquitude, que se pretende universal:

“Eles recrutaram a estética a serviço dos processos brancos de refinamento e construíram a branquitude como conquista estética. Eles mobilizaram modos estéticos de criação, recepção e interação em direção a objetivos culturais brancos, objetivos que foram definidos em contraposição à negritude. Ao limitar as paixões estéticas e os modos de interação ao projeto de formação cultural branca, e ao distanciar essas paixões e esses modos de interação da negritude, eles, portanto, articularam formas de racialização estética. Correlativamente, Hume e Kant também estabeleceram formas de estetização racializada. Foram os modos de criação, percepção e interação que sustentam a subjetividade branca que eles identificaram como estética, e foram os modos de criação, percepção e interação que sustentam a subjetividade negra que eles denominaram como incultos ou de mau gosto. Ao construir a estética a partir de parâmetros que a tornam efetiva à luz de objetivos culturais brancos e ao orientá-la para ir contra a negritude, eles a racializaram como Branca” (Roelofs 2005: 85 – tradução livre).

Inserir o conceito de *branquitude* no debate sobre estética reforça o movimento possibilitado pelas leituras decoloniais de racialização da análise sobre os regimes estéticos e de visibilidade que operam a partir da colonialidade. O regime de distribuição do sensível de que fala Rancière, ou a ideia de vida nua teorizada por Agamben, ou ainda o conceito de vida precária explorado por Butler, são todas pistas para se reconstituir manifestações da estética, da corporalidade, da sensibilidade definidas a partir dos parâmetros racializados de uma branquitude euro-centrada e modernamente colonial, que opera para sua própria perpetuação em lugares de privilégio e poder. O olhar que determina a distribuição do sensível, de espaços e lugares de existência e circulação, de quem pode ser visto e ouvido e quem não pode, é, inevitavelmente, o olhar da branquitude – o *olhar do branco* de que fala Fanon. Localizar de onde vêm esses parâmetros e para que finalidades eles operam são movimentos fundamentais para qualquer projeto teórico-epistemológico decolonial comprometido com a busca de caminhos outros, futuros alternativos. Um olhar decolonial sobre a estética também permite entender de

forma mais abrangente o papel desempenhado pela violência na construção e na manutenção de regimes de corporalidade, de visibilidade, de distribuição do sensível, de ordens sociais e políticas – em termos rancierianos, da *polícia* – a partir da branquitude. No mundo pós-colonial, a violência simbólica ou física opera como ferramenta para assegurar a distribuição (simbólica, material, espacial, estética) de zonas do ser e do não-ser (Bernardino-Costa, 2016). Ao mesmo tempo, também é ela produtora de possibilidades de imaginar e experimentar o político, como assinala Mbembe (2003) ao elaborar sobre o conceito de *necropolítica*. E é, ainda, forma de interação entre estruturas de poder fabricadas pela e para a branquitude e todos aqueles que desviam dos parâmetros definidos por ela.

Em suma, ao trazer as literaturas decoloniais para o centro da reflexão sobre estética e corporalidade, privilegia-se uma interpretação que vê a colonialidade como projeto fundamental na construção da ordem política baseada em regimes estéticos, afetivos e de visibilidade. Quando, por exemplo, Rancière e Fanon são postos a conversar (e, especialmente, quando o primeiro se permite ouvir), entende-se que a modernidade opera a partir de regimes de distribuição do sensível que alocam lugares e espaços para a existência e circulação de sujeitos e coisas; e que esses regimes são tornados possíveis por práticas, narrativas e tecnologias coloniais que criam hierarquias e desigualdades raciais ao mesmo tempo em que são informadas por elas. Argumenta-se, nesse capítulo, que conectar essas duas pontas é fundamental para entender como determinada ordem estético-urbana se constrói na cidade do Rio de Janeiro a partir da colonialidade, e tendo como base tecnologias de racialização do urbano. O colonial sobrevive nas ruas, nos passos e nas experiências daqueles que existem e que circulam pela cidade. A quem pretende interrogá-la resta o dever de olhar para a colonialidade com especial atenção.

### 3.3.

#### **Olhares sobre a cidade (I): periferia e/é centro**

Se há uma faísca de ideia, um conceito seminal, que mais tenha informado a produção intelectual, acadêmica e estética sobre a cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século vinte, esta é certamente a de “cidade partida”. Popularizada por Zuenir Ventura (1994) em famoso livro que leva justamente este



nome, a “cidade partida” é aquela em que “os contrários vivem: a alegria e o pranto, a miséria e o prazer, a violência e a solidariedade, a fé e o crime, o tráfico e a vida honesta, a glória efêmera e a resistência muda, o medo, a crueldade e o terror” (Ventura, 1994: 12). O livro de Ventura retrata uma elite política, econômica e intelectual que, por um lado, descobre uma cidade imensa e complexa para além da zona segregada em que está acostumada a circular e, por outro, entende-se como única agente capaz de instigar “mudanças” em um espaço urbano em crise. Mas é também um retrato da forma como a ideia de uma cidade cindida e irreconciliada cristalizou interpretações e olhares sobre a cidade e informou interferências políticas e urbanas concretas na vida de seus habitantes. Reconhecido pelo próprio Zuenir Ventura, a ideia de que coexistiam, no Rio de Janeiro, “duas cidades” precede o próprio livro: no início da década de noventa, chegou a inspirar a candidatura para prefeito de César Maia, que manipulou o conceito para desestruturar a campanha adversária de Benedita da Silva, candidata negra e de origem popular. Para além de um padrão segregado de organização e de habitação urbanas baseado na contraposição entre um centro e suas periferias, a ideia de “cidade partida” carrega consigo noções adjacentes: a de que a coexistência entre zonas ricas e zonas empobrecidas instiga a coabitação entre ordem e desordem, legalidade e ilegalidade; a de que a cidade do Rio de Janeiro é impregnada de nuances e complexidades que a tornam impossível de ser reduzida a análises superficiais e respostas fáceis; e a de que a segregação simbólica, estética e material do espaço urbano é produto e produtora da “violência urbana” que se verifica no cotidiano da cidade.

A ideia de que existem “duas cidades” do Rio de Janeiro em convivência no mesmo espaço urbano está nas bases da própria construção material e imaterial da cidade. É nesse sentido que Gizlene Neder (1997) aponta a coexistência, desde o século dezenove, entre a *cidade europeia* e a *cidade quilombada*, fruto da tentativa de se forjar um centro urbano à imagem e à semelhança das metrópoles europeias. Como mencionado no capítulo anterior, as grandes reformas urbanas pelas quais passou a cidade, no início do século vinte, trataram de desarticular a “cidade negra” (Chalhoub, 1990), os espaços da cidade em que havia presença social, cultural e simbólica significativa da população africana e de seus descendentes. Passado quase um século, o livro de Ventura narra o percurso de determinado grupo de intelectuais e formadores de opinião da cidade do Rio de Janeiro em suas tentativas

de colocar essas duas cidades cara a cara, de conectá-las. O diagnóstico subentendido é o de que a operação cotidiana da “cidade partida” produz as mazelas urbanas que, não mais confinadas às classes mais baixas, agora afligem as elites políticas, econômicas e intelectuais da cidade. A “solução final” reclamada por parte das classes mais abastadas – i.e., a repressão violenta, o encarceramento em massa e o extermínio – é, nas palavras do próprio autor, “iníqua<sup>12</sup> e impraticável” (Ventura, 1994: 13). Sobraria, então, apostar todas as fichas na estratégia oposta: dar jeito na dualidade a partir da qual a cidade foi construída, unir o Rio de Janeiro cindido em dois. Nas palavras de Ventura,

“Na verdade, durante este século, desde a reforma de Pereira Passos e passando pelos planos Agache e Doxiadis, a opção foi sempre pela separação, senão pela simples segregação. A cidade civilizou-se e modernizou-se expulsando para os morros e periferia seus cidadãos de segunda classe. O resultado dessa política foi uma *cidade partida*. Juntá-la talvez seja tarefa para o próximo século, mas será preciso começar já – até porque a política de exclusão foi um desastre. Não apenas moral e humanitário, mas também do ponto de vista da eficácia. O seu principal produto, o apartheid social, corre o risco de ter o destino que teve o apartheid social em outros lugares” (Ventura, 1994: 13 – grifos originais).

O padrão segregado de organização urbana do Rio de Janeiro é tornado palpável por uma série de símbolos estéticos e arquitetônicos que organizam a cidade. Para quem mora nas zonas norte e oeste, os túneis possivelmente estão entre os principais. Envoltos em morros e maciços, a zona sul só pode ser alcançada ultrapassando o túnel Santa Bárbara, que conecta o centro da cidade ao bucólico bairro de Laranjeiras, e os túneis Rebouças e Lagoa-Barra, que desembocam, respectivamente, na Lagoa e na Gávea, dois dos bairros mais ricos da cidade. Em termos de experiência, tem-se a impressão de ultrapassar um portal escuro que liga o ordinário ao ordenado; o comum ao correto; o caótico ao vigiado. Em seguida, vêm as avenidas e as estradas, que representam o caminho longo e sacrificado. Uma vez nelas, a distância se materializa; passa, então, a esmagar o corpo. Os trens, os ônibus e o metrô empacotam a experiência. Não raramente, são todos esses signos urbanos vigiados por viaturas e cabines policiais. A experiência de circular pela cidade do Rio de Janeiro é, certamente, a de uma cidade segregada. Ainda assim, o

---

<sup>12</sup> Perversa, injusta, maléfica.

conceito de “cidade partida” carrega mais significados e significantes que o da segregação, tão obviamente diagnosticada, seja pelo habitante usual, seja pelo visitante distraído. Ela traz, em específico, a ideia de dois mundos que não se conectam, que não se relacionam. É precisamente essa a crítica que faz Jailson de Souza e Silva (2012), fundador do Observatório de Favelas e intelectual periférico de referência, ao conceito de “cidade partida” popularizado por Zuenir Ventura. Para Silva, a organização da cidade do Rio de Janeiro demanda que as populações mais pobres circulem cotidianamente. E é justamente o “Estado partido”, que opera apenas para grupos sociais específicos, que as obriga a procurar trabalho, lazer e cultura nas partes mais ricas da cidade. Em suas palavras,

“Meu olhar era outro, que vem dos territórios dos moradores das favelas e das periferias – ou de outras centralidades, podemos considerar. Esses moradores, entre os quais sempre me incluí por origem e práticas sociais, sempre tiveram que circular na cidade em busca de trabalho, de lazer, de atividades culturais. Esses moradores sempre tiveram de pressionar o poder público para que cumprisse sua obrigação, sempre se afirmaram como cariocas e participaram dos processos eleitorais da cidade, além de se irmanarem na torcida comum por seus times e escolas de samba. Nesse caso, a cidade é atravessada por um conjunto de práticas de circulação que faz com que ela não seja “partida” para os pobres, pelo menos não na dimensão da inserção no território, de forma global. Eles buscam viver na cidade de forma plena” (Souza e Silva, 2012: 20).

Experiências diferentes de existência e circulação pela cidade deram a Zuenir Ventura e a Jailson de Souza e Silva entendimentos distintos sobre como a cidade é urbana e esteticamente organizada. Ventura, habitante da zona sul e integrante de uma elite intelectual que se ocupa, há dois séculos, de “pensar” e “repensar” a cidade, experimentara o Rio de Janeiro, durante boa parte de sua vida, dentro das delimitações de seus bairros mais abastados. *Cidade Partida* (1994) é, em muitos sentidos, um relato sobre um intelectual de classe alta que descobre um mundo periférico desconhecido ao ser obrigado a circular por onde dificilmente frequentaria, não fosse sua obstinação em achar uma solução para “unir a cidade”. Jailson de Souza e Silva, por sua vez, é o que se convencionou chamar, nas últimas

décadas, de “intelectual periférico”<sup>13</sup>: aquele que, por um lado, nasceu e viveu em bairros periféricos e afastados do centro político, econômico e intelectual da cidade, e, por outro, dedica-se a reinterpretar a vida urbana do Rio de Janeiro a partir da perspectiva que desenvolveu por experimentar a cidade, justamente, como sujeito periférico. São outras *centralidades*, como o próprio autor diz. De muitas maneiras, a crítica de Silva se aproxima do argumento elaborado por Janice Perlman (1977), pesquisadora estadunidense que, durante as décadas de 60 e 70, realizou extenso trabalho etnográfico em favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro, e para quem a situação de “marginalidade” da população favelada e periférica da cidade se configura um “mito”. Ao longo de sua pesquisa, Perlman descreve como as classes urbanas mais pobres se conectam às estruturas políticas, econômicas e sociais da cidade, em vez de serem delas “excluídas”, como diz o jargão. No entanto, enquanto Perlman deriva suas conclusões de duradouro trabalho de campo, que incluiu momentos de escuta específicos aos moradores e às moradoras de favelas, Silva é, ele mesmo, um sujeito favelado e periférico, para quem a experiência de circular pela cidade segregada não apenas sempre foi conhecida, mas também informante de suas formas de pensar e interpretar o mundo.

A natureza segregada da imaginação, da experiência e da materialidade urbana do Rio de Janeiro ultrapassa o entendimento superficial de que existem duas cidades que não se comunicam. Ao contrário, ela se manifesta na forma como as diferentes conexões que se estabelecem entre as “duas cidades” são cotidianamente gerenciadas; que tipos de relações são tornadas possíveis, enquanto outras são relegadas à ilegalidade ou à invisibilidade. A experiência simbólica, estética e material de quem mora nos bairros mais abastados da zona sul é a da estrita falta de contato, pois é justamente essa a consequência que a gestão violenta da cidade pretende produzir. A ordem estético-urbana que se busca construir no Rio de Janeiro produz espaços em que a (pós-)colonialidade é pretensamente fabricada: esta que se propõe branca, europeia, moderna, cosmopolita. Resta ao que não se encaixa nesse ideal de cidade pós-colonial a invisibilidade e a não-existência. Por outro lado, para aquele que mora no desconhecido lado “de lá”, depois dos túneis,

<sup>13</sup> Cabe aqui salientar que a própria existência do termo “intelectual periférico” – assim como outras expressões, como “literatura marginal” ou “jornalismo comunitário” – carrega um marcador de diferença que distribui hierarquias raciais, territoriais e de classe. Ele não está sendo empregado nesse texto, portanto, de forma acrítica. A ideia, aqui, é salientar o lugar de onde dada interpretação parte.

avenidas e estradas, a experiência é a da circulação permanente, porém mediada de diferentes maneiras: pelo transporte público precário; pelos olhares de canto de olho; pelas relações de trabalho; e, sobretudo, pela violência. Quando a ordem estético-urbana que determina (in)visibilidades é desestabilizada, a violência se intensifica.

É nesse sentido que Neder (1997) diz, ainda sobre um *passado* que se articula permanentemente no presente,

“As fronteiras erigidas entre a ‘ordem’ e a ‘desordem’ ganharam concretude no imaginário social e político carioca e disciplinaram, portanto, o deslocamento e a sociabilidade urbanos. Estabeleceram, de forma sutil e alegórica, o território de cada grupamento étnico-cultural e apontaram o padrão hegemônico de atitudes e comportamentos face à problemática da alteridade. Assim que, pela exclusão e pela segregação, a *cidade europeia* pouco conhece da *cidade quilombada*. O mesmo não se pode dizer do contrário. Os trabalhadores pobres eram obrigados a se deslocar e a transitar pela cidade em função do trabalho. Mecanismos de controle social repressivos foram, então, construídos historicamente, erigindo barreiras entre as duas cidades. Se, portanto, a *cidade europeia* não conhece a outra parte da cidade, coube à polícia realizar ‘expedições’ e estabelecer um relacionamento de controle sobre os moradores da *cidade quilombada*. As ‘batidas nos morros’ (algumas vezes chamadas de ‘invasões’), feitas por policiais aos locais de moradia dos trabalhadores urbanos pobres não tinham qualquer objetivo investigativo de busca de indícios criminais ou mesmo de policiamento ostensivo, levando segurança aos seus moradores. Tinham (e ainda têm) papel inibidor-repressivo para efeito de controle e disciplina, vale dizer, para efeito de uma vigilância permanente das ruas e dos espaços públicos” (Neder, 1997: 114).

Marcus Faustini, em seu *Guia Afetivo da Periferia* (2009), descreve como, em sua juventude, foi criando estratégias de circulação e sobrevivência pela cidade em sua ânsia de se tornar ator e, mais adiante, cineasta. Seu diagnóstico de que a mesma juventude periférica que circula pelas zonas mais ricas da cidade em busca de trabalho e lazer é aquela a quem são negadas as possibilidades de construção de redes para alcançar a mobilidade social o inspirou a criar a Agência de Redes para Juventude. Como descreve Faustini, a circulação da juventude periférica pela cidade é mediada pelas longas distâncias de transporte público, pela falta de dinheiro para se manter nos bairros mais abastados, pelos olhares incômodos e, ainda, pelas experiências de violência. O livro de Faustini se dedica, em sua maior

parte, a mostrar uma cidade-periferia pulsante, que forja, no dia a dia, caráteres e sensibilidades, mas que é relegada, pela operação cotidiana da cidade-metrópole, a um lugar subalterno. O que permanece segregado, como o relato de Faustini nos mostra, são as oportunidades de mobilidade social, as redes de contato, a riqueza econômica, o capital intelectual, social e cultural.

A interpretação de Faustini é similar à de Anderson França, que descreve seguidas vezes, em *Rio em Shamas* (2016), as experiências de circular pela zona sul como sujeito suburbano e trabalhador. Com olhar ainda mais aguçado aos medos, à tensão e ao desconforto de uma classe trabalhadora que necessita ultrapassar fronteiras cotidianas, França descreve dois “Brasis que se cruzam nas ruas, todo dia, mas fingem que não se veem” (França, 2016: 67). No livro de França – como no guia afetivo de Faustini, ou ainda na carta à Zuenir Ventura de Silva –, o encontro acontece. Ele sempre acontece. E é do encontro entre uma classe alta, branca, moradora dos bairros mais abastados da cidade e uma classe pobre, favelada ou periférica, em sua maioria negra, que se espia a experiência estético-urbana produzida pelo Rio de Janeiro. O Faustini jovem, que tinha receio de frequentar a zona sul durante o dia, mas para quem todo seu aprendizado está justamente localizado entre o trajeto que fazia todos os dias entre Ipanema e Santa Cruz, e o França escritor, que observa a desigualdade estético-urbana a sua volta com sarcasmo e acidez, são representantes de uma intelectualidade cuja centralidade é a experiência periférica, complexificando percepções superficiais sobre uma “cidade partida”.

A mesma experiência de segregação urbana ganha nuances quando interpretada por quem experimenta a cidade como habitante de uma favela na zona sul do Rio de Janeiro. Em um dos contos de *Sol na Cabeça* (2018), o escritor Giovani Martins, através de sua personagem, descreve os obstáculos simbólicos e materiais que mediam a interlocução entre favela e asfalto nas partes mais ricas da cidade. Em um único parágrafo, a escrita sensível de Martins destaca do que um “Rio de Janeiro partido” é feito: de padrões desiguais de investimento público; de um regime estético-urbano que fabrica imagens e experiências de uma pós-colonialidade moderna e civilizada às custas de esconder o que dela desvia; e dos dramas cotidianos produzidos por ele. Em suas palavras,

“É foda sair do beco, dividindo com canos e mais canos o espaço da escada, atravessar as valas abertas, encarar os olhares dos ratos, desviar a caneca dos fios de energia elétrica, ver seus amigos de infância portando armas de guerra, pra depois de quinze minutos estar de frente pra um condomínio, com plantas ornamentais enfeitando o caminho das grades, e então assistir adolescentes fazendo aulas particulares de tênis. É tudo muito próximo e muito distante. E quando mais crescemos, maiores se tornam os muros” (Martins, 2018: 18).

Partindo-se das premissas de que (1) a distribuição do sensível, em uma cidade como o Rio de Janeiro, é colocada em operação por uma ordem estético-urbana forjada para dar sentido à ideia de cidade “pós-colonial” e de que (2) essa distribuição ganha dimensão espacial e materialidade na medida em que informa e é informada por um padrão segregado e, sobretudo, racializado de organização do espaço urbano; então, é possível entender as experiências cotidianas de existir e circular nessa cidade a partir da interpretação de Fanon (1979; 2008). Pode-se conjugar, assim, a interpretação do autor sobre as hierarquias raciais estabelecidas pelo regime colonial entre as *zonas do ser* e do *não-ser* a sua descrição sobre as cidades do “colono” e do “colonizado”, para então entender como regimes de percepção e visibilidade produzem e são produzidos por determinada organização simbólica, estética e material do espaço urbano. Em uma cidade pós-colonial, o cotidiano da experiência urbana é atravessado por ideias de colonialidade e de pós-colonialidade que, ao persistir, coexistir e se chocar, forjam regimes estéticos-urbanos para perpetuar relações raciais hierárquicas baseadas na organização do espaço urbano. Fanon nos lembra, ainda, que esse regime parte sempre de determinado lugar – do (pós-)colonizador, do sujeito branco, que ocupa as camadas mais altas na distribuição de vantagens econômicas, políticas e sociais. Imaginações, experiências e materialidades da/sobre a cidade são construídas para manter hierarquias raciais e sociais em um contexto histórico em que a colonização, como principal organizadora de relações de poder, não é mais uma possibilidade.

No entanto, se, para Fanon, a coexistência entre a cidade do “colono” e a cidade do “colonizado” é impossível – se são zonas irreconciliáveis, uma vez que a subjugação de uma é condição para a existência da outra –, para pensadores da cidade como Jailson de Souza e Silva e Marcus Faustini, é o futuro que se almeja. A coletânea de textos *O Novo Carioca* (2012), escrita e organizada por Silva e Faustini junto a Jorge Luiz Barbosa (outro importante intelectual “periférico”

dedicado a interpretar o Rio de Janeiro, e também fundador do Observatório de Favelas), percorre diferentes possibilidades de interpretação sobre os regimes estético-urbanos em operação na cidade do Rio de Janeiro para defender que um novo *sujeito carioca*, que não mais produz e reproduz a cidade segregada, não apenas é possível, como está em ascensão. A cidade do Rio de Janeiro desejável, para eles, é aquela que respeita, acolhe e valoriza a vasta pluralidade de conhecimentos, intelectualidades e manifestações estético-culturais que a habitam. Mais que sustentar um olhar otimista sobre as possibilidades de (des)construção de uma cidade pós-colonial (que, certamente, destoam de uma interpretação informada pelas obras de Fanon), o livro capturou os imaginários que circulavam no período em que foi publicado, de aparente ressignificação da cidade, em que o Rio de Janeiro se preparava para sediar dois grandes eventos esportivos mundiais e em que o governo municipal de Eduardo Paes, ao contrário do de César Maia, apoiava-se em estratégia simbólica e estética de superação da ideia de “cidade partida”. Ele é, em muitos sentidos, fruto do mesmo processo histórico em que o Rio de Janeiro está imerso há duzentos anos: a incessante busca para se construir como cidade pós-colonial.

### 3.4.

#### **Olhares sobre a cidade (II): cidade-maravilha**

É senso comum, dentro da literatura sobre o Rio de Janeiro, focar as experiências de segregação estético-urbana da cidade a partir de relatos sobre as favelas, os subúrbios, os bairros periféricos e seus atributos, trejeitos e sujeitos. Seriam esses espaços “um espelho invertido na construção de uma identidade urbana civilizada” (Zaluar & Alvito, 2006: 12). No entanto, é possível que uma perspectiva decolonial nos demande olhar para o outro lado. Se são as favelas e periferias o contraponto a um projeto modernizante de cidade pós-colonial e uma evidência de que esse ideal de cidade nunca foi alcançado, em que espaços da cidade é esse projeto bem-sucedido? Que espaços da cidade materializam os símbolos, as imaginações e a estética de uma cidade pós-colonial moderna, europeia, civilizada e cosmopolita, aos moldes de suas contrapartes europeias? Que dinâmicas de poder e violência é necessário que operem para que esses espaços



existam e sejam protegidos? E o que um olhar atento para esses espaços pode nos mostrar?

A ideia de “cidade maravilhosa” nos fornece algumas pistas. Foi ela fabricada ainda no início do século vinte, no contexto das intervenções urbanas que buscavam transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma metrópole moderna, civilizada, pós-colonial, e contemplava uma ideia de cidade romântica, enaltecendo suas belezas naturais (Barbosa, 2012). Se é a cidade do Rio de Janeiro forjada a partir da ideia de que era preciso urbanizar o “selvagem” e “sertão”, representantes de um passado colonial que se pretendia rejeitar, a ideia de “cidade maravilhosa” rearticulava os ideais de urbanidade e de natureza. O que havia de “natural” na cidade era bem-vindo na medida em que se encaixava ao modelo modernizador de cidade que se pretendia construir. A natureza deveria ser domada. Ao mesmo tempo, via-se na paisagem natural da cidade a possibilidade de ressignificar sua identidade a partir da ideia da própria beleza, conferindo-lhe uma peculiaridade própria, de uma cidade europeia por aqui pelos trópicos. Como explica Jorge Luiz Barbosa, em *O Novo Carioca* (2012), “a natureza ‘bela e generosa’ que emoldura o Rio de Janeiro é, na verdade, uma promessa civilizatória. Estamos diante de uma matriz simbólica que exprime um estatuto de civilização que afirma um modo de vida desejado”, atribuindo valores simbólicos a determinados espaços (Barbosa, 2012: 30).

Mas é essa paisagem dita exuberante, capaz de encantar habitantes e turistas, localizada, em sua maior parte, nos bairros da zona sul da cidade. Se são as favelas e as periferias o avesso estético-urbano de determinado ideal da cidade que está sempre em busca de si mesma, é a zona sul o lugar onde essa “cidade europeia” é cotidianamente emulada, e com exigida eficiência. Território para onde se deslocaram as elites coloniais no período de transição pós-colonial e onde habita a alta classe política, econômica e intelectual da cidade (Abreu, 1987), a zona sul agrega os valores urbanos a partir dos quais a “cidade europeia” pode ser enunciada. Suas ruas são pavimentadas e arborizadas; os equipamentos públicos, modernos e preservados; os serviços urbanos abundam, como redes de eletricidade, água e de esgoto e transporte público eficiente. Seus habitantes são majoritariamente brancos e das classes mais altas, com exceção das favelas e dos conjuntos habitacionais que a permeiam. Não é à toa que é a zona sul a cara icônica da cidade do Rio de Janeiro, detentora das paisagens de cartão-postal e da maior parte da rede de hotéis da cidade. Na zona sul, a “cidade europeia” finalmente se materializa, mas não sem

uma espécie de tensão inerente: de um lado, o desejo de fazer operar a cidade pós-colonial em todo o espaço urbano, expandindo-a; de outro, a sujeição dos espaços favelados e periféricos à violência e à negação de direitos, para que se possa fazer operar, justamente, a zona sul em seu cotidiano.

É nesse contexto que a violência na cidade pós-colonial opera, posto que é acionada para tornar possível o projeto de cidade que se enuncia a partir da zona sul. Uma de suas mais concretas manifestações são as históricas remoções das favelas que se localizavam na zona sul<sup>14</sup> para lugares cada vez mais distantes do centro da cidade (Valladares, 1978), e que se transformaram, décadas depois, em importantes espaços de articulação do *ethos* periférico e suburbano do Rio de Janeiro – a Cidade de Deus, a Cidade Alta, a Nova Holanda (localizada no Complexo da Maré), a Vila Aliança e a Vila Kennedy, entre muitas outras favelas e periferias. Mais recentemente, a política das remoções foi reatualizada para dar conta de um projeto de cidade que se propunha olímpico, global e neoliberal, e que impulsionou um “repertório de remoções” que consolidava a expansão da utopia urbana materializada na zona sul para bairros que condensavam novas dinâmicas econômicas e ciclos de especulação imobiliária, como a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes (Magalhães, 2013; Faulhaber & Azevedo, 2015). Como mencionado no capítulo anterior, as práticas históricas de destruição do lugar físico onde as populações indesejáveis, as “classes perigosas” e os *não-sujeitos* buscavam viver sempre foram flagrantemente violentas, não apenas por sua natureza – consistia, afinal, em retirar pessoas contra a vontade de suas casas sob justificativas das mais torpes, como a necessidade de embelezamento da cidade –, mas igualmente pelas práticas adotadas – demolições abruptas, sem conhecimento prévio dos moradores, coações, chantagens e ameaças, e o uso da força contra os moradores são táticas comuns durante as remoções até os dias de hoje (Faulhaber & Azevedo, 2015).

<sup>14</sup> Não se pode deixar de mencionar, aqui, que uma das favelas removidas durante o século vinte foi o Parque Proletário da Gávea, contíguo, à época, à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A justificativa alegada foi justamente a necessidade de expansão do campus da universidade. Seus moradores foram removidos para a Cidade de Deus. Hoje em dia, onde antes ficava o Parque Proletário da Gávea, encontra-se o ginásio da universidade e seu estacionamento. O Núcleo de Memória da PUC-Rio mantém um pequeno acervo de fotografias que retratam a formação e a posterior remoção do Parque Proletário da Gávea, que pode ser encontrado em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/localizacao/parque-proletario-da-gavea>. Último acesso em: 07/03/2020.

Mas outra forma de se fazer operar a violência é a interdição histórica da circulação de determinadas pessoas nos bairros da zona sul da cidade. Prática não-declarada nas peças legislativas ou nas comunicações oficiais das autoridades, é o uso da violência sistematicamente evocado para fazer valer na cidade um regime estético-urbano a partir do qual se distribui a autorização para existir e circular em determinados espaços da cidade. Exemplo concreto que ilustra a interdição violenta do acesso de corpos e pessoas específicos a determinados espaços são as políticas criadas para supostamente conter os “arrastões” nas praias da zona sul da cidade. Se, mais recentemente, viu-se implementação flagrante dessas práticas através das chamadas Operações Verão, que, durante os fins de semana, revistava os ônibus que chegavam às praias da zona sul vindos dos subúrbios com o objetivo declarado de identificar possíveis “criminosos”, como registraram de forma ampla os jornais e os portais de notícia nos últimos anos, nas últimas três décadas foi a imagem dos “arrastões” nas praias uma das principais ferramentas para que se construíssem as condições simbólicas e materiais para articular a violência contra corpos negros e periféricos que circulavam pela zona sul. Representação marcadamente racializada a partir do qual se articulava a ideia do “caos” e da “violência” negras em meio aos “pacíficos” bairros da zona sul, mobilizando o medo branco que dá sustentação histórica às relações raciais hierárquicas na sociedade brasileira (Malaguti, 2003), os arrastões colocavam em cheque, ao mesmo tempo, a performance da “cidade maravilhosa” que tanto se buscava colocar em prática e o mito da democracia racial que a autorizava (Mattos, 2012). Abriam-se, assim, duas rachaduras simultâneas no regime estético-urbano que se buscava fazer operar da cidade do Rio de Janeiro. Era a violência vista como a cola que as podia remediar.

Faltam estudos que se debrucem especificamente sobre a constituição da zona sul da cidade, em termos tanto simbólicos quanto materiais, e mais ainda sobre sua relação com a operação de projetos de cidade marcadamente violentos. Há que se perguntar também o porquê dessa ausência. Como será mais detalhadamente discutido no próximo capítulo, opera um regime de representações, imaginários, narrativas, saberes e práticas na cidade que constrói as favelas e seus habitantes como espaços “estudáveis”, objeto de escrutínio acadêmico, político, jornalístico e estético, ao mesmo tempo em que lança um olhar naturalizado e pouco interessado aos espaços mais ricos e brancos da cidade. No entanto, há que se reconhecer que existe uma rica agenda de pesquisas escondida justamente por entre as engrenagens

que constroem a zona sul como epítome da “cidade europeia” inalcançável. Ao mesmo tempo, diz Luiz Antonio Simas (2019) que opera na cidade, ainda, um *epistemicídio*, de forma a destruir saberes, práticas, modos de vida e visões de mundo que não se encaixam nos imaginários, nas materialidades e nas experiências dessa cidade fabricada. É nesse sentido que Simas convoca: “esqueçam a fábula da Cidade Maravilhosa. A história do Rio de Janeiro é a de uma cidade à beira do precipício que aprendeu a voar para driblar o abismo” (2019: 48).

### 3.5.

#### **Olhares sobre a cidade (III): corpos que circulam**

Cabe aqui, nessa última seção, falar sobre como o regime estético-urbano que opera na cidade determina as possibilidades (e as impossibilidades) de circulação e existência de determinados corpos. Argumentou-se, nesses primeiros capítulos da tese, que é a violência mediadora, produtora e reprodutora de determinada ordem estético-urbana informada pela (pós-)colonialidade. Ela reacomoda as hierarquias raciais de poder em um momento em que a colonização não é mais sua fiadora. Imbrica-se, ainda, às próprias imaginações, materialidades e experiências que dão sentido à cidade pós-colonial. Nesse processo, determinados corpos são protegidos, enquanto outros são violados. Butler (2009 e 2016), entre outros autores, investiga os padrões que se estabelecem para construir justamente a *diferença* entre corpos cujo sofrimento e morte são apreendidos, e outros cujo sofrimento e morte são ignorados e descartados. Mas se exime de adentrar o domínio daquilo que permite, antes de qualquer coisa, que opere essa diferença. Para Fanon (1979) e para outros autores de orientação decolonial, é a hierarquia racial, fundada pela colonização e reacomodada pela (pós-)colonialidade, que cumpre esse papel. A criação de uma ordem fundamentada na existência de sujeitos e na não-existência de não-sujeitos é diretamente dependente de imaginários, representações, subjetividades, narrativas e práticas que produzem a diferença racial. Sem que se apreenda o princípio fundamental que coloca essa engrenagem em operação, é impossível entender as experiências de circulação e existência de corpos na cidade do Rio de Janeiro: seria como tentar ligar um carro sem a chave de ignição.

Fala-se em *circulação* e em *existência* porque o regime estético-urbano racial e racializado que opera na cidade do Rio de Janeiro a partir da (pós-)colonialidade designa espaços onde determinados corpos podem ou não estar; e gerencia a linha que divide quais corpos são, em última instância, extermináveis ou descartáveis. No primeiro caso, opera um repertório de violências para mediar a circulação dos corpos negros e favelados pela cidade: as abordagens policiais, as Operações Verão, a precariedade mobilidade urbana, os olhares que inibem. Descreve Faustini sobre sua juventude: “só consegui circular pela cidade, porque passava despercebido. Em Paciência, eu e meus amigos fomos uma vez parados pela polícia. Só um deles tomou tapa na cara. Ele era negro. Eu era invisível. Era como se eu não estivesse ali” (Faustini, 2009: 78). A invisibilidade dos corpos negros e periféricos que fazem os bairros ricos e brancos da cidade funcionar – de forma a criar um véu a partir do qual seus habitantes acreditam viver uma “cidade partida”, como comentado na seção anterior – rapidamente se esvai quando esses corpos se insurgem contra a ordem estético-urbana estabelecida, e é contra eles que o aparato de violência passa a funcionar. Invisível, então, torna-se o corpo branco, como o de Faustini. Mesmo a experiência periférica de circular pela cidade, tornada tão precária e violenta em muitos níveis, é mediada pela raça como camada mais radical de diferença, de forma a deixar evidente os termos fundamentais através dos quais se estrutura a ordem estético-urbana na cidade.

Mas é também a circulação dos corpos negros negociada, e a ordem estético-urbana estabelecida transgredida, no desenrolar cotidiano na cidade. Em artigo publicado em dossiê do Instituto Pro-Bono sobre as Audiências de Custódia, Thainã de Medeiros (2018), museólogo, jornalista e ativista do Coletivo Papo Reto, baseado no Complexo do Alemão, traça paralelos entre a experiência de jovens negros de circulação pela cidade e as violências que sofrem por parte do sistema de justiça criminal, usando como ilustração o caso de Pedro, um jovem homem negro escravizado que, no início do século dezenove, foi preso por estar com um sapato dentro da camisa. Aponta Medeiros que o sapato que Pedro carregava era, antes de tudo, tentativa de se passar por homem liberto, já que as pessoas escravizadas na cidade raramente usavam calçados. Ele então desenvolve,

“Como em 1818, quando Pedro foi preso tentando se passar por homem livre, jovens de diversas periferias brasileiras ostentam

calçados que lhes dão status e moral entre a galera. Não basta utilizar um item caro - a forma como um pobre utiliza um bem de consumo é diferente da maneira do rico. Celulares são um bom exemplo: quando começou a popularizar, quem era da favela usava como um acessório da sua vestimenta, e ainda hoje muitos o fazem, colocando-o preso ao cinto para o lado de fora da calça. Ricos de famílias ricas não fazem isso. Nem usam cordãozão de ouro ou escolhem o melhor sapato para ir ao shopping comer um lanche no McDonalds, assim como também não se preocupam com o perfume que irão utilizar para ir ao médico. Nós fazemos isso, pois precisamos de cartas de alforria para estar nos espaços de poder. E não se engane: o shopping, um consultório médico, a rua ou a praia são espaços de poder. Os rolezinhos em shoppings e as prisões durante as operações de verão nas praias cariocas são exemplos disso: quando há muitos jovens negros andando juntos, faz-se necessária muita carta de alforria”, (Medeiros, 2018: 36).

Medeiros sobre põe a temporalidade da escravidão colonial à atualidade para demarcar a continuidade de práticas de violência contra a população negra, por um lado, mas também as tentativas de negociação e transgressão da ordem estabelecida, por outro. Aquilo a que o autor lê como continuidade, aqui se argumenta ser parte da forma como a violência se reconfigurou para reacomodar as hierarquias raciais no pretense momento da *pós-colonização*. Se, em 1818, Pedro foi preso e castigado em nome de seu senhor por ousar desafiar a ordem escravocrata vigente que lhe atribuíra lugar social bem estabelecido, hoje são os jovens negros envolvidos em um regime de imaginações, subjetividades, narrativas e práticas que sustentam uma ordem estético-urbana violenta sem precisar anunciar a raça e o racismo como princípios organizadores. Nos últimos 150 anos, esse regime tomou muitas formas: o “bota-abaixo” dos cortiços; as investidas públicas pela higienização da cidade; o combate ao “misticismo” e ao “charlatanismo”; os projetos de embelezamento e de reorganização urbana da cidade; as remoções forçadas de favelas dos bairros mais abastados; e, mais recentemente, o combate à criminalidade e ao tráfico de drogas. É assim que a cidade pós-colonial autoriza a violência, sobretudo, contra corpos negros e contra os espaços que esses corpos habitam. Em última instância, é esse mesmo regime que permite que determinadas mortes sejam mais que aceitáveis; tornem-se desejáveis para que a cidade pós-colonial se torne possível.

### 3.6.

#### Conclusão

Argumentou-se, nesse capítulo, que opera na cidade do Rio de Janeiro uma ordem estético-urbana racializada informada pela (pós-)colonialidade. É ela mediada, produtora e produzida pela violência. É nesse sentido que a “cidade-violência”, sobre a qual se escreveu no capítulo anterior, é, também, “cidade sensível”, na medida em que é atravessada por um regime de sensibilidades, subjetividades, representações que distribui (im)possibilidades de circulação e de existência a sujeitos e não-sujeitos dentro e a partir da cidade. Quando não é lançado um olhar informado por uma reflexão decolonial para esse regime, capaz de colocar raça e racismo na centralidade da análise, perde-se a capacidade de ver, ouvir e sentir algumas das dinâmicas cotidianas mais viscerais relacionadas à violência que atravessam a cidade pós-colonial do Rio de Janeiro. Em específico, olhou-se para três dimensões do regime estético-urbano que opera na cidade do Rio de Janeiro: a relação centro-periferia que se articula na cidade, suas contestações e contradições; a construção material e imaterial da zona sul como manifestação dos ideais de “cidade europeia” e de “cidade maravilhosa”; e as experiências estético-corporais de se existir e circular pela cidade pós-colonial.

## Interpretações da violência

Quais são as interpretações correntes sobre a relação entre violência e a cidade? O que elas revelam, o que elas margeiam e o que deixam de fora? Até que ponto essas leituras nos permitem pensar as relações entre violência e (pós-) colonialidade no espaço urbano do Rio de Janeiro? É com essas perguntas em mente que este capítulo começa. São muitas e múltiplas as narrativas, os discursos e os saberes que conectam a violência à cidade. De maneiras diversas, também se associam ao fazer, seja porque orientam ou justificam a gestão do espaço urbano; seja porque pretendem informar ou descrever a insurgência – ou, como descreveria Holloway (1993), a “resistência” – contra a ordem urbana que se tenta impor na cidade. Recuperar o arcabouço que pensa e escreve sobre violência e a cidade ao longo do século vinte é uma forma produtiva de entender que imaginários, ideais e sensibilidades estão presentes na construção material e imaterial do Rio de Janeiro. Mas olhar para essas interpretações é também forma de revelar que dinâmicas de poder têm sustentado a produção intelectual sobre a relação entre violência e a cidade nesse período; e o que permanece não dito, ou pouco visto e/ou ouvido, por aqueles e aquelas que detêm o poder e o privilégio de legitimar narrativas, saberes e intelectualidades.

Neste capítulo, serão analisados os textos, estudos e interpretações que ajudam a construir um campo de saberes e práticas e, a partir daí, sedimentam entendimentos e imaginários correntes sobre violência na cidade do Rio de Janeiro. Será dada especial atenção ao aparecimento de categorias analíticas como “violência urbana”, “segurança pública”, “letalidade policial”, “policiamento comunitário” e termos afins, investigando o que elas produzem e o que deixam de fora na discussão sobre violência e a cidade. O conceito de “branquitude metodológica”<sup>1</sup> ganhará, aqui, dimensão central, uma vez que, argumenta-se, ajudará a dar sentido aos silêncios e marginalizações produzidos por um campo de

---

<sup>1</sup> Em inglês, “methodological whiteness”, como cunhado por Gurinder Bhambra (2017a e 2017b).



saberes e práticas dedicado a analisar e agir sobre os “problemas da violência” na cidade do Rio de Janeiro. Nas palavras de Gurinder Bhambra, o conceito de branquitude metodológica designa “uma forma de refletir sobre o mundo que falha em reconhecer o papel desempenhado pela raça na própria estruturação desse mundo, e nas formas através das quais o conhecimento é construído e legitimado dentro dele” (2017a: s/p – tradução livre). Para Pedro Paulo da Silva (2019), ainda que o campo de saberes e práticas da violência na cidade do Rio de Janeiro conheça e reconheça as consequências racistas das políticas de segurança em termos estatísticos – admitindo, por exemplo, que a população negra representa a maioria das vítimas de homicídio e da população carcerária brasileira –, o arcabouço de conhecimento dominante nessa área produz o apagamento do racismo como princípio estruturante do problema, submetendo, muitas vezes, a construção de saberes e práticas sobre “violência urbana” e “segurança pública” na cidade do Rio de Janeiro ao âmbito das technicalidades. No campo dos estudos sobre o funcionamento e os efeitos do sistema de justiça criminal, o apagamento da centralidade da raça e do racismo igualmente permanece, de modo a fazer Ana Luiza Flauzina afirmar que “a narrativa autorizada para a análise do sistema penal pôde-se valer do negro como personagem, nunca do racismo como fundamento” (2006: 41).

Atravessam o capítulo duas tensões latentes à bibliografia sobre violência e segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. A primeira supostamente contrapõe, de um lado, leituras de natureza estruturalista que privilegiariam explicações “causais” sobre a violência estatal como ferramenta da luta de classes e da segregação racial e, de outro, análises que se dizem mais “complexas”, focadas em estudar as entranhas complicadas das instituições de segurança e justiça ou, ainda, as nada simples dinâmicas do “submundo” do crime e suas relações com os territórios “populares” (Misse, 1993; Zaluar, 1999; Muniz, 1999)<sup>2</sup>. Para aqueles que se dizem entusiastas da segunda abordagem, as leituras estruturalistas

<sup>2</sup> Zaluar (1999) adiciona, ainda, um terceiro conjunto de leituras, que focaria as “representações sociais, do imaginário ou do senso comum, apontando sua importância para entender o medo, os preconceitos sociais contra determinados setores da população e o apoio dado pela população amedrontada e manipulada pela mídia a políticas repressivas e imediatistas” (1999: 6). Derivariam dessa interpretação, por um lado, uma crítica cultural à natureza violenta da sociedade brasileira e, por outro, uma análise do papel das mídias em manipular politicamente a sensação de insegurança da população. Sobre isso, Zaluar torna a sugerir que a falta de complexidade e o caráter estruturalista desse arcabouço de estudos limitam sua capacidade explicativa sobre a relação entre violência e a cidade.

simplificariam a realidade da violência na cidade do Rio de Janeiro à “desigualdade, exploração, dominação, exclusão, segregação e outros males usualmente associados à pobreza ou à discriminações de cor e de gênero” (Zaluar, 1999: 11) e reduziriam a função da polícia a “servir aos interesses dos poderosos (onde quer que eles estejam)” (Muniz, 1999: 41). Encontra-se, ainda, uma variação desse argumento em que, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância das desigualdades e do racismo estrutural como “fator mais relevante, que condiciona os demais em última instância” (Soares, 2019: 26), entende-se que essas explicações paralisam a ação política e não são capazes de propor soluções práticas para os problemas urgentes de segurança pública. Argumenta-se, nesse capítulo, que a rejeição a uma “explicação estruturalista” para a violência, mais que constituir um posicionamento de caráter epistemológico ou político-pragmático entre muitos possíveis, opera de modo a apagar ou minimizar o papel que as hierarquias raciais e o racismo desempenham na produção de dinâmicas de violência na cidade do Rio de Janeiro.

A segunda tensão diz respeito à preponderância que explicações centradas na classe tradicionalmente assumiram, em detrimento de análises que colocam a raça e o racismo como princípios estruturantes das políticas de “segurança pública”. Como fruto direto do mito da “democracia racial”, forjou-se a ideia de que as hierarquias de classe explicariam melhor as relações sociais no Brasil do que a dominação racial ou a supremacia branca (Silva, J., 2003; Flauzina, 2006). Nas interpretações sobre violência na cidade do Rio de Janeiro, essa tese se dilui em argumentos variados para diminuir ou negar o papel central que a raça e o racismo desempenham na produção e na reprodução de dinâmicas de violência, entre os quais dois se destacam: o de que parte da população pobre e moradora das favelas e periferias também é branca, e que ela igualmente sofreria os excessos da violência policial e da repressão criminal; e o de que parcela considerável dos policiais que circulam nas ruas da cidade diariamente é negra, de forma que uma explicação sobre violência policial fundamentada na raça e no racismo se tornaria simplista e insuficiente. Conjugados, os dois argumentos dão a liga necessária para que parte considerável da produção acadêmica sobre violência na cidade do Rio de Janeiro possa afirmar, nas palavras de Jorge da Silva, que, “se houver discriminação contra os negros, não será por serem negros e sim por serem pobres. E pronto” (Silva, J., 2003:19-20). Mesmo quando raça e racismo são reconhecidos como fatores

importantes para as dinâmicas de violência na cidade, são tornados secundários frente a uma interpretação que privilegia a pobreza como fundamento explicativo primordial.

Na primeira seção do capítulo, será apresentada uma análise sobre as dimensões temporais que atravessam esse campo, com o objetivo de investigar que entendimentos e interpretações sobre violência e a cidade elas sedimentam. Em específico, discute-se a coexistência de dois regimes temporais: um que se debruça sobre a formação histórica das instituições policiais para analisar as continuidades e as rupturas que atravessam as polícias desde que foram criadas no Brasil, ainda no século dezenove; e outro construído em torno do momento pós-redemocratização, a partir da década de 1980, e que vê nos “dilemas da segurança pública” sintoma de uma democracia ainda em *devir* e ameaça a um almejado futuro democrático. Analisa-se ainda, nessa seção, como a construção dessas temporalidades fez emergir um campo especializado em oferecer “soluções” para violência. Na seção seguinte, serão discutidas criticamente as fronteiras produzidas por essa literatura nas formas de estudar a cidade, com especial atenção às associações que ela estabelece entre violência e as favelas e periferias da cidade, e às imaginações espaciais que forja e reproduz através das práticas acadêmicas cotidianas de estudar a “violência urbana” e a “segurança pública”. Em todos esses casos, serão abordadas as formas através das quais as interpretações analisadas produzem limites, apagamentos e silêncios sobre a relação entre raça e racismo, colocando obstáculos a uma leitura sobre a relação entre violência e (pós-) colonialidade na cidade do Rio de Janeiro. Por fim, e com o objetivo de reforçar que sempre existiu uma literatura crítica, densa e pungente que desafia o apagamento da raça e do racismo no debate sobre (in)segurança pública, serão abordadas as interpretações produzidas, sobretudo, por intelectuais negras e negros que buscam preencher o vazio deixado pelo campo de saberes e práticas da violência na cidade, mas que muitas vezes encontram obstáculos para se fazerem ouvir e ler dentro desse ambiente.

Cabe salientar que não é objetivo deste capítulo oferecer uma análise sistemática e/ou estatística da produção bibliográfica recente sobre violência e

segurança pública na/e a cidade do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Este capítulo, ao contrário, busca mapear que imaginários, representações e entendimentos sobre a relação entre violência e a cidade produzem e são produzidos por esse campo de saberes e práticas, e como essa produção intelectual absorve, margeia ou apaga análises sobre o papel desempenhado pela raça, pela racialização, pelo racismo e pela colonialidade na operação cotidiana da violência na cidade. Dessa forma, serão os levantamentos sistemáticos e/ou estatísticos, também, objetos de análise, buscando-se examinar que interpretações eles reforçam e quais outras deixam de fora.

#### 4.1.

#### **Dimensões temporais da violência na cidade**

As interpretações correntes sobre violência produzidas na e para a cidade do Rio de Janeiro são atravessadas por uma diversidade de pressupostos temporais que determinam começos e desfechos, processos e marcos, continuidades, interrupções e transformações. Antes de descreverem uma trajetória histórica, fabricam uma história. O desenvolvimento de um campo de saberes sobre “crime e violência no Brasil” (Lima, Ratton & Azevedo, 2012), ou, em outros termos, sobre “segurança pública e cidadania” (Ramos & Musumeci, 2005), ou ainda sobre “violência urbana” e a “acumulação social da violência” (Misse, 2008), veio acompanhado da construção de temporalidades que determinam para onde se olha, que histórias são reveladas e quais outras são relegadas a segundo plano. O regime temporal estabelecido por esse campo também determina limites para a atribuição de legitimidades intelectuais e para a imaginação sobre alternativas políticas. É, portanto, por aqui que se decidiu começar uma investigação sobre que entendimentos, imaginações, significados e silêncios esse campo produz.

Um ponto de partida comum a parte da literatura sobre violência na cidade do Rio de Janeiro é o momento histórico de formação das instituições policiais e de justiça. Para além de uma bibliografia de natureza histórica e historiográfica que se debruça sobre esse tema (ver, por exemplo, Holloway, 1993 e Bretas, 1997), diferentes estudos voltados à pesquisa sobre violência e segurança pública dentro

---

<sup>3</sup> Para aquelas e aqueles que desejam ter acesso a leituras desse tipo, sugerem-se levantamentos como o de Alba Zaluar (1999), o de Roberto Kant de Lima, Michel Misse & Ana Paula Mendes de Miranda (2000) ou, mais recentemente, o de Renato Sérgio de Lima & Cristina Neme (2011).

do campo das Ciências Sociais e do Direito partem desse marco temporal ou o citam pontualmente para traçar uma trajetória histórica da atuação policial no Brasil (Neder, 1994; Kant de Lima, 1995; Malaguti, 2003; Batista, 2006; Misse, 2008). Em geral, salientam-se as continuidades entre as práticas de violência estatal construídas na e para a cidade ainda durante o período colonial e as políticas de segurança pública e repressão criminal adotadas pelo Estado brasileiro ao longo do século vinte. O contexto histórico que ronda a criação das polícias brasileiras serve, em muitos destes trabalhos, de ponto de partida para se pensar as práticas de controle social e penal sobre as populações pobres e negras do Brasil colonial ao seu presente republicano. Nessas leituras, raça e racismo ganham importância na medida em que se entende, por um lado, a colonização como o marco fundador da relação violenta estabelecida entre o Estado brasileiro e parte de sua população; e, por outro, as práticas contemporâneas de violência estatal como “resquício” ou “herança” do projeto colonial.

É nessa direção que Luiz Eduardo Soares afirma que “somos uma sociedade ainda marcada pela herança da escravidão” (2019: 14), ou, ainda, que Vera Malaguti argumenta que “o fim da escravidão e a implantação da República (fenômenos quase concomitantes) não romperam jamais aquele ordenamento [introduzido pela escravidão na formação socioeconômica do país]” (2003: 21). Como marco que une a abolição da escravidão e a transição para o regime republicano em um mesmo fio histórico, a pretendida superação da colonização é vista ora como farsa, ora como processo inconcluso, por ter sido incapaz de estabelecer transformações radicais na ordem política, jurídica, econômica e social vigente. Não é raro identificar, nesta mesma literatura, a conexão entre o imaginário de uma “herança” colonial escravagista e a ideia de uma modernização incompleta, esta, sim, considerada responsável pelos resquícios das desigualdades raciais e do racismo na ordem política, econômica e social brasileira (Misse, 2008). Por meio de algumas dessas análises, reconhece-se a centralidade do racismo como princípio estruturante trans-histórico e se investigam os processos de continuidade entre uma ordem colonial-escravagista e suas manifestações contemporâneas. É esse o caminho percorrido por Gizlene Neder, por exemplo, ao analisar as “estratégias formais de controle social do Estado republicano” (1994: 35) forjadas ainda na ordem colonial do século dezenove e que se perpetuam na organização segregada do espaço urbano do Rio de Janeiro; por Nilo Batista, ao olhar para o legado de um

ordenamento jurídico escravagista no sistema de justiça criminal atual e na sociedade brasileira contemporânea, “como expectativa, como signo de ordem e até como estética, nas relações sociais” (2006: 307); ou por Vera Malaguti (2003), que investiga como o medo da igualdade racial desempenhou papel fundamental para a estruturação de um ordenamento jurídico-criminal gestado durante a colonização e solidificado ao longo das décadas. No entanto, em muitos outros casos, a “herança” colonial é apenas sutilmente referida ou rapidamente abordada, relegando o racismo a uma posição residual em relação a uma ordem escravagista colonial passada que nunca fora adequadamente desmantelada, que está presente porque escapou do crivo histórico que deveria tê-la erradicado.

Outros trabalhos vão ainda mais longe ao analisar a criação das instituições policiais brasileiras tendo como pano de fundo a trajetória histórica de suas contrapartes europeias. Nesses estudos, a criação das polícias em contextos específicos como a França e o Reino Unido serve de parâmetro histórico ora para se salientar as continuidades, ora para se discutir as incompletudes e dificuldades de colocá-lo em prática. Jaqueline Muniz (1999), por exemplo, apresenta um denso relato sobre como a criação da polícia britânica assentou as bases para se construir um modelo global de policiamento liberal e democrático – experiência histórica à qual a atuação das forças policiais brasileiras será comparada e contrastada. Ainda que almeje formular uma argumentação historicamente fundamentada, Muniz oferece, ironicamente, uma interpretação a-histórica da formação das instituições policiais, tanto em âmbito local quanto global. As razões são múltiplas: porque equivale a história global ao processo histórico de determinados países da Europa ocidental; porque analisa o processo de formação das polícias em âmbito internacional como linear e progressivo; porque ignora que a construção de saberes e práticas de violência estatal nos países europeus foi, em grande medida, informada por suas práticas de colonização em outras partes do mundo (sobre isso, ver Keene, 2002 e Fernández & Esteves, 2017); e, por fim, porque toma a experiência europeia de criação das instituições policiais como lente analítica primária através da qual todos os outros processos de formação das instituições policiais em âmbito global – incluindo-se, aí, o brasileiro – serão lidos.

Ainda assim, a literatura sobre violência na cidade do Rio de Janeiro que busca sentido na origem escravagista e colonial das instituições policiais e de justiça é minoritária. A maior parte dos estudos sobre o tema localiza na década final da

ditadura e no processo contíguo de redemocratização o principal marco temporal através do qual devem-se analisar as questões da violência na cidade. Por um lado, entende-se que é nesse período que temas como “violência urbana” e “criminalidade” passam a concentrar a atenção da opinião pública e, por consequência, tornam-se preocupação dos governos (Misse, 1993; Zaluvar, 1999). Argumenta-se que foi este o momento histórico em que os esquadrões da morte e as “polícias mineiras” que surgiram ainda na década de 1950 passaram a ser amplamente conhecidos e escrutinados (Misse, 2008); em que o mercado de cocaína entrou no Rio de Janeiro e passou a regular as dinâmicas territoriais de violência na cidade (Leeds, 1996; Misse, 1997; Souza, M., 1998); em que a ditadura civil-militar acirrou suas estratégias para conter as ameaças à segurança nacional, promulgando o Decreto-Lei de Segurança Nacional, que tornou crimes comuns os crimes cometidos por militantes de esquerda (Misse, 2011; Machado da Silva, 2012); e em que o crescimento não-planejado dos centros urbanos brasileiros contribuiu para o aumento dos índices de criminalidade e da consequente insatisfação da opinião pública com o sistema de justiça criminal (Human Rights Watch, 1997). Por outro lado, é também este o período em que se argumenta terem florescido os estudos sobre o tema dentro das Ciências Sociais, formando um campo de saberes e práticas sobre “violência urbana” e áreas correlatas, resultado, em parte, de maior liberdade de trânsito das pesquisadoras e dos pesquisadores dentro das instituições (Misse, 1993; Zaluvar, 1999; Kant de Lima, Misse & Miranda, 2000; Lima & Neme, 2011). O regime de temporalidades construído em torno desse período histórico acaba por determinar as formas através das quais a maior parte deste campo aborda a relação entre os “problemas” da violência e a cidade, o que condiciona, por sua vez, as possibilidades de imaginar caminhos alternativos.

É preciso considerar, em primeiro lugar, que parte da literatura localiza na ditadura civil-militar as peças-chave para se entender os modos de organização e de operação das instituições policiais (Pinheiro, 1982; Zaverucha, 2000, 2001, 2005 e 2008; Soares, 2019). Paulo Sérgio Pinheiro (1982), por exemplo, argumenta que foi a luta contra a subversão que assentou as bases do que se tornou, no período pós-redemocratização, a “guerra contra o crime”, não apenas porque construiu os fundamentos de representação e o imaginário social que fundiu a segurança nacional à ideia do combate à “criminalidade”, mas porque impulsionou o

protagonismo das polícias militares (subordinadas diretamente às forças armadas) nas práticas de repressão e controle sociais. Jorge Zaverucha (2000) reforça a mesma interpretação ao afirmar que, ainda que as origens das polícias militares remontem ao início do século dezenove, foi durante o regime militar que essas instituições ganharam prerrogativas de policiamento ostensivo, tornando-se responsáveis pela aplicação da lei e da ordem no cotidiano. De acordo com essas leituras, é durante a ditadura que se sedimentaram as condições para a militarização da prática policial ostensiva e para os abusos dela decorrentes. Nas palavras de Luiz Eduardo Soares, “na medida em que as PMs não estão organizadas como polícias, mas como pequenos exércitos desviados de função, os resultados são, salvo honrosas exceções, os desastres que conhecemos: ineficiência no combate ao crime, incapacidade de exercer controle interno (o que implica envolvimento criminosos em larga escala) e insensibilidade no relacionamento com os cidadãos” (2019: 32).

Decorre dessa leitura uma interpretação segunda, tão ou mais importante para a construção de imaginários, representações e entendimentos sobre a violência, que vê a redemocratização e a reconstrução de instrumentos democráticos de gestão como pontos centrais para a elaboração de políticas de “segurança pública”. Torna-se a democracia recentemente reconquistada a lente principal através da qual as dinâmicas de violência, sobretudo aquelas produzidas ou respondidas pelo aparato estatal, devem ser analisadas. As consequências são múltiplas: apaga-se o fio histórico que conecta a operação cotidiana da violência na cidade Rio de Janeiro a suas dimensões (pós-)coloniais; identificam-se as dinâmicas de violência estatal como pontos desviantes dentro de uma ordem democrática em que elas deveriam ser contidas ou extintas; e se inaugura uma forma prioritária de lidar com a violência centrada num modelo de gestão governamental dentro de um regime democrático de normas, técnicas e tecnicidades. Nas palavras de Renato Sérgio de Lima, Jacqueline Sinhoretto e Samira Bueno,

O contexto institucional da democracia – ou da descontínua democratização do campo da segurança e da justiça criminal e suas disjunções – coincide historicamente com um fenômeno de também difícil definição conceitual e empírica, que é o crescimento do crime violento, cujas componentes são multivariadas, complexas e não coincidentes em suas causas, consequências e motivações subjetivas. Em todo caso, a aceleração das taxas de homicídio, e sua posterior focalização sobre estratos sociais delimitados, é um indicador importante da



qualidade (ruim) da democracia e da descontinuidade da democratização do campo que procuramos descrever e analisar (Sérgio de Lima, Sinhoretto & Bueno, 2015: 124-125).

É também nesse período que emerge a própria ideia de “segurança pública”, como um “campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais” (Costa & Lima, 2012: 482). No contexto de promulgação da Constituição Federal de 1988, o conceito de “segurança pública” é reinserido na normativa jurídica brasileira para fazer oposição ao “paradigma da segurança nacional”, de forma a estabelecer parâmetros democráticos para o uso da violência por parte do Estado (Lima, 2011: 28). Ainda que se questione até que ponto a nova constituição alterou as características fundamentais do aparato de segurança e justiça criminal vigente (ver, por exemplo, Muniz & Zacchi, 2004), a emergência do conceito de “segurança pública” acabou por reorganizar um campo de saberes dedicado às “políticas públicas de segurança” no contexto de uma normalidade democrática recém-estabelecida, e passou a informar discursos e práticas de participação e de vigilância, denúncia e resistência em relação às ações governamentais – e, em específico, à atividade policial – pela lente do “direito à segurança pública” (Lira, 2016). Também serviu de ponto de partida para que se construísse um arcabouço de normas, políticas e técnicas dentro do âmbito do Estado brasileiro, construído em colaboração mediada com as organizações da sociedade civil e materializado na proliferação de planos nacionais e políticas estaduais específicas (Lima, 2011). É, ainda, em decorrência da emergência do campo da “segurança pública” que se estabelece que o principal desafio da nova ordem democrática frente ao alegado aumento da “criminalidade urbana” diz respeito a como “compatibilizar o respeito aos direitos humanos e as demandas por maior eficiência policial” (Adorno, 2002: 292).

Essenciais às análises e à gestão da “segurança pública” foram os números, os dados e as estatísticas construídas para dar conta de diagnosticar a violência. A partir dos anos 1990, por exemplo, popularizaram-se as narrativas sobre os impressionantes números de homicídios no país, que passam a ser equiparáveis a “zonas de guerra” (Misse, 2019). No estado do Rio de Janeiro, criou-se o Instituto de Segurança Pública (ISP), cuja missão declarada é a de subsidiar a criação e a implantação de políticas públicas de segurança em âmbito estadual com dados,

pesquisas e análises sobre as dinâmicas do crime e da violência. No caso específico da violência perpetrada pelo Estado, passaram-se a contar, de forma sistemática e comparada, as mortes produzidas diretamente pelas instituições policiais. Para dar nome aos números, difundiram-se termos como “letalidade policial”, “brutalidade policial” e “execuções extrajudiciais”, no caso das análises conduzidas por acadêmicos e organizações da sociedade civil (ver, por exemplo, Cano, 1997; Human Rights Watch, 1997 e 2009; Bueno & Lima, 2012), e “autos de resistência”, “resistência seguida de morte” e “mortes por intervenção legal”, no caso das terminologias oficiais utilizadas por órgãos governamentais (Human Rights Watch, 2009; Misse, 2011; Zaccone, 2015). Proliferaram-se os estudos que contavam as vítimas, os crimes e/ou os criminosos, no duplo sentido da palavra, como descreve Alba Zaluar (1999) em seu levantamento.

Discute Jaqueline Muniz (2012) que a emergência da “segurança pública” como campo a ser gerido por técnicas e tecnologias acaba por despolitizar o que se entende pelas políticas públicas de segurança. Para a autora, a “fantasia sedutora da neutralidade da técnica e da tecnologia policiais e de vigilância” (Muniz, 2012: 4) aprofunda a falta de participação da sociedade em um processo de construção pactuada dos princípios e das práticas da “segurança pública”, fortalecendo o entendimento de que esse campo pode ser gerido por elementos apolíticos baseados em lógicas de eficiência (modelo baseado, em diferentes camadas, nas supostas experiências “bem sucedidas” dos países do norte), sem que se precise discutir, na esfera pública, suas prerrogativas e seus limites. Entre os muitos riscos da despolitização da segurança pública, Muniz aponta para o encolhimento das liberdades individuais e coletivas e para o aprofundamento da exclusão do que descreve como “grupos vulneráveis”. Ainda que discuta a despolitização da segurança pública como risco a ser evitado pela ampliação da participação cidadã na formulação acordada das políticas públicas de segurança, Muniz acaba por descrever uma realidade que já está posta em prática, menos porque a “quimera técnica e tecnológica” está em operação, e mais porque as bases conceituais para que se construam políticas públicas de segurança despolitizadas é precisamente o regime de entendimentos, narrativas, saberes e práticas que identifica, por um lado, “problemas”, “desvios” e “desfuncionalidades” no campo da segurança pública e busca construir, por outro, “soluções” criadas por profissionais e especialistas. Não à toa, passam a coexistir dois tipos de relações entre aquelas e aqueles que

conformam o campo de estudos sobre violência e as políticas públicas de segurança no Brasil: uma, que vê a violência como objeto de análise para a produção de trabalhos empíricos e teóricos dentro das Ciências Sociais; e outra, de natureza normativa, que busca “oferecer respostas aos problemas sociais, e que, portanto, visa à mudança ou à reforma, por exemplo, das instituições que compõem o sistema de justiça criminal” (Lima, 2009: 36).

Se, por um lado, argumenta-se que o campo da “segurança pública” emerge a partir do contexto de redemocratização, por outro, a profissionalização da gestão segurança pública e sua modernização técnica e tecnológica passaram a ser vistas, também, como aspectos fundamentais para o fortalecimento da democracia, em contraposição ao “controle social pautado por interesses ideológicos de uma elite, tal como no Império e no início da República” (Lima, 2009: 6). Dessa forma, entende-se que uma gestão das políticas públicas eficiente e capaz de respeitar os direitos individuais e coletivos é essencial para a preservação e a continuidade da democracia. A perpetuação de “dilemas” na área da segurança pública – traduzidos, dentro de um arcabouço infinito de diferentes números e terminologias, pelas altas taxas de homicídios e de criminalidade indicadas em relatórios nacionais e internacionais, pelas proliferação dos “autos de resistência” nas estatísticas oficiais, pelos relatos das tragédias cotidianas nos jornais – é vista, por sua vez, como impedimento para a concretização de uma democracia plena (Adorno, 2002) ou, ainda, como indicativo de uma democracia desviante da norma, propriamente latino-americana ou brasileira, “violenta” (Arias & Goldstein, 2010; Misse, 2019). O conceito de “segurança cidadã”, apensado ao campo da segurança pública por organizações internacionais a partir dos anos 1990, adiciona elemento para aprofundar essa relação. Nas palavras de Arthur Trindade Costa e Renato Sérgio de Lima, “por meio da categoria ‘cidadã’, a aposta é na estruturação das organizações policiais e na introdução de novas práticas que sejam, essas, sim, informadas pelos requisitos democráticos da transparência e controle da sociedade em relação ao Estado” (Costa & Lima, 2012: 484). Com a ascensão da “segurança cidadã” e de conceitos relacionados, como o de “policimento comunitário” ou o “polícia cidadã”, entrou-se em uma busca sistemática por tentar corrigir a dissonância entre um regime que se pretende democrático e práticas cotidianas da violência que se perpetuam a despeito dos marcos temporais e acontecimentos históricos que supostamente deveriam contê-la.

Uma última manifestação do regime temporal construído em torno do marco da redemocratização, e que acaba por basear entendimentos, imaginações e narrativas sobre violência, é a forma como ela passa a ser interpretada, de forma prioritária, a partir dos ciclos de gestão governamental. Estes se tornam as principais lentes para, por um lado, dar sentido às continuidades, às transformações e às rupturas nas práticas de violência, e, por outro, imaginar caminhos alternativos, novas políticas, “mudanças” e “soluções”. Encontra-se como narrativa corrente, por exemplo, que a primeira gestão de Leonel Brizola (1983-1987) como governador do estado do Rio de Janeiro desafiou as práticas correntes de violência contra moradoras e moradores de favelas ao exigir que incursões policiais nesses locais respeitassem os parâmetros básicos de cidadania que se estendiam às partes privilegiadas da cidade (Machado da Silva, 2012; Sousa Silva, 2015; Ramos, 2016). De acordo com essa mesma história, o governador seguinte, Moreira Franco (1987-1991), não apenas se colocou, durante as eleições, como ferrenho crítico das políticas públicas de segurança pautadas pelos direitos humanos implantadas por Brizola, como acirrou os discursos e as práticas de violência contra os “bandidos”, “marginais” e “criminosos”, solidificando uma forma de operar a “segurança pública” que seria perpetuada, em diferentes níveis, pelos que ocuparam o mesmo cargo posteriormente.

Aqui cabe menos discutir se essas leituras fazem ou não sentido quando confrontadas com uma pretensa “realidade” e mais entender de que formas elas produzem, condicionam e/ou limitam imaginações, interpretações e práticas relacionadas à violência na cidade do Rio de Janeiro. No contexto da redemocratização, parecia inevitável avaliar as políticas públicas de segurança a partir das lentes da gestão governamental, fruto de um processo eleitoral representativo e democrático que deveria, ao menos em tese, traduzir e materializar os anseios da sociedade. Da mesma forma, é a gestão governamental entendida, no marco da reconquista da democracia, como fronteira principal a partir da qual as vozes podem se fazer ouvidas e as mudanças políticas podem se tornar concretas. Centradas nos ciclos governamentais, essas leituras reforçam a ideia de que, para dar conta dos graves “problemas” da segurança pública, é preciso formular “soluções” de segurança pública. Dentro dessa lógica, se, por um lado, é atribuído um protagonismo genérico e abstrato à participação popular e democrática, a concepção e a execução de uma “outra segurança pública” parecem caber ao

especialista que se dedica à vida pública ou, ainda, ao político que se dispõe a estudar o campo. É quem estuda a “segurança pública”, afinal, a detentora das ferramentas para torná-la democrática. É sintoma dessa forma de engendrar as temporalidades da violência que os debates recentes do campo tenham se dedicado, em boa medida, a avaliar as políticas públicas de segurança governamentais a partir dos termos, enunciados e imaginações que elas mesmas colocam. É nesse sentido que, na década de 1990, proliferaram os estudos sobre o que se popularizou como “policiamento comunitário” (Muniz et al., 1997; Ribeiro, 2014), ou ainda, sua reedição sobre o signo das Unidades de Polícia Pacificadora na década seguinte (Cano, Borges & Ribeiro, 2012; Musumesci et al., 2013; Couto, 2016), ou então os clamores para que as políticas públicas de segurança se guiem pela “inteligência” e pela “eficiência”, em suposta contraposição às políticas de confronto e de extermínio (Observatório da Intervenção, 2018).

Mas há, ainda, dois outros problemas na forma como se costura a história das dinâmicas de violência na cidade do Rio de Janeiro ao contexto da ditadura civil-militar e, depois, à redemocratização. Em primeiro lugar, apagam-se as práticas de repressão e perseguição política empreendidas no período da ditadura contra ativistas dos movimentos sociais negros, a quem o regime considerava, lançando mão de uma contradição em termos, como “racistas negros”<sup>4</sup>. Apesar de embranquecida<sup>5</sup>, a história da ditadura civil-militar no Brasil é, também, a história de um regime político autoritário comprometido em defender o mito da “democracia racial” através de sua máquina violenta, fazendo valer, à força e na base da criminalização, uma interpretação de país que nega, intencional e deliberadamente, o racismo histórico empreendido contra a população negra (Pires,

<sup>4</sup> Como demonstrado por um conjunto de documentos elaborados pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações e analisado por Thula Pires em relatório da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (Pires, 2015). Recortes dessa análise também estão disponíveis em Pires (2018).

<sup>5</sup> Ana Luiza Flauzina e Felipe Freitas (2017) também discutem a falta de visibilidade do sofrimento negro na narrativa oficial estabelecida pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), dedicada a passar a limpo os crimes cometidos pela ditadura civil-militar contra a população brasileira. Dizem os autores que “apesar das evidências de perseguição sistemática às organizações políticas do movimento negro durante a ditadura e do combate às manifestações culturais negras no período (blocos afros, afoxés e bailes *blacks*, entre outros), a Comissão Nacional da Verdade deixou de incluir o movimento negro no rol dos grupos a serem considerados nas audiências e nas seções públicas, nos depoimentos e nas investigações documentais. Na construção dos grupos de trabalho, a Comissão não fez qualquer referência às organizações políticas e culturais do povo negro. Entre os treze campos temáticos que constam no relatório, não há enfoques que evidenciem a participação dos negros na luta pela democracia e contra a ditadura” (Flauzina & Freitas, 2017: 56-57).

2018). É nesse sentido que Thula Pires afirma, a partir de um estudo sistemático da repressão aos movimentos sociais negros a partir do trabalho de coleta de testemunhos realizado pela Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (CEV-Rio), que “ao assumir o mito da democracia racial como uma de suas bases ideológicas, a ditadura empresarial-militar garantia, de um lado, que fosse intocado o modelo de supremacia branca e os privilégios a ele decorrentes; de outro, sufocava qualquer possibilidade de enfrentamento direto da população não-branca sobre as violências sofridas” (Pires, 2018: 1062).

Além disso, igualmente crucial para uma análise sobre a violência na cidade do Rio de Janeiro é o fato de se ignorar, também, o papel desempenhado pelo racismo em informar as próprias práticas de violência colocadas em funcionamento pelos órgãos de repressão, criminalização e morte do regime ditatorial. As tecnologias de desumanização, bem como as práticas de mutilação e descarte dos corpos empreendidos contra os opositores políticos do regime integram um arcabouço de técnicas de controle e de extermínio cujas origens não apenas se encontram no período colonial-escravagista, mas que foram se adaptando e refinando ao longo de anos e anos tendo como alvo prioritário a população negra do país. Não foi só o racismo empreendido pela máquina ditatorial, mas “parte constitutiva de sua possibilidade de existência e dos termos de sua atuação” (Pires, 2018: 1062). Como explicam Ana Luiza Flauzina e Felipe Freitas,

“Há uma linha de continuidade na produção institucional da violência, fundamental para a estruturação das bases do regime. Ou seja, é no histórico de brutalização empreendido contra os corpos negros que se encontra o repertório para a estruturação da maquinaria violadora da ditadura, englobando, além do flagelo físico da tortura e da morte, metodologias há muito desenvolvidas para o trato com os marginalizados, tais como: a *experstise* na vigilância comunitária; a coação de familiares; o aliciamento de testemunhas, dentre outros (Flauzina, 2008). Logo, do ponto de vista da materialização do terror, a ditadura bebe, inegavelmente, da fonte histórica do genocídio antinegro para viabilizá-lo enquanto empreendimento político” (Flauzina & Freitas, 2017: 56).

Ao colocar no centro de uma análise pretensamente histórica da violência na cidade do Rio de Janeiro a ditadura civil-militar e o processo de redemocratização, essas leituras tornam invisíveis as continuidades e as permanências de um projeto (pós-)colonial de poder que se fundamenta na raça e no racismo para operar no

cotidiano. Mais ainda, nas palavras de Jaime Amparo Alves, é esse um entendimento que “negligencia a relação produtiva entre democracia e terror racial na constituição da ordem social brasileira” (2018: 18 – tradução livre), ignorando que as práticas de violência empreendidas contra a população negra persistem, adaptam-se e se aperfeiçoam a despeito de um regime que se diz democrático. Quando confrontadas aos dados e aos testemunhos que revelam, ainda que parcialmente, as permanências da dor, do sofrimento e da morte entre a população negra, essas leituras acabam físgadas por uma armadilha tautológica a partir da qual se culpa a democracia incompleta pelo racismo e o racismo pela democracia incompleta (ver, por exemplo, Mitchell & Wood, 1998; French, 2013). Forja-se, assim, um engendrado de imaginários, entendimentos, narrativas e representações que tornam impossível capturar as dimensões (pós-)coloniais da violência na cidade do Rio de Janeiro.

## 4.2.

### **Das fronteiras da interpretação**

Sabe-se que é a cidade do Rio de Janeiro atravessada por imagens, representações, narrativas, experiências e práticas relacionadas à espacialidade. Cotidianamente, elas esboçam fronteiras e determinam espaços de circulação e existência, produzindo, assim, cartografias sobre como a cidade deve ser, parecer, operar. São imaginações espaciais que informam, ainda, como interpretamos a relação entre violência e a cidade e, não raramente, tornam-se, elas mesmas, objetos de análise. Mas é também o campo de saberes e práticas sobre “segurança pública” produtor de imaginários cartográficos específicos sobre violência na cidade do Rio de Janeiro, não apenas pelo que escolhe (ou não) estudar – e por todo o arcabouço de entendimentos, imaginações e narrativas que baseia essas escolhas –, mas, sobretudo, pelas formas como estuda; pelas terminologias e imagens que cria e perpetua; pelos efeitos sociais e políticos que provoca. Argumenta-se, aqui, que a produção de saberes e práticas da/sobre a violência na cidade do Rio de Janeiro informa e é informada por um conjunto de imaginações espaciais e cartográficas sobre a cidade baseada em um regime estético-urbano racializado, que sedimenta representações, entendimentos e narrativas sobre os territórios favelados e

periféricos da cidade como espaços de ilegalidade, crime e violência; ou então de “sociabilidades” desconhecidas e misteriosas, que precisam ser desvendadas. Mesmo quando buscam fortalecer discursos e práticas de insurgência, resistência e denúncia, essas interpretações acabam por reencenar tensões entre quem estuda e quem é estudada ou estudado; sobre como se estuda e a partir de quais termos; sobre que pressupostos e argumentos se leva a campo e sobre quais outros são dele extraídos.

Em *A Invenção da Favela* (2005), Licia Valladares descreve o processo histórico de construção das favelas do Rio de Janeiro como objetos de análise e intervenção de intelectuais, jornalistas, cronistas e políticos. Das primeiras narrativas, ainda do início do século vinte, que as descreviam como espaços exóticos da cidade, passando pelas leituras que as viam como problemas sanitários a serem extirpados e, depois, como espaços de perigo e insegurança sobre os quais deveria haver intervenção, Valladares conta, também, como o campo das Ciências Sociais integrou esse arcabouço de interpretações, construiu entendimentos correntes sobre as favelas, e reforçou ou contestou narrativas dominantes. É a produção intelectual e acadêmica sobre as favelas, afinal, parte integrante do conjunto de imaginações sobre a cidade, mesmo quando se propõe a analisá-las. É a partir dessa tensão que, recentemente, os intelectuais e ativistas Fransérgio Goulart e Rodrigo Calvet (2017) propõem uma reflexão sobre a construção das favelas como objetos históricos de estudo pelas universidades brasileiras e estrangeiras a partir do ciclo de debates “Pra que e pra quem servem as pesquisas sobre favelas?”. Ao buscar descolonizar os pressupostos epistemológicos que baseiam a prática histórica de pesquisas sobre as favelas e outros espaços periféricos na cidade do Rio de Janeiro, Goulart e Calvet impulsionam reflexões específicas que servem, também, para que se analise a produção acadêmica e intelectual sobre a relação entre violência e a cidade em diferentes termos: que relações de poder e hierarquias raciais, de classe e de gênero atravessam a prática acadêmica de estudar as favelas; quais são as implicações políticas e sociais dessas pesquisas; e para que outros espaços não se olha ao sedimentar a pesquisa sobre as favelas como meios principais para se entender os “problemas” da cidade.

Parte significativa da produção intelectual e acadêmica sobre a cidade do Rio de Janeiro vê nas favelas e nos espaços periféricos da cidade campo fértil para se estudar as dinâmicas de sociabilidade, as tensões sociais e políticas, e as



experiências cotidianas que estão por trás da “violência urbana”. Ilustram esse argumento trabalhos de referência para o campo, como o livro *A Máquina e A Revolta* (1985), de Alba Zaluar, resultado de trabalho de pesquisa na Cidade de Deus; coletâneas de artigos como *Um Século de Favela* (2005), organizado por Zaluar e Marcos Alvito, e *Vida sob Cerco* (2008), este último organizado por Luiz Antonio Machado da Silva; e etnografias mais recentes, como a de Mariana Cavalcanti (2007 e 2008), sobre urbanização e violência em uma favela da região da Grande Tijuca, na Zona Norte da cidade, a de Carolina Grillo (2013), sobre o “mundo do crime” carioca; e a de Cristina Vital da Cunha (2015), que investiga as relações entre grupos religiosos e o mercado varejista de drogas nas favelas de Acari e Santa Marta. Também compõem esse arcabouço obras estrangeiras como *The Myth of Marginality* (1977), de Janice Perlman, *Laughter Out of Place* (2003), de Donna M. Goldstein, *Children of the Drug Trade* (2004), de Luke Dowdney, e *Living With Insecurity in a Brazilian Favela* (2014), de Ben Penglase, além do artigo sobre a ascensão do mercado de cocaína nas favelas do Rio de Janeiro de Elizabeth Leeds (1996), que pesquisou vinte e cinco favelas da cidade. Mais recentemente, buscou-se integrar essa literatura acadêmica à produção intelectual conduzida por ativistas de favelas, como é o caso da coletânea *Vida Social e Política nas Favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão* (2016), organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Instituto Raízes em Movimento, formado por moradores e ativistas do Complexo do Alemão.

Os exemplos citados fazem parte de um arcabouço tradicional de pesquisas que entende as favelas como vetores principais para se investigar a relação entre violência e a cidade. Argumenta Valladares (2005) que na base da construção histórica das favelas como objetos de escrutínio intelectual e de intervenção pública estão as narrativas e as representações que as descrevem como o avesso da urbanização e como a outridade materializada na cidade. Zaluar e Alvito justificam a importância de se “falar de favela” – no singular, o que implica “tratar como um todo indistinguível a diversidade e a riqueza internas ao mundo das favelas”, como critica Pedro Paulo da Silva (2018: 34) – em termos parecidos, ao dizer que “é falar particularmente da cidade do Rio de Janeiro” (2005: 7). As favelas são, também, o “outro” das próprias produções acadêmicas, a partir das quais se constroem entendimentos sobre a cidade e seus muitos “problemas” e “dilemas” – em especial, relacionados à violência. Aqui, mapeamos três diferentes formas através das quais

esse campo produz imaginações espaciais e cartográficas sobre violência na/e a cidade do Rio de Janeiro: (1) aquela que vê, descreve e estuda as favelas e as periferias pelos signos das “sociabilidades” alternativas, subterrâneas ou insurgentes; (2) aquela que busca investigar fenômenos de “criminalidade”, das “ilegalidades” e de “delinquência” através de pesquisas em espaços periféricos; e (3) e, por fim, aquela que olha para os mecanismos de violência, repressão e controle dentro e contra esses espaços.

No primeiro caso estão incluídos os estudos que buscam entender como a “violência urbana” informa e é informada por sociabilidades específicas das favelas. É nesse sentido que Luiz Antonio Machado da Silva (2008) investiga, por exemplo, as manifestações do que chama de “sociabilidade violenta” entre moradoras e moradores das favelas cariocas. Por “sociabilidade violenta”, Machado da Silva entende o dispositivo através do qual o emprego da força passa a estruturar as relações sociais. Em suas palavras, “não se nasce ‘portador’ da sociabilidade violenta, de modo que seria preciso indagar as trajetórias (ou, dito de outra maneira, o acúmulo de experiências) que podem conduzir ao engajamento nesta forma de vida, sem esquecer que antes de um ponto indefinido de cristalização, a trajetória pode ser revertida, depois retomada etc.” (Machado da Silva, 2008: 43). Em linha parecida, a etnografia de Marcos Alvito (2001) tenta desvendar as relações complexas (para quem vê “de fora”) estabelecidas entre líderes comunitários, lideranças religiosas, “traficantes” e políticos dentro de um conjunto de favelas do bairro de Acari. São igualmente objetos de análise os padrões de sociabilidade provocados pelas próprias dinâmicas de violência, como no caso do estudo de Mariana Cavalcanti (2008) sobre as “novas formas sociais” produzidas pelo medo constante de tiroteios dentro das favelas. Em comum, são estudos que investigam as relações sociais interpretadas como peculiares de um “território” que se entende estar além da apreensão cotidiana de seus interlocutores.

No segundo caso estão incluídos aqueles trabalhos que se dedicam a investigar fenômenos como a “criminalidade”, as “ilegalidades” e a “delinquência” através de pesquisas de campo em espaços favelados e periféricos. Carolina Grillo (2013), por exemplo, desenvolveu pesquisa etnográfica de dois anos em favelas cariocas para analisar os padrões de sociabilidades específicos do que descreve como o “mundo do crime” – agenda de pesquisa que originou estudos continuados, como a que realizou com Daniel Hirata (2017) sobre o comércio varejista de drogas

no Rio de Janeiro em comparação com a cidade de São Paulo. Estudo similar foi realizado por Alba Zaluar (2014), com base em trabalhos etnográficos anteriores, em que analisa os “laços sociais primários” que entrelaçam o cotidiano dos moradores de favelas, as dinâmicas do chamado “crime organizado” e as estruturas institucionais. Nesse arcabouço se incluem, também, os estudos de natureza não-etnográfica que se dedicam a mapear as dinâmicas de conflito e expansão das chamadas “organizações criminosas” nos espaços favelados e periféricos (Misse, 2007; Lessing, 2008; Monteiro, 2013). Analisados em conjunto, essas obras sedimentam uma interpretação sobre a relação entre violência e as favelas da cidade do Rio de Janeiro a despeito de desenvolverem ou não uma leitura crítica sobre essa questão. Não está em questão a qualidade dos trabalhos, sua adequação metodológica ou seu comprometimento ético-político com a denúncia política e social; mas a forma como adicionam peças em um quebra-cabeças epistemológico que retrata as favelas como espaços prioritários para coletar informações, analisá-las e construir intervenções com o objetivo de abordar os “problemas da violência” da cidade.

Sobra, ainda, um terceiro caso, que diz respeito ao conjunto de interpretações que se debruçam sobre os mecanismos de violência, repressão e controle dentro e contra esses espaços. Esse é, certamente, o arcabouço mais comprometido em provocar mudanças sociais e políticas, embora esse não seja necessariamente o caso em todos os exemplos. Incluem-se nesse grupo as análises sobre políticas específicas de segurança, como é o caso das muitas pesquisas de avaliação sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) (ver, por exemplo, FGV, 2009; CEsEC, 2011; Cano, Borges & Ribeiro, 2012; Couto, 2016), e os estudos sobre as orientações ideológicas, as subjetividades, as hierarquias e as sensibilidades que baseiam as políticas, as representações e as práticas cotidianas da “segurança pública” (Machado da Silva, 2010; Leite, 2014; Birman et al., 2015). Em muitos desses trabalhos, compartilha-se o entendimento comum de que a violência estatal – física ou simbólica – que opera cotidianamente na cidade do Rio de Janeiro é distribuída de forma seletiva pelo espaço urbano, de forma que as favelas e as periferias são mais impactadas do que outras partes da cidade. Essa premissa parece basear, em muitos casos, a preferência por estudar os espaços favelados e periféricos, como “territórios” catalisadores das tragédias cotidianas causadas por políticas públicas de segurança violentas e equivocadas.

Em grande parte desse arcabouço, o compromisso com a transformação do modo de fazer das políticas públicas de segurança é evidente. Mas, em conjunto, constroem uma cartografia dos estudos da “violência urbana” e da “segurança pública” que, em última instância, não rompe modos de fazer e pensar sobre as favelas, acabando por produzir e reproduzir fronteiras e marginalizações para a interpretação entre violência e a cidade. Por um lado, reencenam, no cotidiano dos trabalhos de campo, dos eventos acadêmicos, dos projetos de pesquisa uma tensão latente, quase palpável a quem está atenta ou atento, entre quem estuda e quem é estudado. Iniciativas como a de Goulart e Calvet – que não foi sequer forjada dentro do âmbito institucional de uma universidade brasileira, apesar de abordar um tema pertinente e óbvio às Ciências Sociais e, dentro dela, a qualquer intelectual que se proponha a pensar criticamente sobre a produção acadêmica sobre as favelas – pretendem deixar evidente o que se põe subjetivo, fazendo surgir o debate que é sistematicamente interditado. Desafiam, ainda, as hierarquias raciais e sociais de poder que determinam que sujeitos e que espaços da cidade detêm a prerrogativa de serem produtores de conhecimento e de reflexão, e quais outros são confinados no lugar que lhe caberiam: de informantes, objetos de estudo, entrevistados, beneficiários. Mas, mais ainda, revelam uma contradição inerente a um arcabouço de estudos que olha para a raça e para o racismo como fenômenos secundários na construção de suas visões de mundo, mas, ao mesmo tempo, entende as favelas como espaços prioritários, dentro da cidade, para estudar a violência. Nas palavras de Jaime Amparo Alves, são as favelas “o principal lugar para teorizar sobre a violência urbana enquanto se nega a raça” (Alves, 2018, 19 – tradução livre).

#### **4.3.**

#### **Escritos da cidade antinegra**

Para a leitora ou o leitor que acompanha o debate sobre violência e racismo na cidade do Rio de Janeiro, pode parecer estranho que não se tenha abordado, de forma aprofundada, os muitos estudos que, nas últimas décadas, dedicam-se a colocar no centro do debate sobre “violência urbana” e “segurança pública” a raça e o racismo. Mas há que se escrever uma seção específica para esse conjunto de interpretações, pesquisas e análises, com o objetivo de dar-lhes o tratamento

detalhado que merecem. Ao situar a raça no centro da análise, esse conjunto de escritos coloca em operação uma lógica epistemológica outra, capaz de fazer emergir nuances da relação entre violência, racismo e (pós-)colonialidade na cidade do Rio de Janeiro que as interpretações anteriormente mencionadas não são capazes, parcialmente ou em sua totalidade, de fazer. Escolheu-se aglutinar essas perspectivas sob o signo dos “escritos da cidade antinegra” porque são elas elaboradas, em sua imensa maioria, por intelectuais negras e negros, a quem a experiência de existir e circular pelas cidades pós-coloniais do país como sujeitos negros é utilizada como ferramenta intelectual e epistemológica para entender a relação entre violência, racismo e (pós-)colonialidade na cidade. E como argumenta Jorge da Silva, policial aposentado, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e autor do seminal *Violência e Racismo no Rio de Janeiro* (2003), o perfil identitário do analista e suas subjetividades inerentes importam. Se existe um arcabouço de pesquisas e estudos sobre violência produzido predominante e historicamente por intelectuais brancas e brancos que “conseguem teorizar exaustivamente sobre o tema da vitimização letal – tomando a *violência* da cidade como referência – sem aludir, sequer de leve, a esse fato [do racismo]” (Silva, J., 2003: 26 – grifo original), há também um sólido conjunto de interpretações, levadas adiante por acadêmicas e acadêmicos negras e negros, que se debruça justamente sobre essa questão. São autoras e autores que mobilizam, ainda, um rico arcabouço de referências intelectuais sobre racismo, colonialidade e violência a partir de epistemologias outras, pós-coloniais, decoloniais e/ou diaspóricas. É sobre isso que se trata essa seção.

Começamos, aqui, pelo próprio conceito de antinegitude, aprofundado por João H. Costa Vargas para dar conta da opressão e da violência sofridas pela população negra em contexto diaspórico, e que o conceito de racismo, segundo ele, não é capaz de capturar. Argumenta Vargas que é a antinegitude constitutiva da própria ideia de humanidade, a partir do qual “o *ser* moderno se define em oposição ao *não ser* negro” (Costa, 2020: 18 – grifos adicionados). Ser negro é não ser, como elaborou Frantz Fanon. Vargas torna a negritude, assim, prisma central a partir do qual as hierarquias sociais são organizadas e mantidas, em contraposição à branquitude normativa, que é geralmente tomada como referência para a elaboração teórica sobre sistemas de opressão. Nesse sentido, o racismo, como conjunto de práticas sociais e institucionais, é sintoma da antinegitude, mas não é capaz de dar

conta do processo de desumanização à qual as pessoas negras são sistematicamente submetidas desde o período histórico da colonização. Pelo contrário, cria a ilusão de que a opressão sofrida pelas pessoas negras pode ser revertida por decisões políticas e soluções administrativas. A antinegitude, segundo o autor, é um princípio ontológico e estrutural que organiza a vida e a morte; é “a atmosfera que nos envolve, o ar que respiramos” (Costa, 2020: 23). Para desmantelá-la, será preciso desconstruir, em primeiro lugar, a própria ideia de humanidade, construída a partir da desumanização e da subalternização da negritude.

Diz Vargas, ainda, que a antinegitude impregna e organiza os espaços, sejam eles físicos, sociais, metafísicos, ontológicos. Para além de definir o *não humano*, define o *não lugar*. Em suas palavras,

“Pense na associação imediata que é feita entre a palavra “favela” e negritude, ou “*inner city*” e negritude. As palavras, que denotam espaços sociais geograficamente delimitados, são imediatamente associadas à negritude, e assim os tornam lugares saturados de características negativas, poluidoras e ameaçadoras: não lugares. A pessoa negra não somente é desprovida de ontologia, mas é desprovida de lugar. Ela está sempre fora do lugar, seja lá qual for o lugar. Isso quer dizer que a antinegitude define também o lugar da pessoa moderna, da Humanidade, sempre presente e sempre localizada” (Costa, 2020: 22).

A partir dessa reflexão, Jaime Amparo Alves (2018) enuncia o conceito de “cidade antinegra”. Inicialmente falando sobre a cidade de São Paulo, Alves articula o conceito de antinegitude para pensar o espaço urbano como *locus* para que a supremacia branca opere no cotidiano, relegando as vidas negras à não existência, física ou simbolicamente. A violência antinegra de que Alves fala é constituída por um conjunto de elementos: a segregação espacial, o terror policial, a ausência de políticas públicas, o encarceramento em massa – todas dimensões constitutivas de uma ordem urbana antinegra. É violência que não apenas produz dor e morte, mas que produz cidade. É nesse sentido que o autor diz que “corpos negros mortos podem ser lidos como símbolos políticos da construção da cidade e do Estado brasileiro” (Alves, 2018: 11). Se, nas palavras de Vargas, “o Estado-nação brasileiro moderno é incompatível com a presença negra plena” (Vargas, 2016: 13-14), também o são as cidades pós-coloniais, marcadamente diaspóricas, enclausuradas na permanente (im)possibilidade de se tornarem modernas, como é São Paulo, a partir da visão de Alves, e o Rio de Janeiro, como essa tese argumenta.

A antinegitude, então, é constitutiva da própria forma de imaginar, experimentar, fazer operar a cidade; tornar-se moderna, pós-colonial, civilizada significa exterminar a negritude que a constitui e que a habita.

A espacialidade antinegra de que fala Alves produz, ainda, as geografias da morte, conceito explorado em conjunto com Vargas e a partir do qual os autores dão sentido às fronteiras urbanas de privilégio e exclusão que delimitam possibilidades de vida e morte na cidade antinegra (Vargas & Alves, 2010). Articulam-se às geografias da morte um regime racializado de cidadania, à qual sujeitos e não-sujeitos têm seu acesso autorizado ou negado a partir da própria operação da antinegitude em articulação com outros elementos, como hierarquias de classe e de gênero. Através do trabalho de Vargas e Alves, torna-se evidente que, ao contrário do que intelectuais resistentes à discussão sobre raça e racismo possam argumentar, o conceito de antinegitude não apenas é compatível com uma leitura ampliada sobre desigualdades e opressões, como constitui ferramenta analítica aliada para que se construa uma visão emancipatória sobre o funcionamento da cidade antinegra. Os autores salientam, ainda, a centralidade da raça tanto para a produção das práticas de violência empreendidas pelas forças policiais, por exemplo, quanto para a construção das condições sociais, históricas e contemporâneas para que a violência emerga e opere (Costa & Vargas, 2010). Em última análise, são os regimes racializados de cidadania que “proveem o contexto para que a violência letal ocorra, mas, mais importante, definem a própria frequência, percepção e experiência da violência policial letal” (Costa & Vargas, 2010: 617).

É nesse contexto que se pode convocar, mais uma vez, o conceito de necropolítica formulado por Achille Mbembe (2003). Como forma contemporânea de subjugação da vida ao poder da morte, a necropolítica tem como fundamento mais arraigado a própria ideia de raça. O racismo, nesse caso, “é a condição para a aceitabilidade de se colocar para morrer” (Mbembe, 2003: 17). Livia Cásseres e Thula Pires (2017) transpõem o conceito da necropolítica para o contexto das favelas cariocas a partir da atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em três ações coletivas: uma, que objetivava impor limites às operações policiais realizadas quase que semanalmente no Complexo da Maré, em 2016; outro, que buscava anular decisão judicial que autorizava mandado coletivo para busca domiciliar não individualizada em todo o território da Cidade de Deus, no

mesmo ano; e uma última, que tinha como objetivo obrigar judicialmente o Estado a desocupar um conjunto de casas invadidas por policiais militares sob a justificativa de se tornarem bases militares no Complexo do Alemão, em 2017. Em todos esses casos, sobrepunha-se à autorização para o exercício do necropoder de que fala Mbembe a configuração espacial para que ele pudesse operar: as favelas cariocas. Os três casos analisados por Cásseres e Pires (2017) revelam a articulação entre violência, poder da morte, racialização e espacialidade que no período colonial-escravagista transformava as colônias em avessos da legalidade da metrópole colonial – espaços onde a soberania necropolítica se efetivava, a despeito e em sustentação à construção normativa de ideias como “cidadania”, “humanidade” e “civilização” – e que, na (pós-)colonialidade, criam espaços racializados de confinamento de tudo, de todas e de todos que não constituem a urbanidade (pós-)colonial almejada. Nesses espaços, matar é mais que permitido: é almejado. É nesse sentido que afirmam,

“Não seria de todo grosseira uma comparação entre o estado de exceção vigente nas favelas do Rio de Janeiro paralelamente ao estado de ilegalidade absoluta das colônias. À vista do Estado, são territórios habitados por ‘selvagens’, ‘subcidadãos’, corpos descartáveis [...]. Essencialmente, o ponto comum mais flagrante é a presença dos mecanismos que subjagam a vida ao poder da morte: o ‘necropoder’, o que permite encontrar nas favelas cariocas verdadeiras formas de ocupações coloniais contemporâneas” (Cásseres & Pires, 2017: 1461).

Chega-se, aqui, então, a um ponto nevralgico da literatura analisada. Antinegritude, geografias da morte, necropolítica: percebe-se que é crucial que se criem terminologias, inove-se no léxico, traga conceitos de outros contextos. Parece ser a produção intelectual tradicional sobre violência nas cidades pós-coloniais brasileiras – e, em específico, no Rio de Janeiro – incapaz de fornecer o vocabulário necessário para que dê conta das hierarquias de raça informadas pela (pós-)colonialidade e que atravessam as imaginações, as materialidades e as experiências do urbano, posto que está impregnada de limites e condicionada ao apagamento dessas mesmas realidades. Se fosse possível a uma leitora ou a um leitor ver “de fora”, pareceriam arcabouços intelectuais a versar sobre realidades distintas, talvez mundos (em todas as suas possíveis acepções) diferentes. O conceito de genocídio, aqui, torna esse abismo ainda mais evidente. Ainda que Abdias do Nascimento



tivesse se utilizado do termo, pela primeira vez, para dar conta da realidade da população negra no Brasil ainda na década de 1970, é ele ainda relegado ao lugar da não-ciência, categorizado como “ativista demais”, sistematicamente contestado e subalternizado pela produção acadêmica tradicional (ver, por exemplo, Zaluar, 2016 e 2017). É nesse contexto que Ana Luiza Flauzina, talvez a principal referência contemporânea a articular o conceito de genocídio para analisar a realidade brasileira, diz,

“Se não fosse esse embrulho no estômago que a democracia racial nos impôs, como mal-estar obrigatório toda vez que tentássemos tocar no assunto, se não fosse mesmo o nome Brasil que estivesse na lacuna ao lado da realidade que o representa, poderíamos reconhecer o genocídio com todas as evidências e os diagnósticos que, há muito, já estão dados” (Flauzina, 2006: 121).

Flauzina (2006) pega emprestado de Nascimento (1978) o termo “genocídio” para descrever os fundamentos de um ordenamento jurídico-penal de origem colonial e escravocrata no contexto brasileiro contemporâneo. A autora escolhe se utilizar desse conceito para dar conta não apenas dos efeitos que esse ordenamento produz no cotidiano – a perseguição e o assassinato de jovens negros, sua criminalização e seu encarceramento em massa –, mas para tornar evidente, ainda, a centralidade da raça e do racismo como elementos de desumanização a azeitar, dia a dia, suas engrenagens. É, em suas próprias palavras, uma “plataforma genocida de Estado” que funciona para tornar o próprio Estado viável (Flauzina, 2006: 14). Utilizando-se da periodização proposta por Nilo Batista (2004) para descrever a trajetória histórica do sistema penal no Brasil, Flauzina realiza um apanhado de fôlego sobre as formas através das quais esse projeto genocida foi-se construindo, aperfeiçoando e sofisticando do período da colonização até os dias atuais. Assim como Nascimento, Flauzina conceitua o genocídio negro no Brasil a partir de diferentes matizes, em que a violência, o encarceramento e o extermínio são sua face mais radical e trágica. Incluem-se, nesse conjunto de elementos, a dificuldade de acesso a políticas públicas de educação e saúde, a imposição da pobreza, os empecilhos à construção de uma identidade individual e coletiva negra, e, ainda, a distribuição espacial nas cidades brasileiras. Sobre isso, diz Flauzina que o projeto genocida se materializa espacialmente não apenas no funcionamento dos

sistemas de “segurança pública” e de “justiça criminal”, mas também na forma como a segregação espacial vem acompanhada por uma rede de desestruturação para o acesso à cidadania, “que tem a morte como seu principal fundamento” (Flauzina, 2006: 102).

Flauzina aborda, ainda, a dificuldade de aceitação do conceito de genocídio para descrever a realidade brasileira dentro dos círculos acadêmicos – incluindo-se neles as autoras e os autores que estudam as próprias dinâmicas de violência e de encarceramento nas cidades brasileiras. O conceito de genocídio, da forma como tem sido aplicado por Flauzina e por outras e outros intelectuais, traz à discussão uma série de contribuições: torna visíveis as continuidades que conectam um “passado” colonial-escravagista, tradicionalmente negado, ignorado ou fantasiado pelo corpo tradicional do pensamento social brasileiro, às hierarquias raciais e às dinâmicas de poder que hoje informam as práticas cotidianas de violência contra a população negra; denuncia a gravidade de um arcabouço de imaginários, representações, políticas e práticas que, funcionando juntas, sufocam as possibilidades de vida e colocam em operação o poder da morte contra as pessoas negras; questiona as próprias estruturas de poder que autorizam ou desautorizam conceitos, forjam legitimidade ou desqualificam, dão visibilidade ou relegam à margem formas outras de interpretar o mundo social (e a própria forma como a ele damos nome e sobrenome); e, por fim, oferece um arcabouço alternativo de conceitos e terminologias para que se apreenda um fenômeno que ainda é relegado à subalternidade intelectual e visto como um não-objeto de estudos.

Como obstáculo, encontram-se argumentos que não apenas desqualificam a aplicação “técnica” do conceito de genocídio à realidade brasileira – movimento teórico-conceitual que não apenas foi desconstruído por Flauzina em trabalhos posteriores (ver, por exemplo, Flauzina, 2016), como não encontra respaldo no próprio arcabouço de Estudos sobre Holocausto e Genocídio<sup>6</sup>, que há muito já assume os fundamentos políticos desse conceito (Kuper, 1983) –, mas que também recuperam o mito da “democracia racial” para negar o papel da raça e do racismo em informar as práticas de violência na cidade. Encenando a primeira tensão subjacente a esse campo que é mencionada ainda na introdução desse capítulo – a

---

<sup>6</sup> Uma subárea de pesquisa dos estudos internacionais que atravessa diferentes disciplinas, como as Relações Internacionais, a Antropologia e a Sociologia, dedicada a estudar em profundidade o fenômeno do genocídio e de outros casos de violência em massa.

de que interpretações que colocam o racismo como princípio estruturante da relação entre violência e a cidade são vistas como “simplistas” e “pouco sofisticadas”, quando não marcadamente equivocadas –, vemos pesquisadoras pioneiras do campo, como Alba Zaluar, questionar o conceito de genocídio com base no argumento de que “negros matam negros”, seja porque a maioria dos policiais é negra, seja porque jovens negros também vitimam outros jovens negros nas favelas e periferias das grandes cidades (Zaluar, 2017). É nesse sentido que Flauzina argumenta, em artigo escrito junto com Felipe Freitas, que

“Tal constatação – do silêncio da criminologia e dos demais ramos críticos das ciências criminais acerca da dimensão racial dos fenômenos relativos às vítimas – aponta para a insuficiência da gramática de direitos humanos para tematizar o sofrimento negro e para indicar possibilidades analíticas sérias quanto ao genocídio antinegro no Brasil (Freitas, 2016). Como já advertem várias(os) teóricas(os) negras(os) ao longo da história, os esquemas epistemológicos vigentes são incompatíveis com a dramaticidade da dor negra e com o papel que o racismo desempenha na produção de hierarquias profundas no tecido social brasileiro” (Flauzina & Freitas, 2017:67-68).

É esse vazio epistêmico, infértil para a produção de uma gramática que dê conta do que se olha, mas não se vê, que acaba por aproximar, em muitos sentidos, a produção teórica de intelectuais negras e negros sobre as dimensões raciais da violência na cidade aos movimentos sociais, sobretudo os movimentos negros e de favelas. Em muitos sentidos, compartilham o léxico criado, as premissas epistemológicas, as visões de mundo e as imaginações sobre um futuro possível. Posto que se, em nível epistemológico, há que revelar as hierarquias de poder que impedem que raça e racismo sejam reconhecidos como princípios estruturantes das narrativas, das políticas e das práticas de “segurança pública”, no cotidiano, é imposta invisibilidade de igual natureza ao sofrimento e à morte dos corpos negros, a quem é negado, inclusive, o “paradoxal privilégio de ser vítima”, nas palavras de Ana Luiza Flauzina e Felipe Freitas (2017). Afirmam os autores que “as estruturas que estão nas próprias matrizes da colonização fizeram da dor negra uma condição *sine qua non* e naturalizada das práticas sociais e da organização política do país” (2017: 50). Nesse contexto, clamar a categoria de vítima da violência, como os movimentos sociais negros e de favelas fazem incansavelmente há tantos anos, não é sequer reconhecida como uma alternativa política possível. Como no caso da

Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo declarado era, não sem ironia, tornar visíveis as violências sistemáticas que a máquina da ditadura civil-militar produziu e apagou, o papel simbólico e material da vítima é racialmente condicionado. Mais adiante, explicam os mesmos autores que “o acesso à posição de vítima – seja qual for a posição teórica adotada – sempre exige algum nível de empatia, solidariedade e alteridade em dimensões que, no que se refere às pessoas negras, estão bloqueadas pelo racismo” (2017: 66). Denunciar e, mais ainda, buscar reparações a essa violência é, em última instância, tarefa ontologicamente impossível, posto que é a violência não apenas autorizada contra o *não-sujeito*, mas convocada para construir os parâmetros da própria existência daqueles que se fazem *sujeitos*. Através do mesmo mecanismo genocida, as favelas e as periferias da cidade são cotidianamente transformadas em *não-lugares*, nos quais dor e sofrimento não são reconhecidos e onde a denúncia é interdita por obstáculos simbólicos e materiais. É a cidade-violência, afinal.

#### 4.4.

#### Conclusão

Inverteu-se, nesse capítulo, a ordem das coisas para tornar a literatura sobre “violência urbana” e “segurança pública” objeto de análise. Se, normalmente, apresentam-se as ditas “revisões de literatura” nos primeiros capítulos da tese, escolheu-se situar essa discussão aqui com objetivo duplo: por um lado, evidenciar a trajetória percorrida, de forma a demarcar exatamente em que ponto da pesquisa se começou a questionar o próprio arcabouço de interpretações acadêmicas sobre violência na/e a cidade do Rio de Janeiro; por outro, reafirmar que é essa literatura parte integrante do repertório de representações, subjetividades, narrativas, saberes e práticas que constitui a cidade pós-colonial. Olhou-se com cuidado para alguns dos silêncios, limites e fronteiras que essas interpretações produzem e reproduzem sobre o tema, de forma a minimizar ou apagar o papel que raça e racismo desempenham como princípios organizadores das relações de violência na cidade que procuram estudar. Foi objetivo do capítulo, ainda, desnaturalizar e historicizar o que se entende pelo próprio campo acadêmico da “segurança pública”, entendendo-o como fenômeno que também produz imaginações, materialidades e experiências

sobre a cidade pós-colonial, em vez de apenas descrevê-los; e que, portanto, deve ser objeto de estudo aprofundado. Por fim, apresentou-se o conjunto de escritos que coloca, justamente, a perspectiva racial e decolonial à frente de suas análises, em geral produzido por intelectuais negras e negros, que buscam subverter os limites e as marginalizações promovidos pelo campo de saberes e práticas da violência na cidade, mas que muitas vezes encontram obstáculos para se fazerem ouvir e ler dentro dele.

No Rio de Janeiro cotidiano, pós-colonial e antinegro, a violência racial está nas bases da própria fabricação material e imaterial da cidade. Tudo aquilo que passa despercebido pelo campo tradicional de saberes e práticas sobre violência na/e a cidade do Rio de Janeiro, ou é então conscientemente ignorado e relegado à margem dessas interpretações, não apenas chega à superfície pelos escritos de intelectuais negras e negros, mas é colocado no centro da análise. É a antinegitude que dá o fundamento essencial do projeto genocida em operação no Brasil cujos tentáculos são bem conhecidos – o encarceramento em massa, os homicídios contra a população negra, a segregação espacial e urbana a que são submetidos, a ausência de direitos e a cidadania negada. Esse mesmo projeto se impregna na cidade pós-colonial fazendo-a operar como cidade-violência, i.e., a cidade – como constituída por imaginações, materialidades e experiências – como a própria violência. É essa a forma que toma a violência na cidade pós-colonial, o que transforma, inclusive, o modo como se passa a entender a própria violência nessa tese daqui em diante.

## Guerra na cidade

Há uma página em branco que eu devo domar. E eu devo domar para escrever sobre as formas através das quais a ideia de “guerra” atravessa a cidade do Rio de Janeiro. Foi por esse tema, afinal, que eu escolhi começar meu mergulho nas questões que envolvem a violência na minha cidade natal, quatro anos atrás. Para quem estuda as Relações Internacionais, é ponto de contato natural com um tema que está tão perto de nós que nos é interditado. Nosso objeto de estudos é sempre o de fora, o longínquo. E, por isso, só estamos autorizados a falar sobre o que está próximo quando o longínquo vem nos visitar. Acontece que a guerra, dizem, está de visita. Montou acampamento e não tem pretensão de partir. Escuta-se sobre ela em todos os lugares. De diferentes formas, é possível senti-la, ouvi-la, tocá-la, vê-la passar. Mas, como é toda guerra, ela também tem muitos donos. São diversas e infinitas as formas de anunciá-la. Não estão todas e todos convencidos sobre o que se combate, em que termos e em nome de quê. Há quem se proclame mocinho e há quem seja transformado em bandido por todos os lados. É que a guerra, acima de tudo, produz. Produz aliados e inimigos. Produz morte, sofrimento, tristeza, angústia e cansaço. A guerra produz fronteiras, produz espaços, produz passado, presente e futuro. A guerra produz, também, cidade.

É objetivo desse último capítulo investigar de que maneiras as representações, narrativas, imagens, experiências e práticas relacionadas à “guerra” se entrelaçam às dinâmicas da violência na cidade do Rio de Janeiro. Olhando para as décadas passadas, é possível rastrear seus caminhos de volta à década de 1990, quando as ideias de “guerra na cidade” e de “cidade em guerra” passaram a dar o tom de muitas das interpretações que circulavam sobre a violência na cidade do Rio de Janeiro (Resende, 1995; Leite, 2012). Desde então, seu uso ganhou contornos, camadas e dimensões distintos, muitos deles contraditórios e, ao mesmo tempo, reveladores das tensões e das disputas políticas que o subjazem. Em um passado mais recente, junto à “guerra” se popularizou, também, o conceito de “militarização”,

mobilizado, sobretudo, pelos círculos acadêmicos e dos movimentos sociais para dar conta das dinâmicas da violência na cidade em um contexto em que a “guerra” passa a informar políticas, narrativas e práticas da “segurança pública” (PACS, 2017; Leite et al., 2018; Goulart & Decothé, 2018; Martins, 2019). Mas o capítulo também busca discutir o que as ideias da “guerra” e da “militarização” tornam visível, o que elas trazem para a superfície das discussões sobre violência na/e a cidade, e o que elas deixam de fora. A tese está sempre em busca daquilo que não está dito; daquilo que se encontra escondido; de tudo que habita as margens e os avessos.

Argumenta-se aqui que é a “guerra” um guarda-chuva político-conceitual que, a partir do simbólico e do subjetivo, ativa um conjunto de imaginários, narrativas, representações e práticas da violência destinados a produzir a cidade pós-colonial e antinegra no seu dia a dia ao mesmo tempo em que opera de forma a tornar invisível a raça e o racismo como princípios estruturantes desse mesmo projeto. Ao acionar, no nível das subjetividades e das representações, a “guerra” como principal vetor para que se opere a “segurança pública” na cidade do Rio de Janeiro, os agentes políticos que as colocam em prática no dia a dia constroem um arcabouço de entendimentos que legitima a violência antinegra sem precisar proclamá-la, i.e., tornar explícita a antinegitude como seu fundamento. Por outro lado, é também a “guerra” apropriada por diferentes atores, sobretudo aqueles comprometidos com os movimentos sociais de base, para tornar o projeto antinegro de construção e operação cotidiana da cidade visível. Esse movimento assume muitas facetas – dos registros fotográficos aos relatos centrados na vivência e na experiência sobre a “guerra”; das denúncias formais às passeatas e aos eventos de protesto –, sendo a produção acadêmica sobre a “militarização” uma delas. Sendo assim, indo na contramão dos estudos recentes na área de Relações Internacionais que associam a guerra ao espaço urbano, a “guerra” é, aqui, tomada menos como objeto de estudo para que se analise ou não sua existência ontológica, suas pretensas transformações e suas consequências políticas, para ser entendida, em vez disso, como uma janela teórico-epistemológica a partir da qual é possível vislumbrar as hierarquias de poder que buscam fazer operar a cidade pós-colonial; as disputas e as tensões políticas que se encontram latentes ao funcionamento desse projeto; e os próprios limites da disciplina em dar conta dessa realidade.

Para dar conta desse objetivo, esse capítulo começa com uma discussão sobre como o campo de estudos sobre o internacional absorve o debate sobre “guerra” e as cidades, abordando as premissas levadas adiante e os limites conceituais que subjazem essa área de pesquisa. Em seguida, serão debatidas as narrativas, as representações, as imagens e as práticas da “guerra” na cidade do Rio de Janeiro como elas têm sido anunciadas e acionadas nas últimas três décadas. Em vez de oferecer um inventário da operação política da “guerra” na cidade, essa seção tratará criticamente das formas através das quais essa categoria tem operado para legitimar violências ou, ainda, para analisá-las, buscando revelar, sempre, o não dito, o que permanece escondido. Finalmente, na última parte do capítulo, serão abordadas as narrativas, as representações, as imagens e as estratégias políticas que se apropriam da “guerra” para fazer emergir, justamente, tudo aquilo que está latente. Serão abordados, em específico, os trabalhos dos fotógrafos de diferentes favelas que cobrem operações policiais na região periférica da cidade, alguns dos quais se intitulam “fotógrafos de guerra”; e os estudos e os relatos enunciados por ativistas de favelas para dar conta das experiências e as vivências da militarização da vida urbana na cidade do Rio de Janeiro. Subjacente a todas essas interpretações, narrativas e imagens mora a estratégia política de anunciar e denunciar *contra quem* se aciona a “guerra” na cidade, e a que propósitos ela serve.

### 5.1.

#### **Guerra, a cidade e o internacional**

Presas na armadilha do dentro/fora que constitui as próprias fronteiras da disciplina, como já discutiu R. B. J. Walker no essencial *Inside/Outside: International Relations as Political Theory* (1993), a literatura de Relações Internacionais aborda a violência nas cidades apenas quando ela apresenta alguma dimensão do que se convencionou entender por “internacional”. É nesse sentido que se discute a “violência urbana” quando ela está conjugada a conceitos como “crime organizado transnacional” (Berdal & Serrano, 2002; Edwards & Gill, 2004; Viano, 2018); ou quando se manifesta em contextos entendidos como “globais”, como as operações de paz e as ações humanitárias (Cockayne & Pfister, 2008; Cockayne & Lupel, 2009; Kemp, Shaw & Boutellis, 2013; Muggah & Savage,



2012). Acontece que, nos anos mais recentes, a produção acadêmica que se debruça sobre a política internacional tem visto nas cidades um campo fértil para se estudar a violência. Em um período histórico em que a globalização se tornou ferramenta epistemológica prioritária para ler as relações internacionais (Amoore et al., 1997), as “cidades” adentram o espaço ontológico da política internacional porque são lidas como epicentro para o fluxo cada vez mais globalizado de pessoas, bens, serviços, finanças e subjetividades (Curtis, 2011). Mas se, no chamado “Norte Global”, o espaço urbano se torna objeto de estudos do internacional através da imagem das “cidades globais” tecnologicamente conectadas e avançadas (Sassen, 1991), no “Sul Global”, as narrativas e imagens das “megacidades” passam a representar o que supostamente *deu errado* com a globalização – metonímia para o que se entende por subdesenvolvido, pobre, caótico, apocalíptico (Roy, 2011). É nesse quadro que as cidades passam a constituir os “novos espaços” para a reconfiguração de discursos de práticas de segurança em contexto global.

Dentro do subcampo que estuda a segurança em âmbito internacional, o fim da Guerra Fria é entendido como espécie de “meta-evento” a partir do qual os teóricos da disciplina puderam redefinir conceitos e questionar paradigmas centrais de análise sobre a violência em nível global (Buzan & Hansen, 2012: 329). É nessa ocasião que se fortalecem os estudos sobre as chamadas “novas guerras”<sup>1</sup>. As guerras contemporâneas, argumenta essa literatura, diferenciam-se de suas contrapartes tradicionais por serem inerentemente assimétricas, empreendidas por grupos armados não-estatais e sobre motivações das mais distintas, entre as quais se destaca o motor identitário (Kaldor, 1999). O uso da violência na política internacional contemporânea também seria caracterizado pelo fim de seu monopólio estatal – alegadamente provocado pelo colapso das estruturas do Estado, no caso dos países do “Sul Global” –, o que tornaria cada vez mais nebulosas as distinções entre forças militares e grupos criminosos organizados, “senhores da guerra” e facções paramilitares (Münkler, 2005; Jung, 2003; Zartman, 2005). Ainda que reproduzam uma série de limites do campo das Relações Internacionais na forma como lida com o tema da violência na política internacional (sobre isso, ver,

<sup>1</sup> Optou-se por colocar no mesmo guarda-chuva das “novas guerras” produções que não necessariamente utilizam esse termo para formular seus argumentos, mas que, ainda assim, constroem uma perspectiva comum – a de que os conflitos contemporâneos carregam diferenças significativas em relação às guerras tradicionais entre Estados-nação que disputam questões de soberania nacional.

por exemplo, Dexter, 2007 e Short, 2013), a produção acadêmica sobre as “novas guerras” teria contribuído para alargar, no âmbito da literatura mais tradicional – e branca<sup>2</sup> – sobre segurança internacional, algumas das fronteiras ontológicas da disciplina, pavimentando o caminho para que se articulassem novas relações entre a “guerra” e o internacional. Como categoria analítica e como objeto de estudos, a “guerra” se consolida como prisma conceitual importante através do qual se analisam as “novas” dinâmicas da violência na política internacional contemporânea. Esse movimento se dá, em parte, pela mobilização de um imaginário relacionado à ideia da “guerra urbana”, como ilustram perspectivas como a de Eyal Weizman (2003) e de Stephen Graham (2010 e 2012). Mas isso também acontece na medida em que a “guerra” passa a ser utilizada como referencial negativo a partir do qual se interpreta a violência nas cidades; i.e., como manifestação da violência em situações de “não-guerra” (Nogueira, 2017; Miklos & Paoliello, 2017).

Como pano de fundo aos saberes e às práticas que articulam a “cidade” à segurança internacional, há que se mencionar certo tipo de anti-urbanismo promovido, sobretudo, pelas doutrinas militares e absorvido por parte da literatura, a partir do qual se entende que o espaço urbano materializa o grande perigo contemporâneo, posto que concentraria um conjunto difuso de adversários à ordem estatal, como terroristas, manifestantes, e, claro, criminosos (Macek, 2006; Graham, 2010). Uma vez mais, é possível reconhecer as dualidades que informam essa interpretação: enquanto as cidades do “Norte Global” são demonizadas como patológica e moralmente degradadas, posto que estão infiltradas por ameaças externas que as adoecem, os centros urbanos do “Sul Global” são vistos como potenciais exportadores desses mesmos perigos. Não por acaso, as cidades se tornam objeto analítico dentro da política internacional em um momento em que discursos, imagens e práticas sobre a “guerra ao terror” ganham proeminência para o imaginário político ocidental. Não é por acaso que a maior parte das análises sobre as “novas ameaças urbanas”, assim como as leituras mais críticas sobre os discursos e as tecnologias de controle construídos em torno das estruturas das cidades, focam

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre “branquitude metodológica” aplicada aos Estudos de Segurança, ver, por exemplo, Howell & Richter-Montpetit (2019). Para uma discussão mais ampla sobre a ausência do debate sobre raça e racismo nas Relações Internacionais, ver, por exemplo, Vitalis (2000 e 2015) e Anievas, Manchanda & Shilliam (2014).

nas consequências da “ameaça do terrorismo”, tanto nos ditos “países em desenvolvimento”, onde se encontrariam as principais fronteiras para a operação do contraterrorismo, quanto nas pacíficas cidades da Europa Ocidental e da América do Norte, que dele precisariam ser protegidas. Substituindo a “retórica neoliberal pacífica da globalização”, a metáfora da “guerra” se difunde rapidamente através dos contextos urbanos, trazendo supostamente de volta a “guerra” para a política ocidental (Deer, 2007: 1 – tradução livre). É nesse contexto que, já na década de 2000, consolidou-se um campo de estudos internacionais, em diálogo direto com os campos da Geografia e dos Estudos Urbanos, dedicado a investigar a penetração de práticas e de tecnologias de “guerra” nas cidades ao redor do mundo (Deer, 2007; Coward, 2008; Graham, 2010). Para esse arcabouço de estudos, mais do que mudanças na natureza da guerra, a política contemporânea é marcada por sua re-espacialização. Dessa forma, em conversa com uma literatura crítica dedicada a teorizar sobre a difusão de tecnologias de controle para combater as chamadas “novas ameaças” do século vinte-e-um, essa bibliografia foca sua atenção, sobretudo, à difusão da “guerra” para além das fronteiras convencionais do Estado-nação, invadindo o espaço do cotidiano.

Destaca-se, dentro dessa literatura, o conceito de “novo urbanismo militar”, desenvolvido por Stephen Graham (2010) para descrever, segundo ele, o processo de penetração da “guerra” no espaço urbano. Diz Graham que a “guerra” contemporânea é constituída por um conjunto de doutrinas e práticas militares e de segurança que localizam as “ameaças de segurança” na vida cotidiana do espaço urbano – os “lugares, espaços e fluxos das cidades” (Graham, 2012: 137 – tradução livre). Para além da urbanização de doutrinas e práticas militares para lidar com questões de segurança – que torna a cidade não apenas o lugar onde as ameaças operam, mas também o campo de batalhas para contê-la –, o “novo urbanismo militar” guardaria, ainda, mais quatro características: o uso e a difusão de tecnologias de controle da vida urbana; a produção de performances militarizadas para o consumo da mídia de massa; a emergência de uma economia política urbana e global em torno da indústria de segurança; e, finalmente, novas configurações espaciais da violência estatal (Graham, 2012). O fenômeno do “novo urbanismo militar”, de acordo com essa perspectiva, torna-se possível pela própria natureza da cidade moderna, cuja infraestrutura é baseada em redes e fluxos de pessoas, bens, serviços e subjetividades, tornando o espaço urbano tanto alvo quanto instrumento

para a violência (Graham, 2010). Segundo Graham (2010), ainda, as técnicas militarizadas de controle urbano colonizam tanto a vida urbana das metrópoles desenvolvidas do “Norte Global”, quanto as “caóticas” cidades do “Sul”. A relação entre esses dois espaços é mediada pelo que se entende como fenômeno “bumerangue”, como conceituado por Foucault (2003): o intercâmbio de tecnologias de controle, repressão e violência entre os impérios coloniais e o mundo colonizado. As “novas fronteiras neocoloniais” de hoje, conforme denomina Graham (2010), referem-se às cidades em que o poder colonial ou imperial ainda está presente, embora rearticulado: Bagdá, Gaza, Beirute, Mogadíscio. Convertidas em campos de teste, essas “zonas de guerra coloniais” servem à experimentação de técnicas de pacificação e militarização que depois se espalham pelas cidades do mundo “desenvolvido”, sob um conjunto de justificativas relacionadas às “novas” ameaças de segurança no espaço urbano.

Dialogam com essa literatura escritos dentro dos Estudos Urbanos e da Arquitetura que pensam a própria infraestrutura urbana como *locus* para a operação da “guerra”. Eyal Weizman (2003), por exemplo, argumenta que as cidades se organizaram historicamente a partir da lógica da defesa, utilizando-se das tecnologias de destruição que a cada período estavam à disposição. No entanto, diz Weizman que as transformações contemporâneas nas tecnologias mudaram de forma significativa a relação entre “guerra” e a cidade. Em linha parecida, argumenta Graham (2010) que, dada sua natureza intrincada, conectada e, portanto, vulnerável, a infraestrutura dos espaços urbanos se converte em uma ameaça à ordem e à segurança das cidades e, por consequência, elemento a ser disputado e através do qual o conflito passa a ser travado. Nas palavras de Weizman (2003: 6), “métodos militares de lidar com a cidade são, portanto, similares a de um planejador urbano”, de forma que o espaço e a infraestrutura urbanos passam a ser organizados, cada vez mais, para servir a objetivos militares. Em suas últimas consequências, a guerra contemporânea submeteria o espaço urbano à destruição parcial ou total, o que Martin Coward (2008) denomina *urbicídio*: a parcial ou completa destruição da infraestrutura urbana de forma a dirimir ou eliminar as características de pluralidade ou de heterogeneidade da urbanidade. A partir do planejamento e da infraestrutura das cidades, proliferam-se também, de acordo com essa literatura, tecnologias de controle do e no espaço urbano. É nesse sentido que Jonas Hagmann (2017), utilizando-se do conceito de “sociedade de controle” cunhado por Gilles

Deleuze (1992), analisou o processo de desterritorialização das tecnologias de controle de populações urbanas; Stephen Graham (2012) descreveu o funcionamento de uma economia dedicada a essas tecnologias, colocando as indústrias militar-industrial e prisional-industrial em direto contato (e negociação); e Pete Fussey e Jon Coaffe (2012) abordaram a difusão global de práticas e tecnologias de vigilância em contextos urbanos.

Para além de uma literatura que se dedica a entender as novas configurações da “guerra” e de suas tecnologias no espaço urbano, emergiu, ainda, um conjunto de estudos dedicado a investigar a violência nas cidades a partir do que entendia como “não-guerra”. Gestada no interior dos estudos internacionais, essa bibliografia se debruça sobre a “violência urbana” na medida em que ela constituiria uma nova fronteira para a atuação das ações humanitárias, que estariam tradicionalmente confinadas ao espaço da “guerra”. As razões alegadas para que se articulasse o imaginário humanitário no contexto das cidades são muitas: o crescente apagamento das diferenças que dividem “guerra” e “não-guerra” na política internacional contemporânea, trazendo os conflitos “tradicionais” para o cotidiano; os exorbitantes números da violência associada ao dia-a-dia das cidades, comparáveis às causalidades das guerras; a adoção, por parte dos governos, de doutrinas, práticas e técnicas de violência cada vez mais militarizadas, contribuindo para borrar as linhas que separariam as forças policiais das forças militares; entre muitas justificativas (Lucchi, 2010; Vautravers, 2010; Muggah & Savage, 2012). Parte dessa bibliografia associa, ainda, a violência ao que se entende como “cidades frágeis”<sup>3</sup>, situadas, sobretudo, no que se denomina por “Sul Global e que “experimentam um fracasso nos contratos sociais locais que comprometem governos e cidadãos e uma habilidade decadente em regular e monopolizar a violência através de seus territórios” (Muggah & Savage, 2012: s/p). A categoria da “guerra”, nessa literatura, encontra-se presente como referencial negativo e, ao mesmo tempo, de comparação para que se argumente a existência de uma realidade

---

<sup>3</sup> O conceito de “cidades frágeis” é particularmente problemático, uma vez que mobiliza um conjunto de imaginários que são marcadamente limitados, baseados em desigualdades de poder latentes na política internacional e incapazes de oferecer alternativas reais às engrenagens que fazem operar a violência no cotidiano das cidades. Decorre diretamente do arcabouço de pesquisas tornado popular a partir do final do século vinte sobre os chamados “Estados frágeis”. Imaginários diretamente informados por hierarquias raciais e pós-coloniais foram importados desse conjunto de estudos para as cidades. No entanto, não é objetivo dessa seção oferecer uma discussão detalhada sobre esse conceito; para tal, indica-se a leitura de Nogueira (2017) e Miklos & Paoliello (2017).

radicalmente problemática; como instrumento subjetivo que dá legitimidade a um campo de saberes e práticas determinado a agir sobre ela; e como lente teórico-conceitual para analisar causas, estudar efeitos e propor soluções para a violência em contextos urbanos. Em termos práticos, esse entendimento tem orientado a ação política de diferentes organizações internacionais e não-governamentais, como a organização Médico Sem Fronteiras e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (Nogueira, 2017).

As fronteiras que constituem a bibliografia dedicada a estudar a relação entre “guerra”, as cidades e o internacional são bem delimitadas. Há que se falar, em primeiro lugar, das fronteiras temporais que esse arcabouço mobiliza. Assim como faz boa parte da literatura sobre política internacional há pelo menos trinta anos, também essas análises anunciam o “novo” para falar sobre o contemporâneo. Afinal, são as transformações na forma de se operar a violência no internacional os objetos de estudo da maior parte dessas análises. Ainda que essa literatura traga importantes contribuições para se entender as formas através das quais novos elementos passam a atravessar as dinâmicas de violência, conectando-se a espacialidades outras que não são captadas por velhos entendimentos sobre a política contemporânea, pouco ela tem a dizer sobre aquilo que *permanece* na política internacional. Aperta-se um botão que reinicia a história da violência em âmbito global sem que se entenda, em específico, como ela se articula à própria ideia de um “internacional”. Posto que foi a colonização pedra angular para que se construíssem as relações internacionais como as vemos hoje, e se é a (pós-) colonialidade um dos elementos principais que faz operar o internacional no seu cotidiano, essa literatura, então, tem pouco a dizer sobre as articulações da violência, sejam elas contemporâneas ou históricas, em espaços pós-coloniais. Mesmo quando tenta mobilizar a colonialidade para construir suas análises – como faz Graham (2010), ao sublinhar as transferências de tecnologias de controle entre cidades “desenvolvidas”, antes parte dos impérios coloniais, e suas contrapartes “em desenvolvimento”, onde a colonialidade se rearticula –, o colonial não interpretado em uma perspectiva trans-histórica; pelo contrário, a colonialidade é articulada no presente como atributo, característica ou condição, sem que a conecte a qualquer tipo de fundamentação ou contextualização histórica. Em outros casos, é a mobilização de um imaginário marcadamente hierárquico sobre a política internacional, constituído pela própria experiência global da colonização, ainda

mais evidente. É o caso da literatura sobre as “cidades frágeis”, descritas como incapazes de emularem os atributos essenciais à imagem e à semelhança de suas correspondentes “desenvolvidas”.

A construção de uma fronteira temporal que determina o “novo” a ser estudado se relaciona, ainda, a como as Relações Internacionais, como disciplina, têm dificuldade de se desvencilhar de um arcabouço ontológico estadocêntrico. A maior parte das análises sobre a relação entre “guerra” (e “não-guerra”), as cidades e o internacional parte de um conjunto de premissas que supostamente desestabilizaria os parâmetros tradicionais dos estudos internacionais, privilegiando as análises sobre aquilo que *não é* o Estado: as redes que conectam saberes, tecnologias e práticas de controle militarizado do espaço urbano; novos atores e grupos que articulam a violência em âmbito paraestatal; o próprio espaço das cidades como *locus* para a operação da violência global, face à desterritorialização das espacialidades convencionais, estadocêntricas. Em comum, no entanto, são análises que tomam o domínio do Estado-nação sobre as relações internacionais como referência a partir do qual se dá sentido às transformações contemporâneas, de forma a não oferecer instrumentos analíticos para que se entenda como a própria construção da ideia de Estado – e, em articulação a ela, de cidade – contribui para a articulação contemporânea da violência no âmbito do urbano. De muitas formas, o Estado-nação permanece presente como sombra e como fantasma de uma literatura que, a princípio, deveria questioná-lo, mas que, justamente pela articulação da ausência, acaba por torná-lo sempre o referencial prioritário. Por outro lado, como qualquer sombra ou qualquer fantasma, é uma presença inalcançável, e por isso mesmo incapaz de ser articulada para se fazer pensar a própria relação entre os caminhos que constroem um Estado em seus simbolismos, suas sensibilidades e suas materialidades, por um lado, e a operação da violência no âmbito das cidades, por outro.

Quando se olha para a relação entre a violência e cidade do Rio de Janeiro – e, dentro dela, para a articulação da “guerra” como categoria de análise para enunciá-la –, constata-se as limitações dessa literatura para dar conta de uma experiência que é pós-colonial por natureza. Permanecem invisíveis as relações raciais hierárquicas que costuram o dia a dia da cidade; a operação da violência estatal em nome de um projeto de cidade e de país primordialmente antinegro; a forma como essa mesma violência se articula com a construção de um espaço

urbano racializado através do qual a antinegitude se materializa, distribuindo (im)possibilidades de circulação e existência; e a forma como a própria categoria da “guerra” é mobilizada, dentro desse contexto, para tornar visível ou invisível, para legitimar ou para denunciar, a plataforma de extermínio que opera para tornar essa cidade possível. Em última instância, são fronteiras que se relacionam às próprias limitações da disciplina de Relações Internacionais de dar conta de todas essas camadas. Não à toa, essa tese está sempre a buscar referenciais, imaginações, narrativas, interpretações e sensibilidades em outros domínios.

## 5.2.

### **Guerra na cidade, cidade em guerra**

Por aqui, articulava-se o conceito da “guerra” para dar conta da violência na cidade do Rio de Janeiro antes mesmo que houvesse uma literatura de Relações Internacionais disposta a fazê-lo. Não é tarefa fácil precisar quando ele passou a dar o tom das narrativas, das representações, e das experiências relacionadas à violência na cidade do Rio de Janeiro. Mas a literatura dedicada a estudar sua trajetória simbólica aponta para sua popularização ainda no início da década de 1990, impulsionada por um conjunto de eventos que, articulados, contribuíram para que se criassem as condições de possibilidade para sua emergência. Sabe-se que, pelo menos desde os anos 1980, o tema da “violência urbana” foi ganhando crescente importância para a cobertura jornalística local, e também para o debate público que se estabelecia pelos veículos de comunicação (Felix, 2017). Era igualmente assunto de trato especial para políticos dos mais diferentes espectros ideológicos, que se acusavam de contribuírem para que os índices de violência atingissem seu pico, seja porque os viam como “brandos” em seus esforços, seja porque apoiavam o acirramento das práticas repressivas das polícias (Sousa Silva, 2012; Ramos, 2016). Já foi mencionado, também, que foi nesse período que floresceram as produções acadêmicas sobre “violência urbana” no âmbito das Ciências Sociais brasileiras (Zaluar, 1999). Mas um evento crucial para sedimentar o uso da “guerra” para dar conta das dinâmicas de violência na cidade foi o acirramento do tom militarizado, por parte dos veículos de mídia de maior expressão, para noticiar o que ficou conhecido, à época, como a “batalha de Acari”, em 1993. Diz a jornalista Carla



Felix (2017) que a cobertura feita pelos jornais de grande circulação dos confrontos entre policiais e “traficantes” – categoria que já estava bem estabelecida no discurso jornalístico, cuja origem é marcadamente racializada e que contribui para a construção de imaginários do não-sujeito violento que estão na base da própria construção da ideia de “guerra” – na favela do Coroadó, no Complexo de Acari, redefiniu os parâmetros das interpretações sobre a “violência urbana”. Mais ainda, assentou as bases estético-discursivas para que, nas coberturas seguintes, associassem a ideia da “guerra” à violência na/da cidade. Comentando sobre a cobertura feita pelo jornal O Globo, Felix afirma,

“A forma de narrar os fatos, as marcas visuais, e o uso de um vocabulário ligado à guerra estabelecem uma nova gramática discursiva. Há, efetivamente, uma militarização do discurso midiático, que passa a representar o Rio de Janeiro como um território em guerra e põe em lados opostos o asfalto e a favela. Embora o episódio se desenvolva em Acari, o selo da reportagem - uma arma saindo do morro empunhada na direção do leitor - não deixa dúvidas: a cidade está sob a mira dos traficantes. A foto de uma mãe em fuga com o filho nos braços e outras quatro imagens chocantes, na última página do primeiro caderno, confeccionado em quatro cores – um recurso gráfico especial para ao período – revelam o espanto da ‘cidade’ diante da violência dos traficantes” (Felix, 2017: 5-6).

Há quem atribua a difusão da ideia de que havia uma “guerra” na cidade, ainda, à própria sensação de insegurança física e patrimonial de parte significativa da população carioca (Leite, 2012). É impossível determinar de que forma todos esses elementos se relacionavam, de que maneiras informavam um ao outro na construção de imaginários, narrativas, representações e sensibilidades de que havia um Rio de Janeiro em “guerra”. Sabe-se, de fato, que havia percepções e experiências compartilhadas de violência que convocavam por certa dramaticidade, e que informava e era informada, ao mesmo tempo, por narrativas jornalísticas, reportagens de televisão, artigos de opinião, discursos oficiais pronunciados por autoridades políticas. Dentro desse escopo de narrativas, representações e subjetividades, era a própria ideia de “sensação de insegurança” parte de um conjunto de discursos acionado para fornecer legitimidade a determinadas escolhas políticas. No âmbito das disputas políticas pela busca de “soluções” para a violência na cidade, todos esses elementos adicionavam camadas para que se cogitasse uma intervenção de natureza militar em determinados espaços urbanos. Pedras basilares

para consolidar essa via política foram a participação das Forças Armadas na elaboração e na execução do plano de segurança da Convenção das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92; e, dois anos depois, a instauração da Operação Rio, pactuada pelos governos estadual e federal de forma a autorizar o Exército a atuar, de acordo com o próprio convênio, na “prevenção e repressão do contrabando e do tráfico de drogas” (Resende, 1995). Criou-se, assim, uma rede de narrativas, representações e sensibilidades a partir da qual se entendia que para conter uma “guerra urbana” era necessária a presença de uma instituição que dela fosse capaz de dar conta – as Forças Armadas – e, por outro, que se os tanques, as armas e os soldados estavam na rua, então era porque a cidade vivenciava, de fato, a “guerra”. Desde então, o conceito de “guerra” passou a carregar sentido dúbio: convocado para dar importância e dramaticidade uma situação que, em geral, é percebida como negligenciada por aqueles que deveriam resolvê-la, é igualmente usado para descrever os próprios esforços governamentais de dar conta dessa realidade, legitimá-los, torná-los materiais e palpáveis no cotidiano.

No âmbito da literatura que trata sobre violência na/e a cidade do Rio de Janeiro, a “guerra na cidade” se torna objeto de estudo a partir de duas principais interpretações. Em primeiro lugar, identifica-se uma interpretação de natureza institucionalista, promovida por um conjunto de estudos que se debruça sobre as relações civis-militares para entender os desafios contemporâneos da “segurança pública” no contexto da redemocratização. De acordo com essa perspectiva, a militarização é entendida, sobretudo, como um atributo das políticas públicas, podendo ser contestada ou desmantelada a partir do âmbito da institucionalidade. Jorge Zaverucha (2001) argumenta, por exemplo, que, ao contrário de outras democracias latino-americanas, o Brasil não apenas não empreendeu esforços de desmilitarização após o fim da ditadura civil-militar, como, ao contrário, passou a adotar crescentemente conceitos, doutrinas e procedimentos militares em suas atividades civis. Em trabalhos posteriores, o mesmo autor descreve o duplo movimento de *policialização* das Forças Armadas e de *militarização* das forças policiais a partir do qual, desde o fim da ditadura, as instituições militares ganham mais prerrogativas policiais ao mesmo tempo em que o trabalho policial se torna crescentemente militarizado (Zaverucha, 2005). É objeto privilegiado dessas análises a própria existência das polícias militares estaduais, cujas prerrogativas de

policiamento ostensivo foram criadas durante a ditadura para que o regime pudesse operar seu projeto de controle militarizado da vida cotidiana e cuja centralidade para a operação da “segurança pública” foi reforçada pela Constituição Federal de 1988 (Pinheiro, 1982; Zaverucha, 2000 e 2008). Diz Paulo Sérgio Pinheiro (1982) que é a redemocratização marcada, ainda, pela continuidade entre uma lógica de combate à subversão, característica do período autoritário, e a luta contra a criminalidade. Na mesma toada, Zaverucha (2001) cita, também, a proliferação de oficiais das Forças Armadas ocupando cargos em áreas da “segurança pública” nas administrações estaduais. A partir de todos esses elementos, é sedimentada o que Zaverucha (2000 e 2008) chama de “linguagem da guerra”, a partir do qual os discursos da “segurança pública” passam a ser impregnados por uma doutrina de segurança nacional.

Esse conjunto de perspectivas promove o entendimento de que é a militarização da “segurança pública” o maior obstáculo para o exercício de uma democracia plena. Volta-se, aqui, para uma discussão abordada em mais detalhes no capítulo anterior, a partir do qual se analisou o papel central que a ditadura civil-militar e a redemocratização assumem para a literatura sobre “violência urbana” e “segurança pública”, como principais marcos temporais a informá-la. Ecos mais recentes dessa perspectiva podem ser encontradas, por exemplo, em *Desmilitarizar* (2018), de Luiz Eduardo Soares, em que o autor advoga pela desmilitarização da “segurança pública” sob o argumento de que a “arquitetura institucional da segurança pública, que a sociedade brasileira herdou da ditadura e permaneceu intocada nesses trinta anos de vigência da Constituição Cidadã, impediu a democratização da área e sua modernização” (Soares, 2019: 25). Mesmo Clóvis Brigagão, que em *Militarização da Sociedade* (1985) aponta para a existência de uma linearidade histórica que conecta as intervenções militares na política brasileira desde que o país se tornou independente, afirma que a ditadura civil-militar iniciada em 1964 inaugurou “um tipo diferente de poder, penetraram fundo na máquina do Estado, asseguraram o controle da administração pública e aí se fixaram como inquilinos permanentes” (Brigagão, 1985: 7). É essa especificidade histórica responsável, de acordo com essas interpretações, para que se construísse uma “segurança pública” militarizada, ainda que em tempos de redemocratização. Desmilitarizar, nesse sentido, torna-se solução viável dentro do campo das disputas político-institucionais.

Mas há um segundo conjunto de perspectivas que, mais recentemente, dedicam-se a analisar a “guerra” e a “militarização” na cidade do Rio de Janeiro a partir de uma leitura sobre as dinâmicas de poder que as constituem e que as fazem operar no cotidiano; sobre os dispositivos de violência que produzem; e sobre os regimes estético-discursivos que as sustentam. Dentro desse arcabouço, encontra-se, por exemplo, o trabalho de Márcia Leite (2012 e 2014), que se debruça sobre a relação entre o que ela entende como a “metáfora da guerra” e a construção social das favelas como “territórios da violência” na cidade. Por “metáfora da guerra”, Leite entende “a representação da cidade como dilacerada pelos conflitos e contradições entre os territórios da violência e das ilegalidades a ela relacionadas e o restante da cidade, espaço da ordem estatal e da cidadania” (2014: 628). Decorre desse entendimento, segundo a autora, a autorização simbólica e prática para que o Estado empreenda a “guerra” contra o comércio varejista de drogas nas favelas sem que se sinta direta ou indiretamente responsável pela segurança de suas moradoras e de seus moradores. No âmbito das burocracias e das institucionalidades, uma série de instrumentos dão sustentação a lógica da “guerra” – a centralidade das operações policiais para o trabalho policial cotidiano, a partir das quais coloca-se em prática um conjunto de violações de direitos, como os mandados coletivos, as incursões noturnas e o uso de helicópteros como plataformas de tiro; o incentivo institucional ao assassinato daqueles a quem se consideram “traficantes”, como o foi a chamada “gratificação faroeste”, implementada pelo governo de Marcelo Alencar, na década de 1990, e como é a política do “atira primeiro e pergunta depois”; a criação do dispositivo do “auto de resistência”, hoje transformado em “morte por intervenção legal”, em torno do qual se criaram procedimentos jurídicos-burocráticos que tornam significativamente improvável que as circunstâncias dessas mortes sejam sequer investigadas (Cano, 2003; Leite, 2014; Casseres & Pires, 2017).

Nos anos mais recentes, a implantação do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) – menina dos olhos do governo estadual, supostamente concebido para solucionar o “problema da violência” na cidade, e que contou com a participação ativa de especialistas em “segurança pública” em sua formulação e execução – deu fôlego a esse arcabouço de interpretações ao mobilizar discurso essencialmente militarizado em suas justificativas. Termos como “ocupação” e “conquista” passaram a fazer parte do noticiário cotidiano da cidade, despertando o interesse de pesquisadoras e de pesquisadores das antigas e das novas gerações

em estudar a gramática da “guerra”, agora rearticulada sob o domínio da “pacificação”. Subjazia ao projeto das UPPs uma suposta inflexão a partir do qual as autoridades políticas diziam estar investindo, sobretudo, na construção da *paz*, a partir de signos positivos como a “libertação do crime” e a “integração à cidade” (Leite, 2014). Dessa forma, a gramática mobilizada pelas UPPs parecia contradizer as políticas da “guerra” que as precederam, ao mesmo tempo em que continuava mobilizando um imaginário relacionado a ela para fazer-se inteligível. Diz Leite (2014), ainda, que a “pacificação” não rompeu totalmente com a ideia de “guerra” articulada historicamente para lidar com a violência na cidade do Rio de Janeiro, mas desloca seu campo de atuação para a própria sociabilidade das moradoras e dos moradores das favelas “pacificadas”, “que o Estado supõe estar emaranhada nos nós das redes do ilegal e do ilícito” (Leite, 2014: 633). Diz a autora, ainda, que

“Com efeito, no campo discursivo gravitando a metáfora da guerra, o crime violento prosperaria nas favelas porque a autoridade do Estado ainda não teria ali chegado, ou o teria de forma imperfeita, precária, provisória, sem se ancorar na imposição de sua ordem legal e nos processos dela decorrentes de regulação urbana, controle repressivo dos desviantes (os criminosos, sobretudo os traficantes de drogas) e disciplinamento dos demais – os moradores que, por isso mesmo, teriam laços mais fortes (de parentesco, amizade, vizinhança, econômicos e políticos) com o mundo do crime” (Leite, 2014: 629).

Em trabalhos posteriores, Márcia Leite atualizou sua interpretação de forma a abarcar a transformação do que antes entendia como a “metáfora da guerra” em uma “modalidade de governo” (Leite & Farias, 2018: 243). Dessa forma, a autora deixou de considerar a “guerra” apenas um recurso retórico que cria inimigos simbólicos para entender a militarização como uma ferramenta para o controle social e o extermínio dos sujeitos e dos espaços submetidos ao estereótipo do “inimigo”, através do poder soberano de “fazer morrer” – nos termos colocados por Michel Foucault (2003) e rearticulados a partir do conceito de “necropolítica” de Achille Mbembe (2003). Diz a autora, ainda que, como forma de governo, a militarização circula pelo espaço urbano a partir de diferentes atores – policiais, burocratas, políticos, e também igrejas, ONGs, lideranças de projetos sociais – e se articula, sobretudo, contra “os pobres urbanos, os moradores de periferias e favelas, os considerados insuficientemente civilizados, como caracterizam Das e Poole (2004), mas em certo sentido todos e todas que experimentam as transformações na

forma de existir, ocupar, produzir a/na cidade, criando também resistências diversas como formas de inventar seu cotidiano como possível/vivível” (Leite et al., 2018: 11). É a militarização, segundo essa perspectiva, um dispositivo de poder que atualiza processos históricos de controle social sobre as áreas e as populações pobres da cidade, em articulação a dispositivos contemporâneos de poder – como são os marcos do urbanismo neoliberal, o “novo urbanismo militar” de que fala Graham (2010) ou, ainda, os megaeventos esportivos – de forma a produzir determinado ordenamento social e urbano.

Para fins dessa tese, entender a militarização como modalidade ou dispositivo de governo abre a possibilidade de articular a relação entre violência, racismo, colonialidade e o espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro de uma forma que uma leitura unicamente político-institucional não é capaz de fazer. Mas, uma vez mais, o lugar a que raça e racismo são destinados dentro dessa literatura é anedótico, no sentido em que são reconhecidos os efeitos raciais da violência analisada e em que se assume a existência de uma “lógica de estado racista em vigor desde o Brasil Colônia” (Leite & Farias, 2018: 214), mas em que não argumenta, explicitamente, que a militarização funciona como modalidade de governo sobre a população negra, preferindo uma explicação centrada nas “camadas pobres” ou, ainda, nas “favelas”. Nas entrelinhas, e a despeito do objetivo declarado das autoras em tratar raça e racismo como questões centrais para a análise, a relação entre pobreza e negritude, ou entre a última e as favelas, acaba sendo tratada como incidente histórico. Quase todos os elementos estão lá: a política de produção “das margens”, como diz Das e Poole (2004), a partir da qual se produz o próprio Estado; a criação de cartografias e espacialidades da “guerra”, a partir das quais se articulam os *não-lugares* onde a violência é autorizada; o léxico discursivo que informa práticas de construção de *não-sujeitos*, os inimigos, a quem o extermínio será dirigido; e, em específico, a forma como a militarização, articulada a esse contexto, produz a própria ordem urbana. Mas, ainda assim, há uma barreira invisível que previne que a maior parte dessa literatura enuncie o genocídio, a violência racista, a militarização das vidas e dos espaços negros, como dispositivo de governo que produz uma cidade pós-colonial fundamentalmente antinegra. Tem-se por ferramenta ou consequência aquilo que é razão de ser. Aqui, ao contrário, defende-se que é a “guerra” forma de governo que faz operar o genocídio antinegro sem precisar enunciá-lo, criando gramática, imagens, representações, sensibilidades a partir das quais o extermínio

é empreendido sem que se precise dar nome a ele. Nesse sentido, a militarização, para além de produzir dor, sofrimento, violência, morte, produz a cidade pós-colonial e antinegra no seu cotidiano.

### 5.3.

#### Militarização como experiência

É a militarização na cidade do Rio de Janeiro, em última instância, uma experiência estética-afetiva. A primeira vez que esse pensamento me veio à mente, eu olhava para a fotografia de Gabriela Lino. Gabriela é uma jovem fotógrafa do Complexo da Maré. Ela tinha 15 anos quando tirou uma foto de um garoto solitário, jogando bola na rua. Atrás dele, passava um tanque de guerra carregando oficiais do Exército. Era maio de 2015, e a Maré estava ocupada pelas Forças Armadas havia quase um ano, na expectativa de receber uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) a qualquer momento. A ocupação durou 15 meses, de abril de 2014 a junho de 2015, e a UPP nunca foi instalada.



**Figura 1:** Um menino joga bola em uma rua na Maré durante a ocupação das Forças Armadas, maio de 2015. Foto tirada por Gabriela Lino.

A foto de Gabriela ilustrava a capa de uma publicação de pesquisa organizada pela organização não-governamental Redes da Maré, que investigava as percepções dos moradores da Maré sobre a ocupação. Eu havia trabalhado para a Redes da Maré como pesquisadora nos últimos dois anos. A primeira vez que vi a foto de Gabriela, estávamos no evento de lançamento da pesquisa, em maio de 2017, no Centro de Artes da Maré, ocasião em que Gabriela foi convidada a falar brevemente sobre sua fotografia. Ela disse à audiência que tirou a foto enquanto fazia trabalho de campo para um curso de fotografia promovido pela Escola de Cinema Olhares da Maré (Ecom), promovida pela própria Redes da Maré. Durante sua fala, um projetor exibia sua foto em tamanho aumentado na parede. Uma das pesquisadoras explicou que escolheu o trabalho de Gabriela para estar na capa da publicação por sua capacidade de capturar a militarização da vida cotidiana dos moradores da Maré durante o período da ocupação.

Nada do que se possa ler sobre militarização na cidade do Rio de Janeiro parece dar conta de tantas camadas da violência como o faz a foto de Gabriela Lino. Sabendo disso, as pesquisadoras da Redes da Maré a escolheram para ilustrar a publicação. Não sabendo disso, eu acumulava leituras sobre o tema à procura de algo que me fizesse entender o que eu ainda não sabia que deveria ser visto, não lido. Ao ver, três inquietações me vieram à mente: (1) havia uma camada estético-afetiva relacionada à experiência da violência na cidade do Rio de Janeiro, vivida, especialmente, pela população negra e que vive nas favelas e nos bairros periféricos da cidade, à qual a literatura sobre militarização e violência na cidade do Rio de Janeiro não era capaz de dar conta; (2) as fotografias sobre essas experiências, sobretudo quando tirada pelas próprias pessoas que a elas estão submetidas em seu cotidiano, carregavam significados, questionavam subjetividades e induziam sensibilidades de forma a fazer emergir o que é interditado pelas relações de poder que produzem o não-dito; e (3) são essas mesmas construções de sentido ignoradas como produção intelectual considerada “legítima”. A partir daí, comecei a coletar referências que contassem a história da militarização na cidade a partir da experiência vivida, com o objetivo de apontar para a necessidade de se estudar a “guerra” na cidade do Rio de Janeiro a partir de um olhar sensível à estética da violência pós-colonial e antinegra. São três as referências que uso para tecer uma composição estético-sensorial sobre a militarização na cidade do Rio de Janeiro.



Em primeiro lugar, a publicação “Cartografia Social: O Impacto da Militarização na Vida das Mulheres da Baixada Fluminense”, produzida pelo projeto Mães e Familiares Vítimas da Violência Policial na Linha de Frente do Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu (e explico, mais à frente, o porquê de escolher um estudo sobre outros municípios para pensar a violência na cidade do Rio de Janeiro). Em segundo lugar, um conjunto de textos, fotos, vídeos e áudios captados a partir do meu trabalho como defensora de direitos humanos, articulado, à época em que os coletei, a partir de três lugares: como pesquisadora de uma organização não-governamental dedicada à pesquisa, à mobilização e à incidência política voltada às áreas da “segurança pública” e da “justiça criminal”; como pesquisadora de uma organização não-governamental de base, atuante em um grande conjunto de favelas da cidade; e como membro de um coletivo de base, formado por jovens moradoras e moradores de favelas – dentre as quais eu era uma das duas exceções –, dedicado a trabalhar sobre as causas e os impactos da chamada “guerra às drogas” nas favelas e nas periferias. E, por fim, as fotografias produzidas por fotógrafos que vivem em favelas e que registram as experiências da militarização em seu cotidiano, alguns dos quais se referem a si mesmos como “fotógrafos de guerra”.

### **5.3.1.**

#### **Cartografias da militarização**

Cabe começar essa subseção justificando o porquê de se ter escolhido olhar para uma experiência localizada nos municípios da Baixada Fluminense e que se dedica a produzir contra-saberes da militarização nessa e a partir dessa região. Não é sobre a cidade do Rio de Janeiro de que se trata essa tese, afinal? No entanto, argumenta-se que é a Baixada Fluminense constituinte dos processos de construção material e imaterial da cidade do Rio de Janeiro, e vice-versa. As razões principais são duas. Em primeiro lugar, porque a formação urbana e demográfica da Baixada Fluminense se relaciona à centralidade que a cidade do Rio de Janeiro assumiu para o empreendimento colonial e, depois, para a criação do Estado brasileiro. Onde hoje se encontram os municípios da Baixada Fluminense eram as regiões rurais em que se produziam as mercadorias que abasteceriam a cidade do Rio de Janeiro e que por ele passariam para chegar aos portos europeus. Quando do fim da colonização e a partir do processo de modernização do Estado brasileiro – e, por conseguinte, da

cidade do Rio de Janeiro –, a Baixada Fluminense passou a receber o contingente de trabalhadores livres, pessoas escravizadas recém libertas e seus descendentes, imigrantes e retirantes pobres, de forma a estabelecer um padrão “centro-periferia” bem estabelecido com o Rio de Janeiro (Abreu, 1987; Alves, J., 1994). Recaíram sobre a Baixada Fluminense, assim, as dinâmicas de segregação racializada do espaço urbano do Rio de Janeiro e, também, dos investimentos públicos, da provisão de políticas públicas e do acesso à cidadania.

Mas diz José Cláudio Souza Alves (1994), também, que a Baixada Fluminense se constituiu, a partir de meados do século vinte, como a fronteira da violência em relação à cidade do Rio de Janeiro. Com o aparecimento das milícias e dos grupos de extermínio, forjou-se a ideia de que era a Baixada Fluminense um avesso violento da cidade, aquilo que deveria permanecer do lado de fora, o que o Rio de Janeiro não poderia se tornar. Endossavam esse imaginário as estatísticas que apontavam a Baixada Fluminense como a “região mais violenta do mundo”, por seus altos índices de homicídio, suas chacinas recorrentes, pelos conhecidos matadores e por seus cemitérios clandestinos. Afirma Alves que “a imbricação desses elementos trouxe como consequência um dos padrões mais brutais de deteriorização das condições de vida da classe trabalhadora cujas demandas foram contidas simbólica e materialmente pelas narrativas do crime e a violência, pela voracidade das elites econômicas, pela xenofobia dos enclaves de classe média e, em última instância, pelos grupos de extermínio” (Alves, 1994: 10). Condensando as identidades de “região-dormitório” e de “região-extermínio”, como diz Alves, a Baixada Fluminense é território importante para que se entenda como a violência constrói a ideia de cidade do Rio de Janeiro, da mesma forma que é essa ideia produtora de violência em diferentes espaços dentro e fora dos limites territoriais da cidade.

É a partir desse contexto que a tese se debruça sobre a cartografia social sobre o impacto da militarização na vida das mulheres da Baixada Fluminense realizada pela Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu. Defende-se aqui que essa experiência faz emergir dinâmicas importantes relacionadas à militarização do cotidiano que as leituras mais tradicionais, de natureza acadêmica, não são capazes de fazer. Utilizam-se como fontes prioritárias a publicação oficial dos resultados da cartografia social, disponível no site da Casa Fluminense, e também a dissertação de mestrado de Marcelle Decothé (2019), uma das idealizadoras e facilitadoras das

oficinas de cartografia, sobre as quais seu trabalho versa. Argumenta-se que essa experiência de cartografia social oferece elementos para repensar a militarização na cidade do Rio de Janeiro a partir de cinco dimensões: (1) a centralidade do afeto e das sensibilidades para a construção de saberes; (2) como essa centralidade ajuda a redefinir legitimidades sobre que corpos e que espaços estão autorizados a enunciar o conhecimento sobre a violência e a militarização, e a afirmar um lugar político para a reivindicação de direitos; (3) como a experiência ajuda a ver as imbricações entre violência e hierarquias raciais, sociais e de gênero; (4) de que forma ela revela as dinâmicas da militarização para além das narrativas a que estamos acomodadas; e (5) o que ela tem a nos dizer sobre a relação entre violência e a produção do espaço urbano racializado.

Segundo os próprios autores da publicação, a cartografia social tinha como objetivo dar ferramentas para que as mulheres que fazem parte da Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense pudessem criar estratégias para interferir nas políticas de segurança pública para a região. A metodologia da cartografia permitiu que as mulheres participantes fossem não apenas detentoras de um conhecimento a ser extraído – como o são a maior parte das pesquisas de campo, por exemplo –, mas produtoras dos próprios termos a partir dos quais esse saber é colocado ao mundo. Falam não apenas de suas próprias vivências, mas refletem sobre ela, produzem conhecimento a partir daí e, assim, constroem voz própria sobre o tema. Mas elemento fundamental para a construção desse conhecimento é o afeto, desenvolvido não apenas entre as participantes das oficinas, mas também entendido como instrumento para se acessar os saberes sobre militarização. São mulheres que “vivenciam, choram e criam” estratégias para lidar com a violência, e é também a partir da experiência que são capazes de transformar a realidade vivida em conhecimento a ser compartilhado. Nesse caso, subvertem os pilares epistemológicos fundamentais da produção de conhecimento ocidental, a partir da qual se entende que é a distância afetiva e objetiva condição essencial para que se faça a “boa ciência”. Para a cartografia social, ao contrário, é o afeto caminho fundamental para que se acesse aquilo que permanece escondido quando se utiliza uma lente epistemológica tradicional. Abre caminho, ainda, para que se construa a transformação política que não raramente também é vista como incompatível com a boa produção acadêmica. Nas palavras dos autores da publicação,

“A cartografia social, insurgente, decolonial, ou a cartografia da necropolítica, independentemente da nomenclatura acadêmica ou política que você utiliza, permite-se ser uma metodologia de pesquisa, mas também uma ferramenta de incidência política, capaz de unir mulheres de contextos sociais distintos construindo juntas um ‘saber’ não-acadêmico refletido em dados auto-gerados, mapas de vivências, trocas, pertencimento e afetos” (Goulart & Decothé, 2018: 2).

Não apenas é o afeto visto como mais do que objeto de estudo (e, sim, como elemento a partir do qual é possível produzir conhecimento), como é ele também capaz de produzir legitimidades sobre quem é capaz de criar saberes. Se é a Baixada Fluminense território sobre o qual se entende que é possível produzir conhecimento (inclusive, cartográfico), mas não como capaz de produzir saberes sobre si mesmo, são as mulheres que vivem nessa região especialmente entendidas como não-produtoras de conhecimento. De muitas maneiras, desafia-se o olhar colonizador a partir do qual se identifica nas mulheres da Baixada Fluminense *não-sujeitos* pertencentes a um *não-lugar*. Ao contrário, “o exercício da cartografia permitiu que essas mulheres produzissem dados primários, narrativas contra-hegemônicas e fortalecimento da rede para a multiplicação local de suas lutas na Baixada Fluminense” (Goulart & Decothé, 2018: 7), servindo de base, ainda, para que afirmassem e reivindicassem direitos. Não se confinam, ainda, à posição de “vítimas”. Fazer-se sujeito capaz de produzir conhecimento se relaciona a fazer-se sujeito capaz de exigir uma existência política plena, detentora da tão discutida cidadania, posto que é romper a fronteira da não-existência. É nesse sentido que a cartografia social se propõe ser, ao mesmo tempo, projeto de pesquisa e ferramenta para a incidência política, entendendo que são dimensões de um mesmo mecanismo de desumanização de corpos negros e periféricos. E é essa a mesma razão que está na origem da própria violência a que buscam dar sentido a partir da cartografia.

Ao tornar o afeto ferramenta primordial a partir da qual se constrói o saber, as mulheres são capazes de transformar a dor e o sofrimento específicos que sofrem, relacionados às experiências de serem mulheres negras e periféricas em meio a contextos de violência, em conhecimento capaz de dar sentido à militarização que vivenciam. Dessa forma, é a cartografia capaz de transformar a própria imbricação entre opressões raciais, de gênero e de classe em instrumento a partir do qual o saber pode ser produzido e a transformação política, construída. É nesse sentido que Marcelle Decothé escreve que “o protagonismo das mulheres nos processos de

evidenciação das dinâmicas violentas e na mediação com quem elas consideram como os ‘agentes produtores da dor’ se tornam cada vez mais canalizados nas suas funções de ‘sujeitas’ que vivenciam o território de uma forma própria e, por isso, têm em seu corpo manifestados os mais diversos impactos por essas práticas militarizadas cotidianas” (Decothé, 2019: 47). Uma abordagem “complexa”, que carrega diferentes dimensões de poder para além das dicotomias, tão reivindicada por aquelas e por aqueles que têm dificuldade de ver a raça e o racismo como princípios estruturantes dos saberes e das práticas da violência, emerge justamente de uma prática outra de conhecimento, decolonial e insurgente, a partir da qual os próprios sujeitos de apropriam da complexidade das opressões que os sujeitam para reclamar a posição de produtoras e produtores de saberes sobre a violência.

E é a partir daí que as mulheres articulam uma percepção sobre a militarização mais abrangente que vai além das interpretações mais tradicionais. A militarização, a partir do mapeamento que fazem, tem a ver com a violência cotidiana a que estão submetidas como mulheres negras e periféricas moradoras da Baixada Fluminense – a violência estatal, a violência empreendida pelas milícias, pelos grupos de extermínio e pelos grupos que controlam o comércio varejista de drogas, a violência da máquina burocrática e do judiciário que impedem a luta por justiça. Dessa forma, entende-se a violência da militarização para além daquela que é operada pelas instituições estatais em suas atividades oficiais, abarcando, também, os ilegalismos que costuram a operação do Estado em seu cotidiano e que fazem a violência dita “não-estatal” operar em conformidade com um projeto de Estado e de cidade. Mas também diz respeito às condições que atravessam suas existências enquanto mulheres negras, mulheres periféricas. É nesse sentido que entendem a militarização, também, como a sujeição a um sistema de transporte público precário, a distância dos centros das cidades (incluído, aí, o centro da cidade do Rio de Janeiro), a falta de serviços e equipamentos públicos, a pobreza, as condições precárias de urbanização. Abre-se uma janela, assim, para se pensar a militarização como peça dentro de um arcabouço de violências que produz determinado padrão de não-cidade – visto como violento, desassistido, inacessível, abandonado – a partir do qual outras cidades são construídas. Como causa e como efeito, produz-se o não-sujeito que pode ser desrespeitado, tratado com indignidade, ter seus direitos violados e, em última instância, ser exterminado. Nas palavras de uma das participantes,

“A militarização não está somente inclusa na lógica da polícia. A minha prima morreu arrastada pelo trem, a gente ultrapassa diversas barreiras sociais. Ela entrou na universidade, mas ficou na barreira das péssimas condições da Supervia. A militarização está presente em todas as lógicas das nossas vidas” (Gourlart & Decothé, 2018: 8).

A partir da cartografia, constroem-se entendimentos e perspectivas sobre a militarização a partir do qual o próprio Estado é colocado em xeque. A partir de que racionalidade ele opera, por que razões ele violenta, a quem ele obedece e protege, são todas perguntas que provocam, a partir da metodologia cartográfica decolonial, um processo de desconstrução dos mecanismos políticos, simbólicos, espaciais, materiais, subjetivos através dos quais o Estado impõe sua existência. É a cartografia social do impacto da militarização na vida das mulheres da Baixada Fluminense, conduzida por elas mesmas e a partir da qual o conhecimento que elas mesmas produziram pôde ser revelado, capaz de fazer emergir à superfície um emaranhado de saberes, vivências e afetos sobre a militarização e sobre a violência que a própria operação da “guerra” na cidade pós-colonial e antinegra busca, ativamente, deixar escondido.

### 5.3.2.

#### **Composições sensoriais da “guerra”**

Para além de ser um instrumento discursivo ou uma modalidade de governo, é a “guerra” uma experiência que organiza e desorganiza a vida cotidiana de quem por ela é afetada. Essa experiência é, em última instância, também estético-afetiva, do ramo das sensibilidade. Há um ritual na “guerra” que se ocupa, justamente, de produzir essas sensações: medo, angústia, caos, insegurança. Mas há, também, as formas através das quais as pessoas dão sentido a esses afetos, criam saberes a partir delas e constroem estratégias políticas para confrontá-las. No caso da cidade do Rio de Janeiro, as sensibilidade que atravessam “guerra” na cidade são diversas, algumas das quais são frequentemente acionadas para que ela continue operando. Entre elas estão, por exemplo, os medos que as partes abastadas e majoritariamente brancas da cidade mobilizam para justificar a “guerra” a ser empreendida em locais distantes e alheios ao seu cotidiano. Está entre elas, também, o trauma quando essa

mesma “guerra” se torna vizinha, quando é possível ouvi-la, senti-la, tocá-la ao sair nas ruas. É então que surgem as manchetes – “alunos da PUC se assustam com tiroteio na Rocinha!” –, deixando aparecer o regime racializado de distribuição do sensível que determina quais são as sensibilidades às quais se autoriza a existência<sup>4</sup>. Mas há as sensibilidades outras, articuladas por aquelas e aqueles que não detêm o poder de determinar manchetes, e a partir das quais é possível construir uma interpretação estético-afetiva sobre a militarização na cidade do Rio de Janeiro.

Nos últimos anos, tornou-se mais frequente que se construíssem composições sensoriais da “guerra” com o objetivo de tornar visíveis e audíveis as sensibilidades que não chegam aos jornais, aos condomínios e aos palácios do governo. A partir de grupos de WhatsApp, páginas de Facebook e perfis no Twitter, criaram-se redes de compartilhamento de fotos, áudios, vídeos, relatos que têm como objetivo tentar criar rachaduras no regime de distribuição do sensível que envolve as práticas de violência na cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que é produzido por elas. Para além de uma estratégia prática e coletiva de sobrevivência – grupos e organizações como o Coletivo Papo Reto, do Complexo do Alemão, o Maré Vive e a Redes da Maré, do Complexo da Maré, e o Coletivo Fala Akari, do Complexo de Acari, fazem coberturas em tempo real das operações policiais nas favelas em que atuam buscando deixar as moradoras e os moradores a par do que acontece –, a composição sensorial sobre a “guerra” serve à denúncia imediata das violências vivenciadas à busca por sensibilização. As situações retratadas são das mais diversas – de abordagens policiais truculentas, de invasões de propriedade e destruição de propriedade privada dentro das favelas às brutalidades cotidianas, às execuções sumárias, aos corpos e ao sangue pelo chão. Áudios de tiroteios são frequentemente acompanhados por gritos e choro ao fundo, ou então por tentativas desesperadas de descrever o que acontece. A “guerra” é evocada como referência frequente.

Às percepções e sensações da “guerra” contrastam os relatos sobre o que é a paz, convocada sistematicamente para justificá-la. Em “Vocês não sabem nada sobre paz”, Daiene Mendes (2017) questiona o uso da ideia de paz como construção de legitimidade para que se empreenda a “guerra” nas favelas da cidade. Se é a

<sup>4</sup> Sobre isso, ver intervenção digital do Coletivo Papo Reto, “Versão Corrigida”. Disponível em: <https://100ko.wordpress.com/2016/05/22/versao-corrigida-troca-de-tiros-na-rocinha-assusta-alunos-da-puc/>. Acesso em: 07/03/2020.

“guerra” no Complexo do Alemão, onde morou a maior parte de sua vida, “o barulho ensurdecedor do silêncio, do medo, do pavor, das ruas vazias”, como o é em dia de operação policial, um dia pacífico pode ser descrito, em suas palavras, como

“Um domingo de sol com várias crianças correndo na rua e a música tocando bem alta no bar de cada esquina. O culto da igreja que, de tão alto, faz pensar que o evento – quase diário – está acontecendo bem na sala da sua casa. A esse movimento soma-se o barulho de buzina das motocicletas que sobem e descem o morro o tempo inteiro, construindo uma sinfonia aleatória e produzindo uma estranha sensação... de paz” (Mendes, 2017: s/p).

Sabem aqueles que são responsáveis, de alguma forma, por fazer o Estado operar que são as sensibilidades fundamentais para que se construa a militarização no cotidiano. Não à toa, até poucos anos, os *caveirões*, veículos blindados da polícia militar, entravam nas favelas da cidade do Rio de Janeiro com caixas de som a partir das quais se podia ouvir: “vim buscar sua alma!”, conforme denunciou, em 2006, a Anistia Internacional Brasil. O caveirão é, para além de instrumento da violência e da morte, ferramenta para a construção do medo. Carrega, dos dois lados, uma faca na caveira. Em tempos de pacificação, o caveirão se tornou branco para anunciar a “paz”. Canta Jéssica Souto, ativista e compositora do Complexo do Alemão, conjunto de favelas que recebeu uma das principais UPPs da cidade: “pedi paz, eles só podem tá brincando, de manhã apareceu na minha rua um blindado branco”. O blindado branco passou a ser chamado por moradoras e moradores de algumas favelas da cidade de Branca de Neve, ridicularizando-o. Mas pintá-lo de branco não o tornou menos mortal ou amedrontador. Preto ou branco, o caveirão continuou, também, destruindo carros, motos, comércios, interditando vidas de maneiras que vão além do assassinato. Não raramente, essas fotos também são compartilhadas.

Mais recentemente, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro começou a usar como plataforma de tiro o que se passou a chamar, popularmente, de *caveirão voador*: um helicóptero blindado onde se acopla uma metralhadora usada para atirar de cima para baixo enquanto se sobrevoam favelas durante operações policiais. Se é o *caveirão voador* flagrantemente inconstitucional, violador de todas as normas nacionais e internacionais de proteção a direitos fundamentais, parece ter pouca relevância. A despeito de denúncias a diferentes órgãos e de registros fotográficos



e em vídeo do uso do helicóptero para atirar a esmo, inclusive granadas, a cidade do Rio de Janeiro registrou pelo menos uma operação policial com uso do *caveirão voador* a cada quatro dias em 2018 (Soares, R., 2019). Como amigos e colegas já me disseram em mais de uma ocasião, é o barulho do helicóptero, muitas vezes, seu “alarme despertador”. Transmissões ao vivo dessas incursões são feitas por ativistas em busca de criar canais de denúncia sobre as violações que estão sofrendo. O compartilhamento afetivo-sensorial da “guerra” é usado como ferramenta para criar sensibilização e denúncia.

A experiência da morte é particularmente perturbadora das sensibilidades da “guerra”. Veem-se os corpos no chão e as poças de sangue que serão, depois, limpadas pelos próprios familiares e vizinhos das vítimas. É o ritual de chorar os mortos, não raramente, público, assim como o é a luta por justiça que, depois, será encabeçada, sobretudo, pelas mulheres, mães, avós, irmãs (Vianna & Farias, 2011; Santiago & Fernández, 2017). Quando as operações policiais terminam, a “guerra” permanece impregnada nos buracos de bala nas paredes; nas cápsulas vazias que são deixadas para trás; nos murais que são pintados como tributos para aquelas e aqueles que morreram; nos *pixos* de “saudades eternas” ou “vai morrer PM” deixados pelos grupos armados que fazem referência direta ou indireta a ela. A “guerra” parece nunca partir totalmente. Segue aquelas e aqueles a quem se destina no transporte público, no caminhar pelas ruas, nas abordagens policiais, nas filas dos hospitais. Com vocação totalizante, é como se dela não fosse possível, nunca, escapar.

Nos lugares em que circulo onde há os formadores de opinião e os intelectuais que se dizem comprometidos ou inconformados, o questionamento parece ser o mesmo: como fazer as “outras pessoas” se importarem. Em uma dessas reuniões, em um mês de um ano que eu não lembro qual pois foram muitas iguais, com as mesmas pessoas, nos mesmos lugares, sobre as mesmas questões, alguém sugeriu: vamos fazer projeções, levar os áudios e os vídeos que recebemos pelas redes sociais, colocá-las em praça pública no Leblon, fazer com que “eles” experimentem a “guerra” da mesma forma que “vocês”. No último andar de um dos prédios mais altos do centro da cidade, enquanto todos discutiam essa ideia, via-se ao fundo, como um grande quadro panorâmico, da direita para a esquerda, a Zona Sul, o Pão de Açúcar, o aeroporto, a Praça Quinze, a Ponte Rio-Niterói, o Museu do Amanhã,

a Igreja da Penha e o Complexo do Alemão. Estava lá a cidade, respirando; alheia a tudo sobre o que se falava.

A ideia, até hoje, nunca se concretizou.



**Figuras 2 e 3:** banners criados pelo Eixo de Segurança Pública da Redes da Maré para avisar em tempo real, nas redes sociais, sobre operações policiais no Complexo da Maré.

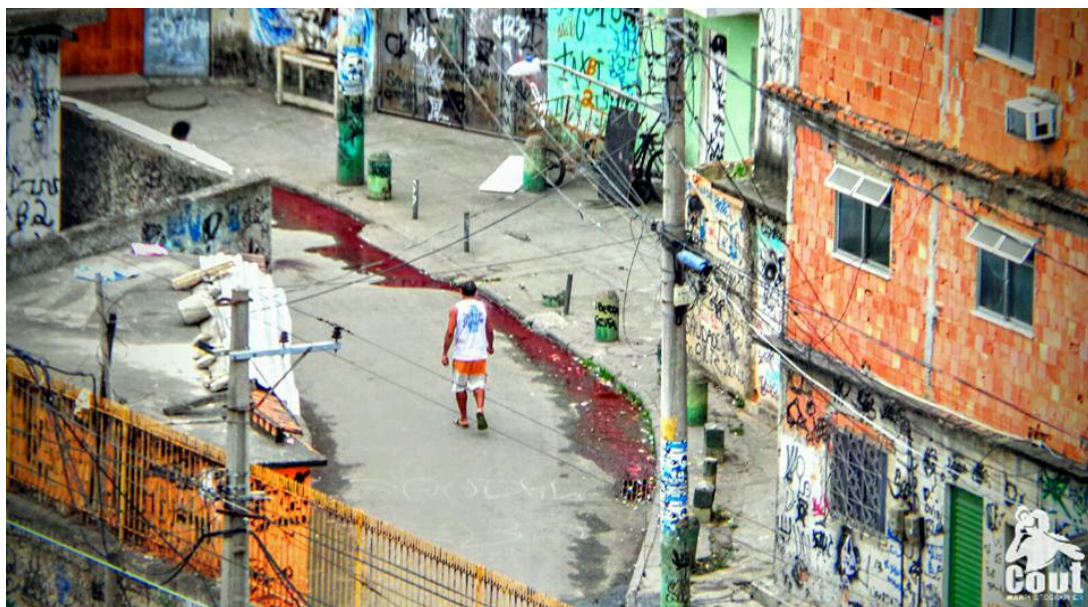


**Figura 4:** Branca de Neve, o *caveirão* das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), circulando pelo Complexo do Alemão. Foto de Fábio Bento, fotógrafo do Coletivo Papo Reto.





**Figura 5:** foto tirada pela ativista e poeta Vivi Salles, da Cidade de Deus. Enquanto caminhava de sua casa até a padaria, Vivi foi coletando as cápsulas deflagradas que encontrava pela rua. A foto foi depois postada na sua página do Facebook, no dia 11 de março de 2017, acompanhada de um poema: “Café da manhã / dois pães / e onze balas”.



**Figura 6:** traços de sangue na favela da Bandeira 2, na Zona Norte da cidade, agosto de 2016. Foto tirada por Carlos Coutinho, fotógrafo do Coletivo Papo Reto.

### 5.3.3.

#### **“Somos fotógrafos de guerra”**

Cabe voltar, então, à provocação que me fez a fotografia da Gabriela Lino, naquele evento no Centro da Artes da Maré em maio de 2017. O que aquela foto me dizia que nada do que eu tinha lido até então era capaz de dar conta? O trabalho de fotógrafas e fotógrafos de favelas parece adicionar um componente estético único à composição sensorial da militarização. Em primeiro lugar, porque, não raramente, entram no campo do fotojornalismo para disputar a estética, a narrativa e as relações de poder que informam o que se retrata e como se retrata a “guerra” na cidade. As coberturas fotográficas de operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro são um filão comum dentro do fotojornalismo tradicional, preenchendo as páginas dos principais jornais do país com informação “realística” com o objetivo de alcançar um público que quase nunca é familiarizado com o cotidiano dessas operações. O fotojornalismo feito em favelas, por sua vez, busca realizar uma cobertura alternativa da violência e das violações a que são submetidas as favelas, largamente ignoradas pela mídia convencional; e oferecer um relato estético das favelas “que retrate a vida, a cultura e os eventos cotidianos, convencionalmente deixados de lado da ‘história única’” (Cangialosi, 2015: 49 – tradução livre). Disputar o campo do fotojornalismo na cidade do Rio de Janeiro é vocação anunciada de parte significativa dos fotógrafos de favelas. É o caso, por exemplo, da agência Imagens do Povo, baseada na Maré, que treina jovens de favelas para que se tornem fotojornalistas profissionais. Individualmente, fotógrafos de favelas ocasionalmente chegam às páginas dos principais jornais e portais de notícia com fotos exclusivas de operações policiais que nenhum outro profissional “de fora” conseguiria tirar.

Os fotógrafos de favelas dão sentido à militarização de muitas formas, duas das quais se pretende abordar nessa subseção. A primeira se dá ao retratar a “guerra” como fenômeno infiltrado no cotidiano. Como no caso da fotografia da Gabriela Lino, essas fotografias retratam tanques, rifles, policiais, uniformes em meio a cenas banais do cotidiano. Parte do poder dessas fotografias está em confrontar a pretensa “normalidade” a partir da qual a militarização das favelas e das periferias é vista pelas elites políticas, econômicas e intelectuais, pela mídia tradicional e pelo público em geral. Nessas fotografias, os fotógrafos de favelas engajam com a ideia

de que a militarização é, sobretudo, um fenômeno que se manifesta no cotidiano, em vez de atributo único das políticas públicas, dos batalhões de polícia e das salas de comando. É essa uma forma de retratar as operações policiais sensivelmente diferente daquela feita pelos fotojornalistas contratados pelos grandes veículos, que entram nas favelas em eventos específicos com o objetivo único de fazer as fotos, acompanhando a operação policial, em geral, junto aos próprios policiais. As fotos que enchem as páginas dos jornais acabam por retratar a “guerra” a partir do olhar ocasional, como se se tratasse de evento dramático, porém pontual. Nesses casos, perde-se qualquer capacidade de apreender o caráter cotidiano e perturbador do dia a dia que caracteriza as operações policiais: eventos que rompem abruptamente a banalidade da rotina, organizam e desorganizam a vida, mobilizam sensibilidades das mais distintas. Os sinais estético-afetivos parecem, então, cruzados: quando as incursões policiais são retratadas como eventos isolados do cotidiano, específicas, cirúrgicas, sua existência é normalizada; quando se registra a infiltração diária da presença militarizada, perturba-se, de alguma forma, o sentido de normalidade.

A segunda forma se relaciona a como os fotojornalistas de favelas retratam a militarização, muitas vezes, baseando-se em uma estética da fotografia de guerra, não apenas em relação ao que está sendo retratado (e como isso está sendo feito), mas também através das narrativas e das performances envolvidas no próprio ato de fotografar. Em alguns casos, os próprios fotógrafos passam a referir a si mesmos como “fotógrafos de guerra”, entrando no campo das disputas estético-políticas que envolvem esse campo. Como aponta uma literatura há muito consolidada sobre a fotografia de guerra, é ela capaz de legitimar ou deslegitimar conflitos, torná-los visíveis ou contribuir para que eles se tornem politicamente irrelevantes (Price, 2000). Assim como acontece com o fotojornalismo, a fotografia de guerra carrega o fardo de “documentar”, de manter-se “autêntica” à “realidade” retratada (Sontag, 2011). Os fotojornalistas de favelas engajam com o conceito, com a ideia e com o campo da “fotografia de guerra” de forma a tornar visíveis as realidades subalternas que não são sequer consideradas pela mídia convencional. Reclamam para si, assim, a tarefa e o fardo de contar a história, de *tornar real a realidade* através de suas fotografias, desconstruindo, ao mesmo tempo, a realidade fabricada pelas fotos que ocupam as primeiras páginas dos periódicos de grande circulação. Isso não quer dizer que, ao disputar o papel de “documentação” que informa (e que produz) o fotojornalismo, os fotógrafos de favelas abram mão de retratar de forma artística as

sensibilidades de um cotidiano militarizado. A suposta contradição entre os papéis artísticos e documentais da fotografia, como já analisou Susan Sontag (2011), é contrariado pelo olhar sensível desses fotógrafos para a imbricação da “guerra” no cotidiano, adicionando uma poderosa camada emocional à dilacerante tarefa de fotografar a guerra que se instala em sua própria casa.

Nesse processo, os fotojornalistas de favelas articulam, também, o próprio conceito da “guerra” como ferramenta para construir um retrato estético-sensorial da violência na cidade do Rio de Janeiro. Ao fotografar tanques, rifles, bandeiras, máscaras e soldados em sua infiltração no dia a dia das favelas, esses fotógrafos revelam uma característica normalmente ignorada da militarização: que ela é, em última análise, uma vivência, uma experiência, uma sensação; é a partir desses termos que eles tentam disputá-la. Das famílias de classe média dos “pacíficos” países ocidentais às periferias urbanas “em desenvolvimento”, universalizou-se, no século vinte, a estética da guerra como ela foi produzida e proliferada pela televisão, pelo fotojornalismo e, especificamente, pela fotografia de guerra (Price, 2000). Os fotógrafos de favelas se engajam com a estética da fotografia de guerra e com seus elementos performativos – capacetes, coletes à prova de balas onde se lê “imprensa” – para disputar e rearticular os significados políticos da militarização, retratando seu cotidiano militarizado como uma “guerra”. Disputar a “guerra” é, assim, uma forma de tornar visíveis o sofrimento, a violência, a dor e a morte que envolve o dia a dia militarizado das favelas, proclamando uma “guerra” diferente daquela que é enunciada pelas elites políticas, econômicas e intelectuais da cidade. Não se trata de guerra contra o crime, contra as drogas, contra o tráfico. Trata-se de uma guerra contra pessoas, contra o povo e, sobretudo, contra o povo negro que vive nas favelas e nas periferias. Não à toa, os fotógrafos de favelas nunca retratam o *inimigo* contra o qual se luta. Implicitamente, as fotografias *tornam real a realidade*: o inimigo são as próprias favelas, suas moradoras e seus moradores.





**Figura 7:** um tanque do Exército passa por uma via movimentada do Complexo da Maré durante a ocupação. Foto tirada por Ratão Diniz.



**Figura 8:** crianças observam a circulação de policiais no Complexo do Alemão. Foto tirada por Fábio Bento, do Coletivo Papo Reto.



**Figura 9:** em meio a uma operação policial no Complexo do Alemão, o fotógrafo Carlos Coutinho, do Coletivo Papo Reto, usa capacete e colete à prova de balas onde se lê “imprensa”. Foto de autoria desconhecida.

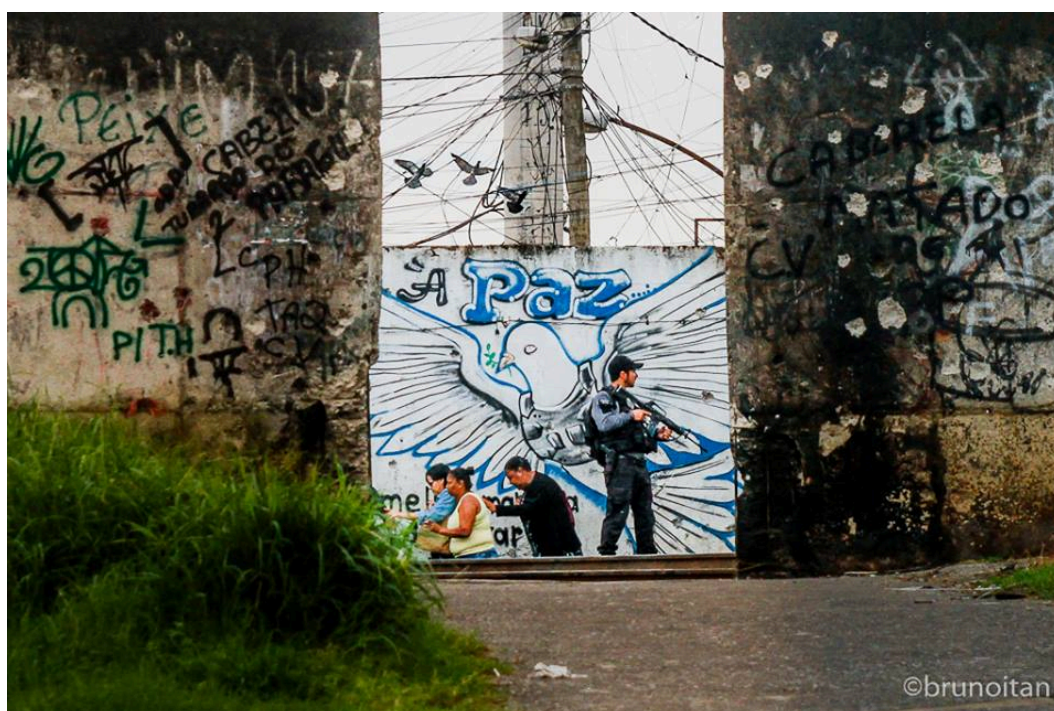


**Figura 10:** foto do helicóptero blindado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro enquanto sobrevoava o Complexo do Alemão. Sobre a foto é possível ver marca d'água onde se lê “Bento Fotógrafo de Guerra”, em inglês. Foto tirada por Fábio Bento.





**Figura 11:** oficiais do Exército participam de operação da favela da Rocinha, na Zona Sul da cidade. Foto tirada por Bruno Itan.



**Figura 12:** mulheres apressam o passo ao passar por policial durante operação no Jacarezinho. Ao fundo, vê-se mural onde se lê “paz”. Foto tirada por Bruno Itan.

#### 5.4.

#### Conclusão

Argumentou-se, nesse último capítulo, que é a “guerra na cidade” uma forma de governo que faz operar o genocídio antinegro sem precisar enunciá-lo, criando gramática, imagens, representações, sensibilidades sobre “inimigos” a se combater e “espaços” a se retomar de forma que a possibilitar a repressão, o controle e o extermínio sem que se precise dar nome a ele. Nesse sentido, a militarização produz a cidade pós-colonial e antinegra no seu cotidiano. São as três referências que uso para tecer uma composição estético-sensorial sobre a militarização na cidade do Rio de Janeiro capazes de revelar o que é intencionalmente não proclamado pela militarização da cidade: (1) que é a “guerra na cidade” infiltrada no cotidiano através das imaginações, das materialidades e das experiências que constroem a cidade; (2) que é essa uma estrutura com diferentes camadas, construída contra determinadas pessoas de modo a segregá-las, confiná-las a determinados espaços e, em última instância, exterminá-las; e (3) que subjaz a tudo isso um arcabouço de entendimentos, subjetividades, narrativas e práticas informado pela antinegitude como princípio organizador fundamental, que define quais espaços e quais corpos racializados serão tratados como “inimigos” contra os quais a guerra operará. Dessa forma, revelam elementos da “militarização” na cidade do Rio de Janeiro que não são comumente abordadas pela literatura convencional sobre esse tema.

## Conclusão: refundar a cidade

Do que é feita a cidade do Rio de Janeiro?

Para aquelas e aqueles leem essa tese, a impressão que se tem é a de que a cidade do Rio de Janeiro é feita, sobretudo, da violência. Costurou-se, ainda nos primeiros capítulos, o argumento de que é a violência mediadora, produtora e reprodutora das imaginações, materialidades e experiências que constituem a cidade do Rio de Janeiro. Defendeu-se, igualmente, que é a cidade atravessada pelo que se escolheu chamar de (pós-)colonialidade. Através da imbricação entre as duas, constrói-se uma ordem estético-urbana racial que distribui possibilidades de circulação e existência a sujeitos e não-sujeitos. Seguindo o argumento, o Rio de Janeiro é, antes e acima de qualquer coisa, uma cidade pós-colonial e antinegra, e é justamente na constante busca por construir a si mesma nesses termos que a cidade é, em seu cotidiano, produzida. A cidade é também feita, pode-se afirmar, de tudo aquilo que a violência carrega consigo: a dor, a morte, o grito, o silêncio, o racismo, o cárcere, o poder, as fronteiras; as insurgências, revoltas, denúncias e contestações. Em muitos sentidos, a tese se torna, de forma inevitável, uma parte integrante do repertório de narrativas, interpretações, imaginações e significados que constroem a cidade trágica, fúnebre, violenta.

Mas há, por outro lado, tudo aquilo de que é feita a cidade sobre a qual essa tese quase que totalmente silencia. São os saberes, as práticas, as crenças, os mitos, as visões de mundo e os afetos que se impregnam nas frestas da cidade pós-colonial e que se recusam a obedecer à ordem urbana que violenta corpos e almas na cidade. É tudo aquilo que não se conforma aos ideais, às representações e às expectativas sobre como a cidade pós-colonial deve parecer e funcionar. Para Thomas Holloway (1993), é essa a *resistência* contra qual se construiu o aparato moderno de repressão que hoje opera na cidade do Rio de Janeiro. Para Luiz Antonio Simas (2019), é esse o “corpo encantado das ruas”, tudo aquilo que fervilha, fermenta e floresce contra e a despeito da ordem que se tenta fazer operar na cidade. Pelo avesso da cidade-

violência, há muitas outras cidades escondidas. “Soltar pipa, jogar porrinha, fazer churrasco na esquina, sambar, jogar futebol, ir à missa, bater palmas no terreiro, macerar as plantas que curam, benzer quebranto, intuir as chuvas, lembrar os mortos, ler os livros, desfilar na avenida, temperar o feijão”, proclama Simas, “são formas de construir sociabilidades mundanas capazes de dar sentido à vida, reverenciar o tempo e instaurar a humanidade no meio da furiosa desumanização que nos assalta” (Simas, 2019: 63).

Contra a desumanização, cabe instaurar, então, a humanidade. Concorde com ele João H. Costa Vargas (2020), para quem dismantelar a antinegitude só se torna possível se forem construídos parâmetros outros de humanização que não sejam forjados pelo martelo violento da (pós-)colonialidade. Não há reforma política ou mudança programática que dê conta quando a antinegitude que atravessa o mundo e a cidade é a régua que organiza a vida e a morte, o gozo e a dor. Para tal, é preciso admitir que são o mundo e a cidade constituídos pela (pós-)colonialidade antinegra. É nesse sentido que diz Vargas que

“Há um potencial imenso de libertação quando aceitamos a antinegitude – o ódio fundamental contra as pessoas negras –, ao invés de tentarmos eliminá-la. Ao invés de tentarmos reformas as instituições, as pessoas, as normas e os costumes, podemos focalizar no que podemos fazer, ao contrário de tentarmos o que parece ser constitutivo, absoluto, imexível, impossível. O que pode acontecer quando pessoas negras aceitam esse ódio antinegro fundamental, um ódio global, e passam a desenvolver práxis que visam não à incorporação dentro de um mundo que não nos quer, mas à construção de um outro mundo? Uma outra Humanidade que não depende e deriva da antinegitude?” (Vargas, 2020: 24).

Da mesma forma, para que seja possível desconstruir a ordem estético-urbana violenta, pós-colonial e antinegra, é preciso levar a cidade ao chão e, então, refundá-la. “A nossa tarefa não é apenas resistir. Já não é mais suficiente. É reexistir mesmo; reinventar afeições dentro ou fora das arenas e encontrar novas frestas para arrepiar a vida de originalidades, encantarias e gritos”, diz Simas (2019: 84). Em outras palavras, há que se reconstituir imaginações, materialidades e experiências outras da/na cidade. Orientar o pensamento para a radicalização da prática e criar disputas políticas que sejam capazes, efetivamente, de recriar a cidade do Rio de Janeiro a partir de seus mais básicos fundamentos. Em parte, essas cidades outras já existem.

Não é preciso inventá-las, mas fazê-las ascenderem a seu lugar de direito. Mais ainda, há que abrir caminho para que outros corpos orientem o percurso em direção a uma nova cidade. Nas palavras de Simas,

“Precisamos de corpos fechados ao projeto domesticador do domínio colonial, que não sejam nem adequados nem contidos para o consumo e para a morte em vida. Precisamos de outras vozes, políticas porque poéticas, musicadas; da sabedoria dos mestres das academias, mas também das ruas e de suas artimanhas de produtores de encantarias no precário. A escola colonial, tão presente, busca educar corpos para o desencanto e para os currais do mercado de trabalho, normatizados pelo medo de driblar/gingar/pecar.

Que se cruzem as filosofias diversas, no sarapatel que une Bach e Pixinguinha, a semântica do Grande Sertão e a semântica da sassanha das folhas, Horáclito e Exu, Spinoza e Pastinha, a biblioteca e a biroscas. Que se cruzem notebook e bola, tambor e livro, para que os corpos leiam e bailem na aventura maior do caminho que descortina o ser naquele espaço que chega a ser maior que o mundo: a rua” (Simas, 2019: 56).

Não resta muito fôlego para dar o ponto final à tese. Há toda a vida das ruas que chama lá fora. Nos dois anos em que passei reclusa, escrevendo linha por linha desse trabalho, as ruas da cidade continuaram a fervilhar, a resistir e a reexistir. Resta concluir, então, que é justamente pelas ruas, e por tudo de insurgente e encantado que nela habita, que será possível refundar a cidade. As ruas comportam todos outros mundos possíveis. Tudo que delas se distancia apenas margeia qualquer possibilidade de transformação. É preciso, mais que tudo, fazer as ruas adentrarem os palácios de governo, os condomínios, os prédios espelhados. E fazê-las também adentrar as universidades.

## Referências bibliográficas

- ABREU, M. A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO & J. Zahar. 1987.
- ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. (Eds). **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ADORNO, S. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. **O que ler na ciência social brasileira?** 2002.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer, o Poder Soberano e a Vida Nua** I. Ed. UFMG, 2007.
- ÅHÄLL, L. Affect as methodology: Feminism and the politics of emotion. **International Political Sociology**, v. 12, n. 1, p. 36-52. 2018.
- ALBUQUERQUE, W. **O jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALENCASTRO, L. F. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 8. 2000.
- ALEXANDER, M. **The new Jim Crow: Mass incarceration in the age of colorblindness**. The New Press, 2010.
- ALVES, J. A. **The anti-black city: Police terror and black urban life in Brazil**. University of Minnesota Press. 2018.
- ALVES, J. C. S. Baixada Fluminense: a violência na construção de uma periferia. **Anais do 19o Encontro Annual da Anpocs**. 1994.
- ALVITO, M. **As cores de Acari: uma favela carioca**. FGV Editora. 2001.
- AMARAL, L. O Imaginário do Medo: violência urbana e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro. **Contemporânea**, v. 8, n. 1, p. 34-45. 2010.
- AMOORE, L. ET AL. Overturning ‘Globalisation’: Resisting the teleological, reclaiming the ‘political’. **New Political Economy**, 2(1), 179-195. 1997.
- ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R. **Race and racism in International Relations**. Taylor & Francis, 2015.
- ARIAS, E. D.; GOLDSTEIN, D. M. Violent pluralism: understanding the new democracies of Latin America. In: WHITEHEAD, N. L.; FAIR, J. E.; PAYNE, L. A. **Violent Democracies in Latin America**. Duke University Press, 2010.
- AZEVEDO, C. M. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites - século XIX**. São Paulo: Annablume, 1987.
- BARBOSA, J. L. Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como *cidade maravilhosa*. In: SOUZA E SILVA, J.;

- BARBOSA, J. L.; FAUSTINI, M. V. **O Novo Carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 2012.
- BARTELSON, J. **The Critique of the State**. Cambridge University Press. 2001.
- BATISTA, N. **Novas tendências do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan. 2004.
- BATISTA, N. Pena pública e escravismo. **Capítulo criminológico: revista de las disciplinas del Control Social**, v. 34, n. 3, p. 279-321. 2006.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 1990.
- BERDAL, M.; SERRANO, M. **Transnational Crime and International Security: Business as Usual**. Boulder, Lynne Rienner. 2002.
- BERNARDINO-COSTA, J. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 3, p. 504-521. 2016.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.
- BHAMBRA, G. K. Brexit, Trump, and ‘methodological whiteness’: On the misrecognition of race and class. **The British Journal of Sociology**, v. 68, p. S214-S232. 2017b.
- BHAMBRA, G. K. Why are the White working classes still being held responsible for Brexit and Trump?. **LSE Brexit**. 2017a.
- BIRMAN, P. ET AL. **Dispositivos Urbanos e Trama dos Videntes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2015.
- BLEIKER, R. The aesthetic turn in international political theory. **Millennium**, v. 30, n. 3, p. 509-533. 2001.
- BORGES, D. “Inchado, feio, preguiçoso e inerte”: a degeneração do pensamento social brasileiro, 1880-1940. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 47. 2005.
- BRAGA, J. Candomblé da Bahia: repressão e resistência. **Revista USP**, n. 18, p. 52-59. 1993.
- BRETAS, M. L. **A guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. 1997b.
- BRETAS, M. L. A queda do império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras. **Estudos afro-asiáticos**, v. 20, p. 239-256. 1991.
- BRETAS, M. L. **Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco. 1997a.
- BRIGAGÃO, C. **A militarização da sociedade**. J. Zahar Editor. 1985.
- BUENO, S.; LIMA, R. S. A opaca estética da indiferença: letalidade policial e políticas públicas de segurança. **5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil**, p. 104. 2012.
- BUTLER, J. **Frames of War: when is life grievable?**. Verso Books, 2016.
- BUTLER, J. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. Routledge. 2011.

- BUTLER, J. **Precarious Life: The powers of mourning and violence**. Verso Book. 2006.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: UNESP. 2012.
- CANGIALOSI, A. **Vida Pulsante: Rio's mega events footprints, oppressions and resistances in Mare's favelas as pictured by Images do Povo photographers**. Unpublished Master's thesis, Albert-Ludwigs-Universität. 2015.
- CANO, I. **Análise territorial da violência no Rio de Janeiro**. ISER, Instituto de Estudos da Religião, 1997.
- CANO, I. **Execuções sumárias no Brasil: o uso da força pelos agentes do Estado**. Rio de Janeiro: Justiça Global/Núcleo de Estudos Negros, 2003.
- CANO, I. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. ISER, 1997.
- CANO, I.; BORGES, D.; RIBEIRO, E. **Os Donos do Morro**. Rio de Janeiro: LAV/UERJ. 2012.
- CARVALHO, J. M. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998.
- CARVALHO, L. **A Era das Demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Divisão de Editoração da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 1995.
- CARVALHO, M. A. R. **Quatro Vezes Cidade**. Rio de Janeiro: SetteLetras. 1994.
- CÁSSERES, L.; PIRES, T. Necropoder no território de favelas do Rio de Janeiro. **Anais do I Congresso de Pesquisa em Ciências Criminais**, 2017.
- CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor (es) em uma favela carioca. **Anais do 31.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)**, v. 1. 2007.
- CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 1, p. 35-59. 2008.
- CESÀIRE, A. **Discourse on Colonialism**. Monthly Review Press. 1972.
- CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference**. Princeton University Press, 2007.
- CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Ed. Cia. das Letras. 1996.
- CHALHOUB, S. Classes perigosas. **Revista Trabalhadores**, n. 6, p. 5-22. 1990.
- CHATTERJEE, P. Reflections on "Can the subaltern speak?": Subaltern studies after Spivak. In: MORRIS, R (Ed.). **Can the subaltern speak?: Reflections on the history of an idea**. Columbia University Press. 2010. p. 81-86.
- COCKAYNE, J.; LUPEL, A. Introduction: Rethinking the relationship between peace operations and organized crime. **International Peacekeeping**, v. 16, n. 1, p. 4-19. 2009.
- COCKAYNE, J.; PFISTER, D. R. Peace operations and organised crime. **Geneva Papers**, International Peace Institute. 2008. Disponível em: [https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/geneva\\_paper\\_2.pdf](https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/geneva_paper_2.pdf). Acesso em: 30/03/2020.



- COSTA, A. T; LIMA, R. S. Segurança Pública. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. Editora Contexto, 2012.
- COSTALLAT, B. **Mistérios do Rio**. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 1990.
- COUTO, M. I. **UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2016.
- COWARD, M. **Urbicide: the politics of urban destruction**. Routledge. 2008.
- CUNHA, C. V. **Oração de Traficante: uma etnografia**. Garamond. 2015.
- CURTIS, S. Global cities and the transformation of the International System. **Review of International Studies**, 37: p. 1923-47. 2011.
- DAS, V.; POOLE, D. Anthropology in the Margins of the State. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, v. 30, n. 1, p. 140-144. 2004.
- DAVIS, M. **Planeta Favela**. Boitempo Editorial, 2015.
- DECOTHÉ, M. **“Baixada Cruel”: Uma cartografia social do impacto da militarização na vida de mulheres da Baixada Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2019.
- DEER, P. Introduction: The Ends of War and the Limits of War Culture. **Social Text**, v. 25: 1-8. 2007.
- Deleuze, G. **Postscript on the Societies of Control**. *October*, 59, 3-7. 1992.
- DEXTER, H. New War, Good War and the War on Terror: explaining, excusing and creating Western neo-interventionism. **Development and Change**, n. 38, pp. 1055–1071. 2007.
- DOWDNEY, L. **Children of the drug trade: A case study of children in organised armed violence in Rio de Janeiro**. 7Letras. 2003.
- DURHAM, E. **A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1973.
- EDWARDS, A.; GILL, P. (Eds.). **Transnational organised crime: perspectives on global security**. Routledge, 2004.
- EPSTEIN, C. (Ed). **Against International Relations norms: postcolonial perspectives**. Taylor & Francis, 2017.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.
- FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Editora EDUFBA. 2008.
- FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 2015.
- FAUSTINI, M. V. **Guia Afetivo da Periferia**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2009.
- FELIX, C. B. As guerras do Rio: mídia, favela e militarização do cotidiano. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 11, n. 3. 2017.
- FERNÁNDEZ, M.; ESTEVES, P. Silencing Colonialism: Foucault and the International. In: BONDITTI, P.; BIGO, D.; GROS, F. (Eds). **Foucault and the Modern International**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

- FLAUZINA, A. L. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- FLAUZINA, A. L. P. As fronteiras raciais do genocídio. **University of Brasília Law Journal (Direito. UnB)**, v. 1, n. 1, p. 705. 2016.
- FLAUZINA, A. L.; FREITAS, F. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 135, p. 49-71. 2017.
- FOUCAULT, M. **Society Must Be Defended: Lectures at Collège de France, 1975-6**. London: Alley Lane. 2003.
- FRANÇA, A. **Rio em Shamas**. São Paulo: Companhia das Letras. 2016.
- FRANCO, M. S. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. Editora Ática. 1974.
- FRENCH, J. H. Rethinking police violence in Brazil: unmasking the public secret of race. **Latin American Politics and Society**, v. 55, n. 4, p. 161-181. 2013.
- FRIDMAN, F. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- FUSSEY, P.; COAFFEE, J. Urban Spaces of Surveillance. In: BALL, K.; HAGGERTY, K.; LYON, D. **Routledge Handbook on Surveillance Studies**. Routledge. 2012.
- GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191. 1969.
- GEETA, C.; NAIR, S. **Power, postcolonialism and International Relations: Reading race, gender and class**. Routledge, 2013.
- GOLDSTEIN, D. M. Laughter out of place: Race, class, violence, and sexuality in a Rio shantytown. University of California Press. 2013.
- GOULART, F.; CALVET, R. **Para Que e Para Quem Servem as Pesquisas Acadêmicas sobre as Favelas? Uma Nova Epistemologia é Possível!** Canal Ibase, 2017. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/para-que-e-para-quem-servem-pesquisas-academicas-sobre-favelas-uma-nova-epistemologia-e-possivel/>. Acessado em: 20/03/2020.
- GOULART, F.; DECOTHÉ, M. (Coords). **Cartografia Social: o impacto da militarização na vida das mulheres da Baixada**. Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu. 2018.
- GRAHAM, S. **Cities under Siege: the new military urbanism**. Verso Books. 2010.
- GRAHAM, S. When life itself is war: on the urbanization of military and security doctrine. **International Journal of Urban and Regional Research**, 36(1), 136-155. 2012.
- GRILLO, C. C. **Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.
- GUNEW, S. Subaltern empathy: Beyond European categories in affect theory. **Concentric: Literary and Cultural Studies**, v. 35, n. 1, p. 11-30. 2009.

- HAGMANN, J. Security in the Society of Control: The Politics and Practices of Securing Urban Spaces. **International Political Sociology**, 11(4), 418-438. 2017.
- HANSEN, C.; NEEDHAM, C.; NICHOLS, B. Pornography, ethnography, and the discourses of power. In: NICHOLS, B. **Representing Reality: Issues and concepts in documentary**. Indiana University Press, 1991.
- HENDERSON, E. Hidden in Plain Sight: Racism in International Relations Theory. In: ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R. **Race and racism in International Relations**. Taylor & Francis, 2015.
- HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre padrões e donos de morro: Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 75-98. 2017.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLOWAY, T. H. O saudável terror: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX. **Estudos afro-asiáticos**, v. 16, p. 129-40. 1989.
- HOLLOWAY, T. H. **Policing Rio de Janeiro: repression and resistance in a 19th-century city**. Stanford University Press, 1993.
- HOOKS, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2013.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Brutalidade Policial Urbana no Brasil**. 1997. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/hrw/james.pdf>. Acessado em: 20/03/2020.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Força Letal: Violência Policial e Segurança Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo**. 2009. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2009/12/08/256012>. Acessado em: 20/03/2020.
- HUTCHISON, E.; BLEIKER, R. Theorizing emotions in world politics. **International Theory**, v. 6, n. 3, p. 491-514. 2014.
- JACOBS, J. M. **Edge of Empire: postcolonialism and the city**. Routledge. 1996.
- JACOBS, J. M. **Edge of empire: Postcolonialism and the city**. Routledge. 2002.
- JONES, B. G. (Ed). **Decolonizing International Relations**. Rowman & Littlefield, 2006.
- JUNG, D. Introduction: Towards Global Civil War?. In: JUNG, D. (Ed.). **Shadow Globalization, Ethnic Conflicts and New Wars: A Political Economy of Intra-State War**. London: Routledge. 2003.
- KALDOR, M. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. Stanford University Press. 1999.
- KANT DE LIMA, R; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, n. 50, p. 45-123. 2000.
- KANT DE LIMA, R. **A Polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Editora Forense, 1995.
- KEENE, E. **Beyond the anarchical society: Grotius, colonialism and order in world politics**. Cambridge University Press. 2002.

- KEMP, W.; SHAW, M.; BOUTELLIS, a. **The elephant in the room: how can peace operations deal with organized crime?**. New York: International Peace Institute, 2013.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó. 2019.
- KORAM, K. **The War on Drugs and the global colour line**. Pluto, 2019.
- KRISHNA, S. **Globalization and postcolonialism: Hegemony and resistance in the twenty-first century**. Rowman & Littlefield. 2009.
- KRISHNA, S. Postcolonialism and its relevance for International Relations in a globalized world. In: PERSAUD, R.; SAJED, A. **Race, Gender, and Culture in International Relations**. Routledge, 2018.
- Kuper, L. **Genocide: Its political use in the Twentieth Century**. Yale University Press. 1983.
- LEEDS, E. Cocaine and parallel politics in the Brazilian urban periphery: constraints on local-level democratization. **Latin American Research Review**, v. 31, n. 3, p. 47-83, 1996.
- LEITE, M. et al. (Ed.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 2018.
- LEITE, M.; FARIAS, J. Militarização e dispositivos governamentais para lidar com os “inimigos” do/no Rio de Janeiro. In: LEITE, M. et l. (Ed.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 2018.
- LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2. 2012.
- LEITE, Márcia Pereira. Entre a “guerra” e a “paz”: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 4, p. 625-642. 2014.
- LESSING, B. As facções cariocas em perspectiva comparativa. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 80, p. 43-62. 2008.
- LIMA, R. S. (Coord). **Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000)**. Publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FAPESP. 2009.
- LIMA, R. S. **Entre Palavras e Números: Violência, Democracia e Segurança Pública no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial. 2011.
- LIMA, R. S.; NEME, C. Produção Acadêmica e Segurança Pública no Brasil. In: LIMA, R. S. **Entre Palavras e Números: Violência, Democracia e Segurança Pública no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial. 2011.
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. Editora Contexto, 2012.
- LIMA, R. S.; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 123-144. 2015.

- LIRA, P. **Direito à segurança pública no Brasil: avanços e desafios na perspectiva da segurança cidadã**. Jornal Le Monde Diplomatique Brasil, 14 setembro de 2016.
- LOOMBA, A. **Colonialism/Postcolonialism**. Londres: Routledge. 1998.
- LUCCHI, E. Between war and peace: humanitarian assistance in violent urban settings. **Disasters**, v. 34, n. 4, p. 973-995. 2010.
- MACEK, S. **Urban nightmares: The media, the right, and the moral panic over the city**. University of Minnesota Press. 2006.
- MACHADO DA SILVA, L. A. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do rio de janeiro atual. **Caderno Crh**, v. 23, n. 59. 2010.
- MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.
- MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Violência e ordem social. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. Editora Contexto, 2012.
- MAGALHÃES, A. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, n. 40, p. 89-118. 2013.
- MALAGUTI, V. **Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2003.
- MARTINS, G. **Militarização e censura – A luta por liberdade de expressão na Favela da Maré**. Núcleo Piratininga de Comunicação, 2019.
- MARTINS, G. **O Sol na Cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Marxism and the Interpretation of Culture**. London: Macmillan, 1988.
- MATTOS, C. Da valentia à neurose: Criminalização das galeras funk, “paz” e (auto) regulação das condutas nas favelas. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 4, p. 653-680. 2012.
- MBEMBE, A. **On the postcolony**. University of California Press, 2001.
- MBEMBE, J. A. Necropolitics. **Public Culture**, v. 15, n. 1, p. 11-40. 2003.
- MENDES, D. **Vocês não sabem nada sobre paz**. Projeto Colabora. 2017. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/cidadania/voces-nao-sabem-nada-sobre-paz/>. Acessado em: 02/03/2020.
- MIGNOLO, W. D. **The Idea of Latin America**. John Wiley & Sons. 2009.
- MIKLOS, M.; PAOLIELLO, T. Fragile Cities: a critical perspective on the repertoire for new urban humanitarian interventions. **Contexto Internacional**, 39(3), 545-568. 2017.
- MISKOLCI, R. **O desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Editora Fapesp. 2012.
- MISSE, M. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 23-38, 2019.
- MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e educação**, v. 1, n. 2, p. 93-116. 1997.

- MISSE, M. Crime e Pobreza: velhos enfoques, novos problemas. **Seminário: Brasil em Perspectiva: Anos 90**, Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Ciências Sociais do IFCS-UFRJ. 1993.
- MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 13-25. 2011.
- MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 139-157. 2007.
- MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 3, p. 371-385. 2008.
- MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 3, p. 371-385. 2008.
- MISSE, M. Violência e teoria social. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 1, p. 45-63. 2016.
- MITCHELL, M. J.; WOOD, C. H. Ironies of citizenship: skin color, police brutality, and the challenge to democracy in Brazil. **Social Forces**, v. 77, n. 3, p. 1001-1020. 1998.
- MONTEIRO, J. **Os efeitos da Política de Pacificação sobre os confrontos entre facções de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2013.
- MUGGAH, R.; SAVAGE, k. Urban violence and humanitarian action: engaging the fragile city. **The Journal of Humanitarian Assistance**, v. 19, n. 01, p. 2012, 2012.
- MUNIZ, J. Despolitização da segurança pública e seus riscos. In: SOUZA, R.; GRACINO JR., P. **Sociedade em perspectiva: cultura, conflito e identidade**. Rio de Janeiro: Gramma, p. 119-134. 2012.
- MUNIZ, J. ET AL. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. **Tempo Social**, v. 9, n. 1, p. 197-213. 1997.
- MUNIZ, J. O.; ZACCHI, J. M. **Avanços, frustrações e desafios para uma política progressista, democrática e efetiva de segurança pública no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung. 2004.
- MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Rio de Janeiro, 1999.
- MÜNKLER, H. **The New Wars**. Polity. 2005.
- MUSUMECI, L. ET AL. Ser policial de UPP: aproximações e resistências. **Boletim Segurança e Cidadania**, v. 14, p. 1-28. 2013.
- NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Paz e Terra, 1978.
- NEDER, G. Cidade, identidade e exclusão social. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 106-134. 1997.
- NEDER, G. **Violência e Cidadania**. Porto Alegre: Fabris, 1994.
- NICHOLS, B. **Representing Reality: Issues and concepts in documentary**. Indiana University Press, 1991.

- NOGUEIRA, J. P. From failed states to fragile cities: redefining spaces of humanitarian practice. **Third World Quarterly**, v. 38, n. 7, p. 1437-1453. 2017.
- O'DONNELL, J. A cidade branca: Benjamim Costallat e o Rio de Janeiro dos anos 1920. **História Social**, n. 22/23, p. 117-141. 2012.
- OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. **Cinco meses de intervenção federal: muito tiroteio, pouca inteligência**. Relatório n. 4, julho de 2018. Disponível em: [http://observatorioidaintervencao.com.br/wp-content/uploads/2018/08/RELATORIO\\_04\\_observ-interv\\_FINAL\\_com-isp1.pdf](http://observatorioidaintervencao.com.br/wp-content/uploads/2018/08/RELATORIO_04_observ-interv_FINAL_com-isp1.pdf). Acessado em: 02/04/2020.
- PACS. **Militarização do Cotidiano: um legado olímpico**. Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. 2017. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2018/03/Militariza%C3%A7%C3%A3o-do-Cotidiano-Um-legado-ol%C3%ADmpico.pdf>. Último acesso em: 04/04/2020.
- PANAGIA, D. **The Political Life of Sensation**. Duke University Press. 2009.
- PARRY, B. Problems in current theories of colonial discourse. **Oxford Literary Review**, v. 9, n. 1, p. 27-58. 1987.
- PENGLASE, R. B. **Living with insecurity in a Brazilian favela: Urban violence and daily life**. Rutgers University Press, 2014.
- PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade: favelas e políticas públicas no Rio de Janeiro**. Paz e Terra, 1977.
- PINHEIRO, P. S. Polícia e Crise Política: o caso das polícias militares. In: PAOLI ET AL. **A Violência Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.
- PIRES, T. Estruturas intocadas: Racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 2, p. 1054-1079. 2018.
- PIRES, T. **Relatório de Pesquisa Colorindo Memórias e Redefinindo Olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro**. Relatório da Comissão Estadual da Verdade. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pires-T-Colorindo-memorias-e-redefinindo-olhares-Ditadura-militar-e-racismo-no-Rio-de-Janeiro-2.pdf>. Acessado em: 02/04/2020.
- PRICE, D. Surveyors and surveyed: Photography out and about. In: WELLS, L. (Ed). **Photography: A Critical Introduction**. London: Routledge, 65–87. 2000.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Dispositivo**, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Ed). **La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas**, p. 201-245. 2000.
- RAMOS, S. Violência e polícia: três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. In: MOURÃO, B.; LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; RAMOS, S. **Polícia, Justiça e Drogas: como anda nossa democracia?** Rio de Janeiro: CEsSec. 2016.
- RAMOS, S.; MUSUMESCI, L. **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RANCIÈRE, J. **A Partilha do Sensível: estética e política**. Editora 34. 2004.

- RANCIÈRE, J. **Dissensus: on politics and aesthetics**. Continuum, London, New York. 2010.
- REIS, J. J. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RESENDE, J. **Operação Rio**. Ed. Regina Alberta. 1995.
- RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- RIBEIRO, L. O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). **Análise Social**, n. 211, p. 272-309. 2014.
- RODRIGUES, R. I. **Vida Social e Política nas Favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: Ipea. 2016.
- ROELOFS, M. Racialization as an aesthetic production: What does the aesthetic do for whiteness and blackness and vice versa?. In: YANCY, G. (Ed). **White on white/Black on black**. Lowan & Littlefield Publishers. 2005. p. 83-124.
- ROY, A. Slumdug Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, 35(2), 223-38. 2011.
- ROY, A. Slumdug Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, 35(2), 223-38. 2011.
- SAAD, L. **“Fumo de negro”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.
- SANTIAGO, V.; FERNÁNDEZ, M. From the Backstage of War: the Struggle of Mothers in the Favelas of Rio de Janeiro. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 1, p. 35-52. 2017.
- SANTOS, A. C. M. Da Colonização à Europa Possível: as dimensões da contradição. In: Departamento de Artes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. **Uma Cidade em Questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, PUC/FUNARTE. 1979. p. 21-33.
- SANTOS, M. A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100. 1977.
- SASSEN, S. **The Global City – London, New York, Tokyo**. Princeton: Princeton University Press. 1991.
- SERRA, O. Sobre psiquiatria, candomblé e museus. **Caderno CRH**, v. 19, n. 47. 2006.
- SHILLIAM, R. (Ed). **International Relations and non-Western thought: Imperialism, colonialism and investigations of global modernity**. Routledge, 2010.
- SHORT, N. Militarism, ‘New Wars’ and the political economy of development. In: STAVRIANAKIS, A.; SELBY, J. (Eds). **Militarism and International Relations**. London: Routledge. 2013.
- SILVA, J. **Violência e Racismo no Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff. 2003.
- SILVA, P. E. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, T.; CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Appris Editora. 2017.



- SILVA, P. O. **Confinamento local, circulação global: As UPPs e a formação global/local do policiamento**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. 2019.
- SIMAS, L. A. **O Corpo Encantado das Ruas**. Editora José Olympio, 2019.
- SOARES, L. E. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. Boitempo Editorial, 2019.
- SOARES, R. **Rio teve operações com caveirão voador a cada quatro dias em 2018**. Jornal Extra, 8 de julho de 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/rio-teve-operacoes-com-caveirao-voador-cada-quatro-dias-em-2018-23790068.html>. Acesso em: 30/03/2020.
- SONTAG, S. **On Photography**. Nova York: Picador. 2011.
- SOUSA REIS, L. V. A capoeira: de “doença moral” à “gymnástica nacional”. **Revista de História**, n. 129-131, p. 221-235. 1994.
- SOUSA SILVA, E. **Testemunhos da Maré**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 2015.
- SOUZA E SILVA, J. Carta para Zuenir Ventura. In: SOUZA E SILVA, J.; BARBOSA, J. L.; FAUSTINI, M. V. **O Novo Carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 2012.
- SOUZA, J. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017.
- SOUZA, J. **A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora UnB, 2000.
- SOUZA, M. L. Tráfico de drogas e fragmentação do tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro. **Anais do 22o Encontro Anual da Anpocs**, 1998.
- SPARKS, H. Quarreling with Rancière: Race, Gender, and the Politics of Democratic Disruption. **Philosophy & Rhetoric**, v. 49, n. 4, p. 420-437. 2016.
- SPIVAK, G. Can the Subaltern Speak?. In: NELSON, C; GROSSBERG, L. (Eds). THOMSON-DEVEAUX, F. Nota sobre o Calabouço. **Piauí**, 140, 30-33. 2018.
- TILLY, C. War-making and state-making as organized crime. In: EVANS, P.B.; RUESCHEMEYER, D; SCOCPOL, T. (Eds). **Bringing the State Back**. New York: Cambridge. 1985.
- TORRES-SAILLANT, S. El anti-haitianismo como ideología occidental. **Cuadernos Intercambio sobre Centroamérica y el Caribe**, n. 10, p. 15-48. 2012.
- VALLADARES, L. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.
- VARGAS, J. C.; ALVES, J. A. Geographies of death: an intersectional analysis of police lethality and the racialized regimes of citizenship in São Paulo. **Ethnic and Racial Studies**, v. 33, n. 4, p. 611-636. 2008.
- VARGAS, J. H. C. “Desidentificação”: A lógica de exclusão antinegra do Brasil. In: PINHO, O. A.; VARGAS, J. H. C. (Eds). **Antinegritude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira**. Editora UFRB. 2016.
- VARGAS, J. H. C. Racismo não dá conta: antinegritude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 18, n. 45. 2020.

- VASCONCELOS, M. E.; OLIVEIRA, M. F. O combate à ociosidade e à marginalização dos libertos no pós-emancipação. **CES Revista**, v. 25, n. 1, p. 147-157. 2011.
- VASILAKI, R. Provincialising IR? Deadlocks and prospects in post-Western IR theory. **Millennium**, v. 41, n. 1, p. 3-22. 2012.
- VAUTRAVERS, A. Military operations in urban areas. **International Review of the Red Cross**, v. 92, n. 878, p. 437-452. 2010.
- VENTURA, Z. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- VERANI, S. **Assassinatos em Nome da Lei: Uma prática ideológica do direito penal**. Aldebarã, 1996.
- VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116. 2011.
- VIANO, E. C. (Ed). **Global organized crime and international security**. Routledge, 2018.
- WALKER, R. B. J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge University Press, 1993.
- WEIZMAN, E. **Military Operations as Urban Planning**. Interview for Phillip Misselwitz, Mute. Disponível em: <http://www.metamute.org/editorial/articles/military-operations-urban-planning>. Acessado em: 03/02/2020.
- WILCOX, L. B. **Bodies of Violence: Theorizing embodied subjects in international relations**. Oxford University Press. 2015.
- YEOH, B. S. Postcolonial cities. **Progress in Human Geography**, 25(3), 456-468. 2001.
- YEOH, B. S. Postcolonial cities. **Progress in Human Geography**, 25(3), 456-468. 2001.
- ZACCONE, O. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Editora Revan, 2015.
- ZALUAR, A; ALVITO, M. **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.
- ZALUAR, A. **A máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. Brasiliense, 1985.
- ZALUAR, A. **Alba Maria Zaluar (depoimento)**. Rio de Janeiro: CPDOC, Fundação Getulio Vargas (FGV). 2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista2376.pdf>. Acessado em: 20/03/2020.
- ZALUAR, A. **Armadilhas da segurança pública. Artigo de opinião no Jornal O Globo, 27 de setembro de 2016**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/armadilhas-da-seguranca-publica-20184323>. Acessado em: 20/03/2020.
- ZALUAR, A. Sociability in crime. Culture, form of life or ethos?. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 11, n. 2, p. 12-46. 2014.
- ZALUAR, A. Um debate disperse: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, p. 3. 1999.
- ZALUAR, A.; ALVITO, M. **Um Século de Favela**. FGV Editora. 1998.
- ZARTMAN, I. William. **Collapsed states: the disintegration and restoration of legitimate authority**. Lynne Rienner Publishers. 1995.

ZAVERUCHA, J. **Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999-2002**. Rio de Janeiro: Record. 2005.

ZAVERUCHA, J. Fragile Democracy and the Militarization of Public Safety in Brazil. **Latin American Perspectives**, issue 112, v. 27, n. 3. 2000.

ZAVERUCHA, J. La militarización de la seguridad pública en Brazil. **Revista Nueva Sociedad**, n. 213. 2008.

ZAVERUCHA, J. Militares e participação política no Brasil do final do séc. XX e início do séc. XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 30-39. 2001.